

Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Letras - IL
Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula - LIV
Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGL

Viviane de Melo Resende

**LITERATURA DE CORDEL
NO CONTEXTO DO NOVO CAPITALISMO:
O DISCURSO SOBRE A INFÂNCIA NAS RUAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Linguística, área de concentração *Linguagem e Sociedade*.

Orientadora: Dr^a. Denize Elena Garcia da Silva

Brasília, março de 2005

Viviane de Melo Resende

LITERATURA DE CORDEL NO CONTEXTO DO NOVO CAPITALISMO: O DISCURSO SOBRE A INFÂNCIA NAS RUAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Depto. de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre, área de concentração *Linguagem e Sociedade*, defendida e aprovada em _____ de _____ de 2005 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



DENIZE ELENA GARCIA DA SILVA

Doutora, Universidade de Brasília (UnB) - Presidente



MARIA CARMEN AIRES GOMES

Doutora, Universidade Federal de Viçosa (UFV) - Membro Efetivo

CRISTOVAM BUARQUE

Doutor, Universidade de Brasília (UnB) - Membro Efetivo



GUILHERME VEIGA RIOS

Doutor, Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELIS) da Universidade de Brasília (UnB) - Membro Suplente

DEDICATÓRIA

Eu dedico este trabalho
Para meu querido Gui
Por ter dado o bom exemplo
(de tão bom eu o segui)
O cordel colecionou,
Juntou tudo, me mostrou
O resultado 'tá aqui.

O amor pelo Nordeste
Desde cedo aprendi
Apreciar o que é bom
O que é bom e vem daqui
Música, literatura
Da raiz vem a cultura
Aprendi com meu pai, Gui.

E por isso agradeço
Com muita convicção
A meu pai que me ensinou
De cordel a Lampião
Aceite a dedicatória
Que é muito meritória
E é de todo coração.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as dívidas que adquiri no trajeto que levou à conclusão deste trabalho. Devo agradecer a diversas pessoas que, direta ou indiretamente, colaboraram para isso. As pessoas que colaboraram diretamente são minha orientadora, Denize Elena Garcia da Silva; a professora Maria Carmen Aires Gomes; a colega e amiga Viviane Ramalho; os cordelistas Gonçalo Ferreira da Silva, Vicente Pereira, José Lourenço, Rouxinol do Rinaré, Klévisson Viana, Manoel Monteiro, Abraão Batista, J. Borges, J. Miguel, José Costa Leite e Mestre Azulão; a cordelista Esmeralda Batista e a editora de cordel Ana Ferraz. Colaboraram indiretamente para a condução deste trabalho Yara de Melo Resende; Gláucio Jesus de Melo Resende; Bruno Marangoni Martinelli; Yara Resende Marangoni Martinelli e Marli de Souza Maia. A todas essas pessoas sou muito grata; cada uma delas sabe o porquê. Devo mencionar, ainda, que o apoio do CNPq foi fundamental para a realização de minha pesquisa.

Resumo

Esta dissertação é o resultado de uma pesquisa que visou à análise dos modos como a Literatura de Cordel contemporânea legitima e/ ou questiona a lógica neoliberal de demissão do Estado (BOURDIEU, 1997, 1998) e o conseqüente agravamento da precariedade social e da apartação na sociedade brasileira (BUARQUE, 1999, 2001, 2003). Para tanto, tomando um *corpus* composto por quatro folhetos de cordel sobre a infância em situação de rua, desenvolvi uma pesquisa balizada pela Análise de Discurso Crítica (Chouliaraki & Fairclough, 1999; Fairclough, 1989, 2001, 2003). De acordo com a proposta de Fairclough (2003) da atuação simultânea e dialética de três principais tipos de significado em textos, os folhetos foram analisados nas perspectivas de seus significados acional, representacional e identificacional. Do significado acional, foram investigadas a estrutura genérica e a intertextualidade; do significado representacional, a interdiscursividade e o significado da expressão 'meninos de rua'; do significado identificacional, a modalidade e a avaliação. O *corpus* foi ampliado por meio da Etnografia, que foi utilizada como método complementar à Análise de Discurso Crítica, tanto para uma maior compreensão das práticas discursiva e social envolvidas na produção atual de cordel quanto para o embasamento das análises discursivas dos textos. Foram entrevistados diversos atores sociais envolvidos com a produção de cordel, entre eles os autores e a autora dos folhetos analisados. Os resultados da pesquisa apontam a internalização de discursos que sustentam a percepção fatalista da globalização neoliberal no cordel, o que serve para evidenciar como a circulação massiva dessas representações do mundo social em variados tipos de texto e ambientes institucionais é parte importante da hegemonia. Isso porque os textos analisados evidentemente não objetivam a legitimação do neoliberalismo e da apartação, mas, pela internalização desses discursos, muitas vezes acabam por fazê-lo. Entretanto, também há nos textos analisados momentos em que discursos hegemônicos são contestados, têm sua legitimidade questionada. Isso mostra como o discurso também constitui um foco de luta pela superação de situações de dominação e pela desarticulação de hegemonias.

Palavras-chave: discurso; literatura de cordel; novo capitalismo; exclusão social; situação de rua.

Abstract

This thesis is based upon research that sought to analyse the modes in which contemporary Cordel Literature¹ legitimises and/or questions neoliberal logic in its nullifying of the State (Bourdieu, 1997, 1998) and its subsequent aggravating of social risk and isolation in Brazilian society (Buarque, 1999, 2001, 2003). In light of this, Critical Discourse Analysis is used as a theory and method in the linguistic-discursive analysis of a *corpus* made up of four cordel booklets on childhood in the streets (Chouliaraki & Fairclough, 1999; Fairclough, 1989, 2001, 2003). Based upon Fairclough's proposal regarding the simultaneous and dialectical operation of three main principles in text meanings (2003), the booklets were considered according to their action, representation and identification meanings. In terms of action meaning, generic structure and intertextuality were studied; for representation meaning, interdiscursivity and the meaning of the expression 'street children' were taken into account; and for identification meaning, modality and evaluation were examined. The corpus was extended through ethnographic work, employed as a methodology in conjunction with Critical Discourse Analysis so as to better understand discursive and social practices embedded in current Cordel production, as well as to better background the linguistic-discursive analyses. Various social actors involved in Cordel production were interviewed, including the authors and authoress of the booklets analysed. Research results indicate the internalisation of discourses that support a fatalist perception of neoliberal globalisation in the cordel. This contributes to highlighting how the mass distribution of such representations of the social world through various types of texts and institutional environments is an important aspect of hegemony. This is so given that the booklets studied here do not seek, evidently, to legitimise neoliberalism and isolation, but, nonetheless, through the internalisation of their discourses end up in many instances legitimising the same. Nevertheless, there are also instances in the booklets studied in which both hegemonic discourses as well as their legitimacy are questioned. This illustrates how discourse constitutes a space of struggle geared towards overcoming situations of domination as well as disarticulating hegemonies.

Keywords: discourse; Cordel Literature; new labour; social exclusion; childhood in the streets.

¹ Cordel Literature originated in North East Brazil. It is made up of social commentaries or anecdotes, published in booklet form.

SUMÁRIO

RESUMO	4
ABSTRACT	5
APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA	12
1.1 TEORIA SOCIAL DO DISCURSO	13
1.1.1 <i>Os paradigmas formalista e funcionalista</i>	13
1.1.2 <i>Discurso como prática social.</i>	15
1.1.3 <i>Discurso e luta hegemônica</i>	21
1.2 AÇÃO, REPRESENTAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO	24
1.2.1 <i>Linguística Sistêmica Funcional e Análise de Discurso Crítica</i>	25
1.2.2 <i>Significado acional e gênero</i>	29
1.2.3 <i>Significado representacional e discurso</i>	33
1.2.4 <i>Significado identificacional e estilo</i>	35
1.3 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E CIÊNCIA SOCIAL CRÍTICA	41
1.3.1 <i>Reflexividade</i>	42
1.3.2 <i>Identidade e diferença</i>	45
1.3.3 <i>Modos de operação da ideologia</i>	47
CAPÍTULO 2 - NOVO CAPITALISMO E EXCLUSÃO SOCIAL	51
2.1 ESTADO E NEOLIBERALISMO	52
2.1.1 <i>Novo capitalismo e Estado de Bem-Estar Social</i>	52
2.1.2 <i>Globalização neoliberal e demissão do Estado</i>	55
2.1.3 <i>Neoliberalismo como discurso</i>	58
2.2 DEMISSÃO DO ESTADO E POBREZA	61
2.2.1 <i>Pobreza e renda</i>	62
2.2.2 <i>Educação, desemprego e a sociodicéia da competência</i>	65
2.3 EXCLUSÃO SOCIAL E APARTAÇÃO	69
2.3.1 <i>Apartação</i>	69
2.3.2 <i>Situação de rua</i>	73
2.3.3 <i>Infância nas ruas e banalização da injustiça</i>	77

2.4 ALTERNATIVAS CONTRA-HEGEMÔNICAS	82
CAPÍTULO 3 - LITERATURA DE CORDEL	88
3.1 CORDEL COMO GÊNERO	89
3.2 CORDEL COMO PRÁTICA SOCIAL	97
CAPÍTULO 4 - PERCURSO METODOLÓGICO	112
4.1 TEORIA DO MÉTODO	113
4.1.1 <i>Pesquisa qualitativa e construção de corpus</i>	113
4.1.2 <i>Pesquisa etnográfica</i>	114
4.1.3 <i>Análise de Discurso Crítica</i>	117
4.2 COLETA DE DADOS: OS CAMINHOS DESSE PERCURSO	120
4.2.1 <i>Construção do corpus: seleção dos folhetos de cordel</i>	121
4.2.2 <i>Ampliação do corpus: o trabalho etnográfico na prática</i>	122
CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DOS FOLHETOS	126
5.1 OS FOLHETOS	127
5.1.1 <i>Folhetos de conjuntura</i>	127
5.1.1.1 Folheto 1	127
5.1.1.2 Folheto 2	128
5.1.2 <i>Folhetos de evento</i>	129
5.1.2.1 Folheto 3	130
5.1.2.2 Folheto 4	133
5.2 SIGNIFICADO ACIONAL	136
5.2.1 <i>Estrutura genérica</i>	136
5.2.1.1 Nos folhetos de conjuntura	137
5.2.1.2 Nos folhetos de evento	140
5.2.2 <i>Intertextualidade</i>	144
5.2.2.1 Nos folhetos de conjuntura	145
5.2.2.2 Nos folhetos de evento	148
5.2.3 <i>Conclusões sobre a ação</i>	158
5.2.3.1 Nos folhetos de conjuntura	158
5.2.3.2 Nos folhetos de evento	162

5.3 SIGNIFICADO REPRESENTACIONAL	165
5.3.1 <i>Interdiscursividade</i>	165
5.3.1.1 Nos folhetos de conjuntura	166
5.3.1.2 Nos folhetos de evento	176
5.3.2 <i>Significado de palavra</i>	182
5.3.2.1 Nos folhetos de conjuntura	183
5.3.2.2 Nos folhetos de evento	188
5.3.3 <i>Conclusões sobre a representação</i>	192
5.3.3.1 Nos folhetos de conjuntura	192
5.3.3.2 Nos folhetos de evento	195
5.4 SIGNIFICADO IDENTIFICACIONAL	196
5.4.1 <i>Modalidade</i>	196
5.4.1.1 Nos folhetos de conjuntura	197
5.4.1.2 Nos folhetos de evento	204
5.4.2 <i>Avaliação</i>	209
5.4.2.1 Nos folhetos de conjuntura	210
5.4.2.2 Nos folhetos de evento	218
5.4.3 <i>Conclusões sobre a identificação</i>	224
5.4.3.1 Nos folhetos de conjuntura	224
5.4.3.2 Nos folhetos de evento	226
CONSIDERAÇÕES FINAIS E REFLEXÃO SOBRE AS ANÁLISES	230
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	236

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é uma homenagem e um desabafo. É uma homenagem aos (às) cordelistas que insistem em manter viva e renovada a literatura de cordel, essa expressão singular de nossa cultura. É também um desabafo de minha indignação contra as diversas formas de injustiça social e um manifesto de minha esperança na possibilidade de transformação ativa dessa realidade.

Isso está de acordo com as duas motivações que me moveram na pesquisa. Em primeiro lugar, o interesse pelo Nordeste e por suas raízes culturais, a admiração pelo povo nordestino e sua inspiração levaram-me à escolha de meu objeto de estudo - a literatura de cordel contemporânea. Em segundo, o sentimento doloroso da injustiça, a indignação genuína contra o sofrimento impingido todos os dias a tantas pessoas, e que nos envergonha a espécie, determinaram meu foco de abordagem desse objeto.

A crença, baseada na ciência, na possibilidade inerente de transformação das estruturas determinantes do problema da apartação social brasileira - dado o caráter aberto de toda articulação entre práticas e redes de práticas -, por sua vez, levou-me à opção por trabalhar com a Análise de Discurso Crítica (ADC) como teoria e método, a fim de investigar de que modo discursos legitimadores da hegemonia do novo capitalismo, como doutrina responsável por um agravamento perverso de situações de miséria, são internalizados e/ou questionados em textos de literatura de cordel contemporânea sobre a infância em situação de rua. Isso porque a ADC, como uma forma de ciência social crítica, mantém um compromisso com a pesquisa emancipatória.

É à ADC que dedico o primeiro capítulo desta dissertação. Nele, discuto o desenvolvimento da prática teórica da ADC do modelo tridimensional ao enfoque na articulação entre práticas sociais e suas implicações para o caráter emancipatório da disciplina. Abordo igualmente o enquadre para análise textual que foi utilizado nas análises que desenvolvo no Capítulo 5, baseado nos três principais significados que atuam dialeticamente em textos, quais sejam, o significado acional, o representacional e o identificacional. Por fim, discuto a relação entre a Ciência Social Crítica (CSC) e a ADC, abordando alguns conceitos da CSC articulados também nas análises: reflexividade, identidade e diferença, e ideologia.

Em seguida, no Capítulo 2, volto-me à conjuntura em que se insere o problema da precariedade social. A relação entre o neoliberalismo globalizado e a precariedade é discutida por meio de conceitos como a demissão do Estado, a apartação e a banalização da injustiça social. Com base na literatura provida pela CSC, procuro mostrar que o neoliberalismo impõe uma supremacia do econômico sobre o social e uma disjunção entre o político e o social, acarretando na demissão do Estado de suas funções redistributivas. A demissão do Estado, por sua vez, provoca um agravamento das situações de exploração e miséria, radicalizando a apartação entre os segmentos incluídos e excluídos da produção moderna. Em uma sociedade apartada, a injustiça social é banalizada, perde o *status* de injustiça, de acordo com o discurso fatalista que sustenta a hegemonia neoliberal. Os conceitos discutidos nesse capítulo são retomados nas análises, visto que a análise da conjuntura é parte do enquadre para ADC.

No Capítulo 3 meu foco desloca-se para a literatura de cordel. O objetivo é uma aproximação do cordel como gênero - com destaque para as articulações composicionais relativamente estáveis que o definem (a métrica, a rima e a oração) e para o conteúdo temático que, ao lado da estrutura composicional, também caracteriza os gêneros discursivos - e como prática social - sobretudo no que se refere às articulações entre práticas e redes de práticas na produção do cordel. Assinalo transformações na prática

discursiva do cordel e em sua composição genérica no movimento entre o período tradicional de produção e o período contemporâneo, sempre vinculadas a transformações mais amplas da prática social. Essa discussão também deve ser entendida como parte da análise, uma vez que é aí que abordo a estrutura genérica do cordel como potencial estrutural e sua articulação na prática social, de acordo com o enquadre analítico da ADC.

O Capítulo 4 é o momento dedicado à abordagem das metodologias empregadas no estudo: a ADC como enquadramento para toda a pesquisa e como ferramenta para análise discursiva e textual, e a Etnografia como método de ampliação de *corpus*. É nesse capítulo que explico como se deu a construção do *corpus* composto de quatro folhetos de cordel sobre a infância em situação de rua - *Meninos de rua*, de Mestre Azulão, *Meninos de rua*, de Esmeralda Batista, *Meninos de rua e a Chacina da Candelária*, de Gonçalo Ferreira da Silva, e *A discussão de um menino de rua com o Resgate do Pró-Criança*, de Vicente Pereira. Além disso, explico como se realizaram as entrevistas que fiz com cordelistas e com um editor e uma editora de cordel.

As análises dos quatro folhetos estão dispostas no Capítulo 5. Início pela apresentação dos folhetos, cada qual a seu turno, e depois passo a analisar os significados acional, representacional e identificacional em todos os textos. Constituem categorias de análise abordadas nos textos a composição genérica e a intertextualidade para o significado acional, a interdiscursividade e o significado de palavra para o significado representacional, a modalidade e a avaliação para o significado identificacional. Ao final de cada uma das três subseções destinadas a cada significado, apresento conclusões preliminares acerca das análises. Minhas considerações finais e reflexões sobre as análises podem significar uma contribuição para novas pesquisas que venham focar o discurso sobre a infância nas ruas ou a literatura de cordel na atualidade.

CAPÍTULO 1

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Neste primeiro capítulo, delinco a principal perspectiva teórica que norteou a pesquisa: a Análise de Discurso Crítica (ADC). A seção 1.1 contém uma discussão acerca da Teoria Social do Discurso baseada nos conceitos de discurso, prática social e luta hegemônica. Na segunda seção, exponho o desdobramento mais recente da Teoria Social do Discurso, em que Fairclough propõe três principais tipos de significado que atuam simultaneamente no discurso: o significado acional, o representacional e o identificacional. Por fim, a terceira seção deste capítulo é dedicada à relação entre a ADC e a Ciência Social Crítica, e à importância do estreitamento desse diálogo para que a Linguística possa realizar seu potencial em benefício da sociedade. Nesta parte, abordo os conceitos de reflexividade, identidade e diferença, e ideologia, a fim de embasar discussões apresentadas nos capítulos subsequentes.

1.1 Teoria Social do Discurso

A Teoria Social do Discurso é uma abordagem de Análise de Discurso Crítica, desenvolvida por Norman Fairclough, que se baseia em uma percepção da linguagem como parte irreduzível da vida social, dialeticamente interconectada a outros elementos sociais (FAIRCLOUGH, 2003). Trata-se de uma proposta que, com amplo escopo de aplicação, constitui modelo teórico-metodológico aberto ao tratamento de diversas práticas na vida social. Os conceitos centrais da disciplina são os de *discurso* e *prática social*. Nesta seção, discutirei esses e outros conceitos básicos da teoria, e buscarei localizar a ADC entre os discursos teóricos da lingüística contemporânea. Uma distinção essencial nessa abordagem é a que se faz entre os paradigmas formalista e funcionalista na investigação lingüística, o que será apresentado a seguir.

1.1.1 Os paradigmas formalista e funcionalista na investigação lingüística

As diferenças entre as abordagens formalista e funcionalista decorrem de duas visões distintas acerca da linguagem: a formalista julga a linguagem um objeto autônomo, enquanto a funcionalista a julga um objeto não suficiente em si. Isso significa que, para os formalistas, as funções externas da linguagem não influenciariam sua organização interna, e a autonomia formal da gramática, nessa perspectiva, não prevê interseções entre os módulos que a compõem (fonologia, morfologia, sintaxe e semântica), os quais também seriam autônomos. A perspectiva funcionalista da linguagem, por sua vez, repousa sobre duas proposições contrárias à formalista: a linguagem tem funções externas ao sistema, que são a parte central dos estudos lingüístico-discursivos; e essas funções externas são responsáveis pela organização interna do sistema lingüístico (SCHIFFRIN, 1994).

Tal divergência de prismas entre as abordagens implica os construtos teóricos de duas gramáticas distintas. De um lado, a gramática formalista trata da estrutura

sistemática das formas de uma língua; de outro lado, a gramática funcionalista analisa as relações entre as formas e as funções lingüísticas. Daí ser esse último modelo mais abrangente, sobretudo porque enquanto o paradigma formalista perde de vista as funções da linguagem, o funcionalista analisa tais funções via forma, investigando como a forma atua no significado e como as funções determinam a forma (NEVES, 1997).

Dessas duas diferentes abordagens acerca da linguagem emergem duas diferentes definições de discurso. No paradigma formalista, o discurso é definido como a unidade acima da sentença; no funcionalismo, como a linguagem em uso. A definição de discurso como nível de estrutura acima da sentença contém, segundo Schiffrin (1994), um problema imediato: o discurso não apresenta características semelhantes às da sentença. Além disso, se sentenças não têm existência fora do discurso e se são criadas *no* discurso, parece contraditório definir o discurso como constituído daquilo que ele mesmo cria.

Para os analistas de discurso, somente o conceito funcionalista de discurso é aplicável, uma vez que o foco de interesse não é apenas a interioridade dos sistemas lingüísticos, mas, sobretudo, a investigação de como esses sistemas funcionam na representação de eventos, na construção de relações sociais, na estruturação, reafirmação e contestação de hegemonias no discurso. Está claro, entretanto, que o conhecimento da gramática formal é indispensável para que se compreenda como estruturas lingüísticas são usadas como modo de ação sobre o mundo e sobre as pessoas.

É preciso reconhecer, então, a necessidade de equilíbrio entre forma e função nos estudos da linguagem. Isso porque é temerário reduzir a linguagem a seu papel como ferramenta social, bem como reduzi-la ao caráter formal, imanente do sistema lingüístico, pois “língua não é forma nem função, e sim atividade significativa e constitutiva” (MARCUSCHI, 2004, p. 3). A busca desse equilíbrio é uma das grandes contribuições da Análise de Discurso Crítica, por ser socialmente e lingüisticamente orientada (FAIRCLOUGH, 2001a).

1.1.2 *Discurso como prática social*

O conceito de discurso utilizado nesta pesquisa parte da proposta de Fairclough (2001a, p. 91), cuja explicação cabe registrar:

Ao usar o termo 'discurso', proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis institucionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação (...) Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira.

Entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que é constituído socialmente, mas também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Nisso consiste a dialética entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social, mas é também constitutivo da estrutura social. Não há, portanto, uma relação externa entre linguagem e sociedade, mas uma relação interna e dialética (FAIRCLOUGH, 1989).

Para construir esse conceito de discurso, com vistas à exterioridade lingüística, mas sem perder a necessária orientação para a interioridade do sistema e a dialética entre linguagem e sociedade, Fairclough refuta, naturalmente, o conceito saussureano de *parole*, que vê a fala como atividade individual e, portanto, jamais se prestaria a uma Teoria Social do Discurso. O autor refuta igualmente a concepção sociolingüística que, embora descreva o uso da linguagem como sendo moldado socialmente, prevê variação unilateral da língua segundo fatores sociais, descartando a contribuição do discurso para a constituição, a reprodução e a mudança de estruturas sociais. Nesse sentido, a inovação da ADC para a análise de discurso é um foco também na mudança discursiva e social, e não apenas nos mecanismos de reprodução (MAGALHÃES, 2001).

Assim, Fairclough define discurso como forma de prática social, modo de ação sobre o mundo e a sociedade, um elemento da vida social interconectado a outros elementos. Mas o termo 'discurso' apresenta uma ambigüidade: também pode ser usado em um sentido mais concreto, como um substantivo contável, em referência a 'discursos' particulares - como, por exemplo, o discurso religioso, o discurso midiático, o discurso neoliberal.

A Teoria Social do Discurso trabalha com um modelo que considera três dimensões passíveis de serem analisadas (FAIRCLOUGH, 2001a); ainda que essas três dimensões possam estar dispersas na análise (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999). A *prática social* é descrita como uma dimensão do evento discursivo, assim como o *texto*. Essas duas dimensões são mediadas pela terceira, a *prática discursiva*, que focaliza os processos sociocognitivos de produção, distribuição e consumo do texto, processos sociais relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares. A natureza da prática discursiva é variável entre os diferentes tipos de discurso, de acordo com fatores sociais envolvidos.

O que Fairclough (2001a) propõe, em *Discurso e mudança social*, é um modelo tridimensional de Análise de Discurso, que compreende a análise da prática discursiva, do texto e da prática social. A separação dessas três dimensões, no modelo proposto por Fairclough em 1989 e aprimorado em 1992 (tradução de 2001a), é analítica: serve ao propósito específico de organização da análise. Em um enquadre mais recentemente apresentado, Chouliaraki & Fairclough (1999) mantêm as três dimensões do discurso, contudo de maneira mais pulverizada na análise, e com um fortalecimento da análise da prática social, que passou a ser mais privilegiada nesse modelo posterior. Observa-se que houve, entre os modelos, um movimento do discurso para a prática social, ou seja, a centralidade do discurso como foco dominante da análise passou a ser questionada, e o discurso passou a ser visto como *um* momento das práticas sociais.

As implicações desse movimento descentralizador nas análises empíricas são importantes, especialmente no que concerne ao foco na dialética e ao caráter emancipatório da prática teórica em ADC (RESENDE & RAMALHO, 2004). Chouliaraki & Fairclough (1999, p. 143) explicam que, embora um foco central na linguagem e no semiótico seja uma inclinação normal em lingüística, seria uma centralização problemática para uma teoria que visa ser dialética, daí a importância de se enquadrar a Análise de Discurso na análise de práticas sociais concebidas em sua articulação.

Na versão de ADC de Chouliaraki & Fairclough (1999), o objetivo é refletir sobre a mudança social contemporânea, sobre as mudanças globais de larga escala e sobre a possibilidade de práticas emancipatórias em estruturas cristalizadas na vida social. A reflexão sobre o discurso é localizada no contexto da modernidade tardia, e ao discorrerem sobre o discurso nessa fase da modernidade, os autores apresentam aspectos de teorias sociais críticas que podem ser complementadas pela ADC bem como complementá-la nas análises de cunho social (ver a seção 1.3).

O ponto de partida para esse modelo teórico é a concepção da vida social como constituída de práticas, e da *prática social* como ação habitual da sociedade institucionalizada, traduzida em ações materiais, em modos habituais de ação historicamente situados. Práticas são, então, “maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, pelas quais pessoas aplicam recursos - materiais ou simbólicos - para agirem juntas no mundo” (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 21).¹ As práticas, assim compreendidas, são constituídas na vida social, nos domínios da economia, da política e da cultura, incluindo a vida cotidiana.

Toda prática social é composta de *momentos* que se articulam e não podem ser reduzidos um ao outro. Os momentos constituintes de uma prática social são discurso (ou semiose), atividade material, relações sociais (relações de poder e luta hegemônica pelo

¹ Minha tradução de “*habitualised ways, tied to particular times and places, in wich people apply resources (material or symbolic) to act together in the world.*”

estabelecimento, manutenção e transformação dessas relações) e fenômeno mental (crenças, valores e desejos - ideologia). Sobre os momentos de uma prática particular e a articulação entre eles, Chouliaraki & Fairclough (1999, p. 21) pontuam:

Uma prática particular traz consigo diferentes elementos da vida - tipos particulares de atividade, ligadas de maneiras particulares a condições materiais, temporais e espaciais específicas; pessoas particulares com experiências, conhecimentos e disposições particulares em relações sociais particulares; fontes semióticas particulares e maneiras de uso da linguagem particulares; e assim por diante. Uma vez que esses diversos elementos da vida são trazidos juntos em uma prática específica, nós podemos chamá-los 'momentos da prática' e ver cada momento como 'internalizando' os outros sem ser redutível a eles.²

Nessa perspectiva, o discurso é visto como *um* momento da prática social ao lado de outros momentos igualmente importantes - e que, portanto, também devem ser privilegiados na análise, pois o discurso é um elemento da prática social que constitui outros elementos sociais assim como é moldado por eles, em uma relação dialética de articulação e internalização. Por isso, através da análise de amostras discursivas historicamente situadas, pode-se perceber a internalização de outros momentos da prática no discurso, ou seja, a interiorização de momentos como, por exemplo, relações sociais e ideologias no discurso.

De acordo com essa abordagem, uma *prática particular* envolve configurações de diferentes *elementos* da vida social, chamados de *momentos da prática*. Os momentos de uma prática são *articulados*, ou seja, estabelecem relações mais ou menos permanentes como momentos da prática, podendo ser transformados quando há recombinação entre os elementos. O conceito de articulação pode ser estendido para cada um dos momentos de uma prática, pois também eles são formados de elementos

² Minha tradução de "a particular practice brings together different elements of life - particular types of activity, linked in particular ways to particular materials and spatial and temporal locations; particular persons with particular experiences, knowledges and dispositions in particular social relations; particular semiotic resources and ways of using language; and so forth. In so far as these diverse elements of life are brought together into a specific practice, we can call them 'moments' of that practice and see each moment as 'internalising' the others without being reducible to them."

em relação de articulação interna. Por exemplo, o momento discursivo de uma prática é formado pela articulação de elementos como gêneros, discursos e estilos (ver seção 1.2).

Assim, o momento discursivo de uma prática particular é o resultado da articulação de recursos simbólicos/ discursivos (como gêneros, discursos, estilos), articulados com relativa permanência como momentos do Momento do discurso. Esses recursos são transformados no processo de articulação - e, desse modo, a articulação é fonte de criatividade discursiva. A mudança discursiva se dá pela reconfiguração ou pela mutação dos elementos que atuam na articulação, pela “redefinição de limites entre os elementos” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 97). A luta articulatória assim definida é uma faceta discursiva da luta hegemônica.

A ação social é vista como estrangida pelas permanências relativas de práticas sociais - as sustenta ou as transforma, dependendo das circunstâncias sociais e da articulação entre práticas e momentos de práticas. A articulação entre os momentos da prática assegura que a hegemonia é um estado de relativa permanência de articulações dos elementos sociais.

O caráter relativo das permanências no que se refere a práticas sociais pode ser entendido no contraste entre conjunturas, estruturas e eventos. Conjunturas são “conjuntos relativamente estáveis de pessoas, materiais, tecnologias e práticas - em seu aspecto de permanência relativa - em torno de projetos sociais específicos”; estruturas são “condições históricas da vida social que podem ser modificadas por ela, mas lentamente”; eventos são “acontecimentos imediatos individuais ou ocasiões da vida social” (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 22).³

Segundo os autores, a vantagem de se focalizar as práticas sociais é a possibilidade de se perceber não apenas o efeito de eventos individuais, mas de séries

³ “Structures are long-term background conditions for social life which are indeed also transformed by it, but slowly. Events are the individual, immediate happenings and occasions of social life. Conjunctures are relatively durable assemblies of people, materials, technologies and therefore practices (in their aspect of relative permanencies) around specific social projects.”

de eventos conjunturalmente relacionados na sustentação e na transformação de estruturas, uma vez que a prática social é entendida como um ponto de conexão entre estruturas e eventos. Estruturas sociais são entidades abstratas que definem um potencial, um conjunto de possibilidades para a realização de eventos. Mas a relação entre o que é estruturalmente possível e o que acontece de fato não é simples, eventos não são efeitos diretos de estruturas: a relação entre eles é mediada por “entidades organizacionais intermediárias”, as práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 23).⁴ Assim, pode-se dizer que estruturas, práticas e eventos estão em um *continuum* de abstração/concretude.

O enquadre analítico de Chouliaraki & Fairclough parte da percepção de um problema e da análise de sua conjuntura, o que evidencia a importância da abordagem das práticas nesse enquadramento para ADC. Em análises amplas, que consideram conjunturas e estruturas, observa-se a constituição de redes de práticas interligadas. Em outras palavras, se o jogo de articulação entre os momentos de práticas sociais pode ser minimizado para se aplicar à articulação interna de cada momento de uma prática, também pode ser ampliado para se aplicar à articulação externa, aquela que se estabelece entre práticas na formação de redes de práticas relativamente permanentes. Práticas são articuladas para constituir redes das quais se tornam momentos.

A abordagem de redes de práticas é importante em ADC por dois motivos: as práticas assim compreendidas são determinadas umas pelas outras, e cada prática pode articular outras, com diversos efeitos sociais. As redes de práticas são sustentadas por relações sociais de poder, estando as articulações entre práticas ligadas a lutas hegemônicas. Desse modo, permanências de articulações entre práticas são compreendidas como efeito de poder sobre redes de práticas, enquanto tensões pela transformação dessas articulações são vistas como lutas hegemônicas (ver a subseção

⁴ “*There are intermediate organizational entities between structures and events. Let us call these ‘social practices’.*”

1.1.3, a seguir). Dado o caráter inerentemente aberto das práticas sociais, toda hegemonia é um equilíbrio instável, e a ADC, no seu papel de prática teórica crítica, trabalha nas brechas ou aberturas existentes em toda relação de dominação.

1.1.3 Discurso e luta hegemônica

Ao retomar o conceito de Gramsci, Fairclough (1997, 2001a) caracteriza hegemonia como domínio exercido pelo poder de um grupo sobre os demais, baseado mais no consenso que no uso da força. A dominação, entretanto, sempre está em equilíbrio instável, daí a noção de luta hegemônica como foco de luta sobre pontos de instabilidade em relações hegemônicas. O conceito de luta hegemônica, assim compreendido, está em harmonia com a dialética do discurso (FAIRCLOUGH, 2001a).

Fairclough (1997) define duas relações que se estabelecem entre discurso e hegemonia. Em primeiro lugar, a hegemonia e a luta hegemônica assumem a forma da prática discursiva em interações verbais, a partir da dialética entre discurso e sociedade - hegemônias são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso. Em segundo lugar, o próprio discurso apresenta-se como uma esfera da hegemonia, sendo que a hegemonia de um grupo é dependente, em parte, de sua capacidade de gerar práticas discursivas e ordens de discurso que a sustentem. Nas palavras de Fairclough (1997, p. 80):

O conceito de hegemonia implica o desenvolvimento - em vários domínios da sociedade civil (como o trabalho, a educação, as atividades de lazer) - de práticas que naturalizam relações e ideologias específicas e que são, na sua maioria, práticas discursivas. A um conjunto específico de convenções discursivas (...) estão, implicitamente, associadas determinadas ideologias - crenças e conhecimentos específicos, posições específicas para cada tipo de sujeito social que participa nessa prática e relações específicas entre categorias de participantes.

Uma vez que a hegemonia é vista em termos da permanência relativa de articulações entre elementos sociais, existe uma possibilidade intrínseca de

desarticulação e rearticulação desses elementos. Essa possibilidade relaciona-se à agência humana. Para Chouliaraki & Fairclough (1999), a ação representa um artifício potencial para a superação de relações assimétricas.

São os indivíduos, inseridos em práticas discursivas e sociais, que corroboram para a manutenção ou transformação de estruturas sociais - em uma visão dialética da relação entre estrutura e ação. No evento discursivo, normas são modificadas, questionadas ou confirmadas - em ações transformadoras ou reprodutivas. Textos como elementos de eventos sociais têm efeitos causais - acarretam mudanças em nosso conhecimento, em nossas crenças, atitudes, valores e assim por diante (FAIRCLOUGH, 2003a). Essas mudanças não estão, contudo, em uma relação unilateral, visto que a dialética estrutura/ ação também atua, em sua faceta discursiva, na relação texto/ agente (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999). Agentes sociais são socialmente constrangidos, mas suas ações não são totalmente determinadas: agentes também têm seus próprios 'poderes causais' que não são redutíveis aos poderes causais de estruturas e práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003a). Isso significa que, embora haja constrangimentos sociais definidos pelos poderes causais de estruturas e práticas sociais, os agentes sociais são dotados de relativa liberdade para estabelecer relações inovadoras na (inter)ação, exercendo sua criatividade e modificando práticas estabelecidas. Desse modo, a importância do discurso na vida social transita entre a regulação e a transformação.

De um ponto de vista discursivo, a luta hegemônica pode ser vista como disputa pela sustentação de um *status* universal para determinadas representações particulares, do mundo material, mental e social (FAIRCLOUGH, 2003a). Nessa perspectiva, uma vez que o poder depende da conquista do consenso e não apenas dos recursos para o uso da força, a ideologia tem importância na sustentação de relações de poder.

O conceito de hegemonia, então, enfatiza a importância da ideologia no estabelecimento e na manutenção da dominação, pois se hegemônias são relações de dominação baseadas mais no consenso que na coerção, a naturalização de práticas e

relações sociais é fundamental para a permanência de articulações baseadas no poder (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999). Para Fairclough (1997), as convenções do discurso podem encerrar ideologias naturalizadas, que as transformam num mecanismo eficaz de preservação de hegemonias. Uma vez que as ideologias têm existência material nas práticas discursivas, a investigação dessas práticas é também a investigação de formas materiais de ideologia (FAIRCLOUGH, 2001a).

A ADC cuida tanto do funcionamento do discurso na transformação criativa de ideologias quanto do funcionamento que assegura sua reprodução. Com vistas para essa dupla orientação, Fairclough (2001a, p. 117) assim define as ideologias:

As ideologias são significações/ construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/ sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Nesse sentido, determinados discursos podem ser vistos como ideológicos. Um discurso particular (e aqui 'discursos' refere-se ao conceito mais concreto, ver 1.1.2) pode incluir presunções acerca do que existe, do que é possível, necessário, desejável. Tais presunções podem ser ideológicas, posicionadas, conectadas a relações de dominação. E relações de poder, segundo Fairclough (1989, 2003a), são mais eficientemente sustentadas por significados tomados como tácitos, pois a busca pela hegemonia é a busca pela universalização de perspectivas particulares. O julgamento de quanto uma representação é ideológica só pode ser feito por meio da análise do efeito causal dessa representação em áreas particulares da vida social, ou seja, por meio da análise de como as legitimações decorrentes dessa representação contribuem na sustentação ou na transformação de relações de dominação. Daí a importância de a análise de discurso ser simultaneamente orientada lingüística e socialmente.

Fairclough (2003a) explica que ideologias são em princípio *representações*, mas podem ser legitimadas em maneiras de *ação* social, e inculcadas nas *identidades* de agentes sociais. Tal compreensão da ideologia baseia-se na formulação de gêneros, discursos e estilos como as três principais maneiras através das quais o discurso figura em práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003), de acordo com a recente proposta de Fairclough (baseada no funcionalismo de Halliday) de se abordar o discurso em termos de três principais tipos de significado: o significado representacional, ligado a discursos; o significado acional, ligado a gêneros; e o significado identificacional, ligado a estilos. Na próxima seção, discutirei esses três tipos de significado e a relação dialética que se estabelece entre eles.

1.2 Ação, representação e identificação

No início da seção anterior, comentei que a ADC baseia-se no paradigma funcionalista dos estudos lingüísticos. Em termos mais específicos, a tradição de análise de discurso em que se situa a Teoria Social do Discurso orienta-se lingüisticamente pela Lingüística Sistêmica Funcional (LSF) de Halliday. Trata-se de uma teoria da linguagem que se coaduna com a ADC porque aborda a linguagem como um sistema aberto, atentando para uma visão dialética que percebe os textos não só como estruturados no sistema, mas também potencialmente inovadores do sistema: toda instância discursiva “abre o sistema para novos estímulos de seu meio social” (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999: 141).⁵ É nesse sentido que a linguagem é vista como um sistema aberto a mudanças socialmente orientadas, o que lhe provê sua capacidade teoricamente ilimitada de construir significados.

⁵ Minha tradução de “every instantiation opens the system up to new impetuses from its social environment”.

Nesta seção abordo a apropriação, por Fairclough, do postulado da Linguística Sistêmica Funcional. Na subseção 1.2.1, mostro como as macrofunções de Halliday foram operacionalizadas para dar origem aos três tipos de significado propostos por Fairclough, o significado acional, o representacional e o identificacional. Nas três subseções seguintes, focalizo cada um desses significados. Há vários aspectos da organização textual que são moldados por gêneros, discursos e estilos, e esses aspectos podem ser examinados mediante categorias analíticas. Assim, nesta seção também discutirei as categorias que foram utilizadas na pesquisa, segundo cada um dos tipos de significado.

1.2.1 *Linguística Sistêmica Funcional e Análise de Discurso Crítica*

Os estudos funcionalistas têm por objetivo, além de estabelecer princípios gerais relacionados ao uso da linguagem, investigar a interface entre as funções e o sistema interno das línguas. A compreensão das implicações de funções sociais na gramática é central à discussão que relaciona linguagem e sociedade. A relação entre as funções da linguagem e a organização do sistema lingüístico é, para Halliday (1973), um traço geral da linguagem humana. Daí a necessidade de se estudar os sistemas internos das línguas naturais sob o foco das funções sociais.

A variação funcional não é apenas uma distinção de usos da linguagem, é algo fundamental para sua organização, uma propriedade básica da linguagem. As abordagens funcionais da linguagem têm enfatizado seu caráter multifuncional e, nesse sentido, Halliday (1991) registra três macrofunções que atuam simultaneamente em textos: ideacional, interpessoal e textual.

A função ideacional da linguagem é sua função de *representação* da experiência, um modo de refletir a 'realidade' na língua: os enunciados remetem a eventos, ações, estados e outros processos da atividade humana através de relação simbólica. Essa função trata da expressão lingüística do conteúdo ideacional, presente em todos os usos

da linguagem - independente do uso pragmático que se faz da linguagem, os recursos ideacionais são explorados em seu potencial para expressar um conteúdo.

A função interpessoal refere-se ao significado do ponto de vista de sua função no processo de interação social, da língua como *ação*. Essa função, que trata dos usos da língua para expressar relações sociais e pessoais está presente em todos os usos da linguagem, assim como a função ideacional.

A terceira função apresentada por Halliday é a textual: aspectos semânticos, gramaticais, estruturais, que devem ser analisados no texto com vistas ao fator funcional. A gramática é o mecanismo lingüístico que opera ligações entre as seleções significativas derivadas das funções lingüísticas, realizando-as em estrutura unificada.

As três macrofunções são inter-relacionadas, e os textos devem ser analisados sob cada um desses aspectos. Isso significa que todo enunciado é multifuncional em sua totalidade, serve simultaneamente a diversas funções. Nesse sentido, a linguagem é funcionalmente complexa. As estruturas lingüísticas não 'selecionam' funções específicas isoladas para desempenhar; ao contrário, expressam de forma integrada todos os componentes funcionais do significado.

Em seus modelos de análise de discurso, Fairclough tem-se apropriado da LSF, alterando alguns pontos da teoria de acordo com seus propósitos analíticos. Em 1992, em *Discourse and social change*, Fairclough sugeriu a cisão da função interpessoal de Halliday em duas funções separadas, a função identitária e a função relacional. A função identitária da linguagem "relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso"; a função relacional, por sua vez, refere-se a "como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas" (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 92).

A justificativa apresentada para essa modificação na teoria está relacionada à importância do discurso na constituição, reprodução, contestação e reestruturação de identidades, que não é captada pelas funções tal como apresentadas por Halliday, uma

vez que a função de identidade é marginalizada “como aspecto menor da função interpessoal” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 209). Resulta que, para Fairclough, a ênfase na construção desvela a importância da função identitária na linguagem, porque os modos de construção e categorização de identidades em uma dada sociedade refletem seu funcionamento no que concerne às relações de poder, à reprodução e à mudança social.

Embora a análise lingüística em ADC baseie-se na LSF, Chouliaraki & Fairclough (1999, p. 139) alertam que as relações entre as duas disciplinas ainda são limitadas, tendo em vista o potencial do diálogo que poderiam estabelecer. Em suas palavras:

a ADC com a qual trabalhamos tem muito a ganhar com o estreitamento de sua relação, ainda limitada, com a LSF (essa relação, até o momento, tem sido restrita ao uso da gramática sistêmica do inglês para análise de textos), não apenas em termos de uso da LSF como recurso para análise, mas também na direção de um diálogo teórico.⁶

Em *Analysing discourse*, Fairclough (2003a) cumpre a tarefa de ampliação do diálogo teórico entre a ADC e a LSF. Para tanto, ele propõe uma articulação entre as macrofunções de Halliday e os conceitos de gênero, discurso e estilo, sugerindo, no lugar das funções da linguagem, três principais tipos de significado: o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional. Fairclough operou essa articulação tendo como ponto de partida não as macrofunções tal como postuladas por Halliday (as funções ideacional, interpessoal e textual), mas a sua própria modificação anterior da teoria, ou seja, as funções relacional, ideacional e identitária. Quanto à função textual, embora em seu livro de 1992 Fairclough a tenha incorporado (“Halliday também distingue uma função ‘textual’ que pode ser utilmente acrescentada a minha lista” [FAIRCLOUGH, 2001a, p. 92]), em 2003 ele rejeita a idéia de uma função textual

⁶ Minha tradução de “the version of CDA we work with would gain from extending its so far limited relationship with SFL (essentially just using a systemic grammar of English as a method in text analysis), not only in terms of using SFL as a resource for analysis but also towards a theoretical dialogue.”

separada, prefere incorporá-la ao significado acional: “não distingo uma função ‘textual’ separada, ao contrário, eu a incorporo dentro da ação” (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 27).⁷

A operacionalização dos três significados mantém a noção de multifuncionalidade presente na LSF, uma vez que Fairclough enfatiza que os três atuam simultaneamente em todo enunciado. Ele explica que o discurso figura de três principais maneiras como parte de práticas sociais, na relação entre textos e eventos: como modos de agir, como modos de representar e como modos de ser. A cada um desses modos de interação entre discurso e prática social corresponde um tipo de significado. O significado acional focaliza o texto como modo de (inter)ação em eventos sociais, aproxima-se da função relacional pois a ação legitima/ questiona relações sociais; o significado representacional enfatiza a representação de aspectos do mundo - físico, mental, social - em textos, aproximando-se da função ideacional; o significado identificacional, por sua vez, refere-se à construção e à negociação de identidades no discurso, relacionando-se à função identitária.

Fairclough (2003a) postula uma correspondência entre ação e gêneros, representação e discursos, identificação e estilos - gêneros, discursos e estilos são modos relativamente estáveis de agir, de representar e de identificar, respectivamente. A análise discursiva é um nível intermediário entre o texto em si e seu contexto social - eventos, práticas, estruturas. Então, a análise de discurso deve ser simultaneamente a análise de como os três tipos de significado são realizados em traços lingüísticos dos textos e da conexão entre o evento social e práticas sociais, verificando-se quais gêneros, discursos e estilos são utilizados e como são articulados nos textos. Gêneros, discursos e estilos ligam o texto a outros elementos do social - as relações internas do texto a suas relações externas -, por isso a operacionalização desses conceitos mantém o cerne do pensamento de Halliday.

⁷ Minha tradução de “I do not distinguish a separate ‘textual’ function, rather I incorporate it within Action.”

1.2.2 Significado acional e gênero

Gêneros constituem “o aspecto especificamente discursivo de maneiras de ação e interação no decorrer de eventos sociais” (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 65).⁸ Quando se analisa um texto em termos de gênero, o objetivo é examinar como o texto figura na (inter)ação social e como contribui para ela em eventos sociais concretos. Gêneros específicos são definidos pelas práticas sociais a eles relacionadas e pelas maneiras como tais práticas são articuladas; mudanças articulatórias em práticas sociais incluem mudanças nas formas de ação e interação, ou seja, nos gêneros discursivos, e a mudança genérica freqüentemente ocorre pela recombinação de gêneros pré-existentes.

Há uma grande variação nas propriedades de gêneros concretos. Alguns gêneros atuam em escala local, são associados a redes de práticas sociais relativamente limitadas; outros gêneros são especializados na interação em escala global. A diferença na escala de atuação não é a única diversidade observada em gêneros, eles também podem variar consideravelmente em termos de seu grau de estabilização e homogeneização: alguns gêneros pressupõem padrões composicionais rigorosos, outros são mais flexíveis. Segundo Fairclough (2003a, p. 66), “neste período de transformação social rápida e profunda, há uma tensão entre pressões pela estabilização, parte da consolidação da nova ordem social, e pressões pela fluidez e pela mudança”, por isso a mudança genérica - por exemplo, a transformação do gênero cordel - como parte da mudança discursiva e social insere-se na agenda de pesquisa da ADC.⁹

Gêneros discursivos também variam em relação aos níveis de abstração. Fairclough (2003a) distingue os pré-gêneros e os gêneros situados. Pré-gêneros são categorias mais abstratas, que transcendem redes particulares de práticas sociais e que

⁸ Minha tradução de “*Genres are the specifically discursal aspect of ways of acting and interacting in the course of social events*”.

⁹ Minha tradução para “*In this period of rapid and profound social transformation, there is a tension between pressures towards stabilization, part of the consolidation of the new social order, and pressures towards flux and change.*”

'participam' na composição de diversos gêneros situados. Narrativa, argumentação, descrição e conversação são pré-gêneros no sentido de que são 'potenciais' abstratos que podem ser alçados na composição de diversos tipos de texto. Gêneros situados, por outro lado, são categorias concretas, utilizadas para definir gêneros que são específicos de uma rede de prática particular, como o cordel. Um gênero situado é "um tipo de linguagem usado na performance de uma prática social particular" (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 56).¹⁰

Em *Discourse in late modernity*, Chouliaraki & Fairclough ressaltam que não há uma lista de gêneros do discurso e que há relativamente poucos nomes estáveis para gêneros, por isso o rótulo que se dá a um gênero na análise não é importante. Nessa perspectiva, o ponto relevante é que o gênero seja reconhecível como um tipo de linguagem usado em domínios particulares. Fairclough (2003a) questiona também a prática de se tentar determinar estruturas composicionais rigorosas para gêneros do discurso, pois os gêneros não constituem regras rígidas ou padrões imutáveis, ao contrário, consistem em um potencial que pode ser trabalhado de maneiras variáveis e criativas em eventos discursivos concretos.

Nesta pesquisa, além da análise do gênero cordel como potencial estrutural (ver a seção 3.1) e como realização interacional nos folhetos (ver o Capítulo 5), o significado acional dos textos analisados foi explorado por meio do estudo da intertextualidade. A intertextualidade é uma categoria de análise muito complexa e potencialmente fértil. Bakhtin (2002) enfatizou a dialogicidade da linguagem, postulando que textos são dialógicos em dois sentidos: primeiro, mesmo textos aparentemente monológicos, como os textos escritos, participam de uma cadeia dialógica, no sentido de que respondem a outros textos e antecipam respostas; segundo, o discurso é internamente dialógico porque é polifônico, todo texto articula diversas vozes.

¹⁰ Minha tradução de "a genre is a type of language used in the performance of a particular social practice".

Em linhas gerais, a intertextualidade é a combinação da voz de quem pronuncia um enunciado com outras vozes que lhe são articuladas. Fairclough (2003a, p. 39) adota uma visão ampla de intertextualidade, extrapolando seu sentido mais evidente, “a presença de elementos atualizados de outro texto em um texto - as citações”.¹ Para relatar² um discurso, pode-se não apenas citar em discurso direto, mas também parafrasear, resumir, ecoar, em discurso indireto. O discurso relatado atribui o dito a seu autor, mas a incorporação de elementos de outros textos também pode ser feita sem atribuição explícita. Assim, a intertextualidade cobre uma gama diversa de possibilidades.

Uma questão inicial no estudo da intertextualidade em um texto é a verificação de quais vozes são incluídas e quais são excluídas, isto é, que ausências significativas podem ser observadas. Em seguida, analisando-se a presença, é interessante examinar a relação que se estabelece entre as vozes articuladas. Quando uma voz ‘externa’ é articulada em um texto, têm-se (pelo menos) duas vozes, que podem representar duas diferentes perspectivas, com seus respectivos interesses, objetivos etc. A relação entre essas vozes pode ser harmônica, de cooperação, ou pode haver tensão entre o texto que relata e o texto relatado.

Algumas questões acerca do relato se impõem. Primeiro, o relato pode ser fiel ao que foi dito, reproduzindo as mesmas palavras, ou não. Segundo, a fronteira entre o texto relatado e o texto que relata pode ser forte ou fraca, ou seja, o limite entre as vozes pode ou não ser bem demarcado. Chama-se discurso direto a citação pretensamente fiel do que foi dito, isto é, do texto relatado, com uso de verbo *dicendi* demarcando o limite entre as vozes. Discurso indireto é a paráfrase ou o resumo do que

¹ Minha tradução de “*the presence of actual elements of other texts in a text - quotations*”.

² Fairclough (2001a, p. 153) adota o termo ‘representação de discurso’ em lugar de ‘discurso relatado’ porque “ele capta melhor a idéia de que, quando se ‘relata’ o discurso, necessariamente se escolhe representá-lo de um modo em vez de outro”. Entretanto, preferi manter ‘relatar’ em lugar de ‘representar’ para evitar confusão com a representação no significado representacional.

foi dito, sem uso de palavras exatas e sem marcas de citação. Outro tipo de relato que importa definir é o “relato narrativo de ato de fala”, o relato do tipo de ato de fala que não explicita um conteúdo (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 49).

A orientação para a dialogicidade varia entre textos. Em alguns textos, a ausência de dialogicidade é saliente, com poucas instâncias de discurso relatado e pouca visibilidade de outras vozes. Nesses casos, representações oriundas de outras vozes são referidas sem serem relatadas, outras vozes são trazidas ao texto de uma forma que abstrai o que realmente foi dito e, então, reduz-se a diferença (FAIRCLOUGH, 2003a).

A intertextualidade conecta um texto a outros textos, nem sempre claramente distinguíveis, e a pressuposição também o faz. Fairclough (2003a, p. 40) define a pressuposição como “o que não é dito, mas tomado como dado”.³ O que aproxima a pressuposição da intertextualidade é que aquela também relaciona o texto ao “que foi dito ou escrito ou pensado em outro lugar”, mas esse ‘outro lugar’ é deixado vago.⁴ O que afasta a pressuposição da intertextualidade é, sobretudo, que esta constitui uma abertura para a diferença, trazendo outras vozes ao texto, e aquela constitui um fechamento, uma vez que presume um conhecimento geral, tomado como dado.

A orientação para a diferença é uma questão da dinâmica da interação discursiva, em seu aspecto acional. A relação dessa orientação com o aspecto representacional é que representações externas ao texto (interdiscursivas) variam na proporção em que são afirmadas ou presumidas; e a relação entre o balanço asserção/ presunção e a hegemonia é que “uma medida do sucesso da universalização de uma representação do mundo é o quanto figura como presunção (como dado) em uma variedade de textos” (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 46).⁵ Nesse sentido, Fairclough postula um *continuum* em que a

³ Minha tradução de “*what is 'unsaid' but taken as given*”.

⁴ Minha tradução de “*what has been Said or written or thought elsewhere, with the ' elsewhere' left vague*”.

⁵ Minha tradução de “*A measure of the successful universalisation of a particular representation is the extent to which it figures as a background assumption in a wide variety of texts.*”

opção mais dialógica é a atribuição do dito à voz que diz, a citação; em seguida, tem-se a asserção modalizada (ver abaixo) e a asserção não-modalizada; por fim, a opção menos dialógica é a pressuposição.

1.2.3 *Significado representacional e discurso*

O significado representacional de textos é relacionado ao conceito de discurso como modo de representação de aspectos do mundo. Diferentes discursos são diferentes perspectivas do mundo, associadas a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo e que dependem de suas posições no mundo e das relações que estabelecem com outras pessoas (FAIRCLOUGH, 2003a). Os diferentes discursos não apenas representam o mundo ‘concreto’, mas também projetam possibilidades diferentes da ‘realidade’, ou seja, relacionam-se a projetos de mudança do mundo de acordo com perspectivas particulares.¹⁶ As relações estabelecidas entre diferentes discursos podem ser de diversos tipos, a exemplo das relações estabelecidas entre pessoas - discursos podem complementar-se ou podem competir um com o outro, em relações de dominação -, porque os discursos constituem parte do recurso utilizado por atores sociais para se relacionarem, cooperando, competindo, dominando.¹⁷

Assim como acontece com os gêneros discursivos, os discursos também variam em estabilidade e escala. Alguns discursos, em contextos sócio-históricos definidos, apresentam um alto grau de compartilhamento e repetição, podendo gerar muitas representações e participar de diferentes tipos de texto. A escala de atuação de um discurso também pode variar de representações localizadas a representações globais, capazes de colonizar diversas práticas na vida social, em boa parte do mundo. Nesse

¹⁶ A ‘realidade’ aparece entre aspas porque não há como representar o mundo ‘real’ sem associar a representação a perspectivas particulares a respeito dessa ‘realidade’, ou seja, a discursos particulares (Fairclough, 2003a).

¹⁷ De acordo com seu interesse no novo capitalismo, Fairclough (2003a) apresenta como exemplo as representações discursivas conflitantes a respeito da globalização. O discurso hegemônico representa a globalização como um fenômeno natural, mas há também um discurso contra-hegemônico que capta seu caráter processual. A relação entre esses discursos é de competição.

sentido, pode-se dizer que o discurso neoliberal apresenta alto grau de repetibilidade e atua em escala global (ver o Capítulo 2), influenciando um sem-número de práticas.

Um mesmo texto pode envolver diferentes discursos, e a articulação da diferença entre eles pode realizar-se de muitas maneiras, variando entre a cooperação e a competição. Quando discursos entram em competição em um texto, é comum haver um discurso “protagonista” e um discurso “antagonista”. Nesse caso, a articulação serve a propósitos de negação de um discurso em nome da afirmação do outro (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 126).

Um mesmo aspecto do mundo pode ser representado segundo diferentes discursos (lembre-se o exemplo da globalização), e textos representando o mesmo aspecto do mundo podem, portanto, articular diferentes discursos, em relações dialógicas harmônicas ou polêmicas. A heterogeneidade de um texto em termos da articulação de diferentes discursos é chamada interdiscursividade, uma das categorias de análise do significado representacional utilizadas nesta pesquisa.¹⁸ A análise interdiscursiva de um texto relaciona-se à identificação dos discursos articulados e da maneira como são articulados. A identificação de um discurso em um texto cumpre duas etapas: a identificação de que partes do mundo são representadas (os ‘temas’ centrais), e a identificação da perspectiva particular pela qual são representadas. As maneiras particulares de representação de aspectos do mundo podem ser especificadas por meio de traços lingüísticos que podem ser vistos como ‘realizando’ um discurso. O mais evidente desses traços distintivos é o vocabulário, pois diferentes discursos ‘lexicalizam’ o mundo de maneiras diferentes.

Outra categoria de análise do significado representacional foi utilizada na pesquisa: o ‘significado de palavra’. Fairclough (2001a, p. 105) registra que um foco de

¹⁸ Em *Discurso e mudança social*, a interdiscursividade também é relacionada à articulação de outros elementos de ordens de discurso, como a estrutura genérica. Nesta pesquisa, a interdiscursividade foi investigada apenas em seu aspecto da articulação de diferentes discursos, conforme proposto em Fairclough (2003a).

análise recai sobre o modo como “os sentidos das palavras entram em disputa dentro de lutas mais amplas”, sugerindo que “as estruturações particulares das relações entre os sentidos de uma palavra são formas de hegemonia”. Os significados das palavras e a lexicalização de significados não são construções individuais, são variáveis socialmente construídas e socialmente contestadas, são “facetas de processos sociais e culturais mais amplos” (*op.cit.*: 230). Além disso, a relação entre palavra e significado não é uma constante trans-histórica, ao contrário, muitos significados potenciais são instáveis, o que pode envolver lutas entre atribuições conflitantes de significados - e a variação semântica é vista como um fator de conflito ideológico, pois os significados podem ser política e ideologicamente investidos. Nesse sentido, investiguei, nos folhetos de cordel, os significados da expressão ‘meninos de rua’.

1.2.4 Significado identificacional e estilo

Por fim, volto-me ao significado identificacional, relacionado ao conceito de ‘estilo’. Estilos constituem o aspecto discursivo de identidades, ou seja, relacionam-se à identificação de atores sociais em textos. Como o processo de identificação no discurso envolve seus efeitos constitutivos, Fairclough (2003a) sugere que a identificação seja compreendida como um processo dialético em que discursos são inculcados em identidades, uma vez que a identificação pressupõe a representação, em termos de presunções acerca do que se é.

Uma discussão relevante aqui envolve a dialética entre estrutura e ação, do ponto de vista da liberdade relativa do sujeito (ver a subseção 1.1.2). De acordo com essa dialética, a noção de ‘sujeito assujeitado’ de Althusser (1985), referente à determinação estrutural do sujeito, é negada, visto que as pessoas não são apenas pré-posicionadas no modo como participam em eventos e interações sociais, são também agentes sociais criativos, capazes de criar e mudar coisas.

Fairclough (2003a, p. 160), seguindo Archer, distingue os conceitos de ‘agentes primários’ e ‘agentes incorporados’.¹⁹ Em sua experiência no mundo, as pessoas são posicionadas involuntariamente como agentes primários pelo modo como nascem e sobre o qual são impossibilitadas, inicialmente, de operar escolhas - isso inclui as noções de gênero e classe social. A capacidade de agentes sociais transformarem sua condição nesse posicionamento primário depende de sua reflexividade (ver a seção 1.3) para se transformarem em agentes incorporados capazes de agir coletivamente e de atuar na mudança social.

Entre as categorias relacionadas ao significado identificacional, destacam-se nesta pesquisa a avaliação e a modalidade. A avaliação inclui afirmações avaliativas, que apresentam juízo de valor; afirmações com verbos de processo mental afetivo, tais como ‘detestar’, ‘gostar’, ‘amar’; e presunções valorativas, sobre o que é bom ou desejável.

As afirmações avaliativas são afirmações acerca do que é considerado desejável ou indesejável, relevante ou irrelevante. O elemento avaliativo de uma afirmação pode ser um atributo, um verbo, um advérbio ou um sinal de exclamação (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 172). A avaliação está sujeita a uma escala de intensidade - por exemplo, adjetivos e advérbios avaliativos agrupam-se em conjuntos semânticos de termos que variam de baixa a alta intensidade, como no *continuum* bom/ ótimo/ excelente.

No caso das afirmações com verbos de processo mental afetivo, diz-se que as avaliações são ‘afetivas’ porque são geralmente marcadas subjetivamente, ou seja, marcam explicitamente a afirmação como sendo do autor, em estruturas como ‘eu *detesto* isso’, ‘eu *gosto* disso’, ‘eu *adoro* isso’. Como os exemplos sugerem, nesses casos também se observa a gradação entre a baixa e a alta afinidade.

As presunções valorativas são os casos em que a avaliação não é engatilhada por marcadores relativamente transparentes de avaliação, em que os valores estão mais

¹⁹ Fairclough faz referência ao livro *Being human: the problem of agency*, editado pela Cambridge University Press, em 2000.

profundamente inseridos nos textos. A construção de significado depende não só do que está explícito em um texto, mas também do que está implícito - o que está presumido. O que está 'dito' em um texto sempre se baseia em presunções 'não ditas', então parte do trabalho de se analisar textos é tentar identificar o que está presumido. Conforme Fairclough (2003a, p. 58) indica, significados presumidos são de particular relevância ideológica - "pode-se dizer que relações de poder são mais eficientemente sustentadas por significados tidos, amplamente, como tácitos".²⁰

A categoria da modalidade é uma categoria complexa, que exige uma discussão um pouco mais detalhada. Segundo Halliday (1988, p. 75), a modalidade é "o julgamento do falante sobre as probabilidades ou obrigatoriedades envolvidas no que diz".²¹ Para esse autor, a modalidade associa-se a "um traço semântico essencial": a polaridade. A polaridade é a escolha entre positivo e negativo, como na oposição 'é/ não é'; e a modalidade, para Halliday, são as possibilidades intermediárias entre sim e não, ou seja, os tipos de indeterminação situados entre os pólos.

Em proposições (trocas de informação), o significado dos pólos positivo e negativo é afirmar e negar ('isso é assim' / 'isso não é assim'), sendo que há dois tipos de possibilidades intermediárias: os graus de probabilidade e os graus de frequência. Os graus de probabilidade variam, por exemplo, entre 'possivelmente', 'provavelmente', 'certamente'; ao passo que os graus de frequência variam, por exemplo, entre 'às vezes', 'normalmente', 'sempre' (HALLIDAY, 1988, p.86).

Em propostas (trocas de "bens e serviços"²²), o significado dos pólos positivo e negativo envolve prescrever e proscrever, respectivamente ('faça isso' / 'não faça isso'), e há também dois tipos de possibilidades intermediárias, nesse caso relacionados à

²⁰ Minha tradução de "one can argue that relations of power are best served by meanings which are widely taken as given".

²¹ Minha tradução de "the speaker's judgement of the probabilities, or the obligations, involved in what he is saying".

²² Em Halliday (1988: 86), "goods & services".

função do discurso. Em uma ordem, os pontos intermediários entre a prescrição e a proscricção representam graus de obrigatoriedade, variando como no *continuum* permitido/ esperado/ obrigado. Em uma oferta, os pontos intermediários representam graus de inclinação, como em desejoso de/ ansioso por/ determinado a.

Para Halliday, a modalidade refere-se especificamente aos graus intermediários entre os pólos positivo e negativo em proposições, ou seja, os graus de probabilidade (possível/ provável/ certo) e freqüência (esporádico/ usual/ freqüente) . Para o caso das escalas de obrigatoriedade (obrigatório/ permitido/ proibido) e inclinação (desejoso/ ansioso/ determinado), Halliday (1988, p. 86) sugere o termo *modulação*.

Ao retomar o postulado de Halliday acerca da modalidade, Fairclough (2003a) modifica-o. Um primeiro ponto que distingue as duas perspectivas é que Fairclough elimina a distinção entre modalidade e modulação, unificando os processos sob o título de modalidade. Para ele, “a questão da modalidade pode ser vista como a questão de quanto as pessoas se comprometem quando fazem *afirmações, perguntas, demandas* ou *ofertas*”.²³ Afirmções e perguntas referem-se à troca de conhecimento (a troca de informação de Halliday); demandas e ofertas referem-se à troca de atividade (a troca de bens e serviços de Halliday), sendo que todas essas funções discursivas relacionam-se à modalidade. Em trocas de conhecimento, a modalidade é *epistêmica*, refere-se ao comprometimento com a ‘verdade’; em trocas de atividade, a modalidade é *deôntica*, refere-se ao comprometimento com a obrigatoriedade/ necessidade.

A segunda distinção entre os postulados de Halliday e Fairclough acerca da modalidade diz respeito aos pólos positivo e negativo. Halliday (1988, p. 86) define como modalidade “os graus intermediários entre os pólos positivo e negativo”, de modo que as proposições polares (asserção e negação absolutas) ficam fora do estudo da

²³ Minha tradução de “*The question of modality can be seen as the question of what people commit themselves to when they make Statements, ask Questions, make Demands or Offers*”. Grifo meu.

modalidade.²⁴ Fairclough, ao contrário, assume uma categoria ampla de modalidade, que inclui os pólos. Nesses casos, Fairclough sugere uma *modalidade categórica*. Além disso, Fairclough acrescenta uma reflexão acerca das distinções temporais, como as distinções entre pode/ poderia e deve/ deveria, que coincidem com a distinção entre hipotético e não-hipotético.

Fairclough acrescenta uma outra distinção, entre modalidade objetiva e modalidade subjetiva. Na modalidade objetiva, a base subjetiva do julgamento está implícita: não fica claro qual o ponto de vista privilegiado na representação, se “o falante projeta seu ponto de vista como universal ou age como veículo para o ponto de vista de um outro indivíduo ou grupo” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 200). Na modalidade subjetiva, a base subjetiva para o grau de afinidade com a proposição é explicitada, deixando claro que a afinidade expressa é do próprio falante.

A realização lingüística clássica da modalidade são os verbos e advérbios modais, com os adjetivos correspondentes. Não obstante, há uma gama de outros fenômenos lingüísticos e paralingüísticos que deve ser considerada. Charaudeau & Maingueneau (2004, p. 336), por exemplo, distinguem os seguintes elementos como relevantes para a categoria de modalidade :

advérbios e locuções adverbiais (talvez, felizmente...), interjeições (ai! ufa!), adjetivos (desejável, indiscutível...), verbos (querer, dever...), entonação (afirmativa, interrogativa...) modos do verbo (subjuntivo, indicativo...), tempos verbais (futuro, condicional...), glosas meta-enunciativas ('se eu posso dizer', 'de qualquer forma'...), rupturas enunciativas de vários níveis (ironia, discurso citado...), sinais tipográficos (aspas)...

A importância do estudo da modalidade para o significado identificacional decorre de que a modalidade é entendida como a relação entre o autor de um texto e a representação. A modalidade é relevante na construção discursiva de identidades porque “o quanto você se compromete é uma parte significativa do que você é - então

²⁴ Minha tradução de “*the intermediated degrees between the positive and negative poles*”.

escolhas de modalidade em textos podem ser vistas como parte do processo de texturização de auto-identidades” (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 166).²⁵

Mas o processo de identificação sempre é afetado pelo processo de relação social, o que implica que escolhas de modalidade são significativas na identificação, mas também na ação e na representação - em um exemplo claro da dialética entre os três aspectos do significado. Nesse sentido, Fairclough (2001b) postula uma relação entre modalidade e hegemonia: o uso restrito de elementos modalizantes e a predileção por modalidades categóricas e por modalidades objetivas permitem que perspectivas parciais (discursos particulares) sejam universalizadas.

A relação entre os significados acional, representacional e identificacional é dialética, ou seja, os três aspectos não são isolados entre si, e sua distinção é uma necessidade metodológica. A representação relaciona-se ao conhecimento, mas também tem implicação sobre a ação, pois representações são formas de legitimação; a ação refere-se às relações sociais, mas também ao poder; a identificação relaciona-se às relações consigo mesmo e à ética. Em poucas palavras, pode-se afirmar que discursos (significados representacionais) são concretizados em gêneros (significados acionais) e inculcados em estilos (significados identificacionais), e que ações e identidades (incluindo gêneros e estilos) são representadas em discursos (FAIRCLOUGH, 2003a). Assim, a distinção entre os três aspectos do significado é analítica, mas não exclui a fluidez e a internalização entre eles.

As formulações acerca de ação, representação e identificação apontam para a possibilidade - e para a necessidade - de rompimento dos limites entre a Lingüística e as Ciências Sociais. Nesse ponto, a proposta teórica de Fairclough insere-se na tradição da Ciência Social Crítica - “ciência social motivada pelo objetivo de prover base científica para um questionamento crítico da vida social em termos políticos e morais, ou seja, em

²⁵ Minha tradução de “*what you commit yourself to is a significant part of what you are - so modality choices in texts can be seen as part of the process of texturing self-identities*”.

termos de justiça social e poder” (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 15).²⁶ É para o diálogo entre a ADC e a Ciência Social Crítica que se volta o foco na próxima seção.

1.3 Análise de Discurso Crítica e Ciência Social Crítica

A Ciência Social Crítica (CSC) é definida como a abordagem da ciência social cujo objeto de estudo é a relação entre esferas da vida social e a atividade econômica, política e cultural (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999). A ADC, por sua vez, é uma forma de CSC cujo objetivo é “lançar luz sobre os problemas que as pessoas enfrentam por efeito de formas particulares da vida social”.²⁷ Com objetivos emancipatórios, a ADC dedica especial atenção aos problemas enfrentados por aqueles “que podemos denominar vagamente como ‘perdedores’ - os pobres, os excluídos sociais, as pessoas sujeitas a relações opressoras” (FAIRCLOUGH, 2003b, p. 185).²⁸

É esse o significado do ‘C’ em ADC. Em outras palavras, a ADC é uma prática teórica *crítica* porque se baseia na premissa de que situações opressoras podem mudar, ou melhor, podem ser mudadas, visto que são criações sociais e, como tal, são passíveis de serem transformadas socialmente. Para Rajagopalan (2003, p. 12), é essa premissa “de ordem existencial” que distingue a teoria tradicional da teoria crítica - esta última não se contenta em descrever e teorizar os problemas sociais, objetiva participar ativamente em processos de mudança. E a linguagem constitui um foco inescapável na persecução desse objetivo, visto que é “palco de intervenção política”, em que se travam disputas pela estruturação, desestruturação e reestruturação de hegemonias, em que se constroem identidades, se veiculam ideologias.

²⁶ Minha tradução de “*social science which is motivated by the aim of providing a scientific basis for a critical questioning of social life in moral and political terms, e.g. in terms of social justice and power.*”

²⁷ Minha tradução de “*arrojar luz sobre los problemas a los que se enfrenta la gente por efecto de las particulares formas de la vida social.*”

²⁸ Minha tradução de “*que podemos denominar vagamente como los ‘perdedores’ - los pobres, los excluidos sociales.*”

Não é à toa, então, que diversos teóricos da CSC têm-se voltado para a linguagem e que cada vez mais lingüistas têm-se conscientizado do papel crítico que a Lingüística pode - e deve - desempenhar. Não obstante, é de se admitir que, pelo menos no Brasil, ainda há pressões contrárias ao diálogo entre a Lingüística e a Ciência Social. Existem, ainda, os empenhados em desacreditar o embasamento lingüístico da análise de discurso. Sobre a necessidade de renovação da lingüística nesse contexto, Rajagopalan (2003, p. 25) pontua: “nós, lingüistas, devemos, com urgência, rever muitos dos conceitos e das categorias com os quais estamos acostumados a trabalhar, no intuito de torná-los mais adequados às mudanças estonteantes, principalmente em nível social, geopolítico e cultural, em curso neste início de milênio”.

Daí a importância de se pensar as categorias lingüísticas em sua relação com conceitos de caráter sociológico. Dentre esses conceitos destacam-se, para os interesses desta pesquisa, os de ‘reflexividade’, ‘identidade e diferença’ e ‘ideologia’, os quais serão discutidos a seguir.

1.3.1 Reflexividade

A reflexividade institucional, característica da modernidade tardia, é conceituada por Giddens (2002, p. 25) como “a terceira maior influência sobre o dinamismo das instituições modernas”, ao lado da separação espaço-tempo e dos mecanismos de desencaixe, e deles derivada. A separação de tempo e espaço é “a condição para a articulação das relações sociais ao longo de amplos intervalos de espaço-tempo, incluindo sistemas globais”, no sentido de que as sociedades modernas dependem de modos de interação em que as pessoas estão separadas temporal e espacialmente (GIDDENS, 2002, p. 26). A separação espaço-tempo é crucial para o desenvolvimento de mecanismos de desencaixe, pois o desencaixe refere-se ao “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (GIDDENS, 1991, p.

29). Segundo Lash (1997, p. 161), tanto a separação tempo-espaço como os mecanismos de desencaixe estão relacionados às “estruturas de informação e comunicação”.²⁹

A reflexividade da vida social moderna, por sua vez, refere-se à revisão intensa, por parte dos atores sociais, da maioria dos aspectos da atividade social, à luz de novos conhecimentos gerados pelos sistemas especialistas. Devido à relação entre esses conhecimentos e o monitoramento reflexivo da ação, Chouliaraki & Fairclough (1999) sugerem que a reflexividade inerente à ação humana foi ‘externalizada’ na modernidade, ou seja, as informações de que os atores sociais valem-se para a reflexividade vêm ‘de fora’.

Uma boa parte desse conhecimento é veiculada na mídia, e uma das características da mídia, segundo Thompson (1998), é a disponibilidade das formas simbólicas no tempo e no espaço. Isso significa também que as formas simbólicas veiculadas na mídia são desencaixadas de seus contextos originais e recontextualizadas em diversos outros contextos, para aí serem decodificadas por uma pluralidade de atores sociais que têm acesso a esses bens simbólicos. Thompson (1998, p. 45) esclarece também que “ao interpretar as formas simbólicas os indivíduos as incorporam na própria compreensão que têm de si mesmos e dos outros, as usam como veículos para reflexão e auto-reflexão”.

Embora a difusão dos produtos da mídia seja globalizada na modernidade, a apropriação desses materiais simbólicos é localizada, ou seja, ocorre em contextos específicos e por indivíduos especificamente localizados em contextos sócio-históricos. Nesse sentido, Thompson (1998, p. 158) chama atenção para as tensões e conflitos provenientes da apropriação localizada dos produtos da mídia na construção reflexiva de identidades: “com o desenvolvimento da mídia, indivíduos têm acesso a novos tipos de

²⁹ Voltarei a isso na seção 3.2, em que discuto, entre outras coisas, a relação entre cordel e mídia.

materiais simbólicos que podem ser incorporados reflexivamente no projeto de autoformação”.

É com base no conceito de reflexividade que Giddens vê as identidades como uma construção reflexiva, em que as pessoas operam escolhas de estilos de vida; ao contrário das sociedades tradicionais, em que as possibilidades de escolha são pré-determinadas pela tradição. O problema imediato da teoria de Giddens é que ele se concentra nos aspectos ‘positivos’ da nova ordem. Nesse sentido, Giddens privilegia as ‘oportunidades’ geradas pela globalização (ver o Capítulo 2), ainda que essas oportunidades sejam para uma minoria, em detrimento de uma maioria, para quem apenas restam os ‘riscos’.³⁰

Está claro que a reflexividade é indiscutível em certos domínios da experiência e para determinadas parcelas da população mundial, mas será possível afirmar que pessoas como, por exemplo, os chamados ‘moradores de rua’, que precisam diariamente se preocupar com a própria sobrevivência, podem ocupar-se da escolha auto-reflexiva de estilos de vida? Que estilos de vida têm disponíveis para escolha pessoas que vivem à margem dos ‘bens’ produzidos pela modernidade? Sem dúvida, para esses atores a modernidade adquire contornos distintos. Sobre a contradição acerca do conceito de reflexividade, Lash (1997, p. 146) pontua:

Por que, poderíamos perguntar, encontramos a reflexividade em alguns locais e não em outros? Por que em alguns setores econômicos e não em outros? Há certamente um aumento maciço no número de produtores reflexivos de *softwares*, na produção de computadores e de semicondutores, nos serviços empresariais, na construção de máquinas. Mas, e quanto à criação pós-fordista de milhões de subempregos, de empregos fabris de nível inferior; e quanto à criação sistemática de grandes exércitos de desempregados, especialmente entre os jovens do sexo masculino? E quanto a todas essas posições do novo mercado de mão-de-obra, que foi rebaixado a uma posição inferior àquela da classe trabalhadora clássica (fordista)? Há, de fato, ao lado dos ‘vencedores da reflexividade’, batalhões inteiros de ‘perdedores da reflexividade’ das sociedades atuais de classes cada vez mais polarizadas, embora com informação e consciência de classe cada vez menores? Além disso, fora da

³⁰ Giddens (1991, p. 38) explica que a noção de risco originou-se no período moderno, em decorrência da compreensão de que resultados inesperados podem ser consequência de nossas próprias atividades ou escolhas, ao invés de se tratar de significados ocultos da natureza.

diferença relacionam-se, pois, às maneiras como a sociedade produz e utiliza classificações, por isso são conceitos importantes em teorias críticas, interessadas na investigação de relações de dominação - o privilégio de classificar implica o privilégio de atribuir valores aos grupos classificados. É por meio da representação que identidade e diferença ligam-se a sistemas de poder; questionar identidades e diferenças é, então, questionar os sistemas legitimados que lhes servem de suporte na atribuição de sentido.

Castells (1999, p. 23) aponta que toda e qualquer identidade é construída, e para ele a principal questão acerca da construção da identidade é “como, a partir de quê, por quem e para quê isso acontece”, uma vez que isso é determinante do conteúdo simbólico da identidade. Como a construção da identidade sempre se dá em contextos de poder, Castells propõe três formas de construção da identidade: a *identidade legitimadora* é introduzida por instituições dominantes a fim de legitimar sua dominação; a *identidade de resistência* é construída por atores em situação desprivilegiada na estrutura de dominação e constitui, portanto, foco de resistência; a *identidade de projeto* é construída quando atores sociais buscam redefinir sua posição na sociedade e constitui recurso para mudança social. Há um fluxo entre esses tipos de identidade; por exemplo, uma identidade que se constrói como de resistência pode resultar em projeto e, por meio da mudança social, acabar constituindo uma identidade legitimadora.

Uma questão para a ADC é investigar como se dá o embate discursivo entre identidades. A luta hegemônica sobre identidades é a luta entre a fixação/ estabilização e a subversão/ desestabilização de identidades. Como toda hegemonia, a estabilização de identidades é sempre relativa, sempre há focos de luta sobre pontos de instabilidade (FAIRCLOUGH, 1997), colocando em xeque os processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas (HALL, 2000).

Outra questão a se avaliar em interações é a orientação dada para as diferenças - não só as diferenças entre atores sociais, mas sobretudo as diferenças entre

Para o estudo dos modos de operação da ideologia nos textos analisados, utilizo a Teoria de Ideologia proposta por Thompson (1995). Este autor nega as “concepções neutras de ideologia”, inserindo seu modelo teórico entre as “concepções críticas”, que “implicam que o fenômeno caracterizado como ideologia - ou como ideológico - é enganador, ilusório ou parcial” (THOMPSON, 1995, p. 73).³³ À análise de ideologia proposta por Thompson, interessam as maneiras como as formas simbólicas relacionam-se com o poder - e, portanto, com lutas hegemônicas. Thompson conceitua fenômenos ideológicos como necessariamente a serviço do estabelecimento e da manutenção de relações de poder, ou seja, para ele são ideológicos somente os fenômenos que atuam em favor do sistema.

Os modos gerais de operação da ideologia elencados por Thompson (1995, p. 81-9) são cinco, a saber: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Por meio da *legitimação*, relações de dominação podem ser estabelecidas ou mantidas sendo representadas como legítimas. Afirmações de legitimação podem basear-se em três estratégias de construção simbólica, a racionalização, a universalização e a narrativização. Na racionalização, a estratégia de legitimação baseia-se em fundamentos racionais, na legalidade de regras dadas *a priori*; na universalização, representações parciais são legitimadas por meio de sua apresentação como servindo a interesses gerais; na narrativização, a legitimação se constrói por meio da recorrência a histórias que buscam no passado a legitimação do presente.

A *dissimulação*, modo de operação da ideologia que estabelece e sustenta relações de dominação por meio de sua negação ou ofuscação, pode ser realizada por construções simbólicas como deslocamento, eufemização e tropo. No primeiro caso, há uma recontextualização de termos, geralmente referentes a um campo e que são usados

³³ “Concepções neutras de ideologia são aquelas que tentam caracterizar fenômenos como ideologia, ou ideológicos, sem implicar que esses fenômenos sejam, necessariamente, enganadores e ilusórios, ou ligados com interesses de algum grupo particular.” (THOMPSON, 1995: 72)

com referência a outro, deslocando conotações positivas ou negativas. Na eufemização, ações, instituições ou relações sociais são representadas de modo que desperte uma valorização positiva, ofuscando pontos de instabilidade. O tropo refere-se ao uso figurativo da linguagem, que pode servir a interesses de apagamento de relações conflituosas.

A *unificação* é o *modus operandi* da ideologia pelo qual relações de dominação podem ser estabelecidas ou sustentadas pela construção simbólica da unidade. Há duas estratégias de construção simbólica relacionadas à unificação: a padronização - adoção de um referencial padrão partilhado - e a simbolização - construção de símbolos de identificação coletiva.

Na *fragmentação*, relações de dominação podem ser sustentadas por meio da segmentação de indivíduos e grupos que, se unidos, poderiam constituir obstáculo à manutenção do poder. Uma das estratégias de construção simbólica da fragmentação é a diferenciação, em que se enfatizam características que desunem e impedem a constituição de um grupo coeso, com objetivo de desestabilizar a luta hegemônica. Outra estratégia é o expurgo do outro, em que se objetiva representar simbolicamente o grupo que possa constituir obstáculo ao poder hegemônico como um inimigo que deve ser combatido.

Por fim, há o modo de operação da ideologia denominado *reificação*, por meio do qual uma situação transitória é representada como permanente, ocultando seu caráter sócio-histórico. Há quatro estratégias de construção simbólica da reificação, a saber: naturalização, eternalização, nominalização e passivação. Por meio da naturalização, uma criação social é tratada como se fosse natural, independente da ação humana. A eternalização é a estratégia por meio da qual fenômenos históricos são retratados como permanentes. A nominalização e a passivação possibilitam o apagamento de agência, representando processos como entidades.

A importância dessa abordagem para a pesquisa é a constituição de um arcabouço para análise de construções simbólicas ideológicas no discurso. Em outras palavras, a abordagem de ideologia de Thompson, aliada ao arcabouço da ADC, fornece ferramentas para se analisar, lingüisticamente, construções discursivas revestidas de ideologia.

Nos folhetos de cordel analisados, observa-se a recorrência de discursos particulares relacionados à hegemonia neoliberal e à 'demissão do Estado' (BOURDIEU, 1997c; ver a subseção 2.1.1). No próximo capítulo, discutirei questões como o neoliberalismo e a exclusão social, como parte do processo de análise dos folhetos, de acordo com o enquadre analítico da ADC (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999).

CAPÍTULO 2

NOVO CAPITALISMO E EXCLUSÃO SOCIAL

Neste capítulo, trato a questão da pobreza e da exclusão social, entendida em seu contexto contemporâneo, ou seja, relacionada a uma conjuntura política global de agravamento das desigualdades sociais. Começo abordando o neoliberalismo e sua relação com a flexibilização das relações de trabalho e com a ‘demissão do Estado’. Em seguida, na segunda seção, passo a tratar a pobreza e a exclusão social de modo mais específico, refletindo sobre renda, industrialização, desemprego e educação. Na terceira seção, volto-me à questão do ‘povo da rua’ - o maior símbolo da desigualdade que põe indivíduos à margem da modernidade, no interior mesmo de um país dito moderno -, considerando o grave problema da ‘banalização da injustiça social’ que nos leva a conviver com o sofrimento infligido a outrem sem nos sentirmos responsáveis pela luta social por mudança. Na quarta seção, por fim, desloco o foco para as alternativas contra-hegemônicas possíveis para a superação da crise social. Do ponto de vista do arcabouço metodológico da ADC (ver a seção 4.3), a abordagem dessas questões deve ser interpretada como parte da análise: aqui avalio o *problema* de que tratam os folhetos, a *conjuntura* do problema, sua *relação com redes de práticas*, sua *função na prática*, os *obstáculos a serem enfrentados* e os *possíveis modos de ultrapassá-los*.

2.1 Estado e neoliberalismo

Já se tornou lugar-comum afirmar que o neoliberalismo reduziu o papel dos Estados nacionais, minando as conquistas do Estado de Bem-Estar Social - no que se refere tanto aos direitos contratuais dos trabalhadores quanto aos direitos universais dos cidadãos - e limitando a soberania dos Estados nacionais na resolução de seus problemas internos. Nesta seção, trato da relação entre o neoliberalismo e o Estado, com vistas para a ampliação da injustiça social como resultado da globalização da ideologia neoliberal.

Na primeira subseção, abordo as reestruturações do capitalismo rumo à radicalização global da lógica liberal e a função dos organismos financeiros internacionais na disseminação do modelo neoliberal; em seguida, relaciono a globalização do neoliberalismo à retirada do Estado de suas funções redistributivas e à flexibilização das relações de trabalho; na terceira subseção, por fim, abordo a força do neoliberalismo como discurso, na representação de transformações político-econômicas como naturais, inexoráveis, o que resulta em uma naturalização da injustiça social.

2.1.1 *Novo capitalismo e Estado de Bem-Estar Social*

Fairclough (2003a) utiliza o termo ‘novo capitalismo’ para designar as reestruturações mais recentes do capitalismo na manutenção de sua continuidade como modelo dominante, de acordo com sua “capacidade de superar crises por meio da transformação radical de si mesmo, de modo que a expansão econômica possa continuar. (...) Essa transformação [na direção do novo capitalismo] envolve a reestruturação das relações entre os domínios econômico, político e social”.³⁴ Nessa perspectiva, o neoliberalismo é entendido como um projeto político facilitador dessa

³⁴ Minha tradução de “*Capitalism has the capacity to overcome crisis by radically transforming itself, so that economic expansion can continue. (...) This transformation involves ‘re-structuring of relations between the economic, political and social domains’.*”

reestruturação, em consonância com as demandas de um capitalismo global cujas conseqüências mais evidentes são o aumento da distância entre ricos e pobres (seja no interior de um país ou entre países), da insegurança econômica para os trabalhadores e da exploração no trabalho.

Após a Era de Ouro ³⁵ - período da História compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1970 -, em que se acreditava na expansão horizontal do crescimento econômico (BUARQUE, 1999, p. 32), veio a crise de acumulação capitalista, na segunda metade da década de 1970. Ressurgiu então a ideologia liberal, “agora travestida de um conservadorismo político aliado a um ultraliberalismo econômico na defesa da superioridade do mercado diante do Estado” (SOARES, 2003, p. 37). ³⁶

De acordo com a ideologia neoliberal, o Estado de Bem-Estar Social, que combinava o seguro social - direitos contratuais adquiridos pelos trabalhadores - à seguridade social - proteção social ampla, estendida aos cidadãos -, era o vilão da crise, devido aos ‘gastos’ sociais impostos ao Estado contra os interesses ‘do mercado’. Por isso a estratégia neoliberal de enfrentamento da crise era o corte do “poder dos assalariados na luta por uma distribuição da renda a seu favor”, por meio da flexibilização das relações de trabalho e do desmonte do Estado de Bem-Estar Social, ou “na melhor das hipóteses sua ‘reforma’” (*idem, ibidem*).

Se o impacto do desmoronamento do Estado de Bem-Estar Social se fez sentir nos países centrais, nos países periféricos, onde um Estado de Bem-Estar Social não chegou a

³⁵ A chamada Era de Ouro refere-se a um período de “extraordinário crescimento econômico e transformação social, anos que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período de brevidade comparável”. Em contrapartida, a última parte do século XX “foi uma nova era de decomposição, incerteza e crise” (HOBBSBAWN, 1995, p. 15)

³⁶ De acordo com Mollo (1996, p. 3), “a concepção liberal em economia prega a liberdade de mercado, por acreditar que ele é auto-regulador e que é a melhor maneira de articulação entre os indivíduos de uma sociedade, a mais eficiente. Esta doutrina apóia-se em idéias de individualismo, competição, eficiência, privatização, abertura de mercado, desregulamentação e espírito empresarial”. Embora a discussão histórica do desenvolvimento do liberalismo, desde o século XIX com Adam Smith, seja interessante, escapa aos objetivos deste trabalho.

existir de modo efetivo, o impacto foi muito maior, porque a situação social agravou-se ao mesmo tempo em que os já ineficientes mecanismos de proteção social definhavam. O Brasil, “monumento à negligência social”, é um exemplo disso (HOBBSAWN, 1995, p. 555). Se não é possível responsabilizar a globalização neoliberal pela pobreza no Terceiro Mundo, é lícito afirmar que houve uma precarização da situação social nesses países. Nesse sentido, Soares (2003, p. 59) aponta “um agravamento das condições estruturais da pobreza, bem como o surgimento de outros determinantes que passam a configurar um quadro de pobreza ampliada”.

O projeto neoliberal de países capitalistas ditos ‘avançados’ dependia da exportação do modelo neoliberal aos países pobres e dependentes, e os organismos financeiros internacionais constituíam um eficiente modo de persecução desse objetivo, por meio da vinculação de empréstimos a ‘ajustes’ políticos e econômicos. Sobre isso Hobsbawn (1995, p. 420) explica:

Os organismos financeiros internacionais, sobretudo o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, apoiados pela oligarquia dos grandes países capitalistas que, sob o vago rótulo de ‘Grupo dos Sete’, se tornaram cada vez mais institucionalizados, adquiriram crescente autoridade durante as Décadas de Crise, à medida que as incontáveis incertezas das trocas globais, a crise da dívida do Terceiro Mundo e o colapso das economias soviéticas tornaram um número cada vez maior de países dependentes da disposição dos países ricos de conceder-lhes empréstimos. Esses empréstimos eram cada vez mais condicionados à busca local de políticas agradáveis às autoridades bancárias globais. O triunfo da teologia neoliberal na década de 1980 na verdade traduziu-se em políticas de privatização sistemática e capitalismo de livre mercado impostas a governos demasiado falidos para resistir-lhes, fossem elas imediatamente relevantes para seus problemas econômicos ou não. (...) Eram autoridades internacionais efetivas para a imposição pelos ricos de políticas aos países pobres.

Desse modo, por meio do poder dos organismos financeiros internacionais que representam os interesses dos países centrais, foram impostas, aos países periféricos, ‘políticas de ajuste’ - como parte do movimento de ajuste global no contexto de globalização financeira e produtiva - caracterizadas por “um rearranjo da hierarquia das relações econômicas e políticas internacionais, feito sob a égide de uma *doutrina*

neoliberal, cosmopolita, gestada no centro financeiro e político do mundo capitalista” (SOARES, 2003, p. 19). Por isso o principal efeito das Décadas de Crise foi a ampliação do fosso que separa os países periféricos dos países centrais, pois embora a crise tenha afetado todo o mundo, os efeitos foram muito mais perversos nas regiões que já eram pobres (HOBBSAWN, 1995).

2.1.2 *Globalização neoliberal e demissão do Estado*

Bourdieu (1998, p. 54) questiona a visão da globalização como homogeneização, como o caminho para o ‘avanço’ das regiões atrasadas na direção do desenvolvimento (como sugere a expressão ‘países em desenvolvimento’ que passou a ser utilizada para designar alguns países do Terceiro Mundo, como o Brasil). Para ele, ao contrário, a globalização “é a extensão do domínio de um pequeno número de nações dominantes sobre o conjunto das praças financeiras nacionais”, o que enfraquece o poder dos Estados nacionais na decisão dos modos possíveis de enfrentamento de seus problemas internos.

Pode-se, então, afirmar que a ‘utopia global’ de equalização entre os países e regiões do mundo, subjacente à ideologia da globalização neoliberal, é a grande falácia contemporânea, visto que a política de ‘ajuste’ neoliberal não foi senão um agravante ao ‘desajuste social’, definido no *caráter estrutural* das mudanças provocadas. É nesse sentido que Soares (2003, p. 22) contesta a representação das conseqüências do ajuste neoliberal como *conjunturais*, como uma etapa transitória e necessária ao ‘avanço’ do Terceiro Mundo rumo ao capitalismo global.

O ajuste neoliberal prevê, entre outras coisas, uma flexibilização das relações de trabalho e uma redução do papel do Estado. A flexibilização das relações no mundo do trabalho minou a capacidade dos trabalhadores de negociar questões de seu interesse com os empregadores, uma vez que a flexibilização caminha lado a lado com a precarização. É por meio das relações de trabalho que a precariedade da situação social

atinge diretamente todo o conjunto da sociedade, e não apenas os que convivem com a miséria, “pelo temor que ela [a precariedade] suscita e que é metodicamente explorado pelas estratégias de precarização, como a introdução da famosa flexibilidade - que é inspirada tanto por razões econômicas quanto políticas” (BOURDIEU, 1998, p. 123).

Nesse sentido, Bourdieu (*idem, ibidem*) vislumbra a função do problema da precariedade social na prática do capitalismo neoliberal globalizado: para ele, a precariedade é “produto de uma *vontade política*”, o que entra em conflito com o discurso fatalista da globalização, para o qual a precariedade seria apenas fruto de uma “*fatalidade econômica*” (ver a subseção 2.1.3). Assim, a precarização das relações de trabalho - que inclui o subemprego, o contrato temporário, o trabalho noturno, o trabalho aos fins-de-semana, o trabalho mal remunerado - estaria em relação causal com a precarização da situação social, que gera insegurança generalizada no conjunto da população, obrigando os trabalhadores a se submeterem a relações de trabalho que contrariam suas conquistas anteriores.

Para designar a exploração radicalizada pela flexibilização, Bourdieu cunhou o termo *flexploração*. Registro aqui a explicação de Bourdieu (1998, p. 124/125), que capta sua percepção da função do problema na prática:

A precariedade se inscreve num modo de dominação de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração. (...) esse modo de dominação é absolutamente sem precedente, motivando a propor aqui o conceito, ao mesmo tempo muito pertinente e muito expressivo, de *flexploração*. Essa palavra evoca bem essa gestão racional da insegurança, que, instaurando sobretudo através da manipulação orquestrada do espaço da produção, a concorrência entre os trabalhadores dos países com conquistas sociais mais importantes, com resistências sindicais mais bem organizadas, e os trabalhadores dos países menos avançados socialmente, acaba por quebrar a resistência e obtém a obediência e a submissão, por mecanismos aparentemente naturais, que são por si mesmos sua própria justificação. (...) Parece-me, portanto, que o que é apresentado como um regime econômico regido pelas leis inflexíveis de uma espécie de natureza social é, na realidade, um *regime político* que só pode se instaurar com a cumplicidade ativa ou passiva dos poderes propriamente políticos.

Existe, então, como o trecho final dessa citação sugere, uma relação próxima entre a flexibilização das relações de trabalho, a flexploração, e a involução dos Estados nacionais em sua função regulatória, que serve para aumentar a insegurança e, com ela, a submissão. Pierre Bourdieu (1997c, p. 216) utiliza a expressão ‘demissão do Estado’ ao afirmar que a conversão coletiva à visão neoliberal foi acompanhada pela demolição da idéia de serviço público.

Como parte dos ‘ajustes’ neoliberais, os países periféricos foram obrigados a reduzir seus ‘gastos’ sociais em favor da lógica econômica, e os serviços básicos, conquistados como direito do(a) cidadão(ã), voltaram ao mercado. Os(as) que podem, compram no mercado os serviços de educação, saúde, segurança; os(as) que não podem pagar ficam dependentes dos serviços precariamente oferecidos pelo Estado ‘demitido’. Nesse sentido, Soares (2003, p. 11) argumenta que “retrocedemos historicamente à noção de que o bem-estar social pertence ao âmbito do privado, ou seja, as pessoas, as famílias e as ‘comunidades’ devem responsabilizar-se pelos seus problemas sociais, tanto pelas causas como pelas soluções”.

Assim, o conceito de ‘demissão do Estado’ refere-se ao abandono, por parte do poder público, de “sua missão primeira, que é a de sustentar a infra-estrutura organizacional indispensável ao funcionamento de toda sociedade urbana complexa” (WACQUANT, 1997, p. 168). De acordo com o projeto neoliberal, nas últimas décadas o governo brasileiro adotou uma política de erosão das instituições públicas, prejudicando principalmente as camadas sociais desprovidas de acesso aos recursos econômicos, culturais e políticos, e que dependem do Estado para exercer a cidadania. No momento em que a globalização neoliberal radicaliza as desigualdades e que a intervenção estatal é mais necessária que nunca para se enfrentar “as iniquidades do mercado”, o Estado se demite de sua função regulatória em nome da primazia do mesmo mercado (HOBBSAWN, 1995, p. 554).

Com a retirada do Estado do serviço social, as organizações não-governamentais proliferaram, na tentativa de suprir funções estatais. De acordo com Buarque (2001, p. 241), “as organizações não-governamentais surgiram em decorrência da falência do Estado no que diz respeito à ausência de respostas aos problemas surgidos em face dos novos valores éticos da sociedade”. O problema com relação às chamadas ONG’s é que em lugar de potencializarem as ações públicas governamentais, essas entidades passaram a ‘substituir’ o Estado, sem, no entanto, possuírem as condições necessárias para realizarem um trabalho efetivo e integrado, o que faz com que o impacto dessas ações seja muito reduzido (SOARES, 2003, p. 28).

É nesse sentido que Sorj (2004, p. 14) argumenta que as ações desses organismos alcançam um impacto mais simbólico que prático, pois embora tenham poder de mobilização da opinião pública, são limitadas como instrumento de pressão política. Nessa perspectiva, pode-se dizer, sem pretender diminuir o valor das ações comunitárias na luta pela justiça social, que essas organizações internalizam o discurso neoliberal de demissão do Estado de sua função redistributiva e da transferência dos serviços sociais para o mercado e para a sociedade. Se por um lado a formação de ONG’s é contra-hegemônica - questiona relações de exploração e procura colaborar para sua transformação -, por outro lado está de acordo com a lógica da demissão do Estado que sustenta o discurso neoliberal. É para a força do neoliberalismo como discurso que me volto na próxima subseção.

2.1.3 Neoliberalismo como discurso

No contexto do novo capitalismo, a importância do discurso para a obtenção do consenso é redobrada, com destaque para o discurso neoliberal, que classifica as reestruturações recentes do capitalismo como evolução ‘natural’, isenta da ação humana e inescapável. A mudança é nominalizada sob o título de ‘globalização’, representada como uma entidade dotada de ação, um fenômeno (e não um processo)

universal e inevitável (FAIRCLOUGH, 2003a). Para Fairclough, as aspirações hegemônicas do neoliberalismo são, em parte, uma questão de universalização dessa perspectiva particular, ou seja, desse discurso particular a respeito do novo capitalismo. O sucesso dessa representação pode ser medido em termos de sua repetibilidade, isto é, do quanto circula em diversos domínios e em vários tipos de texto (ver as subseções 1.1.3 e 1.2.3).

Bourdieu (1998, p. 42) também capta a importância da circulação desse discurso no estabelecimento e manutenção da hegemonia neoliberal. Para ele, “a força desse discurso dominante” reside no que “se ouve dizer por toda parte, o dia inteiro”. A visão neoliberal, que “se apresenta como evidente, como desprovida de alternativa”, produz uma verdadeira crença, uma “impregnação”, posto que é muitas vezes repetida e, assim, tomada como tácita. Desse modo, o discurso fatalista que transforma tendências econômicas em fatalidade adquire o *status* de consenso, passa a ser compartilhado. E a crença no fatalismo gera submissão, uma vez que se crê que não haja alternativas. A importância que Bourdieu (1998, p. 69) confere à linguagem em sua análise pode ser percebida na passagem citada abaixo:

O que pode surpreender é o fato de essa mensagem fatalista assumir ares de mensagem de liberação, por toda uma série de jogos léxicos em torno da idéia de liberdade, de liberação, de desregulamentação etc., por toda uma série de eufemismos, ou jogos duplos com as palavras visando apresentar uma restauração como uma revolução, segundo uma lógica que é a de todas as revoluções conservadoras.

Embora o projeto neoliberal seja uma ‘revolução conservadora’, uma involução - no sentido de que retrocede tanto nas relações trabalhistas, visto que os direitos adquiridos pelos trabalhadores lhes são retirados, quanto na função do Estado, que involui em termos de sua intervenção na distribuição de serviços -, por meio de um discurso travestido de modernidade consegue fazer-se passar por revolucionário e progressista; e embora tal projeto seja o resultado de articulações políticas que servem

a interesses particulares, por meio de um discurso fatalista consegue fazer-se passar por fenômeno natural, isento de agência e de responsabilidade humanas.

Esse discurso fatalista, segundo Bourdieu (1998, p. 75-7), consiste em “transformar tendências econômicas em destino”, de modo a inculcar “toda uma filosofia, toda uma visão de mundo, que gera o fatalismo e a submissão”. Representando as transformações do capitalismo global como uma fatalidade regida por ‘leis econômicas’ inescapáveis, o discurso neoliberal dissemina a crença de que não há alternativas a esse modelo de produção, conquista o consenso e naturaliza a pobreza e a injustiça social - tanto no interior de um país quanto entre países e regiões do mundo.

Com a bandeira do progresso, o discurso neoliberal da globalização vende a idéia da modernidade, tachando de arcaísmo toda alternativa à ideologia do *laissez-faire*. Nesse sentido, Bourdieu (1998, p. 48) classifica esse discurso como uma “idéia-força”, dotada de força social uma vez que é capaz de “realizar a crença”. Por isso o discurso é considerado “a principal arma de luta” dessa ideologia conservadora travestida de liberdade, porque é utilizado para “justificar a restauração” e conquistar o consenso.

Assim, malgrado o atual estágio do capitalismo planetário seja resultado de escolhas políticas e econômicas determinadas por um modo de produção histórico, a globalização é apresentada como inexorável. Conforme aponta Cevalco (2001, p. 15), “não parece haver vida fora do consumo conspícuo para uns e necessidades negadas para todos os outros”. O resultado dessa representação parcial é uma naturalização da injustiça social em escala global, que passa a ser vista como etapa transitória e necessária rumo ao ‘desenvolvimento’. Nos termos de Thompson (1995, p. 83; ver seção 1.3), com essa “dissimulação” dissemina-se a crença de que a ‘modernidade’, entendida como desenvolvimento econômico, poderia se estender a todo o planeta.

Nesse sentido, Jameson (2001, p. 33) argumenta que a palavra ‘modernidade’ é suspeita porque é utilizada em diversos domínios em substituição a ‘capitalismo global’ e, desse modo, encobre o fato de que “o capitalismo em si mesmo não tem nenhum

objetivo social”. E Jameson (*idem, ibidem*) completa: “Sair usando a palavra ‘modernidade’ a torto e a direito, em vez de capitalismo, permite que políticos, governos e cientistas políticos finjam que o capitalismo tem um objetivo social e que disfarcem o fato terrível de que não tem nenhum”. O capitalismo neoliberal, longe de ser um projeto de globalização do ‘progresso’, é, nas palavras de Hobsbawn (1995, p. 399), “um egoísmo associal, na verdade anti-social”.

Apesar do discurso progressista, a modernidade, assim compreendida, não nos trouxe avanços que possam ser comparáveis à “superposição perversa de antigas situações de desigualdade e miséria com uma ‘nova pobreza’ causada pelo aumento maciço e inusitado do desemprego e pela generalização de situações de precariedade” (SOARES, 2003, p. 24-5). Nas próximas seções, meu foco desloca-se para o tratamento específico da precarização da situação social como resultado da globalização dessa política excludente.

2.2 Demissão do Estado e pobreza

Tendo discutido, na seção anterior, a relação entre a globalização do neoliberalismo e a precarização da situação social, passo a tratar, nesta seção, a questão da precariedade de modo mais específico. Começo pela discussão da definição de pobreza com base na renda, procurando mostrar que a noção de renda não é suficiente para caracterizar a pobreza, se desvinculada de outras necessidades básicas do indivíduo. Em seguida, volto-me aos problemas do desemprego e do papel conservador da educação, relacionados à ‘sociodicéia’ (ver abaixo) da competência nesse contexto de desigualdade social ampliada.

2.2.1 Pobreza e renda

A concentração de renda no Brasil é notória, a ponto de Hobsbawn (1995, p. 397) definir o País como “candidato a campeão mundial de desigualdade econômica”. De acordo com Soares (2003, p. 46), no Brasil “25% dos domicílios mais pobres se apropriam de apenas 5% da renda, enquanto os 10% mais ricos ficam com 43%”. A esse quadro de má distribuição de renda soma-se ainda, para o agravamento da precariedade, a má distribuição de serviços públicos como saúde, segurança e educação, de acordo com a lógica da demissão do Estado (ver a subseção 2.1.2).

Nesse contexto, o critério da renda do indivíduo ou da família é insuficiente para a definição da pobreza. No entanto, quase sempre o corte entre a definição de ‘pobre’ e a de ‘não-pobre’ é feito com base em um valor monetário recebido em um dado período, ou seja, em termos de renda. Definem-se uma ‘linha de pobreza’ e uma ‘linha de indigência’ para operar o corte entre ‘não-pobres’, ‘pobres’ e ‘indigentes’ (SOARES, 2003, p. 43).

Assim, a definição de pobreza mais corrente em estudos sobre o tema é a definição econômica, feita em termos de renda disponível. Contudo, cientistas sociais têm acusado a ineficiência do critério ‘renda’ operando de modo isolado de outros critérios referentes a necessidades básicas. Cristovam Buarque, em seu *Dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado*, discute a definição de ‘pobre’ da seguinte maneira:

Os dicionários coincidem na definição de pobre: aquele que é desprovido de possessões materiais, necessitado dos meios básicos para a sobrevivência, dependente de ajuda para sobreviver. O dicionário *Aurélio* lista oito definições para esta palavra, todas nesse sentido. Mas a economia determina a definição mais aceita: um indivíduo é pobre ou rico em função da renda. Pobres seriam aqueles que têm um ingresso abaixo de determinada linha de renda. No entanto, essa descrição artificial não capta toda a dimensão da pobreza. No mundo real, pobre é aquele que não dispõe de seis itens para si e para sua família: 1. Comida suficiente para lhe garantir a nutrição necessária; 2. Educação básica capaz de levar o indivíduo a entender o mundo e usar seu conhecimento

para encontrar os meios necessários à sua subsistência e usufruir melhor do que a cultura oferece; 3. Acesso a um sistema de saúde que evite sua morte precoce e não permita que sofra por falta de atendimento médico; 4. Acesso aos meios de transporte público como forma de se locomover comodamente; 5. Endereço em boas condições de higiene, água potável, coleta de lixo e saneamento onde possa constituir sua morada; 6. Justiça e segurança pessoal (BUARQUE, 2001, p. 255).

Como se pode observar, a mensuração da pobreza em termos de renda carrega uma visão reducionista da precariedade social, que envolve uma série de outros fatores. Muitos desses fatores relacionam-se a serviços públicos que deveriam ser garantidos pelo Estado. Com a globalização da ideologia neoliberal, e o corte dos investimentos públicos de acordo com o 'ajuste neoliberal', boa parte desses bens e serviços voltaram ao mercado (ver as subseções 2.1.1 e 2.1.2). A demissão do Estado acarretou, sem dúvida, um agravamento da precariedade e tornou ainda mais reducionista a visão de pobreza baseada em renda, visto que os indivíduos perderam parte dos serviços antes garantidos pelo Estado e que agora precisam ser comprados no mercado. Conforme esclarece Buarque (2001, p. 49), o conceito de pobreza baseado em renda:

mostra uma submissão do pensamento e mesmo da ética dos PMP-BR³⁷ aos conceitos desenvolvidos para os PMP-AR³⁸, onde a disponibilidade de serviço social universal - em áreas como educação, saúde, saneamento, transporte público - permite que a renda seja considerada um elemento indicativo da pobreza ou da riqueza - no sentido de acesso aos bens e serviços de consumo no mercado - uma vez que bens e serviços essenciais já estão assegurados, ainda que com diferença de qualidade.

Soares (2003, p. 48-9) também compartilha a opinião de que “a renda, de forma isolada, é fator insuficiente para mensurar a pobreza nas suas múltiplas dimensões”, considerando mais coerente o entendimento da pobreza como um estado de privação de bens e serviços. Segundo ela, as variáveis que indicam necessidades básica insatisfeitas são: haver alta densidade de pessoas por domicílio; o domicílio ser de tipo rústico, e

³⁷ Sigla para “países com a maioria da população de baixa renda” (BUARQUE, 2001, p. 245).

³⁸ Sigla para “países com a maioria da população de alta renda” (BUARQUE, 2001, p. 246).

não de alvenaria; o abastecimento de água não ser da rede geral, de poço ou de nascente; não ter esgotamento sanitário; não ter vaso sanitário; e haver crianças entre sete e onze anos fora da escola.

No Brasil, algumas características das famílias pobres podem ser levantadas de imediato. Tendem a ser mais numerosas, com o dobro do número de crianças menores de dez anos que os domicílios não-pobres ³⁹; os chefes de família são relativamente mais jovens, e a proporção de famílias chefiadas por mulheres é maior; os chefes de família que se declaram negros ou pardos são proporcionalmente mais numerosos entre os pobres, e estão mais submetidos a relações de trabalho informais ou a atividades exercidas 'por conta própria'; suas atividades econômicas tendem a se concentrar nos setores de baixa produtividade, e seus níveis educacionais são mais baixos (SOARES, 2003, p. 51-2).

Ainda de acordo com Soares (2003, p. 54), no período recente é evidente a precarização da acessibilidade das famílias pobres aos serviços da infra-estrutura social, uma vez que o acesso aos serviços vem se deteriorando principalmente "em relação aos mais necessitados". Como esses itens de necessidade básica têm "forte peso no orçamento das famílias de baixa renda", sua oferta gratuita é relevante para a complementação da renda real dos pobres.

O agravamento da precariedade social no contexto do novo capitalismo refere-se, então, além do desemprego e da flexploração, ao recuo do papel do Estado na oferta dos serviços básicos cuja ausência é determinante de pobreza. Esses bens e serviços básicos, com os cortes no investimento público determinados pelo 'ajuste' neoliberal, "ficaram, em sua maioria, à mercê do 'mercado' - sofrendo uma elevação real de preços - tornando piores, sobretudo para os mais pobres, suas condições de acesso" (SOARES, 2001, p. 45). Isso significa que, em um país onde os serviços básicos não são garantidos

³⁹ Com relação às famílias indigentes, o número de crianças menores de dez anos nesses domicílios chega a ser o triplo das famílias não-pobres (SOARES, 2003, p. 51).

para a totalidade da população - e são negados justamente aos(às) que mais precisam deles -, o critério de renda para mensuração da pobreza é uma abstração desvinculada da realidade.

De acordo com Bourdieu (1997a, p. 735), para compreender o problema da desigualdade social em sua profundidade, é necessário considerar os “verdadeiros determinantes econômicos e sociais dos inumeráveis atentados contra a liberdade das pessoas, contra sua legítima aspiração à felicidade e à auto-realização”. Para ele, além das “leis impiedosas do mercado”, os pontos-chave que impedem as pessoas de buscar sua realização são “os veredictos do mercado escolar” e “as agressões insidiosas da vida profissional”. É ao papel conservador da educação e ao problema do desemprego no novo capitalismo que dedico a próxima subseção.

2.2.2 Educação, desemprego e a sociodicéia da competência

Dentre os serviços básicos prestados pelo Estado à sociedade, a educação merece destaque uma vez que se crê que por meio dela seja possível ‘galgar os degraus’ da ascensão social. Assim seria se a educação oferecida pelo Estado aos(às) pobres fosse de qualidade comparável à educação oferecida pelo mercado escolar aos(às) ricos(as). Sabemos que, infelizmente, não é essa a realidade do sistema educacional brasileiro. Ao discutir a associação entre letramento e poder, Silva (2001, p. 31) registra a desigualdade da distribuição de recursos comunicativos nas sociedades, afirmando que a escola é “uma das instituições de controle e distribuição desses recursos”.

A universalização da educação básica no Brasil foi acompanhada de uma lamentável deterioração da educação pública, o que apartou os(as) estudantes das classes desprivilegiadas dos(as) estudantes das classes média e alta. O resultado é que as escolas públicas, quase sempre de qualidade inferior, passaram a prestar serviço quase exclusivamente aos(às) pobres, uma vez que a classe média prefere sacrificar-se no

pagamento das altas mensalidades das escolas particulares a lutar pela qualidade da escola pública gratuita. Para Buarque (2001, p. 62):

Contrariamente ao que se esperava, nos últimos anos do século XX detectou-se uma crescente brecha educacional entre classes sociais. Enquanto um grande número de jovens das classes altas tem acesso automático a cursos adicionais (...), uma maioria da população, mesmo quando matriculada em escolas de ensino fundamental, fica excluída do conhecimento adicionado a cada ano na sociedade, uma vez que esse conhecimento cresce rapidamente e é distribuído apenas para uma minoria. Forma-se uma brecha educacional entre pobres e ricos.

As considerações destacadas acima evocam as idéias de Bourdieu & Champagne (1997), para os quais o sistema de ensino aberto a todos(as) consegue reunir a aparência de democratização e a realidade de reprodução, dissimulada, que legitima a ordem social estabelecida. Nas palavras dos dois estudiosos:

Um dos efeitos mais paradoxais do acesso ao jogo escolar por parte das categorias sociais até então excluídas, que foi até definido como 'democratização', foi a descoberta progressiva da função conservadora da Escola, por parte dos marginalizados. (...) os novos beneficiados começaram a perceber que não era suficiente ter acesso ao ensino para ter sucesso nele, e que não era suficiente ter sucesso nele para ter acesso às posições sociais. (...) Se fracassarem, o que continua sendo o destino mais provável para eles, estarão destinados a uma exclusão sem dúvida mais estigmatizante e total que no passado: mais estigmatizante na medida em que tiveram, na aparência, 'suas chances'. Dessa forma a instituição escolar é vista cada vez mais como um engodo e fonte de uma imensa decepção coletiva: uma espécie de terra prometida, sempre igual no horizonte, que recua à medida que nos aproximamos dela" (BOURDIEU & CHAMPAGNE, 1997, p. 482-3).

Como registrei na subseção anterior, para Pierre Bourdieu (1997a, p. 735) "os veredictos do mercado escolar" são também, ao lado das iniquidades do mercado e das "agressões insidiosas da vida profissional", responsáveis pelos atentados cotidianos à realização das pessoas. A frequência e o sucesso na educação básica, via de regra, não garantem aos(as) filhos(as) das classes pobres as condições necessárias para concorrer, em pé de igualdade, com os(as) filhos(as) das classes média e alta, nem por uma vaga na universidade, nem por um posto no mercado de trabalho. O requinte de crueldade dessa

'democratização' é transferir a responsabilidade do fracasso, em termos de (in)competência pessoal. Sobre isso, Buarque (2004, disponível na internet) registra o seguinte:

O sistema educacional autoritário sempre transferiu para o aluno a culpa e a responsabilidade por seu mau desempenho, com o instituto da reprovação. Como se os governantes, os diretores das escolas, os professores, não tivessem nenhuma responsabilidade com o desempenho insuficiente de seus alunos. Em países onde a educação é prioridade, o efeito perverso da reprovação se concentra na criança que não aprendeu o suficiente para a sua idade, e na família que não deu a ela a atenção devida. O Estado fica tranquilo, porque o efeito negativo da reprovação fica limitado à criança, e não se espalha pelo sistema educacional. Mas em países como o Brasil, onde a reprovação é endêmica, apesar das baixíssimas exigências apresentadas pelas provas, o efeito da reprovação não é meramente familiar, ele se espalha por toda a sociedade. Mesmo assim, o Estado lava as mãos.

O mesmo discurso de competência que se constrói para o mercado escolar está na base da legitimação social do desemprego, e é fonte de um agravamento do sofrimento de desempregados(as) crônicos(as). O desemprego crescente no contexto do novo capitalismo relaciona-se à industrialização, como elucida Eric Hobsbawn (1995, p. 403):

A tendência geral da industrialização foi substituir a capacidade humana pela capacidade das máquinas, o trabalho humano por forças mecânicas, jogando com isso pessoas para fora dos empregos (...) as Décadas de Crise começaram a dispensar mão-de-obra em ritmo espetacular, mesmo nas indústrias visivelmente em expansão. (...) O crescente desemprego dessas décadas não foi simplesmente cíclico, mas estrutural. Os empregos perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhorassem: não voltariam jamais.

Embora a economia mundial se expandisse, os mecanismos pelos quais a expansão gerava empregos já não funcionavam: a tecnologia desempregava sem assegurar taxas de crescimento econômico para absorver o excedente de mão-de-obra que, despreparado, permanecia excluído do setor moderno de produção. A redução em massa dos postos de trabalho não era, contudo, uma ameaça imediata à economia global, contanto que o número de consumidores(as) potencialmente interessantes

continuasse suficiente. Em outras palavras, “se a economia global pôde livrar-se de países pobres economicamente desinteressantes, também poderia fazer o mesmo com os muitos pobres dentro das fronteiras de qualquer um de todos os seus países” (HOBSBAWN, 1995, p. 551).

Mas um número cada vez maior de desempregados(as) talvez não pudesse ser mantido sob conformidade - ou ‘consenso’, nos termos de Gramsci - caso se percebesse, de maneira mais clara, a responsabilidade do sistema na origem de seu sofrimento. A função da sociodicéia da competência, atrelada à ideologia neoliberal, é justamente transferir a responsabilidade do desemprego aos(às) próprios(as) desempregados(as), conforme explica Bourdieu (1998, p. 58):

Efetivamente, a força da ideologia neoliberal se apóia em uma espécie de neodarwinismo social: são ‘os melhores e os mais brilhantes’, como se diz em Harvard, que triunfam (...). Por trás da visão mundialista internacional dos dominantes, há uma filosofia da competência segundo a qual são os mais competentes que governam, e que têm trabalho, o que implica que aqueles que não têm trabalho não são competentes. (...) Os dominantes têm sempre necessidade de uma sociodicéia, isto é, de uma justificação teórica para o fato de serem privilegiados. A competência está hoje no centro dessa sociodicéia, que é aceita, evidentemente, pelos dominantes - é de seu interesse -, mas também pelos outros. Na miséria dos excluídos do trabalho, na miséria dos desempregados crônicos, há algo mais que no passado.

A justificativa do sucesso/ fracasso em termos de competência/ incompetência legitima a exclusão de parcelas cada vez mais significativas da população do trabalho no setor moderno, e pode ser determinante da formação de uma ética de *apartação*, de “aceitação da miséria ao lado da riqueza, separação de classes, consolidação dos privilégios, exclusão” (BUARQUE, 2003, p. 72). Na próxima seção, direciono a discussão para a exclusão social, entendida em termos de *apartação*.

2.3 Exclusão social e apartação

Esta seção, em que abordo os problemas da exclusão social e da situação de rua com base no conceito de apartação, está dividida em três subseções. Na primeira, discuto o conceito de apartação, conforme formulado por Buarque (2001, 2003a); em seguida, volto-me ao problema da situação de rua, símbolo máximo de uma sociedade apartada; e, por fim, focalizo a condição da infância em situação de rua no Brasil e a banalização da injustiça social.

2.3.1 Apartação

O termo apartação, conforme Buarque (2001, p. 33) explica, tem sua origem etimológica na palavra latina *partire*, cujo conceito refere-se à divisão em partes. A partir do vocábulo latino, o *africâner* deu origem ao termo *apartheid*, que “definiu a concepção e o conjunto das normas que regularam o processo social e econômico separando a população entre brancos, negros e mestiços”, na África do Sul.⁴⁰ Do conceito de *apartheid* social, como o desenvolvimento separado de segmentos em uma sociedade não em termos de etnias, mas de classes, Buarque propôs, pela primeira vez em 1991, o termo apartação.⁴¹

O conceito de apartação envolve não apenas a desigualdade social, mas a separação entre grupos sociais. Nesse sentido, uma sociedade apartada é, necessariamente, uma criação social, e não apenas ‘conseqüência’ de um ‘desenvolvimento’. Em seu livro *O que é apartação - o apartheid social no Brasil*, Buarque elenca uma série de “erros” que estariam na origem da criação social da

⁴⁰ Esta subseção é baseada na obra do professor Cristovam Buarque, sobretudo em seus livros *O que é apartação - o apartheid social brasileiro* e *Admirável mundo atual - dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado*.

⁴¹ Em seu livro intitulado *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*, editado em São Paulo pela editora Paz e Terra.

apartação no Brasil.⁴² Em primeiro lugar, com a independência, o referido autor registra que:

Em cada um dos países-com-maioria-pobre, uma elite nacional assumiu o mesmo papel dos colonizadores estrangeiros e passou a explorar e usufruir a potencialidade do país, sem distribuir os resultados e usando métodos tão ou mais brutais do que os dos antigos colonizadores. Nos países da América Latina, da Ásia e da África formaram-se elites com os mesmos padrões de consumo dos países ricos, mas à custa de imoral concentração da renda nacional (BUARQUE, 2003a, p. 19).

A esse mau começo seguem outros erros que definiram a “fabricação da apartação no Brasil”. Primeiro, *a industrialização do País foi feita sem alteração na estrutura agrária*, com grandes latifúndios voltados para a exportação (BUARQUE, 2003a, p. 56). Hobsbawn (1995, p. 348), em sua perspectiva histórica do século XX, também registra a relação entre a precariedade social no Terceiro Mundo e a ausência de reforma agrária:

Observadores dos triunfos industrializantes desses países [do Terceiro Mundo] têm naturalmente especulado até onde eles foram acompanhados pelas vantagens sociais ou econômicas dessa situação, do mesmo modo como observadores do avanço da economia brasileira (...) têm-se perguntado até onde ele tem sido refreado pela espetacular desigualdade de sua distribuição de renda. Na verdade, a impressionante desigualdade social na América Latina dificilmente pode deixar de ter relação com a também impressionante ausência de reforma agrária em muitos desses países.

O segundo erro determinante da criação social da apartação no Brasil listado por Buarque (2003a), e ainda relacionado à industrialização, é *a não-adaptação de técnicas*, uma vez que, no Brasil, houve uma repetição das técnicas utilizadas em países com distribuição de renda muito distinta, o que resultou na produção de bens que não atendiam as necessidades da população brasileira em geral, beneficiando apenas o consumo de uma parcela restrita dessa população. Além disso, a utilização dessas

⁴² Buarque (2003a, p. 56-62) lista dez erros determinantes da fabricação social da apartação no Brasil. Aqui, o foco recai sobre seis desses erros.

técnicas importadas não absorvia, em termos de trabalho, a mesma parcela da população que excluía do consumo, acarretando desemprego.

Em seguida, tem-se o erro fundamental referente à *implantação da ditadura*, “a base política para se construir a sociedade de apartação”, pois “sem debates, sem atividades políticas livres, o país foi obrigado a seguir o caminho de sua apartação” (BUARQUE, 2003a, p. 57). O quarto erro foi a *concentração de renda*, ainda relacionado à ditadura, uma vez que esta determinou a continuação do modelo de industrialização voltada para a minoria enriquecida pela concentração de renda. Segundo Buarque, esse foi “um passo fundamental para a apartação, dividindo a população nacional entre ricos, com níveis europeus, e pobres com os níveis de consumo dos mais pobres países do mundo”.

O quinto erro foi o *endividamento*, provocado pela necessidade de investimento para a manutenção desse padrão de industrialização excludente. Em seguida, tem-se o *abandono dos setores sociais*, pois mesmo com o endividamento os recursos disponíveis não eram suficientes para, simultaneamente, investir na infra-estrutura econômica e na infra-estrutura básica relacionada aos serviços sociais. Vale registrar as palavras de Buarque (2003a, p. 58):

Cometeu-se o grave erro de abandonar investimentos em educação, saúde e saneamento para garantir investimentos em dispendiosa infra-estrutura econômica. A sociedade ficou dividida entre os que podiam comprar esses serviços privadamente e aqueles que estavam excluídos dos serviços básicos, sem os quais caminharam rapidamente para a exclusão.

Por fim, com a abertura política, *a democracia foi instaurada sem uma reforma de prioridades* e, assim, não acarretou distribuição de renda e mudança no projeto social do País. Com isso se deu a consolidação da apartação. Mais recentemente, com a adesão do Brasil à política neoliberal, houve uma radicalização da precariedade e da

apartação, por meio da demissão do Estado e da flexibilização das relações de trabalho e do mercado (ver a subseção 2.1.2).

Buarque (2001, p. 34) esclarece que “o centro do conceito de apartação está em que o desenvolvimento brasileiro não provoca apenas desigualdade social, mas uma separação entre grupos sociais”. Nesse sentido, o autor propõe um *continuum* entre os conceitos de desigualdade, diferença e dessemelhança. Em um caso de desigualdade, as classes sociais, embora desiguais, convivem em uma relação de necessidade mútua, e todas têm acesso aos bens essenciais como alimentação, saúde, educação. O que as torna desiguais é o acesso ao consumo de bens e serviços supérfluos. Nesse sentido, a desigualdade social constitui a distinção entre pessoas do mesmo lado da fronteira social.⁴³ A diferença, por outro lado, refere-se à distinção entre os dois lados dessa fronteira.

O que distingue a dessemelhança da diferença é a perda do “sentimento de semelhança”, do juízo ético que nos faz sentir, todos(as), membros de uma mesma espécie de indivíduos. Buarque (2001) explica que havia dessemelhança entre nobres e plebeus(éias) na Europa medieval, entre europeus(éias) e índios(as) na Era Colonial, entre cidadãos(ãs) livres e escravos(as) em sociedades escravocratas, entre brancos(as) e negros(as) na África do Sul do *apartheid*. Ao longo dos séculos, entretanto, a Humanidade caminhou para o resgate da semelhança entre os seres humanos, ainda que com desigualdade entre eles; mas “o século XXI chega com um abismo ainda maior entre os pobres e os ricos: o neoliberalismo está levando a sociedade global a sair da desigualdade para a diferença e caminha para estabelecer a dessemelhança entre os seres humanos” (BUARQUE, 2001, p. 115).

⁴³ “As pessoas que vivem numa sociedade apartada conhecem a fronteira que delimita o mundo dos incluídos e dos excluídos, composta por uma complexa linha de separação que envolve fatores como grau de educação, tipo físico, roupa, endereço etc. Assim como numa sociedade de castas, quase sempre cada pessoa reconhece as castas das outras pessoas” (BUARQUE, 2001, p. 169).

A situação de diferença agrava-se com a violência, que acaba por afastar ainda mais ricos(as) e pobres. Pensar que se pode voltar à dessemelhança é desconcertante, mas não inusitado em um contexto que apresenta, cada vez com maior frequência, repetidas chacinas, assassinatos brutais de seres humanos por seres humanos que já não se identificam com os(as) miseráveis que habitam as ruas das grandes cidades. É para a situação de rua, símbolo máximo de uma sociedade apartada, que me volto na próxima subseção.

2.3.2 Situação de rua

Um problema imediato para quem estuda a situação política e socialmente constrangedora de haver pessoas que, no contexto da modernidade, são deixadas à margem da mesma modernidade e são lançadas à vida nas ruas é o da denominação que se deve dar a essa situação. Considerando que diferentes discursos ‘lexicalizam’ o mundo de maneiras particulares, e que a classificação produz (bem como reproduz e subverte) divisões e diferenças, a questão da denominação, entendida como classificação ou categorização, não é sem importância (FAIRCLOUGH, 2003a).

A classificação e a categorização, nesse sentido, ‘moldam’ como as pessoas agem e pensam sobre uma dada situação, por isso a preocupação com a questão da classificação é essencial.⁴⁴ Termos como ‘sem-teto’ e ‘meninos(as) de rua’ naturalizam o estado dessas pessoas como condição permanente: não *estão* sem teto, *são* sem-teto; não *estão* na rua, *são* de rua. Mais recentemente, a situação de rua tem sido representada com frequência por meio do termo ‘moradores de rua’. Ora, há uma contradição evidente nessa classificação: o que determina o fato de alguém ser um(a) ‘morador(a)’ é possuir um endereço, um local onde ‘mora’. Pois isso é justamente o que (ou melhor, uma das coisas que) um(a) ‘morador(a) de rua’ não tem.

⁴⁴ Com a ressalva de que os sujeitos não são assujeitados, isto é, são agentes capazes de refutar classificações pré-concebidas (ver seção 1.3).

Por meio de classificações que legitimam a diferença, a injustiça social é naturalizada, conforme a concepção de Thompson (1995; ver a seção 1.3), e deixa de ser questionada como injustiça, passando a ser compreendida como um estado natural de coisas. Por isso optei, neste trabalho, pelo uso da expressão que me parece captar o problema como uma situação decorrente de um processo sócio-político, e não como um estado definitivo e fenomenológico: situação de rua.

A radicalização da precariedade social no Brasil, cujo símbolo máximo é o expressivo e crescente número de pessoas em situação de rua, é resultado de um processo que envolve a miséria no campo e o conseqüente êxodo rural; a exclusão de trabalhadores(as) do setor moderno da economia e do trabalho, por conta do modelo de industrialização (ver as subseções 2.2.2 e 2.3.2); a metropolização da pobreza e sua posterior periferização, a chamada ‘força centrífuga’; e, por fim, a ‘força centrípeta’ que determina o retorno da pobreza, agora radicalizada em miséria, aos centros urbanos (SOARES, 2003; BURSZTYN, 2003b).

No caso da situação de rua em cidades que atraem um sem-número de migrantes pobres, estudos mostram que o êxodo rural tem relevância determinante no crescimento da população nessa situação (BURSZTYN, 2003a). Nesse sentido, Nascimento (2003, p. 57) explica que a pobreza no Brasil “de rural, tornou-se urbana e, em seguida, metropolitana”. O movimento da pobreza do campo para as cidades tem sido referido como ‘metropolização da pobreza’, e segundo Soares (2003, p. 54) “a concentração da pobreza absoluta nas áreas metropolitanas destaca-se como uma das tendências mais relevantes da distribuição de renda no período recente”.

Em algumas cidades, como Brasília, a utopia da inserção no mercado de trabalho deu lugar a um outro atrativo para os movimentos migratórios: o lixo. Perdida a ilusão do trabalho formal, populações radicalmente empobrecidas, no mais das vezes oriundas do Nordeste, passaram a buscar na Capital os recursos provenientes da ‘catação’ de lixo reciclável. A diferença entre esses(as) migrantes e os(as) migrantes de outrora é que

estes(as) migravam na esperança da inclusão e da ascensão social, aqueles(as) migram sabendo que encontrarão a exclusão, “vêm em busca do lixo da modernidade” (BUARQUE, 1997, p. 11).

Em verdade, a catação constitui atualmente uma das mais freqüentes formas de subsistência encontradas por pessoas em situação de rua no país: nas grandes cidades é comum ver-se catadores(as) com suas rudimentares carroças apinhadas de resíduos da modernidade.⁴⁵ Muitas vezes as carroças funcionam à tração humana: a posse de animais para a execução desse trabalho caracteriza uma divisão hierárquica entre os(as) excluídos(as) (BURSZTYN & ARAÚJO, 1997). O material reciclável recolhido é vendido a atravessadores(as) que cuidam de revendê-lo a indústrias de reciclagem lucrativas, o que constitui a participação desses atores, excluídos da dinâmica formal da sociedade industrial, em redes de práticas exploratórias. Embora sejam excluídos(as), o resultado de seu degradante trabalho é importante para o funcionamento de práticas modernas que envolvem fluxo de capital.⁴⁶ Discutindo esse processo, Buarque (2003b, p. 8) argumenta que “o sistema global produz pessoas descartáveis, que passam a viver do descarte do consumo. Como se os seres humanos fossem lixo, vivendo na rua e da rua, do lixo dos ricos. O descarte social e o descarte do consumo se unindo, um vivendo do outro”.

A atração que as grandes cidades passaram a exercer sobre populações pobres, caracterizada como metropolização da pobreza, deu origem a um outro movimento: a periferização da pobreza “como padrão de localização dos pobres nas metrópoles” (SOARES, 2003, p. 58). Essa ‘força centrífuga’ que empurrou a pobreza para a periferia

⁴⁵ Segundo Escorel (2003, p. 150), no Brasil “a estreita relação entre a população de rua e as atividades de coleta do lixo é evidenciada em todas as cidades”.

⁴⁶ Bursztyn & Araújo (1997, p. 38) explicam que para as indústrias de reciclagem é economicamente mais vantajoso comprar o material dos catadores que adquiri-lo diretamente nas fontes, uma vez que os catadores “já batem o papel, isto é, efetuam uma triagem (...). Na coleta direta através dos *containers*, as empresas têm de arcar com os custos da separação dos materiais que vêm misturados com o papel”.

acarretou uma notável perda de qualidade de vida entre os(as) pobres. Bursztyn (2003b, p. 48-9) pontua que:

Ao longo das últimas décadas, as populações pertencentes aos estratos mais pobres da sociedade foram sendo empurradas no rumo das periferias distantes, seja para conjuntos habitacionais, seja para loteamentos, invasões ou outras formas de assentamento precário. Um resultado desse processo foi o crescente custo monetário do acesso às oportunidades de trabalho, que geralmente se encontram no centro econômico da cidade ou nos bairros de mais alta renda. (...) Ora, a remoção dos pobres para a periferia representa um ‘confisco’ de renda real, com perdas evidentes de qualidade de vida.

Mas a precariedade da situação de vida na periferia atua, por sua vez, como uma ‘força centrípeta’ que atrai a miséria para o centro urbano, espaço que concentra as oportunidades de trabalho informal que se apresentam aos(às) excluídos(as). Impossibilitados(as) de manterem um domicílio no núcleo urbano, esses(as) miseráveis têm como alternativa permanecerem continuamente na rua, de onde tiram seu sustento.⁴⁷ A pobreza, que tinha sido atraída do campo para a cidade e, então, empurrada para a periferia, “volta ao centro das cidades, desta vez sob a forma de miséria extrema, expressando um ‘mal-estar’ e constituindo ‘ameaça à segurança’” (BURSZTYN, 2003b, p. 50).

Assim, o espaço público passa a constituir o espaço privado de um número cada vez maior de pessoas, que passam a fazer parte do ‘cenário’ urbano das principais cidades brasileiras. Os(as) incluídos(as) já não podem evitar a coexistência espacial com os(as) excluídos(as) e, mesmo que prefiram não olhar para aqueles(as) que nada têm, não podem deixar de vê-los(as): estão lá. Ao mesmo tempo em que a globalização e no tempo espaços geograficamente afastados, separa mundos sociais que compartilham o mesmo espaço-tempo. Em outras palavras, Bourdieu (1997a, p. 11) argumenta: “há

⁴⁷ Buarque (2001, p. 285) distingue pessoas que *ficam* na rua, *estão* na rua ou *são* de rua: “os que ficam dormem na rua quando falta dinheiro para o ônibus do trabalho a casa; os que estão são aqueles que temporariamente não têm um endereço fixo; os que são perderam todo laço e possibilidade de um lugar onde morar, salvo na própria rua”.

lugares que aproximam pessoas que tudo separa, obrigando-as a coabitarem, seja na ignorância ou na compreensão mútua, seja no conflito, latente ou declarado, com todos os sofrimentos que disso resultem”.

Nesse contexto, os(as) excluídos(as) tornam-se *economicamente desnecessários(as)*, porque a industrialização reduz a necessidade de trabalhadores(as), sobretudo aqueles(as) ‘desqualificados(as)’, ‘inempregáveis’; *socialmente incômodos(as)*, “por causa da degradação urbana provocada pela pobreza”; e *politicamente ameaçadores(as)*, uma vez que a exclusão de parcela significativa da sociedade acarreta violência (BUARQUE, 2003a, p. 32). O tornar-se desnecessário(a), incômodo(a) e ameaçador(a) muitas vezes implica tornar-se também passível de eliminação, não simbólica mas física. De acordo com Nascimento (2003, p. 62), “estes grupos sociais passam a ‘não ter direito a ter direitos’. Sem serem reconhecidos como semelhantes, a tendência é expulsá-los da órbita da humanidade. Passam, assim, a ser objeto de extermínio”. É o que temos presenciado, estarrecidos(as), nas freqüentes chacinas.

Entre as vítimas do extermínio há crianças, como ensina o mais exemplar dos casos de infanticídio nas ruas do Brasil: a Chacina da Candelária, ocorrida em julho de 1993, símbolo internacionalmente reconhecido da apartação social brasileira.⁴⁸ Na próxima subseção, volto-me para a condição da infância em situação de rua no Brasil.

2.3.3 Infância nas ruas e banalização da injustiça

Apesar do estigma que tende a homogeneizar as trajetórias de crianças e adolescentes em situação de rua sob o rótulo ‘meninos(as) de rua’, é de se notar que não há homogeneidade de fatores determinantes da situação de rua. Assim como para os adultos há uma série de fatores de desagregação que levam à rua - desagregação do

⁴⁸ Buarque (2001, p. 67) explica, sobre a Candelária: “o nome do lugar onde meninos de rua foram assassinados, no Rio de Janeiro, se transformou em um símbolo da brutalidade de uma sociedade que convive com a morte precoce de crianças pobres por doenças, por fome ou por grupos de extermínio”.

mundo do trabalho, dos laços familiares, dos “valores de dignidade decorrentes do papel desempenhado” (SNOW & ANDERSON, 1998, p. 23) -, o mesmo se observa no caso específico de crianças e adolescentes. De acordo com Araújo (2003, p. 90-1):

Os perfis e as causas para que uma criança ou adolescente passe a viver das e nas ruas contêm uma imensa diversidade sócio-cultural, com causas econômicas, de desagregação familiar e escolar. As pesquisas demonstram a complexidade de comportamento, de valores, de causas da situação de rua, de níveis de estruturação familiar e das atitudes e opiniões das crianças e adolescentes em situação de rua. Tal complexidade se confronta diretamente com o estigma social de meninos e meninas de rua atribuído às crianças e adolescentes que estão nas ruas.

O primeiro estigma generalizante do senso comum a respeito de crianças em situação de rua é que seriam crianças abandonadas por suas famílias, crianças sem vínculo familiar. Não obstante, pesquisas demonstram que a maior parte das crianças e adolescentes em situação de rua conserva laços familiares. Nesse sentido, Escorel (2003, p. 157) registra que “a maioria dos moradores de rua tem família: os órfãos e abandonados constituem uma pequena parcela”.

Embora a desestruturação familiar e a violência doméstica sejam fatores relevantes para que crianças se submetam à situação de rua, a constatação de que a maioria das crianças nessa situação mantém laços familiares rompe o mito de que seriam crianças abandonadas por suas famílias e, segundo Araújo (2003, p. 104), aponta os processos de situação de rua como “um problema sociofamiliar, pois a exclusão dessas crianças e adolescentes começa com a exclusão econômica de suas famílias”.

A relação entre a exclusão sócio-econômica das famílias e a situação de rua das crianças reside no fato de que a maioria das crianças nessa condição está nas ruas à procura de renda que complemente o orçamento familiar. Em alguns casos, segundo pesquisas, a complementação da renda oriunda do trabalho infantil nas ruas é “condição necessária para a sobrevivência não só da criança ou do adolescente, mas de toda a família” (ARAÚJO, 2003, p. 101). Nesse sentido, Bursztyn (2003c, p. 244) registra que “o

caráter de marginalidade atribuído sempre às crianças e adolescentes de rua mostra-se equivocado. São menores que precisam completar a renda de suas famílias”.

Quando uma criança está nas ruas, via de regra não freqüenta a escola. A situação de rua leva, assim, à exclusão da criança do sistema formal de ensino. Como bem pontua Buarque (1999), forma-se um ciclo vicioso: a criança não estuda porque é pobre e precisa complementar a renda de sua família, e porque não estuda será um adulto igualmente pobre. Por isso, é possível dizer que no Brasil o capital escolar está desigualmente distribuído (ver a subseção 2.2.2). Sobre isso Araújo (2003, p. 93-4) registra:

É esta associação entre pobreza e distribuição de escolaridade que, no caso das crianças e dos adolescentes em situação de rua, é de suma importância. Este processo (...) faz com que as crianças pobres tenham que deixar as escolas para complementar a renda familiar ou prover o sustento da família. (...) A concentração do capital escolar aparece como elemento decisivo no processo de fabricação da situação de rua de crianças e adolescentes.

Uma vez nas ruas, as crianças e adolescentes encontram-se “à mercê ou na fronteira de um estilo de vida marginal” (ARAÚJO, 2003, p. 102). Embora isso não signifique que sejam de fato marginais, implica, em geral, que sejam vistas como tais. Assim, são freqüentes as representações em que crianças e adolescentes em situação de rua aparecem como produtores de violência, embora sejam também, antes disso, vítimas de violência física e simbólica. Sobre o envolvimento de jovens com o crime e com as drogas, Bursztyn (2003c, p. 132-3) explica:

O crescimento do número de jovens envolvidos com drogas e com infrações diversas está relacionado à falta de perspectiva social, às dificuldades de inserção no mercado de trabalho, à ausência de alternativas de lazer e aos processos de desintegração familiar refletindo a ausência de um projeto de vida. Mas também está articulado a outras variáveis mais gerais tais como a perda de ritmo na mobilidade social ascendente, o crescente apelo ao consumo e o enfraquecimento das normas morais.

No que concerne especificamente ao apelo ao consumo, Champagne (1997, p. 78) afirma que “a defasagem que tende a se instaurar nos jovens entre os desejos de consumo e a renda disponível jamais foi tão grande como hoje”. Face à carência de perspectivas para o futuro, confrontada com os apelos de uma sociedade de consumo e com a defasagem entre possibilidades e desejos, essas crianças e jovens muitas vezes não têm alternativa senão “apelar para a economia informal da rua, e especialmente para o seu setor mais dinâmico: o comércio da droga” (WACQUANT, 1997, p. 172).

Não parece extravagante supor, nesse sentido, uma relação direta entre o crescimento da violência urbana e a ampliação das situações de precariedade no contexto de uma sociedade de consumo. Estar excluído da modernidade ao mesmo tempo em que se convive com ela é uma situação social degradante e com conseqüências graves. Para Bourdieu (1997c, p. 219-20):

O que se encontra no âmago desses adolescentes [e crianças]: o sentimento de estarem acorrentados pela falta de dinheiro a um lugar degradante e voltados à degradação que pesa sobre eles como um estigma que impede o acesso ao trabalho, lazer, bens de consumo etc.; e, mais profundamente, a experiência inexoravelmente repetida do fracasso, antes de tudo na escola, e depois no mercado de trabalho que impede e desencoraja qualquer antecipação razoável do futuro.

Sentindo-se excluídos(as), esses(as) jovens e crianças tendem a assumir comportamentos que acabam por lhes excluir ainda mais. Segundo Champagne (1997, p. 77), “estes jovens, por suas reações, contribuem involuntariamente para alimentar o círculo vicioso que os marginaliza”. A sociedade ‘incluída’, assim, assume uma vinculação entre exclusão social e violência, por meio da identificação entre a pobreza e a marginalidade. Para Tosta (2003, p. 204), é assim que a exclusão se reforça, “com a criação de representações sociais nas quais ora é objeto de pena e indiferença, ora de medo e eliminação”. Desse modo, a exclusão desses indivíduos do ‘mundo dos direitos’ passa a ser aceita pela sociedade, que não se sente responsável pelo sofrimento que lhes

inflige, embora se sinta ameaçada por eles. O resultado é a banalização da injustiça social, uma vez que a exclusão passa a não ser percebida como uma injustiça de fato.

Nas palavras de Escorel (2003, p. 144):

No eixo cultural em que se desenvolve a troca de valores simbólicos podem ser observados os processos do mundo da subjetivação, da construção de identidades, a relação com o outro e as representações sociais. Trajetórias de desvinculação podem conduzir à experiência de não encontrar nenhum estatuto e nenhum reconhecimento nas representações sociais, ou só encontrá-las em negativo. São caminhos que podem envolver discriminação, estigmatização, criminalização, não reconhecimento, indiferença, negação da identidade ou identidade negativa, conformismo, naturalização e banalização.

Acredito que a *naturalização* da injustiça social caminha lado a lado com a *legitimação* da globalização como fenômeno inescapável: tanto uma como outra são percebidas como a-históricas, independentes de ação política humana. Simplesmente *uns tem sorte e outros não*, ou, o que é pior, *uns são competentes e outros não* (ver a subseção 2.2.2). Isso se relaciona à falta de mobilização social dos(as) incluídos(as) e de abordagem prioritária do problema pelo poder público - se não é uma injustiça, não há porque se indignar. Segundo Dejours (2003, p. 19):

Nem todos partilham hoje do ponto de vista segundo o qual as vítimas do desemprego, da pobreza e da exclusão social seriam também vítimas de uma injustiça. Em outras palavras, para muitos cidadãos, há aqui uma clivagem entre sofrimento e injustiça. Essa clivagem é grave. Para os que nela incorrem, o sofrimento é uma adversidade, mas essa adversidade não reclama necessariamente reação política. Pode justificar compaixão, piedade ou caridade. Não provoca necessariamente (...) apelo à ação coletiva.

Em outras palavras, o sofrimento alheio somente suscita sentimento de revolta quando é percebido como consequência de injustiça, o que não tem acontecido com relação à exclusão social. Sem dúvida esta percepção das coisas não é construção individual: decorre de construções discursivas e ideológicas, da naturalização de processos sociais como fenômenos e da legitimação de determinadas posições como

sendo justas. Por isso o enfrentamento das situações de precariedade no Brasil tem de ser necessariamente baseado na ética, em termos de mudança de prioridades e de estratégia política (BUARQUE, 1999). É para as alternativas não-neoliberais de enfrentamento do problema que me volto na última seção deste capítulo.

2.4 Alternativas contra-hegemônicas

Discuti, neste capítulo, as relações entre o novo capitalismo e a exclusão social, atentando para conceitos como neoliberalismo, globalização, demissão do Estado, flexploração, apartação, situação de rua. Até agora, o foco da discussão voltou-se para a análise do *problema* da exclusão social, sua *conjuntura*, sua *função na prática* e os *obstáculos para seu enfrentamento*, de acordo com o enquadre analítico formulado por Chouliaraki & Fairclough (1999; ver a subseção 4.3). Nesta última seção do capítulo, direciono o foco para os *possíveis modos de ultrapassar os obstáculos*, discutindo especificamente as alternativas contra-hegemônicas para o enfrentamento da precariedade social agravada pelo capitalismo neoliberal.

As disfunções sociais geradas pelo neoliberalismo não resultam de um fracasso do modelo capitalista, mas, ao contrário, de seu sucesso globalizado, da radicalização de sua lógica. Nesse sentido, Soares (2003, p. 20) argumenta que “essas condições não são uma manifestação de que o sistema estaria ‘funcionando mal’, e sim a contraface do funcionamento correto de um novo modelo social de acumulação”.

No contexto do novo capitalismo, as representações discursivas a respeito da ‘nova ordem mundial’ muitas vezes excluem qualquer possibilidade de se reverter o quadro contemporâneo, uma vez que a política neoliberal é representada como natural, inevitável (ver a subseção 2.1.3). Cabe, aqui, registrar uma explicação de Fairclough (2003a, p. 95) que capta a importância do discurso na criação dessa ‘realidade’:

Muitos textos políticos contemporâneos mostram uma tendência a relatos e uma lógica de aparências, ao invés de exposições e uma lógica explanatória, e é importante considerar por quê. Uma análise sócio-econômica da 'nova era', por exemplo, incluiria explicação, causalidade e argumentos expositivos. Sem análise não há compreensão real da 'nova era', e não se percebe o sentido real de sua contingência - de como a mudança de determinadas coisas em um nível poderia produzir diferentes possibilidades. A análise também incluiria o tempo, no sentido de como mudanças em um certo período poderiam produzir efeitos subsequentes. (...) Esses traços estão ausentes em muitos textos políticos contemporâneos, que limitam opções políticas por meio da retratação da ordem sócio-econômica como simplesmente dada; um horizonte incontestável e inevitável que é, por si mesmo, intocável pela política e constrange alternativas.⁴⁹

É nesse sentido que Bourdieu (1998, p. 49) argumenta que a 'revolução conservadora' neoliberal, sob a bandeira do progresso, consegue "tachar de arcaísmo o pensamento e a ação progressistas". Embora o neoliberalismo seja, na verdade, uma restauração liberal, com sua roupagem de modernidade logra fazer qualquer proposta de alternativa contra-hegemônica para a ordem estabelecida soar ultrapassada, retrógrada, sobretudo se reclama o retorno do Estado no que se refere a políticas públicas voltadas para o social. Em oposição a esse ponto de vista fatalista - baseado na naturalização da economia e do mercado como mecanismos auto-reguláveis e do neoliberalismo como um fenômeno inescapável -, com uma perspectiva livre de determinismos e focada na capacidade agentiva humana, Bourdieu (1997a, p. 736) afirma:

O que o mundo social fez o mundo social pode desfazer. Em todo caso é certo que nada é menos inocente que o *laissez-faire*: se é verdade que a maioria dos mecanismos econômicos e sociais que estão no princípio dos sofrimentos mais cruéis, sobretudo os que regulam o mercado de trabalho e o mercado escolar, não são fáceis de serem parados ou modificados, segue-se que toda política que não tira plenamente partido das possibilidades, por reduzidas que sejam, que são oferecidas à ação, e que

⁴⁹ Minha tradução de "Many contemporary policy texts show a tendency to prefer report and a logic of appearances over exposition and an explanatory logic, and it is worth considering why. A socio-economic analysis of the 'new age' would entail explanation, causality, and expository argument. Without analysis there can be no real understanding of the 'new age', and no real sense of its contingency - how changing things at one level could produce different possibilities. Analysis also introduces time depth, a sense of how changes over a certain period of time can produce effects subsequently. These features are absent (...) in many contemporary policy texts which limit policy options by portraying the socio-economic order as simply given, an unquestionable and inevitable horizon which is itself untouchable by policy and narrowly constrains options".

a ciência pode ajudar a descobrir, pode ser considerada como culpada de não assistência à pessoa em perigo.

Embora a ‘margem de manobra’ de que dispõem os Estados nacionais seja reduzida no contexto do novo capitalismo globalizado, especialmente no caso dos países periféricos, é necessário e urgente que as políticas públicas saibam aproveitar as brechas do sistema a fim de reverter o quadro de desastre social com que nos deparamos. A ilusão de que o desenvolvimento econômico traria também um desenvolvimento social, no sentido da divisão dos ganhos ao conjunto da população, já foi perdida, porque sabemos que as políticas de desenvolvimento econômico são feitas “às custas das políticas de educação, saúde, habitação, saneamento, cultura - enfim, das prestações do Estado que universalizam os direitos de todos, independente de classe social”. (SADER, 2003, p. 9). Com essa preocupação, teóricos(as) críticos(as) arriscam-se a sugerir possíveis caminhos para a construção ativa de uma outra realidade, mais humana e menos excludente.

As propostas não-neoliberais para o enfrentamento da crise apontam a necessidade de fortalecimento do Estado. Não se trata, contudo, do “Estado capitalista”, que “permanece apenas na garantia dos interesses capitalistas dominantes” e que abriu mão, inclusive, de seu papel compensatório com relação à tirania do mercado (SOARES, 2003, p. 106). Trata-se, antes, da consolidação de um outro tipo de Estado, comprometido com a prestação dos serviços básicos ao conjunto da população. Nesse sentido, Soares (2003, p. 107) argumenta que “caberia a esse ‘outro’ Estado o papel de garantir as condições de vida dignas para todos, onde ninguém passasse fome nem fosse pobre, onde todos tivessem acesso à escola, à saúde, à cultura, enfim, a todos os bens que fazem parte de uma sociedade civilizada”.

Para Bourdieu (1998, p. 83), esse ‘outro Estado’ é o Estado social, “único capaz de contrabalançar os mecanismos implacáveis da economia abandonada a si própria”. Segundo o autor, caberia a esse Estado “desfatalizar” a economia, substituir a economia

naturalizada do neoliberalismo (ver a subseção 2.1.3) por uma “economia da felicidade” que consideraria em seus cálculos econômicos os custos em sofrimento e os lucros em realização pessoal, ignorados pelos cálculos estritamente economicistas. Nas palavras de Bourdieu (1998, p. 56):

A essa economia estreita e de visão curta, é preciso opor uma economia da felicidade, que levaria em conta todos os lucros, individuais e coletivos, materiais e simbólicos, associados à atividade, e também todos os custos materiais e simbólicos associados à inatividade ou à precariedade (...). No estado atual, as lutas críticas dos intelectuais, dos sindicatos e das associações devem se fazer prioritariamente contra o enfraquecimento do Estado.

O fortalecimento do papel do Estado é, então, primordial para a construção de uma sociedade justa, uma vez que apenas um Estado assim constituído seria capaz de garantir redes públicas de serviços que permitissem a inclusão por meio dos direitos próprios da cidadania. Assim como o critério da renda é insuficiente para a definição de pobreza (ver a subseção 2.2.1), a distribuição de renda também é insuficiente para o resgate da cidadania, visto que não garante o acesso aos serviços à venda no mercado.

Com base em uma percepção de Estado comprometido com a ética, Buarque (1999) propõe uma série de medidas exequíveis capazes de reverter o atual quadro de precariedade no Brasil. A adoção dessas medidas está, entretanto, necessariamente atrelada a um “choque de ética no capitalismo”, conforme Buarque (2001, p. 76) registra:

A crise atual da civilização industrial está impedindo a formulação de propostas éticas e políticas consistentes para uma nova utopia que vá além do capitalismo e do socialismo, que radicalize com um novo tipo de civilização. Neste quadro, as forças políticas se dividem, perplexas, entre aquelas que não apresentam alternativas e querem apenas administrar a crise atual, sem nenhuma mudança de rumo, e aquelas que sem propostas alternativas se negam a colaborar na administração dessa crise. No meio dessas duas correntes, pode surgir uma terceira, cuja meta seja não somente administrar a crise do capitalismo, mas também tomar conhecimento de que existe uma brecha para fazer avançar eticamente a civilização. Essa proposta daria um choque de ética no capitalismo, tendo como objetivos imediatos, ainda dentro das características do

capitalismo, colocar toda criança na escola; garantir emprego para os adultos; ter um sistema de saúde que funcione e atenda toda a família; oferecer transporte urbano para todos; implantar regras que assegurem o respeito à natureza, bem como permitam descentralizar a produção, a cultura, a riqueza. Como há cem anos promoveu-se um choque de ética que erradicou a escravidão, com uma primeira abolição, que mudou os fundamentos econômicos e sociais do Brasil, seria possível, por um choque de ética, fazer hoje uma segunda abolição, a fim de erradicar a pobreza.

Em seu livro intitulado *A segunda abolição: um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil*, Buarque (1999) argumenta em favor de uma série de medidas que cabem no orçamento do País (o autor apresenta, inclusive, para cada uma das medidas propostas, seu custo anual e a percentagem que esse custo representaria em relação ao Produto Interno Bruto e à Receita) e que, uma vez adotadas, representariam uma “revolução nas prioridades” do Estado⁵⁰, atuando como uma alternativa contra-hegemônica ao modelo neoliberal.⁵¹

No que tange especificamente à questão da infância no Brasil, segundo Buarque (1999, p. 57), “se o melhor indicador da pobreza é o abandono de crianças, pobres, sem escola, nas ruas ou no trabalho, ou em falsas escolas, o primeiro caminho para a erradicação da pobreza está na educação para todas as crianças em escolas de qualidade”. O autor ressalta que a existência de milhões de crianças fora da escola ou freqüentando a escola de maneira irregular não é uma consequência da pobreza, mas sua principal causa, por isso a escolarização das crianças é a medida de maior impacto na luta contra a pobreza em um país.

Para combater a má distribuição do capital escolar no Brasil (ver as subseções 2.2.2 e 2.3.3) e o consequente ciclo vicioso que se estabelece entre escolaridade e

⁵⁰ Para Buarque (2001, p. 282), “as mudanças sociais ocorreriam não por meio de revoluções na estrutura social, mas através de uma mudança nas prioridades dos recursos públicos”.

⁵¹ As medidas propostas pelo autor abrangem uma complexa rede de programas, baseados na ação do Estado, para o resgate da qualidade da educação pública no País, para a inclusão de crianças e jovens vítimas da apartação, para a democratização da qualidade nos serviços relacionados à saúde, para a ocupação de adultos excluídos do setor moderno de produção, para o assentamento de famílias no campo e a desmigração, para uma política de habitação. Além de propor essas medidas, Buarque (1999) discute questões como estabilidade, orçamento, sonegação fiscal, corrupção, privilégios.

pobreza, Buarque (1999) propõe uma medida emergencial: a Bolsa Escola. O programa consiste no pagamento de uma bolsa mensal às famílias de crianças que estejam matriculadas e freqüentando a escola regularmente. Segundo Buarque (1999, p. 59), essa medida reduz o ciclo vicioso determinante de “pobreza futura” assim como reduz a “pobreza atual por meio de uma renda mínima para a família”. A vantagem desse tipo de programa é que não se restringe à distribuição de renda, uma vez que se vincula à freqüência da criança na escola, atuando no padrão de distribuição da educação. Dois problemas precisam ser resolvidos, contudo, para que a Bolsa Escola seja realmente eficiente: primeiro, a ética no cadastramento de famílias a se beneficiarem do programa; segundo, a qualidade do serviço educacional oferecido pelo Estado (ver a subseção 2.2.2). Sem isso, a credibilidade do projeto é posta em risco.

Dada sua complexidade, assumo a impossibilidade de tratar aqui cada uma das medidas elencadas por Buarque (1999), sob risco de cair em uma exacerbada simplificação de sua proposta. Contudo, registro que medidas possíveis de enfrentamento da crise existem, o que falta para sua implementação é reverter o quadro de suplantação da ética e do social pela lógica economicista que sobrevaloriza o mercado em detrimento da sociedade. E para isso o Estado tem papel seminal a cumprir.

CAPÍTULO 3

LITERATURA DE CORDEL

Neste capítulo, dedico-me a uma contextualização da literatura de cordel. Em 3.1, atento para sua estruturação como gênero situado relativamente estável e discuto a controvérsia acerca de sua origem e de sua denominação. Em seguida, na segunda seção, abordo o cordel como prática social, sobretudo da perspectiva das transformações operadas no cordel tradicional para dar origem ao cordel contemporâneo, bem como discuto a relação entre a literatura de cordel e a comunicação de massa. É evidente que a relação entre a estrutura genérica e a prática social é dialética, o que implica que alguns pontos tratados em 3.1 também concernem à prática discursiva e social do cordel, assim como alguns pontos tratados em 3.2 também concernem à definição do gênero. Para essa discussão, baseio-me sobretudo nas entrevistas realizadas com diversos atores sociais implicados na produção do cordel. Os procedimentos adotados para a realização das entrevistas e a narrativa de sua execução constam do Capítulo 4.

3.1 Cordel como gênero

Um primeiro ponto a discutir sobre a literatura de cordel é a controversa questão de sua origem. A maior parte dos trabalhos teóricos sobre o gênero admite a filiação de nossos folhetos à literatura de cordel portuguesa. Para Batista (1977, p. xxiii), a literatura de cordel é “o nosso Romanceiro Popular Nordestino que, *originário do cancionero ibérico*, apresenta-se desde há muito com características peculiares, completamente diversificadas dos romances tradicionais que nos foram trazidos pelos colonizadores”.⁵²

Embora a tese da origem lusitana pareça natural - ora, se o colonizador produzia literatura de cordel e se essa literatura chegou ao Brasil, não seria natural pensar na filiação entre as produções portuguesa e nordestina? -, Márcia Abreu (1999) instigou-se com a questão da ausência de explicações para essa tese, tomada como dada sem especulações de sua validade. Iniciou, em busca da alquimia que pudesse ter transformado uma coisa na outra, um trabalho de fôlego que resultou em dez anos de pesquisa sobre o mesmo tema. Abreu (1999, p. 11) constatou, com sua pesquisa, que “os folhetos portugueses eram completamente diferentes dos nordestinos”. A pesquisadora constatou, ainda, que não havia “nenhuma semelhança formal”, que as condições de produção do cordel português e do brasileiro eram radicalmente distintas.

Abreu apresentou, então, outra tese de origem dos folhetos nordestinos: o cordel brasileiro seria originário não dos folhetos portugueses, mas da cantoria, prática tradicional no Nordeste desde séculos passados. Isso porque a literatura de cordel portuguesa não é uma literatura oral, é fruto da imprensa e de um projeto editorial, enquanto a literatura de cordel nordestina, ao contrário, “parece ter iniciado seu processo de definição nesse espaço oral [as cantorias], muito antes que a impressão fosse possível” (ABREU, 1999, p. 74). Uma importante característica distintiva entre o

⁵² Grifo meu.

cordel lusitano e o cordel nordestino tradicional, então, é o caráter fortemente oral deste último, tanto no que tange à composição quanto à transmissão. No final do século XIX e início do século XX, parte do universo poético das cantorias começou a ganhar forma impressa, mantendo, entretanto, características da oralidade.

A pesquisadora mostra também que a maior parte dos cordéis portugueses trazidos ao Brasil eram escritos em prosa e não tinham características formais em comum. Os folhetos nordestinos, por sua vez, são obrigatoriamente em verso e têm como característica fundamental regras rígidas quanto à rima, à métrica e à estruturação dos textos. Para Abreu (1999, p. 119), este é mais um argumento para que se refute a filiação portuguesa dos folhetos de cordel brasileiros:

Se o que define essa literatura [de cordel nordestina] são aspectos formais, como vincular seu surgimento aos cordéis portugueses, que não possuem qualquer uniformidade? Como imaginar um processo que partiria da leitura de textos de estilos e épocas tão variados e levaria à definição de normas poéticas rígidas? Como entender o surgimento dessa poesia, se os cordéis [portugueses] que chegaram ao Brasil são escritos, na maior parte das vezes, em prosa? Como atribuir tal peso ao contato com textos escritos segundo a convenção letrada em um ambiente caracterizado pelo analfabetismo? Parece mais razoável supor que esse processo tenha se iniciado no interior das cantorias orais.

A existência de padrões composicionais rígidos na literatura de cordel brasileira remete ao conceito de gênero tal como formulado por Bakhtin (2000 [1979], p. 279-284), para quem gêneros discursivos são “tipos relativamente estáveis de enunciados”, definidos por “um ponto de vista temático, composicional e estilístico” e por sua relação com uma atividade social específica. Em consonância com essa abordagem, a literatura de cordel obedece a padrões rigorosos de composição. As entrevistas que realizei mostraram que, para os atores sociais envolvidos com o cordel, é a obediência a essas normas que define um bom texto.

Os entrevistados referem-se a esses padrões como *métrica*, *rima* e *oração*. Sobre a métrica, José Costa Leite explica: “A gente escreve de um jeito que ficam medidas as

sílabas. A sextilha [estrofe de seis versos] tem que ter sete, oito ou nove sílabas [em cada verso]. Se botar seis, está errado; se botar dez, está errado. É tudo medido assim”.

J. Borges completa a explicação, enumerando modalidades de estrofes possíveis na literatura de cordel. Note-se que, no excerto da entrevista destacado na ilustração (A) abaixo, o cordelista também enfatiza a importância do respeito à rima no cordel. Com a palavra, J. Borges:

- (A) Tem as modalidades também: a sextilha é a sextilha; tem também a modalidade que nós chamamos ‘sete linhas’, que são sete, em vez de seis sete estrofes [leia-se versos]; e tem também de oito que é o ‘quadrão’; e tem de dez. Tanto tem a rima em sete sílabas como tem decassílabos, que é o ‘martelo agalopado’, o ‘galope à beira-mar’. É tudo maneira de escrever, mas que a rima, em todos eles a rima tem que ser positiva, tem que ser viva. Não pode fazer coisas descomparadas. O cordel tem essas exigências (...), tem que ser tudo rima terminada com a mesma sílaba e o mesmo tom. Na verdade, eu considero que o cordel é um cordel feito com todos os rigores.

A oração, por fim, refere-se à continuidade do assunto sobre o qual o poeta versa, à relação estabelecida entre as informações seqüenciais. Destaco abaixo a explicação de Rouxinol do Rinaré a esse respeito:

- (B) Mas a oração que eu vejo assim: tem gente que, às vezes, vai dissertar sobre um assunto e ele apenas rima e metrifica, mas não diz coisa com coisa, não faz sentido o que ele disse. Então, o contrário disso é a oração. É você dizer de uma forma espontânea o que você queria dizer. Porque às vezes, o leitor: ‘O quê que o poeta quis dizer aqui?’ O leitor fica confuso porque para metrificar e para rimar, ele [o poeta] esquece do sentido. Está entendendo? Então o poeta que é espontâneo, que tem a poesia no sangue mesmo, que conviveu com isso desde criança, ele fala como se estivesse conversando em prosa aqui. Como quem está conversando, ele faz a poesia. De forma que o leitor vá acompanhando o raciocínio dele todo o tempo. Isso é oração. Não criar confusão para o leitor. Então, desenrola aquele fato até o final de forma consecutiva, os fatos ali, de forma que o leitor entenda.

Os padrões regulares de métrica, rima e oração definem um cânone a ser seguido por quem pretenda produzir cordel. Os cordelistas entrevistados foram unânimes na defesa da obediência ao cânone como critério de definição do que seja o cordel. As normas composicionais, caracterizadoras do gênero até hoje, foram definidas nos

primórdios da literatura de cordel, como registra Klévisson Viana, cordelista e editor de cordel:

- (C) Eu sempre digo que para um camarada se estabelecer e se tornar um poeta bom, considerável, que conquista algum respeito, ele tem que conhecer os clássicos. Que tem um cânone. Que tem que ser obedecido, tem que ser seguido. Que os mestres do passado já estabeleceram as técnicas de métrica, rima, oração... Se você não obedece essas coisas, você está fazendo outra coisa. Está fazendo tudo, menos o cordel. Porque cordel, para ser cordel de verdade, tem que obedecer as regras. Porque é assim que foi estabelecido pelos poetas que nós consideramos os clássicos, como Leandro Gomes de Barros, João Martins de Athayde, João Ferreira de Lima, José Camelo de Melo Resende. Porque se é para fazer o que a gente chama de literatura de cordel tem de seguir por esses caminhos.

No que concerne às normas composicionais do gênero cordel, os entrevistados defendem o cânone e rejeitam a desobediência às regras estabelecidas. Já no que tange ao ponto de vista temático, também caracterizador de gêneros discursivos (segundo Bakhtin, ver acima), os cordelistas são mais flexíveis e abertos a inovações. Um ponto crucial referente às inovações temáticas no cordel é a escassez de histórias românticas e/ou fantásticas - os romances, de 32 ou 64 páginas - e a produção em massa de cordéis circunstanciais - os folhetos, de oito ou, no máximo, 16 páginas, que versam sobre temas atuais. Abaixo, na ilustração (D), listo uma série de depoimentos sobre isso:

- (D) (a) Agora, eu acho o seguinte: o nosso tempo, o tempo atual, a dinâmica da informação e a grande possibilidade que o poeta tem de penetrar as massas, de informar as massas, ele deve, se pode, criar as suas histórias com um pouco de atualidade (Manoel Monteiro).
- (b) Aqueles cordéis *Pavão misterioso*, *João Grilo*, os clássicos, eles ainda são procurados. Se eu botar eles aí, vendo eles todos os dias (José Lourenço).
- (c) E as histórias novas estão entrando mais no universo de hoje, já fala de computador, já fala de política, problema social. Então, todos esses cordéis são interessantes. Tem o novo e o velho (José Lourenço).
- (d) Eu tenho feito muito folheto pra educação ambiental, o meio ambiente. As universidades têm feito muito. Também sobre saúde, cuidados com a saúde, amamentação, diabetes (Ana Ferraz).
- (e) Sobre Lula, eu fiz quase 10 cordéis, só sobre Lula, né? Os poetas cederam os textos aí eu montei, fiz todo o trabalho e dei pro pessoal do comitê pra eles arrecadarem dinheiro pra campanha, né? Agora já tô com várias

encomendas pra João Paulo que é daqui de Recife e é do PT também. O PT trabalha muito com cordel (Ana Ferraz).

- (f) A questão social está sendo também bem abordada. Mas eu acho que a gente não deve deixar morrer aquela ficção, aquele romance gostoso onde o poeta também pode nas entrelinhas jogar alguma coisa dessa questão social (Rouxinol do Rinaré).
- (g) A Tupynanquim [editora de cordel] criou uma série intitulada 'Heróis e mitos brasileiros', com a intenção de que essa série seja estudada nas escolas. Porque eu acho que é mais fácil um aluno pegar um cordel e estudar história do que pegar um livro grande em prosa. (...) Então a série é uma idéia da gente resgatar o que nós chamamos heróis populares, o que nós consideramos heróis e que são esquecidos (Rouxinol do Rinaré).
- (h) Pobre da exposição de literatura de cordel que não tiver essas três figuras fundamentais: Padre Cícero, Vargas, Lampião (Gonçalo Ferreira da Silva).
- (i) Mas eu acho que o grande, eu diria o supra-sumo dessa literatura é o romance (Klévisson Viana).

Os excertos destacados ilustram uma maior tolerância à mudança no gênero no que diz respeito aos temas envolvidos na produção de cordel do que à forma. Isso está de acordo com a função social do gênero, que foi profundamente modificada entre os períodos tradicional e contemporâneo de produção (voltarei a isso abaixo, em 3.2). Os pontos de vista de Manoel Monteiro - (a) - e José Lourenço - (c) - mostram-se abertos à inovação temática, sobretudo no que se refere à abordagem de temas atuais. Os depoimentos da editora de cordel Ana Ferraz - (d) e (e) - registram a ampliação do campo de atuação do cordel na produção de folhetos de cunho didático (meio ambiente e questões de saúde) e político. O cordel como instrumento didático também é registrado no depoimento de Rouxinol do Rinaré transcrito em (g); nesse caso há uma defesa do uso do cordel no contexto escolar. O excerto da entrevista de Rinaré transcrito em (f), entretanto, tende para uma postura um pouco mais conservadora no que se refere à produção de romances, posicionamento compartilhado por Klévisson Viana - (i). Por fim, os depoimentos de Gonçalo - (h) - e de José Lourenço - (b) - são um registro da exigência do público por temas tradicionais dessa literatura.

Quanto ao terceiro elemento da tríade definidora de gêneros discursivos segundo Bakhtin - o estilo - creio que a linguagem própria ao cordel nos períodos tradicional e contemporâneo de produção seja um enfoque interessante para a discussão. Sabe-se que os grandes poetas do período tradicional tinham pouca ou nenhuma instrução formal, como é o caso de João Martins de Athayde, poeta e editor de cordel importantíssimo, por ter organizado uma rede de produção e distribuição de folhetos. Sobre sua pouca escolaridade, Athayde dizia: “Sou um analfabeto que sempre viveu das letras” (ABREU, 1999: 93). Hoje, a situação é diferente. A regra para os cordelistas do período contemporâneo é uma experiência maior nas instituições de educação formal. E muitos cordelistas da atualidade não querem ser identificados com o ‘estigma do poeta analfabeto’. Os depoimentos de Manoel Monteiro e Gonçalo Ferreira da Silva, destacados abaixo em (E), registram o fato:

- (E) (a) Eu primo pela linguagem correta. O que é uma linguagem correta? Não é uma linguagem erudita. Essa é do intelectual, essa é do doutor, essa coisa... A linguagem correta que eu digo é aquela que você usa normalmente. A linguagem da poesia popular é uma linguagem normal. E o poeta não é obrigado a ser analfabeto de pai e mãe e parteira não (Manoel Monteiro).
- (b) E então, com a escolaridade dos poetas e com a transferência da literatura de cordel dos seus pontos de resistência para as universidades, para o meio acadêmico, saiu nessa transição também a responsabilidade da perfeição. E a literatura de cordel, se você vê bem hoje, ainda existem folhetos bastante acanhados, ainda existem poetas bastante pobres de cultura, semi-analfabetos e tudo mais, mas em vez hoje de ser uma regra geral, é praticamente uma exceção. Se eu citar aqui quatro poetas, eu vou citar quatro poetas de formação universitária. É diferente daquele tempo em que o poeta pegava uma folha de papel manilha, escrevia o folheto quando encostava a enxada no canto da latada e escrevia o folheto para levar para os colegas ouvirem a narrativa dele na feira no fim da semana (Gonçalo Ferreira da Silva).

Os trechos de entrevistas destacados acima ilustram um distanciamento dos poetas com relação ao pouco grau de instrução formal que caracterizava os cordelistas do período tradicional, e do estilo de linguagem decorrente. Em contrapartida, nas entrevistas que conduzi foram recorrentes as críticas ao estilo utilizado por intelectuais

que se aventuram na produção de cordel. Tal pode ser ilustrado pelos excertos de entrevistas destacados em (F):

- (F) (a) No tempo que o povo era analfabeto, mas conhecia o cordel e conhecia a rima, quando a pessoa lia um cordel que a rima quebrava, o cara analfabeto já dizia logo: 'Epa, aí tá errado'. Agora não, agora o povo todo sabe ler, mas não entende, passa por cima da rima errada. (...) Aí aquilo ofende muito o cordel. Eu gostaria que esse povo, esses professores, doutores, esse povo ficasse só lendo o cordel e não metesse a escrever porque está esculhambando o ambiente. E tem uns professores que inventam de escrever cordel, faz até graça. Porque aí eles se agarram com a gramática e se esquecem que cordel não existe gramática para um cordel. A gramática de cordel é a rima positiva e as sílabas medidas. Aí dá o verso, dá o tempero da poesia. E eles se agarram muito com gramática e aí botam palavras, botam linhas bem grandes que é para obedecer a frase e depois larga ponto, larga vírgula, ponto e vírgula. não-sei-o-quê, não-sei-o-quê. E quando termina que a gente nem não tem nada. A nata da poesia foi embora (J. Borges).
- (b) Olha, os novos, os eruditos, os jornalistas, eles não têm muito, não conseguem a métrica. Às vezes rimam, mas metrificar no cordel não sentem, não pegam... Falta o popular. Eles não têm ainda... e, assim, quando preparam um cordel é muito viajado, assim na linguagem (Ana Ferraz).

Não há dúvida de que houve uma mudança no estilo próprio à literatura de cordel entre os dois períodos de produção. Tal se relaciona, como os dois grupos de depoimentos (E) e (F) acima mostram, a mudanças mais amplas nas práticas discursiva e social do gênero. As opiniões acerca dessa mudança, como vimos, são divergentes. Se por um lado há quem a julgue boa por distanciar os poetas do presente do estigma de analfabetismo que marcou os poetas do passado, há também quem a considere ruim por comprometer o 'sabor popular' do cordel.

Penso que uma pessoa com um alto grau de educação formal mas que tenha também um alto grau de conhecimento do gênero cordel, que tenha convivido com o cordel, que seja capaz de reconhecer-lhe as características, poderá escrever folhetos em que o sabor próprio ao cordel se mantenha. Esse sabor, entretanto, se perde quando alguém com pouca experiência com essa literatura resolve aventurar-se em sua "engenharia", como define Mestre Azulão. Isso porque, conforme Bakhtin (2000 [1979]),

p. 304), além das formas prescritivas da língua os locutores de enunciados recebem também “as formas não menos prescritivas dos gêneros do discurso”. Nessa perspectiva, pretender produzir textos em um gênero que não se domina é tão difícil quanto fazê-lo em uma língua cujas regras sejam desconhecidas.

Uma última questão antes de encerrar a seção: a denominação do gênero ‘literatura de cordel’. Segundo Chouliaraki & Fairclough (1999), não há uma lista de gêneros do discurso e há relativamente poucos nomes estáveis para analistas e participantes, por isso o rótulo que se dá a um gênero não é importante; o ponto importante é que o gênero seja reconhecível como um tipo de linguagem usado em domínios particulares. A questão que envolve a denominação do gênero cordel é controversa. Embora seja um gênero situado com um nome estável, não há unanimidade quanto à pertinência desse nome: muitos são os estudiosos a criticar a designação ‘literatura de cordel’ para os folhetos produzidos no Brasil. Souto Maior (1981, p. 88) chega a considerar o termo pejorativo, como se nota na citação seguinte:

As elites intelectuais - com raras exceções, é evidente - olham a literatura popular em verso com certo desdém e se apegam a um simples detalhe material (a maneira como é exposta à venda nas feiras e mercados do Nordeste: escanchada, montada num pedaço de cordão estendido) para designá-la como Literatura de Cordel. Tal denominação, além de imprópria e importada, é completamente falsa. (...) O vocábulo cordel nunca foi usado no Nordeste; nunca foi usado no Nordeste porque é palavra provençal. Com mais de meio século penando nesse mundo de meu deus nunca ouvi ninguém pedir um pedaço de cordel. O povo conhece e usa é a palavra cordão, que é corda fina, delgada; ou fio, ou barbante. E mesmo que se chamasse a literatura popular em verso de literatura de cordão, tal designação permaneceria pejorativa, falsa, depreciativa, desvalorizando, assim, seu conteúdo. (...) O nordestino, consumidor da literatura popular em verso, desconhece tal designação, usada pelas elites e estudiosos de um modo geral.

Sem dúvida, o termo não é original, é uma adaptação do nome português à manifestação cultural encontrada no Brasil. Em Portugal sim, a denominação ‘literatura de cordel’ é popular. Aqui, as brochuras eram conhecidas popularmente por folhetos ou folhetes - quando de oito a 16 páginas -, histórias ou romances - quando mais longos,

com 32 ou 64 páginas. Os poetas eram chamados folheteiros ou poetas de bancada; o termo 'cordelista' é posterior à popularização do termo 'literatura de cordel' no Brasil, expressão que passou a ser empregada por pesquisadores a partir da década de 1970 (ABREU,1999).

Independente de a terminologia - literatura de *cordel*, poeta *cordelista*, universo *cordeliano* - ter sido imposta por estudiosos do assunto, o fato é que hoje ela é amplamente utilizada e aceita, inclusive nas instâncias de produção e consumo e não apenas no meio acadêmico. Nenhum dos atores sociais que entrevistei mostrou ressalva quanto à denominação dada ao gênero. Ao contrário de Souto Maior, não considero o termo pejorativo: ele em nada diminui o valor dessa literatura. Justifica-se, assim, que, apesar da controvérsia, nesta pesquisa designo a produção de folhetos no Brasil simplesmente 'literatura de cordel' e refiro-me a cada um dos textos analisados como 'folhetos'.

3.2 Cordel como prática social

Os gêneros do discurso são sensíveis a mudanças na prática social de que participam. Segundo Bakhtin (2000 [1979], p. 285), “de uma forma imediata e ágil, refletem a menor mudança na vida social”. Como vimos no Capítulo 1, a vida social é constituída de práticas e redes de práticas sociais, e as práticas sociais são definidas por articulações relativamente estáveis entre os momentos dessas práticas - tipos de atividade, ligados de maneiras particulares a condições materiais, temporais e espaciais específicas; pessoas particulares com suas experiências, disposições e conhecimentos: fontes semióticas particulares e maneiras de uso da linguagem específicas.

Assim, transformações em gêneros discursivos refletem transformações nas articulações de momentos das práticas sociais a que se filiam. As transformações pelas quais passou o cordel são uma questão de como se articulam os momentos da prática e

de que elementos da prática social são trazidos, articulados e internalizados. A articulação entre os momentos da prática do cordel foi modificada, mas há uma grande resistência dos teóricos em registrar a mudança. Um exemplo dessa resistência é a definição de literatura de cordel de Mark Curran (1998, p. 17). Vejamos:

A literatura de cordel é uma poesia folclórica e popular com raízes no Nordeste do Brasil. Consiste, basicamente, em longos poemas narrativos, chamados “romances” ou “histórias”, impressos em folhetins ou panfletos de 32 ou, raramente, 64 páginas, que falam de amores, sofrimentos ou aventuras, num discurso heróico de ficção. Esta é uma parte significativa do cordel em termos de número de poemas publicados, mas nem de longe representa todo o gênero. Um segundo tipo de impresso, o folheto com oito páginas de poesia circunstancial ou de acontecido, também contribui para o *corpus* total. Completa o quadro o duelo poético, chamado “peleja”, “desafio” ou termo equivalente. Assim, o cordel tem características tanto populares quanto folclóricas, ou seja, é um meio impresso, com autoria designada, consumido por um número expressivo de leitores numa área geográfica ampla, enquanto exhibe métricas, temas e *performance* da tradição oral. Além disso, conta com a participação direta do público, como platéia.

Assim como a maior parte das definições de cordel encontradas na literatura especializada, essa de Curran bem caracteriza o cordel tradicional, mas não acrescenta as marcantes modificações que se pode observar no gênero na contemporaneidade.

Diegues Jr. (1977) registra que na década de 1970 a realização mais comum no cordel eram os chamados ‘romances’. Se no período tradicional os romances eram mais numerosos que os folhetos circunstanciais, hoje se observa o contrário: a maior parte da publicação atual é de folhetos circunstanciais de oito páginas ou, no máximo, 16 - excluídas, é claro, as reedições de clássicos do período tradicional.

A “participação direta do público como platéia” já não se verifica: o cordel migrou das feiras e mercados nordestinos para lojas de artigos turísticos e aeroportos - donde se inferem mudanças com relação ao público consumidor - e é vendido por comerciantes, o que elimina o contato direto do cordelista com seu público. Nas entrevistas que realizei, foram freqüentes as referências aos contextos de venda dos

períodos tradicional e contemporâneo. Abaixo, nos excertos da ilustração (G), listo alguns depoimentos:

- (G)
- (a) Hoje não tem mais essa questão da oralidade, do poeta recitar um pedacinho. Não tem mais isso. Não tem mais aquela coisa do cara vender... Porque o que eu achava bonito demais era que o cara mandava fazer o cordel, jogava na sua malotinha quadrada de couro. Jogava debaixo do braço e se danava para a feira vender o seu cordel. Aquilo que era bonito (José Lourenço).
 - (b) Porque hoje em dia não existe nem o poeta que lê em feiras livres, não tem. O contexto de venda do cordel, não é mais na mão do cordelista que se compra, não. Hoje as pessoas ligam pra editora ou ligam pro cordelista, que envia pelo correio. Ou nas livrarias. Mas esse tipo de trabalho dos poetas venderem diretamente em feiras realmente está se acabando, não tem mais... (Ana Ferraz).
 - (c) Antigamente eu vendia lendo na feira. Serviço de som, botava um microfone aqui e ficava com um cordel, explicando com a mão (José Costa Leite).
 - (d) Vendia o cordel nas praças, nas feiras, nas festas. Aonde tinha a regência de muita gente, a gente ia. Eram muitos cordelistas aqui no nordeste. Toda feira, sempre tinha cinco, seis cantando, fazendo aquelas rodadas de gente. Cada um beco na rua, um fim de feira assim, um espaço, tinha um cordelista. Aquilo foi diminuindo, diminuindo, hoje você anda dez feiras, vinte feiras, cinquenta feiras no Nordeste e não vê um. O cantador de cordel mesmo, ele não existe mais (J. Borges).
 - (e) E é lógico que a literatura de cordel abandonou aos poucos os pontos de resistência tradicionais: as feiras, as casinhas do subúrbio, as fazendas, os mercados e partiu para outra, para nova finalidade, a literatura de cordel (Gonçalo Ferreira da Silva).

Assim como o contexto de distribuição foi profundamente modificado, também se modificaram as práticas de produção e consumo. Uma definição cuidadosa do cordel deve, pois, atentar para os diferentes períodos de produção, e só pode ser feita a partir da observação das práticas discursiva e social em cada um dos períodos. Um breve histórico da literatura de cordel pode ser útil para a compreensão de suas transformações.

Galvão (2001) registra que o primeiro folheto impresso localizado é de Leandro Gomes de Barros - considerado o maior nome dessa literatura: nas palavras de Klévisson Viana, “o primeiro sem segundo” - e data de 1893. Contudo, o apogeu da literatura de cordel se deu somente nas décadas de 1930 e 1940, em que “montaram-se redes de

produção e distribuição dos folhetos, centenas de títulos foram publicados, um público foi constituído, consolidando-se o formato em que é impresso” (GALVÃO, 2001, p. 33).

Nesse período tradicional, o cordel era consumido, principalmente, pela população do interior do Nordeste e cumpria papel de informação e lazer coletivo, de socialização. Os folhetos eram lidos e ouvidos em voz alta, em “reuniões que congregavam parentes e vizinhos” (GALVÃO, 2001, p. 181). Quanto a sua importância como divulgador de notícias, Diegues Jr. (1977, p. xvii) registra:

Instrumento de comunicação, alargou-se depois à divulgação dos fatos acontecidos, coisas de que a população não podia ter conhecimento senão por essa forma. Rádio não existia; jornal era raro. Quando este chegava, levado dos grandes centros - Recife ou Fortaleza, por exemplo - com o atraso normal dos meios de transporte de então, já o folheto se antecipava na divulgação do fato. Tornava-se o folheto o elemento mais expressivo para que os acontecimentos chegassem ao conhecimento de todos, lidos nos mercados, nas feiras, nos serões familiares.

O cordel era considerado o ‘jornal do Sertão’. Era por meio dele que as notícias chegavam ao interior do Nordeste. Nesse sentido, pode-se dizer que o cordel foi uma mídia importante na região. O depoimento de Gonçalo a esse respeito pode esclarecer a importância que o cordel assumia na difusão de informação:

- (H) A partir de 1920, até chegar o momento culminante da literatura de cordel do Nordeste como veículo de comunicação, o folheto de cordel superou todos os veículos existentes no momento, até mesmo o jornal. Era muito comum chegando as velhas locomotivas, as marias-fumaças, madrugarem nas estações ferroviárias naquele tempo, trazendo jornais com as notícias de maior impacto social e os camponeses dizendo: ‘Não, rapaz, isso é conversa de jornal, rapaz! Você não acredite! Você só acredite se sair no cordel, no folheto, no fim da semana’. E assim foi com a própria morte de Getúlio Vargas na década de 50, em 54, né? E mais anteriormente com a morte de Corisco em 1940, com a morte do Lampião em 1938. E o pessoal não deu crédito nenhum aos jornais. O pessoal só dava crédito se realmente aparecesse uma notícia na literatura de cordel. E nesse fato da morte de Corisco, quando ele faleceu no dia 27 de maio de 1940, o pessoal desacreditou na notícia que o jornal trouxe. E só veio realmente ratificar com segurança a morte de Corisco quando, no fim da semana, saiu o folheto do Moisés Matias de Moura anunciando em ‘martelo agalopado’ a morte de Corisco.

A partir dos anos de 1950, a migração de populações nordestinas ao Centro-Sul do país fez migrar também a literatura de cordel. Assis Ângelo (1996, p. 76) registra que os

primeiros cordelistas desembarcam em São Paulo nesse período e que a migração continuou intensa também nas décadas seguintes: “dos anos sessenta até aqui, centenas de folhetos foram escritos e publicados por cordelistas radicados em São Paulo”. Os cordelistas entrevistados por Assis Ângelo justificam a migração pelas condições de venda de folhetos: “tanto no Rio como em São Paulo é muito mais fácil ganhar dinheiro do que no Nordeste”.

Na década de 1960 o cordel passou por uma grande crise, voltando a ser centro de interesses a partir dos anos de 1970, porém já com outra importante modificação em sua prática discursiva: o público consumidor. Galvão (2001, p. 34) registra esse fato:

Desta vez [tornou-se centro de interesse] principalmente por parte de turistas, universitários brasileiros e estrangeiros: o cordel tornou-se objeto de estudo e de curiosidade. Essa transformação do público leitor e, conseqüentemente, da produção também dos folhetos foi percebida pelos próprios poetas (...). A partir desse momento, os locais de venda começaram a mudar, o que também revela uma mudança de público: nas livrarias e lojas de artesanato (...). Atualmente, os folhetos são comprados, basicamente, por turistas e estudantes.

Essa modificação do público consumidor também foi registrada pelos cordelistas nas entrevistas. Vejamos, em (I), dois trechos em que essa mudança é percebida:

- (I) (a) Está havendo uma procura muito grande, até costumo dizer que o cordel mudou de público. Porque, a partir do momento que a televisão penetrou no interior do estado, as pessoas mais velhas raramente lêem cordéis. Elas querem ver a novela, ver o filme. E hoje o público das escolas, que eu acho que é o novo público do cordel, e é um público que eu acho interessante, a gente aposta nesse público porque é uma nova geração. Quem sabe vai surgir atrás dessa nova geração novos poetas para dar continuidade à nossa cultura? Então eu acho que o cordel nunca morreu. Esteve num embate, aí houve uma renovação (Rouxinol do Rinaré).
- (b) Eu acho que o que houve mesmo foi uma mudança grande. Porque você analisa o seguinte: antigamente o folheteiro pegava o seu poema, seus folhetos, ia para a feira livre. Chegava lá, ele tinha que cantar aquele folheto para o público. Porque o público era 80 a 90% analfabeto. Então, uma coisa é você lidar com um público dessa natureza. Hoje, por exemplo, é exatamente o oposto. Eu acho que houve realmente uma revolução porque o público mudou, né? (Klévisson Viana).

Além dos consumidores, também os próprios poetas cordelistas já não são os mesmos. Abreu (1999) registra que a maioria dos poetas das três primeiras décadas do século XX nasceu na zona rural e teve pouca ou nenhuma instrução formal. Os cordelistas contemporâneos, assim como os consumidores de cordel hoje, têm maior acesso à cultura letrada. Há também os poetas ditos eruditos, que escrevem não por profissão, mas por lazer, e são vistos com desconfiança pelos mais conservadores, como discuti na seção anterior. Sobre o início dessa mudança na produção, Souto Maior (1976, p. 14) discorre:

Os poetas populares estão enveredando por outros caminhos, uma vez que não são tão semi-analfabetos como eram há algumas décadas passadas e estão participando do desenvolvimento da região e, através de seus folhetos, eles enviam suas mensagens, instruindo o povo que assim toma conhecimento dos problemas nacionais (...) Este novo impulso que está tomando a literatura popular em verso constitui, evidentemente, uma prova de que o folheto não está morrendo mas sofrendo modificações em seu conteúdo e atualização em sua temática.

A escassez de histórias românticas na produção contemporânea ilustra esse fato. O cordel tradicional cumpria, com os romances e histórias de princesas e países longínquos, papel semelhante ao que hoje se pode atribuir à novela televisiva; mas essa sua função já não é marcante, talvez justamente pela popularização da TV com seus romances em capítulos. Nas palavras de José Lourenço: “eu considero aqueles cordéis antigos como se fossem as novelas de hoje, os filmes”.

Outra função social que era desempenhada pelo cordel tradicional e que não se observa hoje é a de alfabetização. Muitos estudos fazem referência ao papel dos folhetos na alfabetização de um número expressivo de pessoas, de modo autodidata, principalmente durante seu apogeu. Sobre essa função do cordel, Galvão (2001, p. 186) registra:

Os depoimentos parecem indicar que a alfabetização por meio do cordel dava-se de maneira autodidata: através da memorização dos poemas, lidos ou recitados por outras pessoas, o “alfabetizando”, em um processo solitário de reconhecimento das palavras e versos, procedia, ele mesmo, à aprendizagem inicial da escrita. Em outros casos, o folheto aparece

como o principal motivador para que os meios formais de aprendizado da leitura e da escrita fossem procurados.

Com a expansão do sistema formal de ensino e com a ‘despopularização’ do cordel, essa função social relacionada à alfabetização e ao primeiro contato com a cultura letrada desaparece. Hoje se procura resgatar a utilização da literatura popular em sala de aula, não como auxiliar nas primeiras letras, mas como atividade de leitura e valorização da cultura nacional. Exemplo disso é o livro *Cordel na sala de aula*, que tem “o propósito de contribuir para divulgação e apreciação da literatura de cordel no espaço escolar”. (PINHEIRO & LÚCIO, 2001, p. 8). Essa preocupação com o fortalecimento do vínculo entre o cordel e a educação também é registrada na coleção *Heróis e Mitos*, lançada pela Editora Tupynanquim, de Fortaleza, e citada na seção anterior.

O cordel contemporâneo cumpre um papel social engajado com questões sócio-políticas atuais, o que se dá de duas maneiras principais: o comentário de fatos reais ocorridos no Brasil e no mundo e a dissertação ou, mais raramente, a narrativa sobre problemas contemporâneos, acrescentando-se sempre juízos de valor. Ambos os casos constroem-se em folhetos circunstanciais, que raramente ultrapassam as oito páginas. Nesses casos, é marcante a recontextualização de materiais simbólicos oriundos da mídia na literatura de cordel, fato registrado nas entrevistas de Klévisson Viana, Abraão Batista e Gonçalo Ferreira da Silva. Este último afirmou que “o cordelista extrai da mídia o conteúdo do folheto. (...) Eu mesmo, se eu fizer um folheto sobre, digamos assim, sobre o presidente, eu colho informação no jornal, na televisão”.

A recontextualização de notícias é, geralmente, crítica. Tome-se como exemplo alguns folhetos publicados a respeito da invasão liderada pelos Estados Unidos ao Iraque: *Sem essa de guerra*, de Luis Pimentel; *George Bush quer guerra, é inimigo da paz*, de Allan Salles; *Carta de Satanás ao amigo George Bush*, de Zé da Madalena. A recontextualização crítica de materiais simbólicos veiculados na grande mídia está de acordo com a observação de Thompson (1998) acerca da recepção de produtos da mídia

como uma atividade situada e criativa. Situada porque a recepção dos produtos, cada vez mais globalizados, é localizada, sempre está inserida em contextos específicos. Criativa porque os indivíduos trabalham o material simbólico que recebem, usam-no de acordo com seus propósitos, não são espectadores passivos. Thompson (1998, p. 45) observa que “as mensagens podem ser retransmitidas para outros contextos de recepção e transformadas através de um processo contínuo de repetição, reinterpretação, comentário, riso e crítica”.

A relação do cordel com a mídia não se limita à recontextualização de notícias. Na verdade, a história do cordel está atrelada à mídia de outras maneiras. Em primeiro lugar, cabe lembrar a discussão acima a respeito do cordel como um importante meio de comunicação no tempo em que era considerado o ‘jornal do Sertão’. Em segundo lugar, uma relação entre o declínio da produção de cordel e a ascensão do rádio e da televisão no Nordeste costuma ser estabelecida por atores sociais envolvidos na produção de cordel. Abaixo, na ilustração (J), listo alguns depoimentos sobre isso:

- (J)
- (a) A literatura de cordel foi afogada por um período, por um determinado período com a evolução da informação. Afogada pela invasão da informação, o imediatismo da informação. E, veja bem, como entretenimento muito mais ainda (Manoel Monteiro).
 - (b) A literatura de cordel colocou sobre os ombros o peso da responsabilidade competitiva. Ela sabia que ia ter o povo televisivo, mas sabia que tinha que manter um público leitor. Então, procurou se adequar ao meio. O radinho de pilha foi outro terrível instrumento contra a literatura de cordel, porque se a pessoa estava entretida ouvindo rádio não estava lendo folheto. A literatura de cordel com relação ao rádio de pilha teve que ter, enfrentou tudo isso e venceu. Mas foram realmente obstáculos. Eu não vou negar que tanto a televisão como o rádio foram obstáculos, foram sim. Mas foi a literatura de cordel e seus autores que tiveram o cuidado e a perseverança de manter a literatura de cordel acesa até hoje (Gonçalo Ferreira da Silva).
 - (c) Antigamente eu vendia muito mais, é. O povo do campo não tinha uma TV. Hoje todo mundo tem. A TV Globo, eu penso que é a maior inimiga do poeta popular (José Costa Leite).
 - (d) Porque, antigamente, o cordel narrava primeiro, mas aí não tem como porque a imprensa está muito evoluída (Rouxinol do Rinaré).

É verdade que com a popularização do rádio e da televisão o cordel perdeu seu ‘monopólio’ como difusor de notícias, como observa Rouxinol do Rinaré em (d). É verdade também que perdeu espaço como meio de entretenimento, conforme Manoel Monteiro ressalta em (a). Essa foi uma mudança importante da prática social que teve implicações também importantes para o gênero. Como Gonçalo registra em (b), a literatura de cordel teve de “se adequar ao meio”.

Em sua discussão a respeito da interface entre a tradição e a mídia, Thompson (1998, p. 160) explica que “a tradição não foi destruída pela mídia, mas antes transformada ou ‘desalojada’ por ela”. Essa observação é útil para se pensar a relação entre cordel e mídia. Se por um lado o desenvolvimento dos meios de comunicação no Nordeste foi um “obstáculo” para a continuidade do gênero, por outro lado proporcionou os meios para a separação dessa prática tradicional de seu contexto inicial de produção, para seu desenraizamento. O desenraizamento, ainda segundo Thompson, é a condição para a reimplantação de práticas tradicionais em contextos diversos. Exemplos disso são as diversas referências ao cordel que podem ser encontradas na mídia. A revista *Caros Amigos*, por exemplo, publicou durante meses em 2003 pequenas matérias sobre cordel e outras manifestações populares, e a revista *Cult* publicou, em sua edição número 54, um dossiê de 21 páginas sobre a literatura de cordel. Os jornais impressos não ficam atrás: a *Folha de S. Paulo* publicou matérias sobre o tema em suas edições de 06 de outubro de 2001 e 06 de julho de 2002; *O Estado de S. Paulo*, em 3 de junho de 2002; o *Correio Braziliense*, em 07 de outubro de 2001 e 20 de dezembro de 2001. J. Borges foi tema de matérias no *Correio Braziliense* de 16 de abril de 2002 e no *O Estado de S. Paulo* de 15 de abril de 2002. Evidentemente, essas são apenas as publicações que pude acompanhar. É de se imaginar que haja outras.

Mas a relação entre o cordel e a mídia ainda não pára aí. Hoje há sítios na Internet ⁵³ que publicam literatura de cordel, como explica a reportagem do *Correio Braziliense*: “é na Internet que cordelistas da nova geração encontram espaço para divulgar e manter a tradição de um dos gêneros mais antigos da literatura popular”. ⁵⁴ A observação do jornal está de acordo com a perspectiva de Thompson (1998, p. 178), que explica: “num mundo permeado pelos meios de comunicação, tradições se tornaram mais e mais dependentes de formas simbólicas mediadas, elas foram desalojadas de lugares particulares e reimplantadas na vida social de novas maneiras”. E ele acrescenta que “o desenraizamento e a nova ancoragem das tradições não as tornam necessariamente inautênticas, nem as condenam à extinção”.

Um outro ponto de tangência entre cordel e mídia diz respeito à recontextualização de outros elementos da mídia no cordel, além de notícias. Por exemplo, Abraão Batista publicou um folheto circunstancial de crítica política cujo título remete à Internet: www.juizlalu.fhc.acm.corrupção.ladrão.justiça. Rouxinol do Rinaré e Klévisson Viana estabeleceram uma outra recontextualização quando escreveram juntos um folheto de desafio, *A grande peleja virtual de Klévisson Viana e Rouxinol do Rinaré*, construído pela Internet, via correio eletrônico. Rinaré explica, no excerto de seu depoimento destacado:

- (K) É um cordel de peleja, uma peleja recriada. (...) eu fiz com o Klévisson mesmo pela Internet. (...) Aí, o Klévisson estando lá na editora [Tupyranquim], a gente começou a mandar o e-mail de um para o outro, uma estrofezinha. E isso virou um desafio, não é? Depois juntamos tudo e fizemos a peleja, imprimimos a peleja. Foi feita totalmente virtual, mas depois impressa no folheto. E a gente diz aqui no final de uma nota que a gente casou a modernidade com a tradição, mantemos a tradição da poesia do cantador. Usamos os seus estilos como os cantadores usam na realidade, no repente mesmo, mas usamos de forma virtual. Mas a estrutura é a da poesia de cordel, não tem jeito. Então é isso. Eu acho assim é uma forma, se nós quisermos que a nossa cultura seja perpetuada, que outras gerações possam conhecê-la, nós temos que viver o nosso momento, mantendo a tradição do formato da poesia e da estrutura da poesia.

⁵³ Alguns exemplos são os sítios www.literaturadecordel.hpg.ig.com.br, www.ablc.hpg.com.br, www.cordelon.hpg.ig.br, www.mocoto.com.br, www.jangadabrasil.com.br.

⁵⁴ Na edição de 20 de dezembro de 2001, na editoria *Coisas da vida*, página 08.

A relação entre o cordel e os meios de comunicação concerne também ao movimento entre a interação face a face e a quase-interação mediada. Assumindo-se como verdadeira a tese de Abreu quanto à filiação do cordel à cantoria, pode-se afirmar que essa literatura, oral na sua origem, evoluiu para a quase-interação mediada, nos termos de Thompson (1998). Originalmente caracterizado pela interação face a face, que “acontece num contexto de co-presença”, em que os participantes “partilham um mesmo sistema referencial de espaço-tempo”, o cordel é hoje caracterizado pela quase-interação mediada, que “implica uma extensa disponibilidade de informação e conteúdo simbólico no espaço e no tempo - ou, em outras palavras, se dissemina no espaço-tempo” (THOMPSON, 1998, p. 78-9).

Isso me leva a retomar a discussão a respeito da separação tempo-espaço e dos mecanismos de desencaixe (lembre-se a referência a Giddens em 1.3.1). A separação de tempo e espaço permite a articulação de relações sociais ao longo de intervalos de espaço-tempo, pois as sociedades modernas dependem de modos de (quase-)interação em que as pessoas estão separadas temporal e espacialmente. Os mecanismos de desencaixe, por sua vez, referem-se à possibilidade de deslocamento de relações sociais de seus contextos imediatos e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço (GIDDENS, 1991, 2002).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o cordel, seguindo a tendência da comunicação moderna, adaptou-se à separação entre os contextos de produção e aqueles de consumo, alargando seu raio de alcance por meio de mecanismos de desencaixe. Se não fosse assim, como poderíamos, hoje, ter acesso a títulos de cordel publicados ao final do século XIX? Além dessa abordagem temporal do desencaixe, também importa salientar que desde o período de produção tradicional o cordel esmera-

se em ultrapassar fronteiras geográficas.⁵⁵ Assim é que, já na década de 1930, a figura do agente distribuidor de folhetos possibilitava a difusão do cordel em todo o Nordeste, como registra Gonçalo Ferreira da Silva:

- (L) A compra por João Martins de Athayde do projeto editorial de Leandro Gomes de Barros em 1921 começou outra história pra literatura de cordel. João Martins de Athayde, um livro de época como a morte de Getúlio [Vargas], ele lançava 50.000. Por que 50.000 folhetos? Imagine só, em 1930 ele já tinha mais de 100 representantes, que ele chamava naquele tempo de agentes, cobrindo as principais cidades dos 9 estados do Nordeste.

A constituição dessa rede de distribuição denota a visão empresarial que esteve e está por trás da produção de cordel. Longe de ser uma prática destituída de organização e de visão comercial, a produção de cordel constitui-se como uma prática institucionalizada. Os núcleos de produção mantêm um vínculo comercial permanente por meio do intercâmbio de materiais, conforme me informaram Manoel Monteiro, Gonçalo Ferreira da Silva, Ana Ferraz e Klévisson Viana. Essa prática aumenta o raio de alcance dos produtos de todos os centros produtores interligados em uma rede. A tiragem inicial de um folheto depende de seu apelo comercial, como explica Klévisson Viana:

- (M) Quando o folheto não apresenta características que possa se auto-financiar, aí a gente procura fazer mil exemplares. Quando não, a gente faz dois mil, três mil. Até cinco mil exemplares de um título só a gente já tem feito de uma vez. (...) É o seguinte: tudo o que você faz de gracejo, de humor, é comercial. O que não é comercial, ao meu ver, geralmente as biografias de pessoas pouco conhecidas. Ou folheto de reportagem de matéria que não interessa mais para o público. Porque o folheto de reportagem tem uma vida útil.

⁵⁵ O deslocamento espacial do cordel ampliou-se ainda mais. Recentemente há edições de folhetos em línguas estrangeiras, como é o caso de *Enfants des rues et le massacre de la Candelária* e *Un ethnologue suisse agressé au Brésil*, traduzidos para o francês por Jean Louis Christianat em 2003 e 2000 respectivamente; *Tobias Barreto de Menezes von Sergipe in die welt* e *Mahatma Gandhi*, versões em alemão e inglês, respectivamente, sem atribuição de tradução e data. Todos esses folhetos são traduções de originais de Gonçalo Ferreira da Silva editadas pela Academia Brasileira de Literatura de Cordel. A Tupynanquim, por sua vez, editou o folheto de Klévisson Viana em alemão *Der Lebensweg von Peter Alouche oder Die Fata Morgana der Bestimmung* e o folheto bilingüe de Bule-Bule *Do Pelourinho a Los Angeles Mestre Pastinha brilhou/From Pelourinho to Los Angeles Mestre Pastinha shined forth*, ambos sem atribuição de tradução e data.

A predominância de folhetos curtos, geralmente de oito páginas, também é uma questão comercial, atrelada ao aumento do preço do papel nos anos 1980, ainda segundo Klévisson Viana. A polêmica em torno da manutenção da tipografia como meio de produção do cordel ou sua substituição por métodos mais modernos de edição e impressão também tem fundo comercial. Sobre isso, Ana Ferraz explica: “o custo é muito alto e não existem mais peças para essas máquinas [antigas máquinas de tipografia usadas no período tradicional]”. Malgrado o trabalho e o custo da manutenção do modo tradicional de produção, José Lourenço é um defensor da tipografia. Em suas palavras:

- (N) A preferência é que a gente [da Lira Nordestina, em Juazeiro do Norte] continue com o tipo mesmo, não coloque *off-set*, nada disso. Porque perde a característica, é outra coisa, não fica mais tipografia. (...) e a gente vai insistir nessa coisa de segurar o cordel autêntico mesmo, como era feito antigamente e como hoje a gente ainda faz, com bastante dificuldade, mas a gente ainda consegue levar esse cordel. E é isso o que faz a diferença das editoras. É isso que a gente pretende segurar firme a tradição. E a gente vem lutando muito para preservar isso aqui, para ver se continua. É difícil.

Os demais cordelistas entrevistados não compartilham o ponto de vista de José Lourenço, pensam que a substituição da tipografia pelo *off-set* é um benefício para a modernização do cordel. Listo abaixo alguns depoimentos.

- (O) (a) Agora tem uma minoria que é feita no manual ainda, tem uns cordéis aí que foi aqui feito no manual. Só que a maioria agora tá saindo mais *off-set* porque compensa mais por causa da impressão mais bem feita, a rapidez (J. Miguel).
- (b) Eu acho que, dentro de muitos outros, eu respeito o ponto de vista [de José Lourenço]. Mas eu acho que se a gente for levar por esse extremo, aí vai chegar um período em que o cordel vai morrer mesmo porque vai faltar peças para as tipografias e a tipografia se acabando, acabaria o cordel porque querem que seja impresso em tipografia. (...) O poeta, ele tem que ser o poeta da sua época. O Leandro [Gomes de Barros] viveu a sua época, nós estamos vivendo outra época (Rouxinol do Rinaré).
- (c) Aí você também não pode estar trabalhando hoje, com todos os recursos que dispomos, trabalhar como se estivesse na pré-história da imprensa. Não tem como. Eu não vou passar um mês trabalhando no cata-cata, juntando letrinha por letrinha para imprimir o folheto numa tipografia quando a gente dispõe de *off-set* (Klévisson Viana).

Essa controvérsia não é apenas uma questão de tradicionalismo; é, sobretudo, uma questão comercial. O mesmo é verdade para a transformação do contexto de distribuição, das feiras e mercados para os pontos turísticos, bancas de revista, livrarias, aeroportos. Klévisson Viana explica: “o sistema de vendas hoje é outro. Para mim é mais negócio. O poeta do passado não descobriu isso, mas para mim é mais negócio ter cem pontos de venda, do que eu ir para a feira. Eu vou estar em mais cantos ao mesmo tempo e trabalhando menos. É uma questão comercial”.

Uma outra forma de distribuição do cordel que está se tornando uma prática convencional é a montagem de *stands* exclusivos para a venda desse produto em feiras de livro. Abraão Batista, que vem sempre à Feira do Livro de Brasília, afirma que esse é o caminho para “chegar à sociedade dominante”. Ana Ferraz, da Editora Coqueiro, diz que “a feira é o grande furo” porque “é onde se vende mais, se divulga mais, se faz muito contato”. Ela completa, lamentando não ter ido ainda às bienais do Rio de Janeiro e de São Paulo, “não creio que ninguém [do ramo do cordel] tenha grana para entrar”. Ainda acerca da participação em feiras desse tipo, Ana Ferraz registrou um testemunho interessante, a respeito da desvalorização de produtos culturais tradicionais face a produtos de grandes corporações globais:

- (P) Aqui na Bienal [Bienal do Livro de Recife] mesmo eu senti um preconceito por parte dos próprios professores, eu não sei se era preconceito ou se era ignorância, porque não sabiam o que é literatura de cordel. Porque as crianças queriam encostar e eles puxavam pra ver aquelas coisinhas da *Disney*, onde tivesse uma editora que tivesse aqueles livrinhos de Branca de Neve, Cinderela, esses clássicos. E o cordel mesmo só quem procurava eram os pesquisadores, jornalistas, as pessoas com uma visão mais ampla, mas os próprios professores eu achei de uma ignorância que eu acredito que é porque não sabem explicar e falar sobre o cordel e a xilogravura, né? Eu fiquei com uma pena danada, logo aqui em Recife... Estar há 12 anos lutando com isso e ver os próprios professores com esse preconceito...

Esse depoimento da editora de cordel lembra a discussão de Jameson (2001) a respeito da faceta cultural da globalização. Para Jameson (2001, p. 54), o imperialismo cultural americano pode estar na origem da destruição de tradições culturais que

“representam acomodações recentes de velhas instituições à tecnologia moderna”, como é o caso do cordel. Thompson (1998), por sua vez, vê com ressalva as teorias de imperialismo cultural, uma vez que seu foco recai sobre a recepção como uma atividade criativa e capaz de transformação. Já me estendi demasiado neste capítulo, e não pretendo aprofundar aqui essa discussão. Parece-me, entretanto, que embora a recepção dos produtos da mídia possa ser, evidentemente, uma atividade criativa - e os folhetos a respeito da chamada Guerra do Iraque mostram que de fato é assim -, a valorização de produtos de corporações internacionais pode acarretar uma desvalorização de produtos culturais tradicionais. José Costa Leite registrou essa desvalorização por parte dos mais jovens quando afirmou não serem raras as situações em que “rapaz de dez, doze anos sai mangando do cordel”.

Antes de finalizar este capítulo, quero ainda registrar um manifesto pelo apoio do poder público à cultura popular. Para tanto, listo abaixo, em (Q), uma série de protestos dos cordelistas entrevistados quanto à falta de políticas nesse sentido.

- (Q) (a) Eu fiz um projeto pra um pequeno festival, dois mil reais, um fim de semana de poesia. Levei pessoalmente no cerimonial do gabinete do prefeito. Cheguei lá, entreguei na mão da secretária que só faz abrir a porta do gabinete e entregar. Aí recebi a seguinte resposta: foi encaminhado à senhora Secretária de Cultura, aí a Secretária mandou para Projetos Especiais, e o Projetos Especiais ligou pra cá: “foi negado”. Aí eu me convenci que não tem jeito. É melhor não perder tempo. Cheguei à conclusão que o governo não atrapalhando já está ajudando muito (Gonçalo Ferreira da Silva).
- (b) Eu fiz aqui em Recife no ano retrasado [2002] um evento onde eu trouxe todos os cordelistas, assim, conhecidos, da Bahia, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, do interior de Pernambuco, do Ceará; foi um encontro geral de poetas e um lançamento coletivo. Mas eu fiz tirando tudo do bolso porque governo nenhum entrou em parceria, né? (Ana Ferraz).
- (c) Os poderes públicos não ajudam nada, (...) prefeito, vereador, governador, ministro é tudo cego, não vê nada (José Costa Leite).
- (d) O governo, os poderes públicos, não ligam importância. Isso aí, pode morrer a cultura, pode acabar que ninguém estava ligando nada, ninguém dá incentivo, ninguém dá ajuda, subsídio, nada disso aparece do lado público. (...) E aqui no Brasil, aqui eles protegem tudo na vida, mas quando fala em cordel, não tem proteção, não existe subsídio, não ajudam o poeta com nada, não querem nem saber. Não querem saber de nada disso (J. Borges).

CAPÍTULO 4

PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, são explicitados os procedimentos utilizados na coleta e na análise de dados para o desenvolvimento da pesquisa. Na primeira seção, discorro sobre a perspectiva teórica dos métodos adotados para coleta e análise de dados. Na segunda seção, traço o percurso metodológico que segui, tanto para a construção do *corpus* composto de folhetos de cordel quanto para a condução das entrevistas que realizei com diversos cordelistas e com um editor e uma editora de cordel. Procurei, assim, organizar o capítulo de modo a possibilitar a compreensão dos procedimentos adotados como um percurso, o que implica a descrição dos passos seguidos, a explicitação das dificuldades encontradas e a justificativa das soluções a que cheguei.

4.1 Teoria do método

Nesta seção, pontuo a teoria metodológica que segui para seleção e análise de dados. Início pela justificativa da utilização de método qualitativo para o desenvolvimento desta pesquisa, bem como pela explicitação das vantagens de se trabalhar com um *corpus* construído. Em seguida, abordo o trabalho etnográfico, justificando a opção pela entrevista semi-estruturada. Na terceira subseção, explico o método de análise de discurso que utilizei para examinar os folhetos de cordel em sua relação com implicações conjunturais. Além disso, mostro como a prática teórico-metodológica da ADC influenciou na organização desta dissertação.

4.1.1 Pesquisa qualitativa e construção de corpus

Na realização deste trabalho, os dados foram tratados qualitativamente. A pesquisa de natureza qualitativa lida com descrições e interpretações da realidade social a partir de dados interpretativos. Trata-se de uma forma de pesquisa potencialmente emancipatória, uma vez que por meio dela as ciências críticas podem identificar estruturas de poder naturalizadas em um contexto sócio-histórico definido. Por isso a pesquisa qualitativa é essencial quando se pretende focar representações de mundo, relações sociais, identidades, ideologias ligadas a um meio social. Isso justifica a escolha do enfoque interpretativo para o desenvolvimento desta pesquisa, de acordo com a concepção de discurso adotada.

Bauer *et al.* (2002), baseados em Berger & Luckmann, sugerem que o mundo que conhecemos e experienciamos é representado através dos processos de comunicação.⁵⁶ A pesquisa social apóia-se em dados sociais construídos nesses processos. Bauer *et al.* (*op.cit*, p. 20) distinguem dois modos de comunicação social: a comunicação formal e a comunicação informal. As ações comunicativas formais são aquelas que exigem

⁵⁶ Bauer *et al.* citam a obra de Berger & Luckmann *The social construction of reality*, editada em 1968 pela editora *Peregrine*, de *Harmondsworth*.

conhecimento especializado, como é o caso dos folhetos de cordel, cuja produção pressupõe conhecimento de estruturas composicionais estáveis, caracterizadoras do gênero (ver a seção 3.1). De acordo com Bauer *et al.* (2002), os dados formais recriam as maneiras como a realidade social é representada por um grupo social; são, portanto, indicadores de ideologias, relações sociais e identidades vinculadas ao grupo.

A comunicação informal, por sua vez, caracteriza-se pela escassez de regras explícitas. Trata-se da comunicação espontânea ou sob a influência do pesquisador. Neste trabalho, a comunicação informal constituiu a base do método para ampliação de *corpus*: entrevistas etnográficas realizadas com cordelistas e editores de cordel.

A construção do *corpus* da pesquisa, composto por folhetos de cordel, foi qualitativa: selecionei folhetos contemporâneos que tratam especificamente da questão da infância em situação de rua no Brasil (ver a subseção 4.2.1). Bauer & Aarts (2002, p. 52) apontam que um *corpus* construído garante a eficiência na seleção de material representativo de um todo. Para eles “a construção de um *corpus* linguístico é altamente superseletiva de certas funções de fala e gêneros de texto, devido a sua significância em manifestar um tipo de variedade específico”.

No que concerne à construção de *corpus*, Barthes (1967 *apud* BAUER & AARTS, 2002, p. 55) sugere seu delineamento em termos de relevância, homogeneidade e sincronidade. Os assuntos devem ser teoricamente relevantes e o foco temático específico; os materiais devem ser homogêneos do ponto de vista da substância material dos dados; os materiais a serem estudados em um *corpus* devem ser sincrônicos, pois o *corpus* é “uma inserção histórica”.

4.1.2 Pesquisa etnográfica

Chouliaraki & Fairclough (1999) e Fairclough (2003a) consideram a etnografia como método complementar à Análise de Discurso Crítica. Para Fairclough, o envolvimento de textos na construção de significado e o efeito causal de textos são

questões que a análise textual não elucida sozinha. O referido autor sugere, então, que a análise do modo como os textos figuram na vida social pode ser embasada pela complementação da etnografia (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 15). Nesse sentido, Chouliaraki & Fairclough (1999, p. 61) pontuam:

Às vezes pode ser muito difícil 'reconstruir' a prática em que um discurso se localiza e ter uma noção de como o discurso figura na prática. É por isso que a pesquisa analítica do discurso deve ser vista como apenas um aspecto da pesquisa em práticas sociais e deve trabalhar junto com outros métodos, particularmente a etnografia.⁵⁷

Nas entrevistas que conduzi, foram utilizados procedimentos metodológicos da Pesquisa Etnográfica (TAYLOR, 1996; BURMAN, 1996). As circunstâncias sociais que pretendi estudar, em princípio, por meio da pesquisa etnográfica foram a transformação sofrida pelo cordel nas últimas décadas do século passado e sua prática atual. A intenção foi identificar quais mudanças sociais acarretaram mudanças discursivas na prática do cordel, implicando sua constituição contemporânea.

O método múltiplo que caracteriza a etnografia reduz o risco de abordagem unilateral do tema. Taylor (1996) pontua que a etnografia caracteriza-se por coleta de dados em diferentes fontes (entrevistas, conversas, observação, documentos formais); uso de abordagem sem estruturação rígida prévia; e compreensão a partir de análise em profundidade. As conclusões são mais acuradas se baseadas em várias fontes de informação, de modo colaborativo.

O fazer etnográfico depende de duas chaves: o acesso ao campo e as relações que aí se estabelecem, ou seja, o acesso ao conjunto de atores e práticas envolvidos na circunstância social analisada e as relações de pesquisa que se estabelecem com esses atores. No caso da pesquisa que desenvolvi, o acesso aos atores não chega a ser um

⁵⁷ Minha tradução de "...how difficult it can sometimes be to 'reconstruct' the practice some discourse is located within and to get a proper sense of how the discourse figures in the practice (...). This is why discourse analytical research should be seen as only one aspect of research into social practices working together with other social scientific methods, particularly ethnography."

problema: os poetas populares, via de regra, estão sempre dispostos a falar de seu trabalho (muitas vezes dispensando inclusive as perguntas!), o que facilita o acesso à informação. No tangente à relação de pesquisa, em geral os cordelistas estimam o interesse em sua arte e se mostram solícitos em participar de pesquisas.

A condução das entrevistas é também uma preocupação metodológica essencial. Para Burman (1996), conduzir entrevistas é um trabalho intenso, complexo e incerto, mas útil em pesquisa social. Para ela, a natureza das entrevistas implica que nenhum modelo rígido de prática de entrevista e análise seja determinado *a priori* em abstração do tópico ou do contexto de pesquisa. Por isso, adotei a abordagem dita *semi-estruturada*.

Os passos para construção e seleção de material de entrevista semi-estruturada, segundo Burman (1996, p. 54), são: (i) definir objetos e objetivos de pesquisa; (ii) especificar atores sociais que melhor exemplificariam as perspectivas relevantes à questão; (iii) gerar uma lista de tópicos; (iv) contatar os participantes; (v) esclarecer o tipo de questão a ser tratada e o tipo de registro a ser feito; (vi) negociar um 'contrato de pesquisa' com o participante.

De acordo com a abordagem da entrevista semi-estruturada, pode ser mais útil listar tópicos simplesmente que gerar uma cédula com todas as questões relacionadas aos tópicos que se deseja tratar, pois a rigidez de questões pré-formuladas pode intimidar o entrevistado. Deve-se colocar questões abertas aos entrevistados a fim de evitar questões que possam ser interpretadas como prescrições do que deve ser dito. Em minhas entrevistas, procurei deixar os atores entrevistados livres para falar de suas experiências, reduzindo ao mínimo minhas interferências, sempre que possível. Limitava-me a sugerir tópicos relacionados a meu interesse na prática discursiva do cordel tradicional e contemporâneo, a fim de investigar sua transformação.

4.1.3 *Análise de Discurso Crítica*

As análises dos quatro folhetos de cordel selecionados para a construção do *corpus* desta pesquisa (ver 4.2.1, abaixo) seguiram as propostas metodológicas da Análise de Discurso Crítica. Nesta subseção, tratarei do percurso que envolveu a delimitação do método de análise utilizado na pesquisa, mostrando o exercício metodológico que resultou na definição do modelo de análise adotado e na própria organização desta dissertação.

Quando ingressei no Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade de Brasília, meu interesse era o método tridimensional de análise discursiva proposto por Fairclough em 1989 e aprimorado em 1992, baseado na assertiva de que o discurso tem três dimensões passíveis de análise: o texto, a prática discursiva e a prática social (ver a seção 1.1). Em *Discurso e mudança social*, Fairclough propõe um modelo de análise calcado na divisão entre essas dimensões, em que a análise organiza-se em três partes e cada qual agrupa determinadas categorias analíticas. Cheguei a desenvolver algumas análises seguindo esse modelo, como a análise de *O esquema mundial para acabar com o Brasil e a América Latina*, de Hamurábi Batista sob o pseudônimo de Francisco Matêu, e a análise de *Emigração e as suas conseqüências*, de Patativa do Assaré (RESENDE, 2003).

Depois, com base na renovação da proposta teórico-metodológica da ADC, optei por adotar o enquadre analítico proposto por Lilie Chouliaraki e Norman Fairclough (1999), em *Discourse in late modernity*, como fundamentação metodológica básica para a pesquisa. Isso porque o desenvolvimento do enquadre proposto em 1999, baseado no conceito de prática social e na dialética entre estruturas e eventos, pressupõe um diálogo muito mais aprofundado com a Ciência Social Crítica, o que resulta em análises mais acuradas do ponto de vista social (ver as seções 1.1 e 1.3). Seguindo esse modelo fiz a primeira versão da análise de *Meninos de rua e a Chacina da Candelária*, de

Gonçalo Ferreira da Silva, e da tradução do folheto para o francês (*Enfants des rues et le massacre de la Candelária*), por Jean Louis Christianat (RESENDE, 2004).

De acordo com o enquadre metodológico de Chouliaraki & Fairclough, toda análise em ADC parte da percepção de um *problema* que, em geral, baseia-se em relações de poder, na distribuição assimétrica de recursos em práticas sociais, na naturalização de discursos particulares como sendo universais, dado o caráter crítico da teoria. O segundo passo sugerido dentro desse método é a identificação de *obstáculos para que o problema seja superado*, ou seja, de elementos da prática social que sustentam o problema verificado, que constituem obstáculo para mudança estrutural. Há três tipos de análise que atuam juntos nesta etapa: a *análise da conjuntura* - da configuração de práticas das quais o discurso em análise é parte, das práticas sociais associadas ao problema ou das quais ele decorre -, a *análise da prática particular* - com ênfase para os momentos da prática em foco no discurso, para as relações entre o discurso e os outros momentos - e a *análise do discurso* - orientada para a *estrutura* (relação da instância discursiva analisada com *ordens de discurso* e sua recorrência a *gêneros, vozes e discursos* de ordens de discurso articuladas) e para a *interação* (análise lingüística de recursos utilizados no texto e sua relação com a prática social).

O terceiro passo é a *função do problema na prática*. O foco nessa etapa da análise é verificar se há uma função particular para o aspecto problemático do discurso na prática, ou seja, para além da descrição dos problemas em que a instância discursiva se envolve, deve-se também avaliar a função de tais problemas nas práticas discursiva e social. A etapa seguinte são os *possíveis modos de ultrapassar os obstáculos*, cujo objetivo é explorar as possibilidades de mudança e superação dos problemas identificados, através das contradições das conjunturas. Por fim, toda pesquisa em ADC deve conter uma *reflexão sobre a análise*, isto é, toda pesquisa crítica deve ser reflexiva.

Esse enquadre para ADC é mais complexo que a abordagem anterior e tem acarretado uma ampliação do caráter emancipatório da disciplina. Primeiro, porque possibilita maior abertura nas análises, e segundo, mas não menos importante, porque incita, mais que o modelo tridimensional, o interesse na análise de práticas problemáticas decorrentes de relações exploratórias (RESENDE & RAMALHO, 2004).

A essa proposta metodológica soma-se ainda o modelo de análise textual sugerido por Fairclough em seu *Analysing Discourse*, de 2003. Nessa obra, Fairclough postula três principais tipos de significado que atuam juntos em textos: o significado acional, relacionado a gêneros; o significado representacional, relacionado a discursos; e o significado identificacional, relacionado a estilos (ver a seção 1.2). Não se trata de um retorno às três dimensões do discurso de 1992: os três tipos de significado atuam juntos na dimensão textual do discurso, ou seja, trata-se de uma abordagem para análise textual, dentro da análise de discurso. De acordo com a dialética entre discurso e prática social, as categorias textuais devem ser relacionadas às questões sociais derivadas do problema, da conjuntura, da função do problema na prática, dos obstáculos estruturais para a eliminação do problema, em uma abordagem ampla baseada no enquadre teórico-metodológico proposto em 1999.

O arcabouço para análise textual de Fairclough (2003a) supre a deficiência da proposta de Chouliaraki & Fairclough em relação à definição de categorias de análise textual: nessa estruturação do modelo de ADC, as relações entre a ADC e a CSC, bem como as relações entre discurso e prática social, são amplamente debatidas, mas há pouca discussão acerca da análise lingüística. O próprio Fairclough (2003a, p. 209) relaciona os dois enquadramentos, sugerindo que sua proposta de análise textual seja utilizada em análises discursivas seguindo o método de 1999.

Tomei a proposta de Chouliaraki & Fairclough como uma estruturação para toda a dissertação, e não apenas para o capítulo dedicado à análise discursiva propriamente dita. A focalização do problema, sua localização em redes de práticas, a função do

problema na prática, os obstáculos para seu enfrentamento e os possíveis modos de ultrapassá-los estão contidos no Capítulo 2, de maneira integrada entre as quatro seções que o compõem; a atividade material do cordel e a estrutura genérica como potencial convencional constam das seções do Capítulo 3. Preferi concentrar no capítulo analítico apenas a análise discursiva interacional, estabelecendo as devidas relações entre a análise lingüística e os demais tópicos, dispersos no corpo do texto. Com essa estruturação da dissertação, espero ter logrado produzir um texto mais dinâmico, ao mesmo tempo captando a complexidade inerente ao método da ADC.

4.2 Coleta de dados: os caminhos desse percurso

Para o desenvolvimento desta pesquisa, construí um *corpus* composto por folhetos de cordel contemporâneo, que foram analisados de acordo com o arcabouço teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica. Esse *corpus* foi ampliado por meio de entrevistas que serviram, primeiramente, para melhor compreender a prática social do cordel e as transformações sofridas por essa prática na passagem do período tradicional de produção ao período contemporâneo, e, depois, para auxiliar na análise dos folhetos que compõem o *corpus*. As entrevistas etnográficas não constituem neste trabalho, portanto, um *corpus* analítico em si, mas contribuem na análise dos dados formais e na investigação do cordel contemporâneo como prática social inserida no contexto do novo capitalismo. Nesta seção, traço o caminho que segui para chegar às delimitações que nortearam a coleta de dados formais e informais no desenvolvimento do trabalho, de acordo com as teorias de método que pontuei acima. Na primeira subseção, abordo a construção do *corpus*. Em seguida, relato como se desenvolveu o trabalho etnográfico na pesquisa.

4.2.1 *Construção do corpus: seleção dos folhetos de cordel*

Constam dentre os textos selecionados para análise apenas exemplos representativos do gênero cordel, identificado como texto impresso e escrito necessariamente em verso, segundo padrões pré-definidos de métrica e rima, e de acordo com um formato pré-estabelecido (ver a seção 3.1). Essa especificidade do interesse de pesquisa exclui, obviamente, o repente que, embora seja próximo ao cordel e obedeça a regras de rima e métrica semelhantes, não é impresso. Ficam excluídas, igualmente, outras manifestações da poesia popular nordestina, como por exemplo a chamada *poesia matuta*.

Além dos critérios de homogeneidade e relevância (ver a subseção 4.1.1), segui dois critérios principais na construção do *corpus*: a delimitação temática e a delimitação temporal. Ambos os critérios foram definidos em um percurso que considero relevante pontuar. No início da pesquisa, meu objetivo era construir dois *corpora* compostos por folhetos de cordel, um com folhetos tradicionais e um com folhetos contemporâneos, relacionados à política, a fim de estabelecer comparação entre os dois períodos de produção no tocante a esse tema. Não demorei a perceber que se tratava de um projeto demasiado audacioso para o Mestrado, o que me levou a limitar a pesquisa aos folhetos de produção contemporânea, mesmo porque essa delimitação tornava o projeto mais afinado com a agenda de pesquisa da Análise de Discurso Crítica (ver o Capítulo 1).

Quando comecei o trabalho de seleção dos folhetos, com vistas à temática ampla da política, percebi que precisaria delimitar o tema mais especificamente, uma vez que havia muitos folhetos que tangiam à política de modo geral. Decidi, então, limitar a seleção aos folhetos que tratassem da injustiça social. Mais uma vez deparei-me com um universo demasiado amplo de folhetos, pois a injustiça social incluía uma série de questões que talvez não fosse possível uniformizar. Percebi que havia alguns folhetos, dentre aqueles concernentes à injustiça social, que tratavam especificamente da

questão da infância em situação de rua. A delimitação de folhetos voltados para esse tema tornava possível, assim, produzir um trabalho mais específico e, o que mais cabe ressaltar, uma pesquisa socialmente relevante em termos de sua contribuição para colocar em evidência o problema, desnaturalizando-o.

Cheguei, por meio desse percurso, às delimitações temporal e temática que nortearam, por fim, a pesquisa. Interessavam-me apenas os folhetos que abordassem diretamente o tema escolhido e que fossem de produção contemporânea. Defini como marco temporal o período do ano de 1990 até o presente. Com base nesses critérios, construí um *corpus* composto de quatro folhetos, a saber: *Meninos de rua*, de Esmeralda Batista; *Meninos de rua*, de José João dos Santos, o Mestre Azulão; *Meninos de rua e a Chacina da Candelária*, de Gonçalo Ferreira da Silva; e *A discussão de um menino de rua com o Resgate do Pró-Criança*, de Vicente Pereira.

Segundo Fairclough (2003a), as representações discursivas de práticas sociais ou eventos pode variar em termos de abstração ou concretude. As representações mais abstratas ou generalizadas constroem-se sobre abstrações de séries ou conjuntos de eventos sociais, e as representações mais concretas, por sua vez, referem-se a eventos sociais específicos. Nesse sentido, as análises me permitiram estabelecer uma cisão no *corpus*, de modo que os folhetos foram divididos em duas categorias: os dois primeiros são ‘de conjuntura’, ou seja, tratam a questão de forma bastante generalizada, sem referência a qualquer evento concreto; os dois últimos são ‘de evento’, isto é, referem-se a eventos específicos envolvendo crianças em situação de rua. Os textos dos quatro folhetos encontram-se em anexo.

4.2.2 Ampliação do corpus: o trabalho etnográfico na prática

O *corpus* da pesquisa, composto por folhetos de cordel contemporâneo, foi ampliado por meio de entrevistas com cordelistas, um editor e uma editora de cordel. As entrevistas foram realizadas em Campina Grande, na Paraíba; Juazeiro do Norte e

Fortaleza, no Ceará; Bezerras, Condado e Recife, em Pernambuco, além da cidade do Rio de Janeiro.

O objetivo inicial da realização das entrevistas foi investigar a prática discursiva do cordel contemporâneo e as transformações operadas no cordel em sua passagem do período tradicional de produção ao período contemporâneo. Além disso, as entrevistas com atores sociais envolvidos na produção contemporânea do cordel foram relevantes para a compreensão do cordel como prática social, para a análise da atividade material do cordel e de sua localização em redes de práticas, etapas que constam do enquadre analítico proposto por Chouliaraki & Fairclough (1999), conforme descrito em 4.1.3. Por fim, as entrevistas acabaram servindo também de suporte às análises, uma vez que busquei contatar os autores e a autora dos textos analisados a fim de esclarecer questões sobre os textos. Desta forma, as duas metodologias - Análise de Discurso Crítica e Etnografia - atuaram de maneira complementar.

Quanto aos atores sociais mais aptos a fornecer as informações que me eram necessárias, comecei pelos próprios cordelistas. Em minha primeira pesquisa de campo no Nordeste, em maio de 2002, entrevistei o poeta Manoel Monteiro, em Campina Grande, e o xilógrafo, encarregado da Tipografia Lira Nordestina, José Lourenço, em Juazeiro do Norte. As visitas a diversas feiras livres me mostraram que os cordelistas já não ocupavam esse espaço como ponto de venda dos folhetos, como acontecia no período tradicional. A consequência disso é que minha pesquisa de campo havia sido formulada com base em uma prática que já não se desenvolvia, o que limitou meu sucesso. Aprendi que deveria procurar os editores de cordel, a fim de investigar a prática discursiva contemporânea do cordel e conseguir estabelecer contato com os cordelistas em suas próprias residências ou locais de trabalho.

Antes de regressar ao Nordeste, porém, realizei pesquisa de campo, em julho de 2003, no Rio de Janeiro, onde se situa a Academia Brasileira de Literatura de Cordel

(ABLC). Lá pude entrevistar o cordelista e presidente da ABLC Gonçalo Ferreira da Silva, que me acolheu na Academia e me concedeu uma longa entrevista.

Por ocasião da XXII Feira do Livro de Brasília, em agosto de 2003, pude entrevistar Abraão Batista, cordelista de Juazeiro do Norte. Também na Feira, reencontrei José Lourenço, que, sendo um experiente xilógrafo, estreava como cordelista.⁵⁸ Realizei nova entrevista com esse defensor da produção tradicional de folhetos, em tipografia.

De volta ao Nordeste, em janeiro de 2004, realizei entrevistas em quatro cidades: Recife, Bezerros, Condado e Fortaleza. Em Recife, entrevistei Ana Ferraz, encarregada da Editora Coqueiro, que me colocou em contato com os cordelistas José Costa Leite e J. Borges. Ambos me concederam entrevistas em suas residências, nas pequenas cidades de Condado e Bezerros respectivamente. Em Bezerros, também pude entrevistar J. Miguel, filho de J. Borges. Em Fortaleza, entrevistei Klévisson Viana, proprietário da Editora Tupynanquim e um dos expoentes da Literatura de Cordel contemporânea, e Rouxinol do Rinaré, também cordelista premiado. As entrevistas com o editor Klévisson Viana e com a editora Ana Ferraz foram potencialmente proveitosas, do ponto de vista da investigação da prática discursiva do cordel na atualidade. As entrevistas com J. Borges e José Costa Leite, por serem ambos cordelistas mais antigos que vivenciaram o período tradicional, foram também muito interessantes para a compreensão das transformações operadas nessa prática.

Voltei a realizar entrevistas no Rio de Janeiro, dessa vez já com o objetivo de esclarecer questões sobre folhetos do *corpus* de minha pesquisa. Em agosto de 2004 entrevistei novamente Gonçalo Ferreira da Silva, na ABLC, a respeito de seu folheto

⁵⁸ Pode-se dizer que José Lourenço percorreu o caminho inverso da prática mais convencional: são comuns os casos de cordelistas que aprenderam a arte da xilogravura para ilustrar seus folhetos e se tornaram depois importantes xilógrafos. É o caso de J. Borges, internacionalmente conhecido por sua gravura, e José Costa Leite, autor da maior xilogravura já feita no Brasil, segundo Ana Ferraz (em entrevista a mim concedida).

Meninos de rua e a Chacina da Candelária. Entrevistei também, na Feira de São Cristóvão, Mestre Azulão, autor de *Meninos de rua*, a propósito desse folheto.⁵⁹

Por meio de um folheto de Abraão Batista em que constava, na quarta-capa, o telefone do autor, consegui contatar a cordelista Esmeralda Batista, irmã de Abraão e autora de *Meninos de rua*. Esmeralda Batista concedeu-me uma entrevista por carta, a respeito de seu folheto. Vicente Pereira, de Recife, autor do folheto *A discussão de um menino de rua com o Resgate do Pró-Criança*, foi entrevistado via correio eletrônico, em outubro de 2004.

As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas sem preocupações acerca de falas sobrepostas, silêncios, entonações etc., pois o que me interessava ali era apenas seu conteúdo informacional.⁶⁰ Os encontros foram registrados em fotografias (ver Anexo 2), com exceção da entrevista com Mestre Azulão, em que tive problemas técnicos com o equipamento, e das entrevistas feitas por via postal ou eletrônica, por razões óbvias. Devo registrar minha satisfação pela realização de trabalho etnográfico com alguns dos maiores expoentes da literatura de cordel na atualidade.

⁵⁹ O local do encontro foi escolhido pelo cordelista, devido a um outro compromisso que já havia agendado.

⁶⁰ O material resultante da transcrição das entrevistas soma mais de cem páginas. Devido à extensão do material, as transcrições não foram anexadas à dissertação. Todavia, transcrevi trechos de entrevistas sempre que me pareceu necessário à discussão a respeito do cordel (Capítulo 3) ou às análises (Capítulo 5).

CAPÍTULO 5

ANÁLISE DOS FOLHETOS

Neste capítulo, dividido em quatro subseções, desenvolvo as análises discursivas interacionais dos quatro folhetos que compõem o *corpus* da pesquisa. Em 5.1 apresento os folhetos de cordel, informando sobre seus autores e seus contextos de produção. Nas três subseções seguintes desenvolvo, respectivamente, as análises do significado acional, do significado representacional e do significado identificacional nos folhetos. As categorias de análise, conforme descrevi na segunda seção do Capítulo 1, são estrutura genérica e intertextualidade para o significado acional (ver a subseção 1.2.2), interdiscursividade e significado de palavra para o significado representacional (ver a subseção 1.2.3), e avaliação e modalidade para o significado identificacional (ver a subseção 1.2.4). Como registrei no capítulo anterior, os folhetos foram agrupados em duas categorias - folhetos de conjuntura e folhetos de evento -, de acordo com o grau de abstração no tratamento do problema. O capítulo analítico segue essa divisão no *corpus*, estando as análises divididas de acordo com as categorias dos folhetos.

5.1 Os folhetos

Nesta seção, apresento os folhetos de cordel que compõem o *corpus* da pesquisa: *Meninos de rua*, de Mestre Azulão (1993); *Meninos de rua*, de Esmeralda Batista (2001); *Meninos de rua e a Chacina da Candelária*, de Gonçalo Ferreira da Silva (1993) e *A discussão de um menino de rua com o Resgate Pró-Criança*, de Vicente Pereira (2001). Os dois primeiros folhetos, que foram classificados como ‘folhetos de conjuntura’ devido ao tratamento generalizado do tema, são apresentados na primeira subseção. Os outros dois folhetos, classificados como ‘de evento’, são apresentados em seguida, em 5.1.2.

5.1.1 Folhetos de conjuntura

Chamei de folhetos de conjuntura os dois folhetos do *corpus* que tecem considerações a respeito da condição de crianças em situação de rua sem nenhuma referência a eventos concretos, ou seja, de forma abstrata e generalizada. Nesse sentido, são ‘de conjuntura’ os folhetos *Meninos de rua* de José João dos Santos, o Mestre Azulão (doravante Folheto 1), e *Meninos de rua* de Esmeralda Batista (Folheto 2). Os títulos dos folhetos homônimos já sugerem o tratamento conjuntural do tema, sem referência a eventos particulares (ao contrário dos folhetos de evento, em que os títulos antecipam os eventos referidos).

5.1.1.1 Folheto 1

O Folheto 1 é composto de 32 estrofes, dispostas em oito páginas, escritas em septilhas com versos setessilábicos, com padrão de rima ABCBDDB. A capa do folheto é ilustrada com um desenho de Erivaldo, em que se vêem três crianças sem camisa, em uma esquina, abordando um homem que parece desconfiado e que segura sua carteira embaixo do braço, enquanto uma mulher carregando um cesto observa a cena (ver Anexo 1). A primeira edição do folheto *Meninos de rua* foi feita em janeiro de 1993, no Rio de Janeiro, com apoio da Prefeitura Municipal de Japeri, de acordo com os

agradecimentos constantes da quarta-capa. A segunda edição, cujo ano de produção não me foi informado, também já se encontra esgotada.

O autor do folheto é Mestre Azulão, autor de 300 títulos de cordel, importante cordelista e cantador radicado no Rio de Janeiro desde 1949, quando migrou da Paraíba aos 17 anos de idade. Azulão é um dos cordelistas homenageados por Sebastião Nunes Batista (1977) em sua *Antologia da literatura de cordel*. Em 1975 gravou, para a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, o disco 'Literatura de Cordel'.

Além de cordelista e cantador, o autor é diretor de cultura do município de Japeri, conforme me informou em entrevista realizada na Feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, em agosto de 2004. Costuma, ainda, proferir palestras, em universidades, a respeito de cordel e repente. É um cordelista e repentista reconhecido, tanto que já esteve na França, em Portugal e nos Estados Unidos a fim de divulgar sua arte. E, modesto, quando fala sobre isso se apressa em acrescentar: "mas sou um poeta popular, não sou mais que ninguém. Sou um poeta do povo que é povo. Sou pobre". Na breve entrevista que me concedeu, Azulão afirmou que sua motivação para escrever o folheto foi "a convivência com tudo o que está aí", justificando que vive no Rio há 55 anos.

5.1.1.2 Folheto 2

O Folheto 2 é de autoria de Esmeralda Batista, enfermeira aposentada, natural de Juazeiro do Norte. A presença de mulheres entre cordelistas é uma característica da produção contemporânea da literatura de cordel, não observada no período de produção tradicional.

O folheto *Meninos de rua* foi produzido em Juazeiro do Norte, em 2001, em uma tiragem independente (sem vínculo com editoras) de mil exemplares, conforme a autora me informou em entrevista concedida por carta em outubro de 2004. O texto é constituído de 32 estrofes distribuídas em oito páginas. As estrofes são escritas em sextilhas com versos setessilábicos, com padrão de rima ABCBDB. O folheto traz na capa

uma xilogravura da autora, em que se vê uma criança com expressão triste (ver Anexo 1). Na quarta-capa, tem-se transcrita uma passagem bíblica (Mateus, 19, 16).

Esmeralda começou a escrever cordéis após sua aposentadoria como enfermeira, aos 51 anos de idade. A cidade em que vive, Juazeiro do Norte, no Ceará, tem forte tradição na literatura de cordel - lá se situa a Lira Nordestina, antiga Tipografia São Francisco, um importante centro produtor de cordel em seu período tradicional. A família de Esmeralda também tem certa tradição no cordel: seu irmão, Abraão Batista, é cordelista e xilógrafo reconhecido (e, tal como Azulão, foi incluído na antologia de Nunes Batista).

Se Juazeiro do Norte tem tradição em cordel, o tem mais ainda no que se refere à fé católica. Basta recordar a figura mítica de Padre Cícero. Esmeralda vincula-se fortemente a essa tradição, ela e sua família mantêm uma loja de artigos religiosos em Juazeiro do Norte, um dos pontos de venda também de seus folhetos. Na entrevista que me concedeu por carta, Esmeralda registra sua fé: “Deus é o centro da vida, não só do universo. Ele é a razão da nossa existência, a razão de ser de tudo. A ele cabe a última palavra e o nosso julgamento. Deus é o caminho, verdade e vida. (...) Enfim, Deus é poesia”. A filiação a esse discurso influencia sua arte, como será evidenciado na análise.

Quanto à motivação para escrever sobre o tema pesquisado, Esmeralda afirma que seu objetivo é “falar, através do escrito, e ser ouvida”. E acrescenta que, com esse folheto, deu “um pequeno passo” para se incluir “entre os elementos que podem ajudar o menino de rua, trabalhando por ele e soltando um grito de alerta para que todos se voltem para o problema”.

5.1.2 Folhetos de evento

Os folhetos classificados como de evento são aqueles que ao considerar o problema da infância em situação de rua o fazem por meio de referência a eventos concretos. Nesse sentido, são de evento os folhetos *Meninos de rua e a Chacina da*

Candelária, de Gonçalo Ferreira da Silva (Folheto 3), e *A discussão de um menino de rua com o Resgate do Pró-Criança*, de Vicente Pereira (Folheto 4). Como os títulos indicam, o tratamento do tema nesses folhetos é menos abstrato, uma vez que é centrado em eventos particulares. O folheto de Gonçalo aborda a Chacina da Candelária, evento de violência extrema ocorrido no Rio de Janeiro em julho de 1993, em que oito crianças e adolescentes foram assassinados por policiais. O folheto de Vicente Pereira, por sua vez, aborda um encontro entre a Equipe de Resgate do Movimento Pró-Criança e um grupo de crianças em situação de rua.

5.1.2.1 Folheto 3

O Folheto 3 é de autoria de Gonçalo Ferreira da Silva, presidente da Academia Brasileira de Literatura de Cordel (ABLC), situada na cidade do Rio de Janeiro. Natural de Ipu, no Ceará, na década de 1950 migrou para o Rio de Janeiro onde vive até hoje. Segundo informação constante na quarta-capa de alguns de seus folhetos, é autor de duzentos títulos de cordel e tem mais de um milhão de exemplares vendidos.

O folheto *Meninos de rua e a Chacina da Candelária* foi produzido no Rio de Janeiro em setembro de 1993, dois meses após a Chacina. É constituído de 30 estrofes - sextilhas com versos setessilábicos, com padrão de rima ABCBDB - distribuídas em oito páginas. Na capa do folheto, tem-se uma fotografia de manifestação popular em frente à Candelária, em que figuram algumas dezenas de pessoas; no local em que se encontraram os corpos, há uma espécie de bandeira em que se lê 'meninos de rua' e há pintado um coração (ver Anexo 1). Na quarta-capa há um poema de Cícero Pedro de Assis, intitulado 'Exortação'. Há também o crédito do patrocínio da edição, por Jean Louis Christinat, etnólogo suíço que traduziu o folheto para a versão francesa, *Enfants des rues et le Massacre de la Candelária*, em 2003.

Não é à toa que Gonçalo se interessou pela Chacina em que foram assassinados oito crianças e adolescentes em situação de rua e feridos outros tantos: ele próprio já

sofreu, na cidade do Rio de Janeiro, o desespero de se ver sem acolhida, como conta o biógrafo Silva Nobre (2002: 27):

Era nos anos 50 e, como neste dolorido fim de século, o problema da juventude abandonada já existia e se agravava. Não poucas vezes Gonçalo teve de enfrentá-lo: podiam pensar o que quisessem, os transeuntes pensassem que ele estava embriagado, mas a verdade, a triste verdade, era bem outra. Enquanto não chegava “o belo e salvador dia,/o Sol caía no poente,/a noite logo chegaria,/numa calçada qualquer/Gonçalo também caía”.

Mas Gonçalo teve sorte: o “belo e salvador dia”, segundo me informou o cordelista, foi aquele em que foi acolhido por um médico que lhe deu emprego e o fez estudar - o poeta mal sabia ler. Depois disso, Gonçalo conseguiu um emprego na Rádio MEC e formou-se em Letras Clássicas. Gonçalo, hoje aposentado pela Rádio MEC, é um poeta popular com larga experiência na educação formal, ao contrário do que se observou no período tradicional, em que os cordelistas eram, em sua maioria, ‘semi-analfabetos’ (ver a seção 3.1).

Algumas considerações a respeito da conjuntura da Chacina da Candelária se fazem necessárias. No Brasil, a década de 1990 expôs, como nunca, a participação da polícia em eventos de violência extrema, como o Massacre no Carandiru, em 1992, quando 111 presos foram mortos, a Chacina da Candelária, em julho de 1993, e a Chacina do Vigário Geral, em agosto do mesmo ano. Tratarei, aqui, apenas da conjuntura da Chacina da Candelária, problema tratado no cordel em análise, e dos resultados do julgamento dos policiais indiciados.

No dia 23 de julho de 1993, cerca de 70 crianças e adolescentes dormiam no pátio da Igreja da Candelária, cartão postal do centro do Rio de Janeiro, quando foram “surpreendidas por uma ‘mineira’ - ação de extermínio da polícia carioca” (ARAÚJO, 2003). O resultado desse episódio ficou conhecido, internacionalmente, como Chacina da Candelária, em que oito crianças, sem chance de defesa, morreram fuziladas, e

dezenas saíram feridas. Dos sobreviventes, 39 morreram nos anos seguintes de causas violentas, segundo levantamento feito há dois anos por Yvonne Bezerra de Mello, artista plástica que desenvolveu trabalhos com os(as) meninos(as) da Candelária antes e depois da Chacina.

A responsabilidade pelos assassinatos sumários foi atribuída a oito policiais, entre civis e militares. Apenas três estão cumprindo pena: Marcos Vinícius Emanuel foi julgado e recebeu a pena de 300 anos de reclusão em regime fechado; Nelson Oliveira dos Santos Cunha foi condenado a 18 anos de prisão e Marcos Aurélio Dias Alcântara foi julgado e condenado a 204 anos. Os policiais Jurandir Gomes de França, Marcelo Cortes e Cláudio Luiz Andrade dos Santos foram absolvidos pelo júri popular e Arlindo Lisboa Afonso Júnior ainda não foi levado a julgamento. Maurício da Conceição, vulgo Sexta-feira 13, foi assassinado antes de ser julgado, e posteriormente ficou provada sua participação nos crimes cometidos na Candelária.

No julgamento prevaleceu apenas uma versão: a de que os policiais teriam revidado uma briga com os meninos, que teriam atirado pedras, ao resistirem a uma prisão - essa versão não os livra da acusação de praticarem execuções sumárias, mas exclui a corrupção. Na versão dos meninos, o que houve foi um acerto de contas, relacionado ao tráfico de drogas, que teria gerado a vingança dos policiais. Segundo Mattar (2003):

o que a grande mídia se furtou a dizer é que a corrupção policial teve grande peso no que aconteceu. "Eu sempre falei, mas ninguém nunca noticiou. A grande verdade é que os policiais foram lá matar um dos meninos - um dos mais velhos - que não havia repassado para um dos PMs a porcentagem do que ele tinha vendido de drogas", acusa a artista plástica Yvonne Bezerra de Mello.⁶¹

No folheto de Gonçalo, aparece uma terceira possível causa para o crime, apoiada no senso comum a respeito dos grupos de extermínio: seriam formados por

⁶¹ Disponível na Internet, no sítio www.midiaindependente.org.br.

policiais pagos por comerciantes para assassinar marginais que estivessem prejudicando os negócios ou que praticassem pequenos furtos. Essa hipótese, embora não seja confirmada e não tenha sido considerada no processo, é corroborada pela Frente da Luta Popular (FLP), no jornal *Papo Reto*, de agosto de 2003:

não é apenas uma parcela do baixo escalão da polícia, é toda uma corja de oficiais, delegados, políticos e empresários que determinam e dominam de fato a política de “segurança pública”, que deveria ser chamada pelo seu verdadeiro nome: política de extermínio de populações pobres.

A FLP denuncia ainda, na mesma edição de seu jornal, a violência institucional que, segundo a organização, sofrem os moradores de favelas. Denuncia a humilhação com que são obrigados a conviver, tanto por parte de policiais quanto da sociedade:

Nós que somos o povo e moramos nas favelas e periferias, que somos negros ou trabalhamos como camelôs, conhecemos de perto a violência que os governos e sua polícia nos impõe. Para os pobres não existe paz, não podemos ficar tranquilos nem nos nossos momentos de lazer porque sabemos que nossos filhos estão sendo humilhados, discriminados e agredidos de diversas maneiras por essa sociedade que os ricos criaram. Tanta injustiça e a propaganda do consumo capitalista empurram nossos jovens para a criminalidade, onde lhes aguarda a morte violenta. De dia sofremos a violência da exploração, do salário mínimo, da fome e do desemprego; e à noite temos nossas casas invadidas pela polícia que nos trata como bandidos.

Em 1993, assim como hoje, centenas de crianças viviam nas ruas do Rio de Janeiro, obrigadas a conviver com todo tipo de violência, empurradas para o crime e para o tráfico de drogas, verdadeira instituição na ‘Cidade Maravilhosa’. A condição dessas crianças, infelizmente é preciso admitir, não parece ter mudado na última década - e se mudou, não foi para melhor.

5.1.2.2 Folheto 4

O Folheto 4, *A discussão de um menino de rua com o Resgate do Pró-Criança*, de autoria de Vicente Pereira, é composto de 34 estrofes em sextilhas com versos setessilábicos com padrão de rima ABCBDB, em oito páginas. Foi publicado em dezembro

de 2001 pela Editora Coqueiro, de Recife.⁶² Na capa do folheto, tem-se uma xilogravura em que se vê uma criança com uma mão estendida para cima (ver Anexo 1). Na quarta-capa, há um breve texto em que se explica que a xilogravura da capa é de autoria de João Alberto Pessoa, aluno da oficina 'Faço Arte Com Quem Sabe', uma das atividades oferecidas pelo Movimento Pró-Criança, organização não-governamental pertencente à Arquidiocese de Olinda e Recife.

Além de poeta, Vicente é advogado do Movimento Pró-Criança, cujo objetivo é, segundo me informou, "promover a educação humana, cultural e religiosa de crianças e adolescentes carentes, especialmente das crianças abandonadas ou privadas de um lar, ou seja, os chamados 'meninos de rua'". O Movimento assiste hoje cerca de 900 crianças e adolescentes retirados das ruas da região metropolitana de Recife.

Os assistidos pelo Movimento têm de freqüentar a escola e voltar a viver com suas famílias. Todo trabalho realizado pela instituição, de acordo com Vicente Pereira, "tem como escopo resgatar, re-socializar, educar, profissionalizar, despertar a auto-estima e re-inserir no seio familiar e na sociedade todos os seus assistidos". Para tanto, o Movimento desenvolve atividades sócio-educativas por meio da música, das artes plásticas, dos esportes, da dança, além de cursos profissionalizantes, palestras, acompanhamento médico, odontológico, psicossocial e apoio escolar.

Como essas atividades têm efeito na auto-estima das crianças e adolescentes, na medida em que "são admirados e aplaudidos quando se apresentam", a motivação para permanecerem no Movimento, segundo o autor, é grande. E ele acrescenta: "eles, que antes eram temidos e escorraçados pela sociedade, passam a ser admirados e aplaudidos por esta mesma sociedade que antes os rejeitava". Vicente ressalta, ainda, que todos os assistidos pelo Pró-Criança estudam em escolas públicas, "não lhes faltando apoio para que o aprendizado escolar seja facilitado assim como a permanência de cada um na

⁶² A publicação contou com o apoio da TIM, do Governo do Estado de Pernambuco e da Editora Coqueiro, conforme me informou o autor em entrevista por correio eletrônico em outubro de 2004.

escola”.

A história narrada no folheto circunda a ação do Programa Abordagem Inicial, o Resgate Pró-Criança, em que a equipe responsável estabelece os primeiros contatos com crianças em situação de rua. A respeito do trabalho de Resgate, o autor informa:

Este é um programa que consiste num trabalho pedagógico que contribui para construção da cidadania das crianças em situação de risco da Região Metropolitana do Recife. Inicialmente, as atividades são realizadas nas ruas. Após a constatação do estabelecimento de vínculo de confiança entre os educadores sociais e o público alvo, é realizado o acompanhamento sistemático viabilizando despertar nessas crianças o desejo de mudança, conseqüentemente a saída das ruas e a re-inserção na família, na escola e na sociedade.

Segundo Vicente Pereira explicou-me na entrevista, a equipe do Resgate, que é multidisciplinar (formada por pedagogos, assistentes sociais, educadores sociais e arte educadores), desenvolve seu trabalho baseado em quatro procedimentos metodológicos. No primeiro momento, as áreas de maior concentração de crianças em situação de rua são mapeadas, “a partir de rondas e observação da rotina desses indivíduos”. O segundo momento consiste na “construção de vínculos de confiança do educador com a criança” - a equipe vai às ruas para conversar com as crianças, identificar seu modo de vida e observar o ambiente. No terceiro momento, a equipe “ajuda a criança a pensar um novo projeto de vida, a partir das atividades desenvolvidas nas ruas, objetivando reverter a situação em que a criança se encontra”. É neste terceiro momento que está centrada a história narrada no folheto. Por fim, o quarto momento consiste no encaminhamento da criança para a instituição, “com o objetivo de consolidar seu projeto de vida”. Este último momento é verificado no “final feliz” da história narrada no folheto.

Quando lhe perguntei a respeito da veracidade do evento narrado, Vicente Pereira esclareceu tratar-se de “ficção baseada numa realidade relativa”. E acrescentou: “em resumo: a estória narrada no folheto é fictícia, mas muito próxima da realidade”. Quanto à motivação para escrever o referido folheto, o autor afirmou que o

fez movido pela necessidade, por parte do pessoal do projeto Faço Arte Com Quem Sabe, de um texto de cordel que desse suporte à oficina de xilogravura oferecida pelo Projeto. ⁶³ Além disso, Vicente manifestou sua motivação em “colaborar com a instituição, com o projeto, alunos e professores, como também divulgar a literatura de cordel”.

5.2 Significado acional

Nesta seção, os quatro folhetos de cordel são analisados da perspectiva de seu significado acional, isto é, do modo como figuram na ação (ver a subseção 1.2.2). A seção está dividida em três subseções: em 5.2.1 são analisadas as estruturas genéricas dos folhetos, em termos de pré-gêneros e subgêneros atualizados na composição dos textos; em 5.2.2 são analisadas as relações intertextuais, entendidas como a articulação de vozes nos folhetos, de acordo com a proposta de Fairclough (2003a), discutida em 1.2.2; em 5.2.3, por fim, apresento algumas conclusões preliminares acerca do significado acional nos folhetos.

5.2.1 Estrutura genérica

Todos os folhetos do *corpus* da pesquisa ‘pertencem’ ao gênero situado ‘cordel’, um gênero relativamente estável, com características composicionais definidas e padrões relativamente rígidos de métrica e rima (ver a seção 3.1). O gênero cordel, inserido na ordem do discurso da ‘literatura popular’, relaciona-se a práticas sociais específicas com articulações estáveis, por isso trata-se de um gênero situado com grau de estabilização relativamente alto (ver a subseção 1.2.2 e a seção 3.2).

⁶³ “Ao longo dos últimos cinco anos o projeto Faço Arte Com Quem Sabe vem atuando no campo do ensino da arte e da utilização desta para democratizar o acesso à cultura. Tenta desenvolver uma concepção do fazer artístico muito particular, onde procura integrar o apreciar, o conhecer, o fazer, o conviver no meio artístico, porque entende que a prática da arte é parte da cultura de uma sociedade e como tal não pode ser reduzida a um único dos seus aspectos.” (VICENTE PEREIRA, em entrevista a mim concedida por correio eletrônico).

Nesta subseção, analiso as estruturas genéricas dos Folhetos 1, 2, 3 e 4 em termos dos pré-gêneros e subgêneros atualizados em sua composição. Os pré-gêneros são entendidos como categorias mais abstratas que transcendem práticas particulares e ‘participam’ da composição de diversos gêneros situados (ver a subseção 1.2.2). Segundo Fairclough (2003a), pode-se identificar em textos diversos pré-gêneros hierarquicamente relacionados, de modo que se tenha um pré-gênero principal e outros a que se pode denominar subgêneros.⁶⁴ Com base nessa perspectiva, discutida em mais detalhes no Capítulo 1, foram feitas as análises, que se encontram divididas entre os folhetos de conjuntura e aqueles de evento.

5.2.1.1 Nos folhetos de conjuntura

Em termos de pré-gêneros, os Folhetos 1 e 2 recorrem ambos ao pré-gênero argumentação, uma vez que os autores dissertam acerca da situação de rua entre crianças. Embora Mestre Azulão e Esmeralda Batista enumerem certas atividades atribuídas às crianças, tal não é feito em forma de narrativa - nos dois folhetos não há um evento narrado, mas uma abstração, altamente generalizada, de séries de eventos.

No Folheto 1, a argumentação constitui o principal pré-gênero da composição do texto porque Mestre Azulão não se furta a argumentar sobre a situação das crianças, sem lançar mão de uma estrutura narrativa. A argumentação constrói-se sobre uma abstração de séries de eventos generalizados. A maior parte desses eventos é atualizada com verbos no presente do indicativo ou no gerúndio, o que tem efeito na generalização.

Fairclough (2003a) diferencia dois tipos de lógica - de aparências e explanatória - no sentido de que a primeira apenas lista determinadas ‘aparências’ relacionadas a atividades sem referência às práticas e às estruturas determinantes dessas atividades, e a segunda inclui uma elaboração das relações causais entre eventos, práticas e

⁶⁴ Fairclough (2003a) ilustra essa propriedade de textos com o exemplo de uma entrevista etnográfica em que o pré-gênero principal seja a narrativa, mas em que a argumentação atue como subgênero.

estruturas. No Folheto 1 predomina a lógica explanatória, uma vez que Azulão, repetidas vezes, destaca relações causais entre práticas e as atividades generalizadas no folheto.

Observem-se os exemplos⁶⁵ (1) e (2)⁶⁶:

- (1) Quem são meninos de rua
Que vagam pela cidade?
São as crianças jogadas
Sobre a infelicidade
Que se tornarão legítimas
E infortunadas vítimas
Da cruel sociedade (F1/02)
- (2) São frutos indesejáveis
Que os seus pais enjeitaram
E as mães prostituídas
Nos hospitais lhes deixaram
Ou pobres maternidades
Depois as autoridades
Também lhes abandonaram (F1/04)

No exemplo (1), é de se notar que o autor capta uma relação causal entre a ordem social estabelecida (“cruel sociedade”) e a condição de crianças em situação de rua (“infortunadas vítimas”). No exemplo (2), a situação de rua entre crianças é atribuída ao abandono, primeiro pela família e, depois, pelas “autoridades”. Embora Mestre Azulão recorra ao senso comum questionável de que haveria uma homogeneidade de determinantes da situação de rua entre crianças e de que crianças nessa situação seriam, via de regra, destituídas de laços familiares (ver a subseção 2.3.3), no folheto predomina a lógica explanatória.

O Folheto 2 é um texto emotivo em que predomina o presente do indicativo, tempo nuclear do mundo comentado. O texto é argumentativo, mas predomina a lógica de aparências, em detrimento da lógica explanatória. Nesse sentido, o Folheto 2 não explora as relações causais determinantes da situação de rua entre crianças, limitando-

⁶⁵ Todos os grifos em exemplos são meus.

⁶⁶ Todos os exemplos foram assim identificados: o número do exemplo encontra-se sempre alinhado à esquerda, e logo após o exemplo encontram-se as informações referentes ao folheto de que foi extraído e à estrofe retirada do folheto. Assim, no primeiro exemplo tem-se (1) alinhado à direita e (F1/02) após o exemplo, em que (1) representa o número do exemplo, (F1) refere-se ao Folheto 1, e (02) indica que o exemplo foi retirado da segunda estrofe do Folheto.

se apenas a registrar tal situação. São exemplos do pré-gênero argumentação no texto e da predominância da lógica de aparências os versos destacados no exemplo (3) abaixo:

(3)	<p>Quando ando pelas ruas <u>Às vezes fico a pensar</u> <u>Como a vida é desigual!</u> E me deparo a olhar Vendo uma criança com fome Suja, trapilha, a chorar. (F2/06)</p>	<p><u>Não posso me conformar</u> <u>Com a diferença na vida</u> Uma criança com sorte Outra com alma em ferida. Jogada no meio do tempo Sem rumo, sem vinda, nem ida. (F2/20)</p>
-----	--	--

Em ambas as estrofes, observa-se, nos versos grifados, a argumentação da autora acerca da situação das crianças, em termos de não-aceitação da desigualdade, entendida como sendo injusta (embora também seja entendida como falta de sorte; voltarei a isso). Contudo, predomina uma lógica de aparências, uma vez que nos exemplos, como em todo o texto, as causas dessa injustiça e sua relação com práticas e redes de práticas não são exploradas pela autora.

Em termos dos subgêneros atualizados na composição dos folhetos de conjuntura do *corpus* analisado, destaco, a seguir, no Folheto 1 o subgênero aconselhamento, e no Folheto 2 o subgênero conversação.

No Folheto 1, há instâncias de aconselhamento que podem ser consideradas como subgênero no texto. O aconselhamento é dirigido ao poder público, referido como “autoridades”. Na estrofe /21/, Azulão introduz o aconselhamento: “eu digo às autoridades/ tomem sérias providências”. Depois, entre as estrofes /23/ e /28/, o autor desenvolve o aconselhamento, explicando o procedimento que, segundo ele, as “autoridades” deveriam adotar: a implantação de colônias agrícolas. Voltarei a isso adiante.

No Folheto 2 há diversas passagens em que a autora estabelece diálogo, ora com o leitor ora com um menino (que, segundo me informou na entrevista, representa todos, em uma generalização) e em uma estrofe com Deus. O leitor é o interlocutor da conversação em duas estrofes, logo no início do poema (/02/ e /03/). O objetivo é

ênfatisar a diferença social e conchamar à prática da caridade, tida no texto como solução para o problema. O menino é o interlocutor em 12 estrofes, sobretudo ao final do poema (/17/, /21-27/, /29-32/). Há, nessa articulação, um discurso de redenção e salvação ao qual retornarei no momento oportuno. A interlocução com Deus aparece no interior da interlocução com o menino, uma vez que a autora interrompe seu diálogo com o menino para se dirigir, em apenas uma estrofe, /28/, a Deus. Esmeralda Batista pergunta a Deus o porquê da diferença social, explicitando sua vinculação a um discurso religioso no que se refere ao problema da exclusão social. Isso também vem reforçar a lógica de aparências no folheto.

5.2.1.2 Nos folhetos de evento

Os Folhetos 3 e 4 diferem muito entre si. Enquanto o Folheto 3 é um texto dissertativo sobre um evento real - a Chacina da Candelária -, o Folheto 4 é um texto narrativo acerca de uma história fictícia. Assim é que em termos do pré-gênero mais saliente na composição, o Folheto 3 recorre à argumentação, ao passo que o Folheto 4 atualiza a narrativa.

O Folheto 3 tem como pré-gênero principal a argumentação porque não se trata de contar a história da Chacina, mas de argumentar sobre ela. O tempo verbal predominante é o presente do indicativo, tempo do mundo comentado. Nesse sentido, pode-se afirmar que o texto de Gonçalo não é um folheto de notícia, mas uma crítica social contundente. Os folhetos de notícia já estão nas ruas no dia seguinte ao fato que narram, e o folheto de Gonçalo foi escrito em setembro de 1993, dois meses após o massacre.

Além disso, ao contrário dos folhetos noticiosos, *Meninos de rua e a Chacina da Candelária* não apresenta detalhes do fato, não se atém aos dados de notícia. Na verdade, das trinta estrofes do folheto apenas sete estão diretamente relacionadas à Chacina (/14-17/, /27/, /29/ e /30/), as demais tecem considerações a respeito das

causas políticas e sociais da violência e da atuação da polícia e da mídia na questão (as referências genéricas anteriores ao esclarecimento do tema no texto, entretanto, já podem ser compreendidas pelo leitor como relacionadas à Chacina graças ao título do folheto, que direciona a interpretação). No Folheto 3, então, predomina uma lógica explanatória, uma vez que o autor explora as relações causais entre o evento abordado e as práticas e estruturas determinantes desse evento.

Para Gonçalo, as causas políticas da violência são a corrupção e o crime organizado. A corrupção manifesta-se tanto no âmbito parlamentar - “No Brasil entorpecido/pelo odor infernal/que exala do plenário/do Congresso Nacional” - quanto no âmbito das corporações policiais do país - “São grupos de extermínio/formados nas regiões/por soldados dissidentes/de muitas corporações”. O crime organizado, por ser alimentado por policiais, é considerado, no folheto, um crime institucional e seu poder é, para Gonçalo, consequência da permissividade do governo, que não atua como deveria contra a violência:

- (4) Ao permitir um governo paralelo no Estado o nosso governador ficou desmoralizado perdendo de dez a zero para o crime organizado. (F3/02)

Por outro lado, as causas sociais para o crescimento da violência expostas no folheto são a adesão da sociedade ao crime organizado, a falta de engajamento das classes ‘favorecidas’ no problema dos(as) excluídos(as), a superficialidade da imprensa na divulgação dessas questões e a hipocrisia da mídia televisiva em campanhas contra a miséria.

A adesão da sociedade civil ao crime organizado manifesta-se na internalização do senso comum de que grupos de extermínio são mantidos pelo comércio local, “para assassinar ladrões”. A indiferença da sociedade frente ao sofrimento de excluídos(as) é expressa em apenas uma estrofe (/18/), em que Gonçalo afirma ser difícil, “nessa

sujeira social”, encontrar pessoa “boa, humana e caridosa”. Quanto à imprensa, Gonçalo a acusa de jamais comentar as causas da violência, limitando-se a divulgar fatos. A hipocrisia de pessoas envolvidas com a mídia, bem como a ineficácia de campanhas veiculadas na televisão, como o *Criança Esperança*, são enfatizadas em seis estrofes no poema (/21-26/).

A análise dos subgêneros atualizados na composição do Folheto 3 aponta para dois deles. Primeiro, há instâncias de narrativa, pulverizadas na argumentação. Por exemplo, a narrativa a respeito da Chacina, que não é isenta de argumentação, aparece nas estrofes de /14/ a /17/. Nessa narrativa predomina o pretérito perfeito, tempo nuclear do mundo narrado. Na sexta estrofe, por sua vez, há uma narrativa com valor de generalização referente a uma interação entre um(a) policial e um(a) cidadão(ã). Nesse caso, os verbos aparecem no presente do indicativo, tempo do mundo comentado, resultando na crítica generalizante do evento. O mesmo valor de generalização é observado no trecho narrativo presente nas estrofes de /23/ a /25/, em que o autor faz referência à campanha *Criança Esperança*.

O segundo subgênero identificado é a conversação. Há duas instâncias de conversação em que Gonçalo dá a palavra a ‘personagens’ de seus trechos narrativos: na estrofe /06/, em que se dá a interação generalizada entre um(a) policial e um(a) cidadão(ã), e nas estrofes /23/ e /24/, em que falam supostos apresentadores do *show* beneficente televisivo *Criança Esperança*. Em ambos os casos, não se trata de um diálogo de narrativa propriamente dito, mas de uma interação generalizada, com valor argumentativo. A conversação aqui é um recurso a mais contribuindo para a argumentação.

No Folheto 4, o pré-gênero mais saliente é a narrativa. Dos quatro folhetos do *corpus* da pesquisa, apenas esse se constitui em uma história com princípio, meio e fim, e com personagens, dentre as quais apenas uma é nomeada - o menino Pitoco -, embora outros meninos figurem na ação, além da Equipe de Resgate do Movimento Pró-Criança.

São estabelecidas relações temporais e delimitações espaciais freqüentes, como é convencional em textos narrativos. Observem-se abaixo exemplos de delimitação espacial e de relações temporais no texto:

- | | | |
|-----|--|--|
| (5) | <u>Nisso</u> ouviu-se uma voz zangada
De um quase adolescente
Conhecido por “Pitoco”
<u>Naquele triste ambiente</u>
Que gritou para a equipe
- Tire a mão da minha gente! (F4/06) | Ouviu-se uma salva de palmas
<u>Depois que</u> “Pitoco” falou,
<u>Em seguida</u> veio o silêncio
Que o Resgate aproveitou
Pra falar do Pró-Criança
E quantos ele já salvou. (F4/19) |
|-----|--|--|

O pré-gênero ‘narrativa’ é, nos termos de Bakhtin (2000 [1979]), um gênero secundário que pode utilizar diversos gêneros primários em sua composição. Esses gêneros primários que figuram na composição da narrativa podem ser identificados com o conceito de subgênero de Fairclough (2003a). Nesse sentido, o Folheto 4 atualiza quatro diferentes subgêneros em sua composição: evocação, conversação, descrição e despedida. Na primeira estrofe do folheto, há uma instância de evocação em que Vicente Pereira pede inspiração a Deus para compor seu poema. Trata-se de uma prática convencional no cordel.

O segundo subgênero identificado é a conversação: várias instâncias de diálogo permeiam a história, uma característica típica de textos narrativos atualizada em diversas estrofes do folheto (/6-12/, /16-18/, /21-27/). A conversação, que se estabelece entre o menino Pitoco e a Equipe de Resgate do Pró-Criança, cumpre uma função essencial no texto. Tal pode ser ilustrado nos versos grifados das estrofes /7/ e /26/, transcritas no exemplo (6).

- | | | |
|-----|--|--|
| (6) | Aqui nesta praça pública
E em todo o quarteirão
Eu sou o “Rei do Pedaco”
<u>E não aceito intromissão</u>
<u>De vocês que chamam a gente</u>
<u>De cheira-cola e ladrão.</u> (F4/07) | Ao ouvir o que foi dito
“Pitoco” gritou: <u>“Minha gente</u>
<u>parece que o Pró-Criança</u>
<u>é uma ONG diferente.</u>
<u>Essa é uma instituição</u>
<u>Que vai nos deixar contente.”</u> (F4/26) |
|-----|--|--|

Como essas estrofes demonstram, o diálogo estabelecido entre Pitoco e a equipe serve, sobretudo, para ilustrar o movimento entre a negação e a aceitação, por Pitoco e seu grupo, da assistência oferecida pelo Movimento Pró-Criança.

O folheto atualiza, ainda, os subgêneros descrição e despedida. Há poucas instâncias de descrição no texto, utilizadas para descrever a finalidade do Movimento Pró-Criança (estrofe /15/) e suas atividades (estrofes /24/ e /25/). Na estrofe final do poema, por fim, o autor despede-se de seus leitores, o que configura mais uma prática convencional do cordel.

5.2.2 *Intertextualidade*

Em seu livro mais recente, Fairclough (2003a) enfatiza o estudo da intertextualidade em termos da articulação de vozes em um texto. Nesse sentido, a intertextualidade é entendida como a combinação da voz do autor com outras vozes que lhe são articuladas (ver a subseção 1.2.2).⁶⁷ Uma questão pertinente à análise da intertextualidade é a investigação de quais vozes são incluídas e quais são excluídas, em uma abordagem das ausências significativas. Quando uma dada voz é incluída, o relato pode atualizar fielmente o que foi dito ou ecoá-lo livremente. Além das diversas possibilidades de representação de um texto em outro, há a questão da fronteira entre o texto relatado e o texto que relata, que pode ou não ser bem demarcada (sobre os diferentes tipos de relato, ver a subseção 1.2.2). Nesta subseção, os quatro folhetos do *corpus* são analisados em termos das relações intertextuais que neles se estabelecem. Início pela análise dos folhetos de conjuntura, para em seguida analisar os de evento.

⁶⁷ Registre-se que, nessa proposta de análise de intertextualidade, Fairclough iguala os conceitos de intertextualidade e polifonia. Jacob Mey (2004, comunicação pessoal) compartilha essa percepção da intertextualidade.

5.2.2.1 Nos folhetos de conjuntura

Há textos em que muitas vozes se articulam, numa abertura para a diferença e o dialogismo. Em outros, a ausência de dialogicidade é latente, sendo escassas as instâncias de discurso relatado e pequena a visibilidade de outras vozes, com redução da diferença. É este o caso dos dois folhetos de conjuntura analisados.

No Folheto 1, pode-se dizer que a voz de Azulão reina hegemônica no texto. Quando há outras vozes, são mal demarcadas com relação à voz do autor. A ausência de dialogicidade é saliente, uma vez que há poucas instâncias de discurso relatado e outras vozes dificilmente aparecem. Há apenas duas instâncias de discurso relatado, uma de discurso indireto, na voz de Jesus (estrofe /1/), e a outra em um relato de discurso direto, em uma afirmação *irrealis*⁶⁸ de previsão do futuro, na voz das crianças:

(7) Os que viviam sofrendo/ Depois cantarão dizendo/ Aqui nós somos felizes (F1/28)

Mesmo essa instância de discurso direto na voz das crianças reflete, na verdade, a voz do cordelista, na defesa de sua proposta de implantação de colônias agrícolas. A articulação dessa voz, então, não sinaliza uma abertura para a diferença, tratando-se apenas de uma estratégia de reforço da posição do autor.

Há algumas ocorrências de relato narrativo de atos de fala atribuídos às crianças. Prevalece o pedir, enfatizando a condição de mendicância em que se encontram as crianças em situação de rua. Contudo, no caso desse Folheto 1, as crianças não são representadas apenas como vítimas, mas também como marginais (ver a subseção 5.3.2) - e essa representação se reflete no relato narrativo de ato de fala, conforme ilustra o exemplo seguinte.

⁶⁸ Há tipos significativamente diferentes de afirmações que podem elucidar o modo como o texto figura na ação - afirmações do tipo *realis* são "afirmações sobre o que é, foi, tinha sido o caso"; afirmações do tipo *irrealis* são previsões ou afirmações hipotéticas (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 109).

- (8) Nas portas das lanchonetes
Pedem comida e dinheiro
 Se negam, ficam xingando
 Assim passam o dia inteiro
 De noite mudam de rumo
 Usando maconha e fumo
 E cola de sapateiro (F1/7)

Como o segmento sinaliza - “ficam xingando” -, no folheto de Azulão as crianças são representadas como agressivas e incômodas, ao contrário do folheto de Esmeralda, em que são representadas, sobretudo, como vítimas esperando ser salvas (ver mais adiante). No Folheto 1 há ainda uma passagem em que a voz do senso comum é demarcada. Veja-se o exemplo (9):

- (9) São chamados trombadinhas/ Como também de pivetes (F1/09)

No exemplo acima, não atribuindo a voz especificamente, Mestre Azulão sugere tratar-se da voz do senso comum a respeito de crianças em situação de rua. Ao fazer isso, o autor se distancia do enunciado, demarcando baixa afinidade com o que é dito. Todavia, em outras passagens do texto, o autor filia-se a esse discurso da marginalidade, como às estrofes /03/ e /06/, em que se lê, respectivamente: “São futuros delinqüentes” e “Estes marginais mirins”.

No Folheto 2, assim como no de Azulão, a única voz que ecoa explicitamente no texto é a da autora. Em algumas poucas instâncias há relatos com alusão a atos de fala das crianças, sempre relacionados à mendicância e ao pedido de socorro, com valor de generalização. Observem-se os versos transcritos no exemplo (10) abaixo:

- (10) Crianças que vivem na rua/ Mendigando o pão do dia (F2/03)
 Vamos o teu grito escutar (F2/22)
 Não andar pedindo esmola (F2/25)

Além desses relatos relacionados à prática da mendicância e ao clamor, nos quais estão implícitos atos de fala, em dois momentos a voz das crianças é representada como choro, o que reforça a representação das crianças como vítimas, recorrente em todo o folheto, conforme ilustram os versos seguintes.

(11) Suja, trapilha, a chorar (F2/06)

Em vez do teu soluçar (F2/23)

Da perspectiva da ausência de vozes, ambos os folhetos se furtam a articular mais explicitamente as vozes das crianças - como se viu, nos dois textos essas vozes são referidas, de fato, apenas por meio de relatos narrativos que evocam atos de fala. Além disso, outras vozes que poderiam estar articuladas e não estão são as vozes do poder público acerca do problema, das famílias das crianças e da polícia.

Embora nos dois folhetos aqui analisados as vozes de seus autores sejam prevaletentes, com orientação para o fechamento da diferença, é de se notar que nas vozes dos autores, sem demarcação de fronteiras, estão articuladas outras vozes, assumidas com alta afinidade. Em ambos os textos, os autores assumem para si uma voz do senso comum acerca do problema da situação de rua entre crianças. No caso do Folheto 1, predomina a voz do senso comum no que se refere à marginalidade e à violência das crianças; no Folheto 2, é saliente a presença de uma voz do senso comum cristão, atualizada na voz da autora em seu discurso de prática da caridade. Nesse sentido, a ausência da voz da polícia é mais saliente no Folheto 1 que no Folheto 2.

Parece coerente supor que essa filiação a diferentes perspectivas do senso comum esteja relacionada ao lugar de onde falam os autores. Esmeralda Batista escreveu seu folheto no contexto de Juazeiro do Norte, cidade com forte tradição católica, ao passo em que Mestre Azulão refere-se à infância em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro, em que a violência atinge grau elevado.

5.2.2.2 Nos folhetos de evento

Nos folhetos de evento o cenário da articulação de vozes é bem diferente daquele observado nos folhetos de conjuntura. Assim, tanto em *Meninos de rua e a Chacina da Candelária* quanto em *A discussão de um menino de rua com o Resgate do Pró-Criança* há diversas vozes articuladas.

No Folheto 3 são articuladas à voz do cordelista outras seis vozes: a voz de um(a) cidadão(ã); a de um(a) policial; a da imprensa; a da professora; a de Eugênio Sales, arcebispo do Rio; e a da mídia televisiva, representada por Renato Aragão, Chico Anísio e Xuxa.

Todas as vozes articuladas são generalizações hipotéticas, e predominam os relatos narrativos de ato de fala. É o que ocorre com a voz do(a) cidadão(ã): ela aparece em relato narrativo de ato de fala, em uma interação hipotética altamente generalizada introduzida por “se” condicional. Tal articulação se verifica em apenas uma estrofe do folheto (/06/), transcrita mais abaixo no exemplo (12).

Note-se que nessa mesma estrofe aparece, fortemente marcada por ironia, a voz do(a) policial, cujo referente é “autoridade”. Essa articulação, por sua vez, é feita sob a forma de discurso direto, com marcação explícita pelo uso do travessão, embora seja uma interação hipotética generalizada. A função dessa articulação é conduzir a uma crítica ao despreparo da polícia no tratamento dispensado a civis, na estrofe seguinte. A sétima estrofe do folheto também se encontra transcrita abaixo, no exemplo (12).

(12) Se alguém apresenta queixa
que um ladrão o roubou,
responde a autoridade:
- Já sei, você vacilou,
não aprendeu ser malandro,
deu mole, o bicho pegou. (F3/06)

Vejam se isto é linguagem
que use uma autoridade
 com a precípua missão
 de manter a integridade,
 a segurança e a ordem
 da nossa sociedade. (F3/07)

Passo agora à voz da imprensa. A referência a essa voz não é exatamente um relato de enunciado, mas uma referência ao modo como a imprensa relata a violência

contra crianças em situação de rua - ou contra os(as) excluídos(as) de modo geral. Veja-se o exemplo (13) abaixo:

- (13) Há motivos para esses assassinatos em massa.
A imprensa se limita em dizer o que se passa porém não fala da causa que provocou a desgraça. (F3/13)

Gonçalo acusa a imprensa de abordar apenas superficialmente o tema, sem explorar as causas do problema. Em outras palavras, o cordelista acusa a imprensa de se limitar à lógica de aparências, em detrimento da lógica explanatória. Nesse sentido, a articulação da voz da imprensa é mais um relato do que a imprensa não diz que um relato do que ela diz.

A próxima relação intertextual localizada na amostra - a voz da professora, articulada à sexta estrofe do folheto - é menos clara. Começamos pela leitura da estrofe para, em seguida, passarmos à discussão. Transcrevo também, no mesmo exemplo (14), a estrofe seguinte, uma vez que completa o sentido da estrofe em análise.

- | | |
|---|--|
| <p>(14) A proteção duvidosa
 que lhes dava a professora
 que <u>se auto-intitulava
 não só de educadora
 mas também, e sobretudo
 de guardiã protetora.</u> (F3/16)</p> | <p>Suficiente não foi
 para o massacre evitar,
 pois as crianças morreram
 juntinhas, num só lugar
 sem a proteção e sem
 defesa alguma esboçar. (F3/17)</p> |
|---|--|

A articulação é feita por meio de um relato de discurso indireto. Gonçalo estabelece baixa afinidade com a proposição, notadamente na ironia que antecede a voz (“se auto-intitulava”), demarcando o limite entre a voz articulada e a voz do cordelista.

Quando desenvolvi a primeira análise desse folheto, surgiu a pergunta: quem seria essa professora? A fim de esclarecer essa dúvida, procurei o autor, por telefone. Na ocasião, ele me respondeu que se tratava de uma mulher que, à época da Chacina, havia aparecido muito na mídia, no papel de “salvadora da pátria”, protetora das crianças em

situação de rua que faziam do pátio da Candelária sua morada, mas acrescentou que não se lembrava do nome dessa mulher. Disse, ainda, que não critica de modo algum as iniciativas de mobilização da sociedade civil, mas sua pretensão e seu interesse em autopromoção por meio da prática da caridade. Pela pesquisa que fiz, sobretudo na Internet, concluí que provavelmente se tratasse de Yvonne Bezerra de Melo, artista plástica que, na época do massacre, foi muito citada na mídia e já desenvolvia trabalho com as crianças antes da Chacina, e o faz até hoje.

Entretanto, quando o procurei pessoalmente pela segunda vez, na ABLC, a fim de esclarecer algumas questões concernentes ao folheto, Gonçalo negou que a referência fosse a qualquer pessoa em particular, afirmando que a “professora” em foco no folheto era, na verdade, uma generalização: tratava-se de uma crítica velada aos Cieps de Brizola. Vejamos o que me disse o cordelista:

Essas professoras é porque passou uma fase no Rio de Janeiro em que elas eram doutrinadas a aceitar o que os grupos de meninos criavam na escola. Então, ali, quando chegava a professora, a professora estava sabendo que nos muros os meninos estavam vendendo as coisas [drogas]. Mas elas não tinham autorização para passar aquilo para a polícia. Não, ela tinha que ficar na dela. Igualmente, o próprio Brizola fez no tempo em que proibiu da polícia entrar nas favelas, da polícia subir o morro, da polícia entrar nas favelas. Não sei por quê. Não dá para gente ter uma idéia exata. Mas as professoras eram instruídas a não se meterem no lance deles. Se tornaram hipoteticamente uma protetora. Quando na verdade nua e crua era outra. Era não tocar naquele assunto, não tocar ali. (...) É, não se trata de uma referência pessoal, mas é uma coisa que engloba um universo escolar. Em que um Ciep, por exemplo, é liderado por uma diretora que sabe das coisas, mas não diz que sabe das coisas, mas não proíbe. Um sistema que criam, né? Que sabe mais não diz. (...) Direcionado a uma pessoa, não. Não é direcionado a uma pessoa especificamente, mas direcionado ao organismo da escola.

É difícil saber de fato qual é o referente de “professora”, se se trata de uma referência à mobilização da sociedade civil ou uma crítica à ação do governo do estado, no que se refere à política educacional. Registre-se, contudo, que Gonçalo Ferreira da Silva sempre foi um crítico ferrenho da política de Brizola, tendo escrito inclusive um folheto sobre isso, intitulado *Brizolão para Brizocão*. Não entrarei nesse mérito.

A articulação da voz de Eugênio Sales, arcebispo do Rio de Janeiro, aparece às estrofes /19/ e /20/, em um relato de discurso indireto com valor de generalização.

Vejamos as estrofes, transcritas abaixo no exemplo (15):

- | | | |
|------|--|---|
| (15) | <p>Por exemplo Eugênio Sales
que tanta riqueza tem
não precisava pedir
ajuda alguma a ninguém
pessoalmente ele pode
se quiser fazer o bem. (F3/19)</p> | <p>Como diz a juventude:
<u>É ruim Sales dizer:</u>
<u>- Venham a mim as crianças,</u>
<u>quero a todas socorrer.</u>
Não sabe fazer o bem
só sabe ensinar fazer. (F3/20)</p> |
|------|--|---|

O julgamento de Gonçalves orienta-se para denúncia de hipocrisia, como evidencia a pressuposição presente na estrofe /19/ - “pessoalmente ele pode/se quiser fazer o bem” - e como a ironia no fim da estrofe /20/ reforça - “Não sabe fazer o bem/só sabe ensinar fazer.”

Perguntei a Gonçalves (por telefone, em novembro de 2003) por que se posiciona assim em relação ao arcebispo. Respondeu-me simplesmente que “ele prega coisas impossíveis nos dias de hoje”. Sabe-se que Dom Eugênio Sales prega contra o uso de contraceptivos. É sabido também que, em comunidades pobres, são comuns famílias numerosas, o que acaba agravando a situação de miséria e aumentando o número de crianças nas ruas. Talvez se possa inferir que Gonçalves se referisse a essa questão, embora ele não tenha sido explícito na definição de que “coisas impossíveis” são pregadas pelo arcebispo.

Note-se, ainda, a relação intertextual na estrofe, por um lado, com as palavras de Jesus - “Venham a mim as criancinhas” - e, por outro lado, a ironia que se estabelece por meio do uso da gíria “é ruim”. Mais uma vez, o relato é mais uma referência ao que não é dito (ou que se crê não seja dito: “é ruim Sales dizer”) que ao que é dito propriamente.

Por fim, a última voz articulada no folheto é a da mídia televisiva, nas referências específicas a Renato Aragão, Xuxa e Chico Anísio. Os três artistas são citados

nas estrofes de /21/ a /24/, em que Gonçalo introduz e narra, de modo generalizado e com ironia, a apuração dos resultados de uma campanha *Criança Esperança*, *show* filantrópico organizado anualmente pela Rede Globo em parceria com a UNESCO.

Na estrofe /24/, o autor relata a fala de supostos mestres de cerimônia do *show* beneficente, introduzida na estrofe anterior. A função da articulação na amostra discursiva é criticar, através da ironia, a campanha que, segundo Gonçalo, seria inócua para os excluídos e serviria apenas para a autopromoção de artistas ‘globais’ milionários. Abaixo transcrevo, nos exemplos (16), (17) e (18), as estrofes /21/, /23/ e /24/ respectivamente. Embora a articulação das vozes dos artistas se dê apenas às estrofes /23/ e /24/, a transcrição da estrofe /21/ tem por objetivo ilustrar a ironia que acompanha a articulação.

- (16) Renato Aragão e Xuxa
Chico Anísio e outros tantos
 nas campanhas da UNESCO
chegam até a verter prantos,
 por que, repentinamente,
querem transformar-se em santos? (F3/21)
- (17) Antes do fim da campanha
dizem com satisfação
o parcial resultado
da primeira apuração
 mostrando números na
 tela da televisão: (F3/23)
- (18) - Noventa milhões de dólares
já foram arrecadados
mas ainda há nove estados
que não foram computados,
os números finais serão
a qualquer momento dados. (F3/24)

A ironia que marca a articulação fica ainda mais evidente quando se consideram as duas estrofes seguintes (/25/ e /26/), em que se lê, respectivamente, “No dia seguinte a cena/tantas vezes repetida/centenas e mais centenas/de crianças estendidas” e “Onde estão as grandes somas/em campanha arrecadadas?/As crianças

continuam/nas ruas desabrigadas”. Quando lhe perguntei a respeito dessa crítica ao *Criança Esperança*, Gonçalo me respondeu o seguinte:

porque o ‘Criança Esperança’, eles dão essa panorâmica de “isso aqui foi feito pelo ‘Criança Esperança’”, coisa que você não pode comprovar que sim-sim, nem não-não, entende? Ali, quando eu situei aquela coisa de “crianças estendidas, famintas, repelentes”, o que eu quis dizer foi por que não se direcionavam esses programas que arrecadam tanto dinheiro nessa direção? Foi a minha questão no folheto. Não foi a questão de dizer que o que eles estão fazendo não é bom.

E sobre a autopromoção dos artistas, o cordelista acrescentou: “como é que, de repente, chega na tela e vira um santo? Vira um santo de repente! Vai trabalhar de graça, vai para toda parte de graça porque está fazendo um programa de *Criança Esperança*. Não é fácil você saber que aquilo ali é conversa? É conversa!”.

Como se pode constatar, todas as vozes articuladas no texto são marcadas, em maior ou menor grau, por ironia. Esse artifício possibilita ao autor delimitar com clareza a fronteira entre sua voz e as demais. As vozes são articuladas, sobretudo, para serem negadas, prevalecendo a do autor. Nesse sentido, não há abertura para a diferença, apesar da articulação dessas vozes. No que se refere à ausência, é significativa a ausência absoluta das vozes de crianças em situação de rua, bem como de suas famílias.

Passo a discutir agora, por fim, as relações intertextuais no Folheto 4. A primeira voz em destaque no texto é, claro, a voz de Vicente Pereira. O cordelista é o autor-narrador do texto, e há identificação entre a voz do autor e a voz que narra. No cordel, geralmente, não há separação entre as vozes de autor e narrador, e no caso específico do folheto em análise, Vicente Pereira confirmou, na entrevista que me concedeu por correio eletrônico, essa identificação.

Vicente Pereira introduz a história, articula as falas, resume o que foi dito e termina a narrativa. Sua voz aparece às estrofes /1-6/, /9-11/, /13/, /16/, /19/, /20/, /28-34/. À voz do autor articulam-se outras quatro vozes: da equipe do Resgate Pró-

Criança, tratada como um conjunto; do menino Pitoco; da líder da equipe, não nomeada; e de uma moça do Resgate Pró-Criança, não nomeada.

A voz da equipe do Resgate Pró-Criança figura em alguns momentos da conversação estabelecida na narrativa. É marcada pela descrição recorrente de sua calma, de sua paciência e de sua doçura. A articulação é operada em duas instâncias de discurso relatado indireto (estrofes /04/ e /19/). As duas estrofes estão transcritas abaixo, no exemplo (19).

- | | | |
|------|--|--|
| (19) | Quando essa equipe chegou
Onde estava a criançada
<u>Deu boa noite pra todos</u>
<u>De forma meiga e educada</u>
O silêncio foi a resposta
Que ecoou na madrugada (F4/04) | Ouviu-se uma salva de palmas
Depois que “Pitoco” falou,
Em seguida veio o silêncio
Que o Resgate aproveitou
<u>Pra falar do Pró-Criança</u>
<u>E quantos ele já salvou.</u> (F4/19) |
|------|--|--|

Em seguida, há a voz de Pitoco, proeminente na narrativa. O menino fala em nome dos outros, é uma espécie de ‘líder’ do grupo de crianças. A respeito dessa personagem, Vicente Pereira informou:

Trata-se de um personagem fictício. Muito embora seja senso comum que, mesmo entre os chamados “meninos de rua”, existem os “líderes”, normalmente os mais ousados e afoitos ou então mais bem armados e com currículo carregado de pequenos delitos, sem descartar-se a existência de menores responsáveis pelo cometimento de delitos mais graves: furto, assalto, tráfico de drogas e até homicídio. Este, infelizmente, é o mundo real em que nós vivemos. Como a forma por mim utilizada para transmitir a mensagem está calcada na exposição de pontos de vistas divergentes, necessitei criar um personagem que ‘falasse’ em nome dos meninos de rua e defendesse o ponto de vista deles contrapondo-se aos argumentos do pessoal do Resgate.

Como o comentário do autor sugere - e como procurei mostrar anteriormente -, a articulação da voz de Pitoco serve, sobretudo, ao propósito de ressaltar o movimento entre a recusa e a aceitação da assistência oferecida pelo Movimento Pró-Criança. A fala de Pitoco representa todo o grupo, e sua mudança de atitude ilustra a adesão do grupo ao Pró-Criança. Sua voz é marcada, notadamente no início da conversação, por ser

“zangada”, agressiva, e por gritar - em oposição à docilidade atribuída à voz da equipe do Resgate. A articulação da voz de Pitoco está presente em diversas estrofes do folheto (/06-10/, /12/, /16-18/, /26/, /27/). Destaco alguns exemplos que me pareceram mais representativos:

- (20) Nisso ouviu-se uma voz zangada
De um quase adolescente
Conhecido por “Pitoco”
Naquele triste ambiente
Que gritou para a equipe
- Tire a mão da minha gente! (F4/06)
- (21) Aí o nosso “Pitoco”
Disse por entre os dentes
- Tu pensa que nós é besta?
Tá querendo greiá com a gente?
Pra viver preso a vocês
Como se fosse delinqüente! (F4/16)
- (22) Portanto meus companheiros
Vamos fazer uma votação
Para saber se aceitamos
Ir para lá ou não
Quem quiser seguir comigo
É só levantar a mão. (F4/27)

Os exemplos (20) e (21) ilustram a representação da voz de Pitoco como sendo agressiva (“voz zangada”, “tire a mão da minha gente!”, “disse por entre os dentes”), em oposição ao que se observa no exemplo (22) - Pitoco já havia se decidido a aceitar a assistência, e sua postura também se transforma. Note-se, ainda, que essa mudança também atinge o modo como ele fala em termos de variante lingüística. Enquanto o exemplo (21) é caracterizado por variante estigmatizada (“Tu pensa que nós é besta?/Tá querendo greiá com a gente?”), no exemplo (22) a voz de Pitoco é representada na variante padrão. A liderança de Pitoco sobre o grupo de meninos fica clara em sua fala transcrita no exemplo (20), em que Pitoco refere-se ao grupo como “minha gente”.

Na sétima estrofe, a voz de Pitoco articula outra voz: a do senso comum acerca de crianças em situação de rua. Nessa estrofe se lê: “E não aceito intromissão/de vocês que chamam a gente/de cheira-cola e ladrão”. Articulando a voz do senso comum

(“chamam a gente de cheira-cola e ladrão”) na voz de Pitoco, o autor consegue um distanciamento dessa representação, uma vez que fica claro que a proposição não é dele. Em oposição à baixa afinidade com a voz do senso comum, Vicente Pereira assume afinidade com a voz de Pitoco (estrofe /08/), o que se nota à estrofe /09/. As duas estrofes estão transcritas abaixo:

- | | | |
|------|--|--|
| (23) | Vocês que têm casas boas,
Emprego, casa e comida,
Não sabem o que é viver
Pela sorte esquecida,
Sem pai, sem mãe, sem amor,
Sem pão, sem roupa e dormida(F4/08) | Enquanto o “Pitoco” falava
<u>As verdades verdadeiras</u>
A equipe do Pró-Criança
Com a calma costumeira
Aguardava a oportunidade
Pra tomar a dianteira (F4/09) |
|------|--|--|

O exemplo (23) ilustra a alta afinidade do autor com a proposição de Pitoco, expressa na estrofe /08/. Quando Vicente Pereira assume que a fala de Pitoco denota “verdades verdadeiras”, aproxima-se da voz da personagem, tomando-a para si.

A terceira voz articulada à do autor é a da líder da equipe do Resgate. Sua fala, marcada por “voz meiga e mansa”, descreve as atividades oferecidas aos assistidos do Movimento Pró-Criança, tentando persuadir as crianças a aderirem ao Movimento. A articulação se dá em seis estrofes (/11/, /21-25/), sempre por meio de discurso direto.

Além da descrição das atividades do Movimento, outra função da articulação dessa voz é estabelecer diferença entre o Pró-Criança e outras ONG’s. Nesse sentido, após uma fala de Pitoco em que ele narra uma experiência traumática com uma ONG (estrofes /17/ e /18/), a líder toma a palavra para dizer: “O Pró-Criança é diferente” (estrofe /21/). Outro ponto relevante na articulação dessa voz refere-se às famílias. A volta das crianças para casa é abordada na estrofe /23/, transcrita abaixo no exemplo (24). Para fins de contextualização da estrofe a ser discutida, transcrevi também, no mesmo exemplo, a estrofe anterior.

- | | | |
|------|--|--|
| (24) | Lá os nossos assistidos
Só ficam durante o dia
<u>À noite vão para casa</u>
<u>Dormem em sua moradia</u>
Recebem vale transporte
Pra retornar no outro dia. (F4/22) | Pra que isso aconteça
Nosso Serviço Social
Contata com as famílias
De uma forma especial
<u>E o assistido volta pra casa</u>
<u>Num retorno triunfal.</u> (F4/23) |
|------|--|--|

A representação da volta para casa como um “retorno triunfal” opera um apagamento de questões-chave para a compreensão do problema da situação de rua entre crianças. Perguntei a Vicente Pereira sobre isso, ao que ele me respondeu, por correio eletrônico:

Na verdade, trata-se de uma situação ideal que nem sempre acontece. Nem sempre o retorno ao lar enquadra-se na passagem bíblica da “volta do filho pródigo”. No entanto, dentro do trabalho que me propus fazer, esse retorno triunfal é o final feliz da estória; é o ideal que se busca para essas crianças. Trata-se de mensagem, para muitos utópica em sua positividade e intenção, mas que para indivíduos como eu e tantos outros que acreditam no homem e na sua capacidade de vencer desafios, de superar obstáculos, de entender que o futuro depende do que se faz no presente, é um sonho possível de ser realizado, basta a gente querer e perseverar na sua realização.

Por fim, há a articulação da voz de “uma moça do Resgate”, não nomeada, que cumpre papel complementar ao da líder do Resgate, no que tange à delimitação do que é o Movimento Pró-Criança. Enquanto a voz da líder enumera as atividades desenvolvidas pelo Movimento, essa outra voz cuida de esclarecer sua origem e sua finalidade. A articulação, sempre com discurso direto, se dá em três estrofes (/13-15/), das quais destaco uma:

- (25) Essa instituição
Tem como finalidade:
Resgatar o “Menor de Rua”
Que vive em nossa cidade,
Transformá-lo em cidadão
Com honra e dignidade. (F4/15)

No exemplo (25), fica claro que essas crianças não são consideradas cidadãs com honra e dignidade, como denota a escolha pelo verbo ‘transformar’, que implica a passagem de um estado a outro. O folheto capta a triste realidade de que há, no Brasil,

diferentes classes de cidadania: aqui não se nasce cidadão, é preciso conquistar e comprovar a cidadania a cada dia.

No Folheto 4, três grupos de vozes são articulados. Primeiro, a voz do autor-narrador, que conta a história, louva o Movimento Pró-Criança, aconselha às crianças que “estudem, trabalhem e busquem/viver com dignidade”. Segundo, a voz das crianças, representada por Pitoco, que fala em nome de todos os outros. Finalmente, a voz da equipe de Resgate do Pró-Criança, representada por sua líder e por “uma moça”, que falam para estabelecer contato com o grupo, para descrever o Movimento e para convencer as crianças à adesão.

A articulação dos grupos de vozes que dialogam serve para ilustrar a passagem da dúvida, da desconfiança, para a concordância e a aceitação. Os limites entre as vozes são bem definidos. Há instâncias de discurso indireto e de discurso direto, bem como momentos em que se expressam atitudes, além de palavras.

5.2.3 Conclusões sobre a ação

Nesta subseção, tiro algumas conclusões preliminares a respeito da análise do significado acional nos folhetos. A exemplo das subseções anteriores, esta também está dividida entre os folhetos de conjuntura e aqueles de evento.

5.2.3.1 Nos folhetos de conjuntura

Da perspectiva do modo como figuram na ação, ambos os folhetos de conjuntura sugerem alternativas para a solução do problema. A solução proposta no Folheto 1 é a implantação de colônias agrícolas para abrigo e educação de crianças em situação de rua, enquanto a solução defendida no Folheto 2 baseia-se essencialmente na fé e na prática da caridade. Observem-se os versos do Folheto 2 transcritos no exemplo (26), a seguir:

- (26) Crianças que vivem na rua/ Mendigando o pão do dia/ A caridade que é sua (F2/03)
Tirá-los da rua é a medida/ Correta para nós cristãos (F2/09)

Com base nos versos destacados acima, é possível afirmar que o Folheto 2 legitima o discurso neoliberal, no tangente à lógica da demissão do Estado (ver a subseção 2.1.2), transferindo para a sociedade civil a responsabilidade pela solução do problema. O Folheto 1, ao contrário, contesta a demissão do Estado, uma vez que a responsabilidade pelo problema, bem como pela solução proposta no folheto, é atribuída ao poder público.

Nas entrevistas que me concederam, tanto Esmeralda como Azulão defenderam seus pontos de vista acerca das soluções para o problema da infância em situação de rua propostas nos textos. Esmeralda refere-se a seu folheto como “uma oração” e, na carta que me enviou em resposta a algumas perguntas que eu lhe havia formulado, também por carta, faz repetidas referências a sua crença religiosa. A respeito da prática da caridade, Esmeralda considera:

A caridade é um dom que vem de Deus, é através dela que nos aproximamos mais do Criador do Universo. Com essa aproximação nos enchemos de amor e felicidade. A caridade é benevolência, é beneficência. A prática de caridade é indispensável para cada um de nós. A caridade é amor, é uma forma especial que une a todos num elo fantástico da vida. É ela a chave que nos revela e nos conduz à vida e a Deus. Quanto às crianças pobres e abandonadas, a caridade é primordial, indispensável. O amor se entrelaça com a caridade e daí nasce vida onde só havia antes a morte. O abominável se torna felicidade e sucesso. Por isso não se pode responsabilizar só o governo de todo esse fracasso que é ter no nosso mundo tantas crianças jogadas nas ruas.

Sua filiação a esse discurso esclarece a função da passagem bíblica transcrita na quarta-capa do folheto. Trata-se da parábola “O jovem rico”, em Mateus, 19, 16. Nessa parábola, de acordo com a transcrição na quarta-capa do folheto, Jesus diz ao jovem rico: “Se queres ser perfeito vai, vende teus bens, dá-os aos pobres e terás um tesouro

no céu. Depois vem e sêgue-me”. Em sua carta, Esmeralda Batista explica essa articulação:

Este conselho não foi só para aquele homem rico, é sim, também, para cada um de nós. Isto não quer dizer que fiquemos na miséria quando se deve vender tudo e dar aos necessitados. Quer dizer que podemos dividir o que temos com os pobres, ajudando-os dentro do possível. Não é necessário trocarmos de lugar com o pobre. Temos que dividir nosso pão, nosso afeto, nossa presença, nosso amor, nossos conselhos. Ajudar uma criança de rua direta ou indiretamente é fazer o que Jesus ordena. Finalizando, todos nós podemos e devemos ajudar, não só aos meninos de rua, mas a todos os desvalidos da vida. Não é só o Governo que tem a obrigação de resolver ou amenizar essa injustiça, mas cada um de nós unidos e determinados nessa tarefa.

Não é minha intenção julgar a crença religiosa expressa no folheto e na carta de Esmeralda, pelo contrário, tenho todo respeito por essa e por qualquer crença que pregue a paz entre os seres humanos. Todavia, é impossível não notar como esse discurso naturaliza, nos termos de Thompson (1995; ver a subseção 1.3.3), a injustiça social, visto que não questiona a existência de “necessitados” ou “desvalidos” como consequência de escolhas e de processos políticos, que nada têm a ver com Deus.

Embora em alguns trechos de sua carta a autora faça referência ao papel do Estado na resolução do problema da infância em situação de rua (“a solução deste problema está na união de todos e no interesse de cada um, em particular do Governo em todas as esferas. Unindo todas as nossas forças, nosso desempenho, tudo mudaria pouco a pouco”), fica patente que a ênfase está na ação individual por meio da prática da caridade, cujo objetivo não é apenas resolver o problema dos “desvalidos”, mas também, e quiçá sobretudo, conquistar a aproximação do indivíduo caridoso com Deus.

No Folheto 1, Mestre Azulão também propõe uma solução para o problema da infância em situação de rua: a implantação de colônias agrícolas. Nas estrofes de /23/ a /29/, o autor desenvolve essa proposta, defendendo a idéia de que a transferência das crianças para o campo e sua dedicação à agricultura seria uma solução adequada ao problema. Transcrevo abaixo, no exemplo (27), as estrofes /23/ e /29/:

- | | |
|--|---|
| (27) O Brasil tem muito espaço
De terra pra se plantar
<u>É fazer colônia agrícola</u>
<u>Com máquinas pra cultivar</u>
<u>É pegar esses meninos</u>
<u>E dar-lhes todos ensinios</u>
<u>No campo pra trabalhar.</u> (F1/23) | <u>Assim o governo acaba</u>
<u>Com esta terrível imagem</u>
<u>Tirando das nossas ruas</u>
<u>Os filhos da malandragem</u>
<u>Que usam arma e sacola</u>
<u>Para dar-lhes uma escola</u>
<u>De arte e aprendizagem</u> (F1/29) |
|--|---|

No exemplo acima, fica clara a perspectiva parcial acerca da questão: o problema, para Azulão, não é a injustiça que permite que crianças tenham de se submeter à vida nas ruas, mas a “terrível imagem” que daí decorre, em uma operação de dissimulação por eufemização, ofuscando relações de dominação (THOMPSON, 1995; ver a subseção 1.3.3). A solução, nesse sentido, não seria corrigir as distorções éticas e políticas, mas “pegar esses meninos”, os “filhos da malandragem”, e impor-lhes um deslocamento para o campo, livrando “nossas ruas” de sua presença! Aí está clara a fragmentação por expurgo do outro, uma vez que as crianças são representadas como um inimigo que deve ser combatido (THOMPSON, 1995).

Por ocasião da entrevista que realizei com o cordelista no Rio de Janeiro, Azulão fez referência à solução por ele aventada para o problema. Quando lhe perguntei a respeito dessa solução, Azulão me respondeu o seguinte:

É porque não é a agricultura, o trabalho da agricultura - sabendo trabalhar - que vai matar ninguém. Do contrário, educa. O homem do campo é educado. Porque sabe lidar com a terra e sabe tirar dela o pão de cada um e para os outros que não trabalham. Então [quando se diz] “Ah, porque a criança não pode trabalhar”, pode! Eu quando estava com sete anos idade já comecei a trabalhar. E, graças a Deus, sou um homem e meus irmãos todos também seguiram o mesmo caminho. E não só os meus irmãos não, mas todas as famílias daquele tempo. Eles criaram trabalhando, indo à escola uma parte e a outra arranjavam trabalho. E são homens de respeito, de moral, de vergonha, não roubam ninguém porque sabem ganhar o pão de cada dia. E hoje, que as escolas, que eles não estão querendo que esses moleques safados trabalhem para poder... a mente desocupada é tenda do diabo. Não é só adulto não, da criança também: a mente desocupada é a tenda do diabo.

Embora Azulão se mostre consciente da responsabilidade do Estado na resolução do problema, sua percepção de solução, em termos da implantação de colônias agrícolas, é questionável. Primeiro, porque representa as crianças como destituídas tanto de família quanto de liberdade, podendo ser simplesmente transferidas para o campo, independente de sua vontade. Segundo, porque não capta a profundidade do problema da diferença social e da distribuição desigual de recursos, que não é questionada no texto. Trata-se, creio, de uma solução superficial para o problema e, o que é mais grave, trata-se de uma proposta que não demonstra respeito pelas crianças como sujeitos, tratando-as, antes, como marginais passíveis de serem ainda mais apartadas do conjunto da sociedade.

5.2.3.2 Nos folhetos de evento

Da perspectiva da ação, o Folheto 3 critica a incompetência e a violência da polícia, a passividade do governo, a hipocrisia da igreja e da mídia. É um texto ácido, em que a ironia cumpre papel central. A respeito da crítica social no folheto, Gonçalo afirma: “ele tem a pesada crítica sobre a situação do primeiro governo do Brizola, sobre o que diz respeito à ajuda à criança, à Igreja. O folheto é pequeno, mas mexe com muita coisa, né?”.

Gonçalo denuncia uma relação entre o governo e o crime organizado, seja na permissividade, na participação da polícia ou na passividade dos governantes face aos crimes. A permissividade do governo do estado (“Permitindo um governo paralelo no estado”) é tida como causa do estabelecimento e do ‘sucesso’ do crime organizado (“perdendo de dez a zero/para o crime organizado”). Desse modo, estabelece-se uma relação de causa e efeito entre as duas instituições. Além disso, organismos governamentais - os órgãos de segurança pública - fornecem recursos humanos e bélicos para os grupos de extermínio. O governo mantém-se passivo frente aos crimes: “o governo/não deu de vida sinal”.

No que se refere ao discurso neoliberal, parece procedente afirmar que o folheto de Gonçalves contesta a lógica da demissão do Estado. Tal pode ser ilustrado pela estrofe /28/, transcrita abaixo no exemplo (28):

- (28) Todos nós nos encontramos
desprovidos de esperança
como a criança que perde
do seu pai a segurança
em relação ao governo
nós somos essa criança. (F3/28)

Nessa estrofe, Gonçalves questiona a retirada do Estado de suas funções sociais (ver a subseção 2.1.2), notadamente a segurança. Na estrofe anterior, em que se lê “o governo não deu de vida sinal”, verifica-se que Gonçalves também reclama a ação estatal no que tange ao problema específico da situação de rua entre crianças, sobretudo no que concerne à violência contra essas crianças.

Com relação à intertextualidade, apesar da existência de diversas vozes articuladas, isso não sinaliza uma abertura para a diferença no texto: a voz de Gonçalves é hegemônica e outras perspectivas com relação ao problema são referidas para serem negadas. Nesse sentido, pode-se afirmar, de acordo com Fairclough (2003a), que a voz do autor é protagonista, em oposição a vozes antagonistas. Há, assim, tensão entre o texto que relata e as vozes relatadas (ver a subseção 1.2.2).

Quanto ao Folheto 4, do ponto de vista da ação o texto legitima o trabalho de uma ONG, o Movimento Pró-Criança, embora levante dúvidas quanto à legitimidade de outras ONG's, o que se nota às estrofes /12/, /17/, /18/, /21/ e /26/. O Movimento Pró-Criança, tal como descrito no folheto, assume funções do Estado, como transporte (estrofe /22/), educação (/24/ e /25/), lazer (/24/), alimentação (/25/). O folheto, então, participa, de forma indireta, da legitimação da demissão do Estado, internalizando parte importante do discurso neoliberal, visto que não problematiza a ausência de políticas públicas. Entretanto, quando perguntei a Vicente Pereira a

respeito do papel das ONG's no Brasil, sua resposta foi contraditória com relação ao (não)expresso no folheto, uma vez que apresenta crítica consciente contra a retirada do Estado. Transcrevo abaixo suas palavras:

Em primeiro lugar, se por um lado a existência dessas ONG's representa uma vitória da sociedade civil organizada na sua luta por um Brasil social e economicamente mais justo e democrático, por outro a proliferação de tais entidades, atuando em diversos segmentos onde o Estado não chega, quer seja por incompetência de seus dirigentes ou por omissão e negligência dos seus agentes, demonstra de forma clara e insofismável que as políticas públicas no Brasil devem ser repensadas. Dentro desta visão crítica, entendo que no momento atual, ante a falência do Estado, (...) infelizmente, sou forçado a reconhecer que hoje e durante muito tempo ainda as ONG's exercerão papel relevante especialmente no campo psicossocial e nas questões relacionadas com o meio-ambiente. Em síntese, embora seja um crítico da ação dessas Organizações, exatamente porque as atividades por elas exercidas são exclusivamente de responsabilidade do Estado, que existe e cobra inúmeros tributos para propiciar a todos os seus cidadãos condições de viverem dentro dos parâmetros que dimensionam a dignidade da pessoa humana, entendo que tais entidades são um mal necessário.

Outra consideração relevante da perspectiva do significado acional diz respeito àquela estrofe /23/, referida na análise da intertextualidade, em que o autor faz referência, na voz da líder do Resgate, ao “retorno triunfal” dos assistidos pelo Movimento para suas famílias. Nessa estrofe, o folheto opera uma dissimulação - modo de operação da ideologia que sustenta relações de dominação por meio de sua ofuscação - por eufemização, uma vez que as relações sociais e familiares são aí representadas de modo a despertar uma valorização positiva que ofusca pontos de instabilidade (THOMPSON, 1995; ver a subseção 1.3.3). O resultado é que a exclusão sócio-econômica da família, como ponto determinante da situação de rua entre crianças, é apagada, bem como outras questões referentes à violência doméstica (ver a subseção 2.3.3).

Uma última consideração antes de encerrar a seção: quero prolongar, ainda que de modo sucinto, a referência que fiz anteriormente à cidadania no Brasil. Para tanto, é conveniente recorrer à discussão levantada por Buarque (2001, p. 77-8), que acusa a existência, na sociedade apartada brasileira, de uma “cidadania partida”:

Com a apartação, a cidadania se apresenta partida, diferenciada segundo a posição social do indivíduo. Perante a lei os direitos parecem iguais para todos, mas são diferentes na prática do dia-a-dia. Os serviços públicos funcionam diferentemente conforme a parte da população. Os incluídos têm direito a vale-alimentação e vale-transporte, os excluídos são presos se forem pegos roubando um pão ou um remédio ou passando por cima da roleta de cobrança no ônibus. Cada aspecto da cidadania se apresenta diferenciado: a segurança pública privilegia os ricos em detrimento dos pobres; as informações e a participação social são diferenciadas conforme a classe social a que pertence um indivíduo, e assim por diante.

Acredito que a instância em que se lê “transformá-lo em cidadão”, à estrofe /15/ do Folheto 4, seja uma crítica à existência de uma ‘cidadania de segunda classe’ no Brasil, desnaturalizando essa situação de diferença social. É lamentável, entretanto, que o Estado não seja o agente primeiro da reversão desse quadro, uma vez que quem opera essa ‘transformação’ no folheto é o Terceiro Setor, representado pelo Movimento Pró-Criança.

5.3 Significado Representacional

Nesta seção, os quatro folhetos são analisados da perspectiva de seu significado representacional. Em 5.3.1 o foco de análise é a interdiscursividade, entendida como a atualização de diversos discursos em um texto. Em 5.3.2 são analisados os diferentes significados que a expressão ‘meninos de rua’ assume em cada um dos folhetos. Ambas as categorias analíticas - interdiscursividade e significado de palavra - foram explicitadas em 1.2.3. Por fim, em 5.3.3 teço algumas conclusões preliminares a respeito do significado representacional nos quatro folhetos.

5.3.1 Interdiscursividade

Um dado aspecto do mundo pode ser representado por meio de diferentes discursos, de modo que textos podem articular, no nível da representação, discursos

particulares. Os diferentes discursos articulados em um texto podem estabelecer relações dialógicas harmônicas ou polêmicas, podem atuar em colaboração ou em oposição. As maneiras particulares de representação de aspectos do mundo - discursos particulares - podem ser evidenciadas em um texto por meio de traços lingüísticos que 'atualizam' um discurso, sendo o vocabulário o mais evidente desses traços, uma vez que diferentes discursos 'lexicalizam' o mundo de maneiras diferentes (FAIRCLOUGH, 2003a). A análise interdiscursiva de um texto refere-se à identificação dos discursos articulados e da maneira como são articulados (ver a subseção 1.2.3). Nesta subseção, desenvolvo as análises interdiscursivas dos quatro folhetos do *corpus*. Início pelos folhetos de conjuntura e, em seguida, analiso os de evento.

5.3.1.1 Nos folhetos de conjuntura

A heterogeneidade discursiva em cada um dos folhetos de conjuntura, no que se refere especificamente à atualização de diferentes discursos nos textos, é bem distinta. O único discurso presente em ambos os folhetos é o discurso religioso, ainda que a articulação desse discurso nos dois folhetos desempenhe diferentes funções.

Além do discurso religioso, o Folheto 1 articula outros quatro discursos, a que denominei discurso do abandono, discurso da marginalidade, discurso da esfera pública e discurso neoliberal. O Folheto 2, por sua vez, articula outros dois discursos, aqui classificados como discurso fatalista e discurso assistencialista.

Começo pela análise interdiscursiva do Folheto 1. Nesse folheto, o discurso religioso é articulado em apenas uma estrofe, a primeira, com efeito de legitimação da preocupação expressa no folheto - com a infância em situação de rua - por meio da fé cristã. Transcrevo abaixo, no exemplo (29), a primeira estrofe do folheto.

- (29) Jesus Cristo disse um dia
Entre os filhos dos judeus
Vinde a mim as criancinhas
 Porque nos futuros seus
 Estão nossas esperanças
 E mesmo entre as crianças
 Está o reino de Deus. (F1/01)

Embora Azulão inicie seu poema com a articulação desse discurso, registre-se que há uma relação de conflito entre o discurso cristão - que prega a tolerância - e o restante do folheto. Nesse sentido, é possível afirmar que o discurso religioso está em relação de conflito, sobretudo, com o discurso da marginalidade, cuja articulação é analisada mais adiante.

O segundo discurso articulado na amostra é o discurso do abandono, atualizado às estrofes /2-5/, /10-12/ e /14/. A situação das crianças é representada como consequência do abandono, primeiro dos pais, depois das “autoridades”. Observe-se o exemplo (30):

- (30) São frutos indesejáveis
Que os seus pais enjeitaram
 E as mães prostituídas
 Nos hospitais lhes deixaram
 Ou pobres maternidades
Depois as autoridades
Também lhes abandonaram (F1/04)

Note-se que a articulação do discurso do abandono, embora naturalize a homogeneidade dos determinantes da situação de rua entre crianças (ver as subseções 2.3.3 e 5.2.1), é crítica no sentido de que percebe na ‘demissão do Estado’ senão a origem do problema ao menos seu agravamento. A solução para o problema, como procurei demonstrar na seção anterior, também é vista como responsabilidade do poder público. Entretanto, a articulação desse discurso do abandono também dissimula as causas da situação de rua entre crianças, o que pode ser observado na estrofe /14/, transcrita abaixo.

- (31) Aqueles que têm pais vivos
 Não têm apoio dos pais
Porque são frutos das transas
De quengas com marginais
Por isso as pobres crianças
Receberam como herança
As ruas e nada mais (F1/14)

Quando Azulão assume, nessa estrofe de seu folheto, que as crianças não têm “apoio dos pais” porque são “frutos” de relações desequilibradas ou passageiras, tendo sido abandonadas, e que “por isso” estão nas ruas, dissimula outras questões mais complexas que estão por trás da situação de rua entre crianças. Nesse sentido, essas duas relações causais explicitamente marcadas (“porque” e “por isso”) dissimulam por eufemização as causas estruturais do problema, nos termos de Thompson (1995; ver a subseção 1.3.3), visto que não captam a relevância da exclusão sócio-econômica das famílias na produção do problema.

Na estrofe seguinte, contudo, Azulão faz referência à situação de rua entre crianças que mantêm vínculos familiares. No caso específico dessas crianças, o autor capta a precariedade social como causa do problema. Transcrevo abaixo, no exemplo (32), as estrofes /15/ e /16/, em que se nota a pobreza das famílias sendo representada como fator determinante da situação de rua entre crianças que mantêm vínculos com suas famílias.

- | | |
|---|---|
| <p>(32) <u>Outros sofrem as conseqüências</u>
 <u>Dos seus pais desempregados</u>
 Vão pedir roupa e comida
 Depois ficam viciados
 Trazendo até para os pais
 Roupas que não querem mais
 E objetos roubados (F1/15)</p> | <p>Os pais recebem com gosto
 E a marcha continua
 Nem querem saber se os filhos
 Roubaram coisas na rua
 Ninguém reclama nem briga
 <u>Querem é encher a barriga</u>
 <u>E cobrir a pele nua (F1/16)</u></p> |
|---|---|

Na estrofe /15/, fica claro que Azulão atribui a situação de rua entre essas crianças ao desemprego de seus pais (“Outros sofrem as conseqüências/Dos seus pais desempregados”), ou seja, a sua exclusão do mercado de trabalho. A estrofe /16/

completa esse sentido, uma vez que a aceitação da mendicância e do crime, por parte das famílias das crianças, é representada como consequência da carência de necessidades básicas (“querem é encher barriga/E cobrir a pele nua”).

Nessa estrofe /16/ há um ponto de tangência entre os discursos do abandono e da marginalidade, uma vez que a marginalidade é representada como decorrência do abandono. O discurso da marginalidade, saliente na amostra, figura às estrofes /06-09/, /11/, /15-20/. Há dois pontos de ênfase à marginalidade de crianças no texto: nas estrofes de /06/ a /09/ e nas estrofes /11/, /15/ e /16/, o foco é o cometimento de delitos - roubos e arrastões -, com uma referência ao uso de drogas à estrofe /07/ (“Usando maconha e fumo/E cola de sapateiro”); mas esse foco se desloca para a participação de crianças no tráfico de drogas, nas estrofes de /17/ a /19/. Abaixo transcrevo, no exemplo (33), a estrofe /08/, que serve de ilustração ao primeiro enfoque da marginalidade entre crianças em situação de rua.

- (33) Ocupam becos e praças
E canteiros da cidade
Onde atacam suas vítimas
Que passam sem ter maldade
Eles roubam de surpresa
Mulher grávida e indefesa
E pessoas de idade. (F1/08)

Note-se que nesse exemplo Azulão não apenas atribui às crianças um *status* de marginais, como também as representa como sendo ‘covardes’, uma vez que o autor enfatiza a fragilidade de suas “vítimas” (“Mulher grávida e indefesa/E pessoas de idade”). Esse discurso entra em conflito com o discurso do abandono, visto que neste último as crianças são as vítimas (“legítimas (...) vítimas/Da cruel sociedade”, estrofe /02/), e no discurso da marginalidade passam a ser os algozes. O conflito entre os dois discursos fica patente na estrofe /11/, transcrita abaixo:

- (34) É doloroso assistir
Estes marginais mirins,
Que eles não são culpados
De se tornarem ruins,
 Nestas cenas degradantes
 Das portas dos restaurantes
 Mercados e botequins (F1/11)

A pressuposição (“eles não são culpados/De se tornarem ruins”) marca a representação das crianças como sendo “ruins”, em uma uniformização de que se pode depreender que todas as crianças em situação de rua se tornem “ruins”, embora não tenham “culpa” disso. Nesse ponto, novamente, se tangem os discursos do abandono e da marginalidade, em uma oposição contraditória: no primeiro, as crianças são representadas como sendo vítimas (“não têm culpa”) e, no segundo, como fazendo vítimas (“marginais mirins”).

O segundo ponto de ênfase à marginalidade no texto de Azulão - que se refere ao envolvimento de crianças no tráfico de drogas - é articulado em três estrofes, de /17/ a /19/. Observe-se o exemplo (35):

- (35) Assim todos serão vítimas
 Do cruel raciocínio
Desses agentes do tóxico
Que os têm em seu domínio
Os que dão passos errados
Serão logo executados
Por grupos de extermínio (F1/19)

Azulão capta a relação entre grupos de extermínio e o tráfico de drogas, ausente no Folheto 3. Não há, entretanto, referência à notória participação da polícia do Rio de Janeiro, tanto nos grupos de extermínio quanto no tráfico.

O próximo discurso articulado no Folheto 1 é o que chamei discurso da esfera pública. Considerando que o conceito de ‘esfera pública’ remete à deliberação de indivíduos, como cidadãos, sobre questões sociais e políticas (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999; HABERMAS, 2003), classifiquei como atualização do discurso da esfera pública os

trechos em que Azulão clama por providências, da parte do governo, e que delibera propondo alternativas. Esse discurso permeia as estrofes finais do poema (/21-32/). Azulão atribui, ao menos parcialmente, ao Estado a responsabilidade pelas “calamidades” e atribui-lhe também o dever de solucioná-las. Observem-se as estrofes do exemplo (36):

(36)	A sorte desses menores Parte dessas conseqüências O abandono dos pais <u>A falta de assistências</u> <u>A essas calamidades</u> <u>Eu digo às autoridades</u> <u>Tomem sérias providências</u> (F1/21)	<u>O governo brasileiro</u> <u>Tem tudo para fazer</u> <u>Em prol dos abandonados</u> <u>Depende só de querer</u> Se puser em prática esses planos Até antes de dois anos Pode tudo resolver (F1/22)
------	--	--

Essas duas estrofes, em seqüência no folheto, ilustram a representação do problema e de sua solução. Enquanto as famílias compartilham com o Estado a responsabilidade pela situação, de acordo com o discurso do abandono, a solução do problema é atribuída exclusivamente ao Estado. Na estrofe /22/, o autor critica a ‘falta de vontade’ do poder público em encontrar soluções (“depende só de querer”).

Ainda como parte do discurso da esfera pública, Azulão dedica as estrofes de /23/ a /29/ a explicar sua proposta de solução, a implantação de colônias agrícolas, como foi discutido na seção anterior. Destaco a estrofe /27/, transcrita a seguir.

(37)	<u>Lá não pode haver tortura</u> <u>Com castigo nem prisão</u> Terá que ter bom ensino Carinho e educação Onde há ordem e respeito Não gera mágoa no peito Nem ódio no coração (F1/27)
------	--

Considerando que o que é dito em um texto é dito em oposição ao que não é dito, mas tomado como dado (FAIRCLOUGH, 2003a), pode-se inferir nessa estrofe uma crítica velada aos órgãos de reclusão de menores infratores: “Lá não pode haver

tortura/Com castigo nem prisão”. A crítica torna-se mais clara na estrofe seguinte, em que se lê “Assim não será preciso/De Funabens nem juízes”.

Ao final do folheto, ainda como parte do discurso da esfera pública, Azulão articula o discurso neoliberal, às estrofes de /30/ a /32/. A articulação serve ao propósito de criticar a visão neoliberal de Estado, em que o político e o social se dissociam (ver a subseção 2.1.2). Essa crítica pode ser ilustrada com o exemplo (38):

- (38) Os governos estão voltados
Para dívidas e inflação
Cargos, partidos políticos
Plebiscito e eleição
Ninguém se confraterniza
Com o povão que precisa
Emprego, morada e pão (F1/30)

No exemplo (38), pode-se notar que o autor capta a separação entre o político (“dívidas e inflação/Cargos partidos políticos/Plebiscito e eleição”), que chega a ser referido como “politicagem” à estrofe /31/, e o social (“Emprego, morada e pão”). Capta igualmente a supremacia do econômico (“dívidas e inflação”) sobre o social, relegado a segundo plano na lógica da demissão do Estado. A denúncia do autor à demissão do Estado prolonga-se pelas duas últimas estrofes do folheto. À estrofe /31/ Azulão declara que “O sofrimento do povo/É coisa muito mais séria/Do que a politicagem”, e à estrofe final do folheto lê-se:⁶⁹

- (39) Mudança e transformação
A política há de fazer
Zelar pelos que padecem
Único meio de socorrer
Levando a sério o efeito
Assim dará mais direito
O pobre sobreviver. (F1/32)

⁶⁹ Note-se o acróstico de M. Azulão nessa última estrofe do folheto. O uso de acrósticos é uma característica convencional do cordel em seu período de produção tradicional, em que os cordelistas precisavam garantir a autoria, uma vez que era comum o editor comprar os direitos autorais e suprimir o nome do autor da publicação. No período de produção contemporânea, contudo, o uso de acrósticos não é uma prática convencional do gênero.

Nessa última estrofe de seu texto, o cordelista deixa claro que a única maneira de reverter a precariedade instaurada é a retomada do Estado de suas funções redistributivas: “Zelar pelos que padecem/Único meio de socorrer”. Por fim, desfere uma última crítica, sugerindo que o poder público não tem levado a sério essas funções, quando afirma “Levando a sério o efeito/Assim dará mais direito/O pobre sobreviver”.

Se a análise da interdiscursividade no folheto de Mestre Azulão aponta para a marginalidade entre crianças em situação de rua e para a crítica à lógica do neoliberalismo, o mesmo não se observa no Folheto 2, de Esmeralda Batista. Neste último folheto, a ênfase ao discurso religioso é bem mais saliente, e as crianças são representadas, sobretudo, como vítimas, não havendo qualquer referência à marginalidade.

Três discursos são notáveis no Folheto 2: um discurso fatalista, que representa a pobreza em termos de falta de sorte; um discurso assistencialista, que representa a solução do problema em termos de caridade; e um discurso religioso - responsável pelo estabelecimento da conexão entre os dois primeiros - , que permeia todo o texto.

No folheto, observa-se a articulação de um discurso fatalista acerca da precariedade social, de acordo com a lógica neoliberal (ver a subseção 2.1.3). A pobreza é entendida em termos de falta de sorte, de uma fatalidade independente da ação humana. Esse discurso é articulado às estrofes /02/, /08/, /09/, /11/, /12/, /14/, /16/, /17/, /20/, /29/. Destaco a estrofe /08/, transcrita abaixo no exemplo (40):

- (40) Criança no meio da rua
 Criança sem lar e sem berço
Menino de rua sem sorte
 Sem casa vivendo num beco
 Desses meninos há muitos
 Muito mais que dois terços. (F2/08)

A visão da pobreza em termos de falta de sorte coaduna-se com o discurso neoliberal, que classifica as reestruturações do capitalismo como evolução ‘natural’,

isenta da ação humana e inescapável (ver a subseção 2.1.3). Nesse sentido, pode-se afirmar que o folheto articula o discurso neoliberal por meio de um discurso fatalista acerca da precariedade.

Além do discurso fatalista, outro discurso que, no folheto, legitima a lógica neoliberal é o discurso assistencialista. De acordo com a lógica neoliberal de recuo do Estado e transferência de serviços sociais para o mercado e para a sociedade, observa-se em *Meninos de rua* a articulação do discurso assistencialista que sugere a solução do problema em termos de caridade às estrofes /03/, /04/, /09/, /15/, /17/, /21/, /22/, /24-26/, /29-31/. Observe-se a terceira estrofe do folheto, transcrita a seguir no exemplo (41).

- (41) Vamos falar de meninos
Crianças que vivem na rua
Mendigando o pão do dia
A caridade que é sua
Esperando um pouco de amor
Olhando pro céu e pra lua. (F2/03)

No exemplo (41) o discurso assistencialista é articulado com a finalidade de conclamar o leitor (“A caridade que é sua”) à prática da caridade. Essa articulação se dá no interior do diálogo com o leitor, discutido na seção anterior. Na estrofe /21/, dentro da conversação estabelecida com o menino, o discurso assistencialista é novamente atualizado, o que se pode notar no exemplo (42) abaixo:

- (42) Criança é coisa tão bela
É como a rosa em botão,
Devagar vai se abrindo
Com beleza e perfeição,
Por que todos não te vamos
Segurar na tua mão? (F2/21)

A prática da caridade como solução para o problema da situação de rua entre crianças é estendida, nessa estrofe, ao conjunto da sociedade (“todos”). A responsabilidade do poder público na resolução do problema, como mostrei na seção

anterior, fica apagada pela ênfase que se dá à ação da sociedade. Há um deslocamento na atribuição de funções do Estado, referido em apenas uma estrofe (/10/) como “autoridades” (“Juntemos as nossas forças/Nós, autoridades e juiz”), para a sociedade, de acordo com a lógica neoliberal de demissão do Estado. Tal fica evidente à estrofe /26/, em que Esmeralda expressa o desejo de poder suprir, pessoalmente, as necessidades de educação, moradia, alimentação e segurança de que carecem as crianças excluídas. Observe-se abaixo o exemplo (43) em que transcrevo a referida estrofe:

- (43) Menino de rua eu quisera
Poder mudar tua vida,
Dar-te colégio e lar,
Amor, paz e comida.
 O essencial, sem riquezas,
 Essa é a boa medida. (F2/26)

Por fim, há no folheto a articulação de um discurso religioso cristão, saliente na amostra, às estrofes /03-05/, /07/, /09/, /14/, /16/, /18-20/, /27/, /28/, /30-32/. Destaco abaixo, no exemplo (44), as estrofes /07/ e /31/.

- | | |
|---|--|
| <p>(44) Chora também a <u>minha alma</u>
 Meu pensamento que voa
 Vai direto <u>ao Criador</u>
 Com pesar um grito entoa
 <u>Clemência pra aquela criança</u>
 <u>Aos pés do meu Deus ressoa.</u> (F2/07)</p> | <p><u>Para Deus eu te consagro,</u>
 <u>Da minha alma sai um grito,</u>
 <u>Uma prece para o alto</u>
 <u>Do meu peito pro infinito,</u>
 Tua vida mudará
 O teu sofrer é proscrito. (F2/31)</p> |
|---|--|

Na estrofe /07/, a autora assume alta afinidade com o discurso religioso cristão (“Meu pensamento que voa”), sugerindo uma solução metafísica para o problema, em termos de misericórdia divina (“Clemência pra aquela criança/Aos pés do meu Deus ressoa”). Na estrofe /31/ essa perspectiva é confirmada: ao justapor “Tua vida mudará/O teu sofrer é proscrito” a “Para Deus eu te consagro”, a autora evidencia sua visão de solução do problema como estando ‘nas mãos de Deus’.

Embora a palavra ‘luta’ e cognatas sejam recorrentes no folheto (por exemplo, “vem pra luta” à estrofe /17/; “lutemos” à estrofe /29/ e “lute bem” à estrofe /32/), não se trata de uma luta política, por mudanças estruturais, mas uma luta quase espiritual em que as armas são a caridade e a fé. Há uma noção de mudança necessária, mas os meios para isso são deixados vagos, como mostram os versos do exemplo (45).

(45) Precisamos mudar isso (F2/09)

Continuar assim não dá (F2/14)

Algo tem que ser feito/.../Temos que dar um jeito (F2/22)

Tua vida mudará (F2/31)

Não há, no Folheto 2, representação de responsabilidades ou causas para o problema, de acordo com a lógica de aparências a que se filia (ver a seção anterior), e o problema é, assim, abordado por meio de um discurso fatalista. O discurso assistencialista, aliado ao discurso fatalista, legitima a demissão do Estado de suas funções sociais. A ‘luta’ referida no folheto não é uma questão de indignação política, mas de dever cristão, de acordo com o discurso religioso articulado na amostra.

5.3.1.2 Nos folhetos de evento

No Folheto 3, *Meninos de rua e a Chacina da Candelária*, é saliente a atualização de um discurso do senso comum. Nesse sentido, Gonçalves assimila uma série de crenças naturalizadas no senso comum e que são recontextualizadas no folheto. Destaco três eixos em que o discurso do senso comum aparece no texto: a generalização da corrupção no Brasil; a manutenção de grupos de extermínio pelo comércio; a descrença no poder público e na política.

A generalização da corrupção no Brasil é observada nas estrofes de /01/ a /03/, sobretudo na primeira estrofe, em que se lê “No Brasil entorpecido/Pelo odor infernal/Que exala do plenário/Do Congresso Nacional”. Nessa estrofe, Gonçalves

internaliza a crença naturalizada, largamente difundida no país, de que políticos no Brasil via de regra são corruptos.

Ainda com relação ao discurso do senso comum, a corrupção no folheto ultrapassa os limites do Congresso e atinge também as corporações policiais do país, institucionalizando o crime. No folheto, a corrupção policial aparece paralela a crimes perpetrados por parlamentares, como evidencia o exemplo (46) abaixo.

- (46) Isso provocou um clima de confusão social, policial é bandido, bandido é policial, deputado é traficante, senador é marginal. (F3/03)

Trata-se de outro senso comum: o cidadão brasileiro não sabe se deve ter mais medo da polícia ou dos bandidos. A Frente da Luta Popular, na edição de agosto de 2003 do jornal *Papo Reto*, denuncia: “quem mora em favela sabe há muito tempo: policiais usam um ‘kit assassino’ (armas e drogas que são plantadas) para encobertar seus massacres”.⁷⁰ Gonçalo internaliza em seu folheto o senso comum a respeito da corrupção dos órgãos de segurança pública.

Pela representação da categoria ‘policia

l’, constrói-se uma alta abstração/generalização da corrupção dos órgãos de segurança pública. À época da chacina, falou-se na existência de uma ‘banda podre’ na polícia carioca, protegendo com isso ao menos uma parte da corporação. A fragmentação sugere não corrupção generalizada, mas localizada. No folheto não há essa divisão, uma vez que a corrupção é atribuída às corporações de modo generalizado.

Como já mencionei na seção anterior, outro senso comum internalizado por Gonçalo em seu folheto é o da ligação dos grupos de extermínio com o comércio carioca,

⁷⁰ Diz-se que a polícia “planta drogas e armas” quando os próprios policiais trazem consigo o “flagrante” que será atribuído ao acusado, ou, no caso de chacina, à vítima. De acordo com o senso comum, com isso a polícia suborna os ricos e justifica o assassinato dos pobres, alegando pertencimento ao crime organizado e resistência à prisão.

que financiaria este tipo de crime organizado, a fim de eliminar ladrões. Veja-se o exemplo (47), em que a internalização dessa crença fica evidente:

- (47) São grupos de extermínio
formados nas regiões
por soldados dissidentes
de muitas corporações
mantidos pelo comércio
para assassinar ladrões. (F3/09)

O discurso religioso também é atualizado no Folheto 3, a exemplo dos folhetos de conjuntura. Entretanto, no folheto de Gonçalo, ao contrário dos outros folhetos e contrariando também a prática convencional do cordel, o discurso religioso é articulado para ser negado. A crítica aparece, sobretudo, em relação ao arcebispo Dom Eugênio Sales, como discuti na seção anterior, mas também é articulada à estrofe /27/, transcrita abaixo:

- (48) Na santa igreja católica
da Candelária, na qual
houve o massacre infantil
ou em Vigário Geral
Deus foi neutro e o governo
não deu de vida sinal. (F3/27)

No exemplo (48) pode-se perceber duas críticas veladas: a expressão “santa igreja católica” aparece escrita em minúsculas, ao contrário da convenção; e a assertiva “Deus foi neutro” contraria a crença na onipresença divina e no ‘juízo final’.

Por fim, outra articulação de discurso analisada na amostra é a do discurso assistencialista. Assim como o discurso religioso, o discurso assistencialista é articulado para ser negado. Nas estrofes de /21/ a /26/, ao tratar com ironia a campanha *Criança Esperança*, Gonçalo questiona sua legitimidade (ver a subseção 5.2.2).

No Folheto 4, *A discussão de um menino de rua com o Resgate do Pró-Criança*, três diferentes discursos são articulados. Os discursos foram classificados como discurso religioso, discurso assistencialista e discurso da rua.

É saliente na amostra a articulação do discurso religioso cristão, articulado às estrofes /1/, /29/, /32/ e /33/. Na primeira estrofe do folheto, como demonstrei na análise da estrutura genérica, o poeta pede inspiração a Deus para narrar a história. Na estrofe /29/, a religião é representada como sendo uma das carências das crianças a serem supridas pelo Movimento Pró-Criança, como evidencia o exemplo (49):

- (49) Lá eles foram recebidos
Com alegria e amor
Cada um escolheu um curso
De acordo com o seu pendor.
Comem, estudam, brincam e riem.
E também louvam o Senhor. (F4/29)

Quanto à percepção da religião como uma carência das crianças, lembre-se a filiação do Movimento Pró-Criança à Arquidiocese de Olinda e Recife. Na entrevista, Vicente Pereira teceu comentários acerca do trabalho religioso conduzido pelo Movimento Pró-Criança:

Baseia-se no projeto denominado Infância Missionária, conduzido pelas assistentes sociais, onde as crianças são escolhidas para evangelizar as demais do grupo. A catequista prepara aquelas crianças que demonstram poder de liderança e captam melhor as mensagens e delega a elas, sob assíduo assessoramento, a tarefa de evangelizar as demais, buscando-se, com isso, uma maior interação entre elas e maior compromisso com a vida cristã.

Assim, o ensino religioso, entendido como ‘evangelização’, é parte do que o Movimento considera como resgate de crianças em situação de rua, dado seu caráter confessional. Nas estrofes /32/ e /33/, já ao final do folheto, fica clara a alta afinidade que o autor assume com relação ao discurso religioso. Transcrevo-as no exemplo (50).

- | | |
|--|---|
| <p>(50) A todos os assistidos
Do Movimento Pró-Criança
<u>Mando esse conselho agora.</u>
Guardem-no sempre na lembrança:
<u>Acreditem em Deus e lutem</u>
<u>E nunca percam a esperança.</u> (F4/32)</p> | <p>Estudem, trabalhem e busquem
Viver com dignidade,
Pobreza não é defeito
<u>Digo com sinceridade</u>
<u>É melhor ser um pobre bom</u>
<u>Do que um rico em maldade.</u> (F4/33)</p> |
|--|---|

A estrofe /32/, no aconselhamento final na voz do cordelista, evidencia que a crença em Deus é vista como parte da resolução do problema das crianças: “Acreditem em Deus e lutem/E nunca percam a esperança”. A fé, em termos de esperança, é representada como um elemento importante para a re-inserção das crianças excluídas, tal como observado no Folheto 2, de Esmeralda Batista.

Na estrofe /33/, por sua vez, Vicente recontextualiza o discurso cristão da parábola de Jesus que diz ser ‘mais fácil um camelo passar no buraco da agulha que um rico entrar no Reino dos Céus’. As palavras de Jesus são recontextualizadas nas palavras do autor: “Melhor ser um pobre bom/Do que um rico em maldade”, indicando novamente uma alta afinidade com o discurso religioso cristão. Note-se, entretanto, que esse discurso é usado de um modo que naturaliza a pobreza. Há uma dissimulação da pobreza por eufemização, pois a pobreza é representada de um modo que lhe desperta uma valorização positiva (THOMPSON, 1995).

O Folheto 4 é permeado também por um discurso assistencialista, em que o Terceiro Setor, representado pelo Movimento Pró-Criança, figura como provedor de necessidades básicas dos excluídos do sistema de fornecimento desses serviços, via mercado, e que tampouco os recebem do Estado, como seria seu dever. O discurso assistencialista é observado nas estrofes /11/, /14/, /15/, /22-25/ e /29/.

A estrofe /11/ representa o Movimento como constituindo “a esperança” de “gente como” o grupo de meninos; a estrofe /14/ registra a finalidade do Pró-Criança: “cuidar de menores/Que vivem como” as personagens da narrativa, nas ruas; a estrofe /15/ completa o registro da finalidade da Organização, “Resgatar o ‘Menor de Rua’”. Juntas, essas afirmações acabam por naturalizar a existência de crianças vivendo nas ruas, embora não seja esse o objetivo do folheto, é claro. O caso é que repetidas vezes o autor faz referência ao fato de haver crianças em situação de rua sem problematizar a questão, sem especular as causas de tal situação. O resultado é uma reificação da

situação de rua por naturalização, uma vez que uma criação social é tratada como se fosse independente da ação política humana.

As estrofes de /22/ a /25/ enumeram serviços oferecidos pelo Movimento, que vão desde o transporte até o ensino profissionalizante, passando pelo reforço escolar e pelo lazer; e a estrofe /29/, por fim, remarca que no Pró-Criança os assistidos “Comem, estudam, brincam e riem”. O Movimento Pró-Criança, então, é representado como suprindo carências que seriam um dever constitucional do Estado e, desse modo, acaba por legitimar a retirada do Estado e a transferência de determinados serviços para a sociedade. Não pretendo com isso afirmar que fosse objetivo do autor legitimar a demissão do Estado, nem tampouco pretendo diminuir o valor das iniciativas de mobilização da sociedade. A questão é que ao invés de se organizarem no sentido de cobrar o cumprimento do dever estatal, muitas vezes essas iniciativas da sociedade civil acabam por desobrigar o Estado de seu dever, assumindo-o para si, como o próprio Vicente registrou na entrevista que me concedeu (ver a seção anterior).

O folheto articula também um discurso a que classifiquei como discurso da rua, referente à representação de um ponto de vista associado ao excluído, no folheto atribuído à personagem de Pitoco. Tal discurso figura, na voz da personagem, às estrofes /07/, /08/, /12/, /16-18/. O autor assume alta afinidade com esse discurso à estrofe /09/, em que afirma que Pitoco “falava as verdades verdadeiras”, conforme pontuei na seção anterior.

Um traço saliente na representação desse discurso é a desconfiança atribuída às crianças em situação de rua, tanto no que se refere aos órgãos disciplinadores para menores infratores quanto no tangente às ONG's. A visão negativa com relação aos organismos disciplinadores figura à estrofe /12/, transcrita abaixo:

- (51) Mas que Pró-Criança é esse
 Que nós nunca ouviu falar?
Quer levar nós pra FEBEM
A fim de nos educar?
Se for isso estamos fora
Preferimos aqui ficar (F4/12)

Vicente Pereira registrou, na entrevista, o problema da desconfiança, por parte das crianças, de haver relação entre o Pró-Criança e a FEBEM, quando da atuação da Equipe de Resgate. Destaco um trecho da entrevista:

Existe sempre uma reação por parte dos menores de deixarem as ruas, mormente quando esta saída tem como finalidade a ida para uma instituição desconhecida onde eles não terão a mesma liberdade que desfrutam nas ruas. Na verdade, quando da abordagem, o que vem sempre à mente dessas crianças, especialmente na dos mais “experientes”, é o regime da FEBEM. Desta forma, como estratégia da “conquista” , há a necessidade de passar para eles que o MPC não é a FEBEM e que eles só irão pra lá se quiserem e lá só permanecerão também até o dia que desejarem.

A desconfiança das crianças com relação à atuação de organizações não-governamentais também é apontada no folheto. Nas estrofes /17/ e /18/, a personagem Pitoco alude a uma experiência negativa com uma ONG, que embora tivesse prometido “mundos e fundos”, não atendeu às expectativas do menino, que preferiu voltar às ruas. Essas estrofes, que figuram na voz de Pitoco, sugerem uma predisposição negativa das crianças com relação a ONG’s, na representação que o autor faz do discurso da rua.

Por fim, devo registrar que esse discurso da rua é representado por meio do uso de uma variante estigmatizada, que serve para identificá-lo. Com isso, Vicente capta o papel da linguagem como instrumento de estigmatização, de demarcação de pertença a uma determinada categoria social.

5.3.2 Significado de palavra

Como registrei em 1.2.3, a análise do significado de uma dada palavra ou expressão em um texto é a análise de como “os sentidos das palavras entram em disputa dentro de lutas mais amplas”, de como “as estruturas particulares das relações entre

os sentidos de uma palavra são formas de hegemonia” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 105). Os significados das palavras e expressões e a lexicalização de significados são construções sociais, no sentido de que são socialmente negociados e contestados. A relação que se estabelece entre uma dada palavra ou expressão e um significado particular é instável, pode variar. Isso significa que a tensão entre palavra e significado pode envolver lutas entre atribuições conflitantes de significados como um elemento de conflito ideológico, uma vez que os significados podem ser política e ideologicamente investidos. Nesse sentido, e de acordo com Fairclough (2003a), diferentes representações discursivas podem usar as mesmas palavras diferentemente, e a análise das relações semânticas pode ser útil na identificação dessas diferenças.

Com base nessa perspectiva, desenvolvo nesta subseção a análise dos significados que a expressão ‘meninos de rua’ assume nos quatro folhetos de cordel. Para tanto, examino os padrões de co-ocorrência entre a expressão analisada e outras palavras que sirvam para completar ou definir seu significado, visto que itens lexicais em textos podem ser afetados por padrões de colocação recorrentes (FAIRCLOUGH, 2003a). Investigo também as lexicalizações alternativas a ‘meninos de rua’ nos textos, lançando mão da representação das crianças em situação de rua para inferir o significado que a expressão assume nos textos. As análises são apresentadas de acordo com a classificação dos folhetos como de conjuntura e de evento.

5.3.2.1 Nos folhetos de conjuntura

Na subseção anterior, sugeri que no Folheto 1 há dois discursos que se chocam no que tange à representação das crianças, o discurso do abandono e o discurso da marginalidade. De acordo com essas duas representações discursivas, as crianças são ora representadas como vítimas, ora como marginais, prevalecendo a segunda representação. Sugeri também que no Folheto 2 as crianças são representadas apenas como vítimas, não havendo referência à marginalidade. A análise do significado da

expressão ‘meninos de rua’ e das lexicalizações alternativas tornará mais claras essas observações.

Começo pelo Folheto 1, de Azulão. Nesse folheto, a expressão ‘meninos de rua’ aparece uma única vez, à estrofe /02/, em que o autor pergunta: “Quem são os meninos de rua/Que vagam pela cidade?”. Nessa estrofe e nas três estrofes seguintes, o cordelista responde essa pergunta, utilizando uma série de lexicalizações alternativas à expressão ‘meninos de rua’. Tais lexicalizações encontram-se listadas no exemplo (52):

- (52) São as crianças jogadas/Sobre a infelicidade (F1/02)
 legítimas/E infortunadas vítimas/Da cruel sociedade (F1/02)
 São futuros delinqüentes/Desprotegidos da sorte (F1/03)
 São frutos indesejáveis/Que os seus pais enjeitaram (F1/04)
 São crianças miseráveis/Herdeiras do precipício (F1/05)

Até a quinta estrofe, tal como ilustrado no exemplo (52), o autor apresenta classificações de quem seriam os ‘meninos de rua’, sem referência a atividades das crianças. Essas classificações no início do folheto tendem à representação de ‘meninos de rua’ como vítimas, de acordo com o discurso do abandono. Apenas à estrofe /03/, em que se lê “São futuros delinqüentes”, há um ponto de tangência com o discurso da marginalidade, com uma representação de ‘meninos de rua’ simultaneamente como vítimas e como marginais. Transcrevo integralmente essa terceira estrofe abaixo no exemplo (53).

- (53) São futuros delinqüentes
Desprotegidos da sorte
 Sem lares, sem pais que zelem
 Sem ninguém que lhes conforte
Entregues à horrorosa
Quadilha pecaminosa
Da violência e da morte (F1/03)

O exemplo (53) ilustra bem o conflito entre o discurso do abandono e o da marginalidade na construção do significado de ‘meninos de rua’. Se a lexicalização “futuros delinqüentes” sinaliza para a marginalidade das crianças, “Desprotegidos da sorte” enfatiza seu abandono; se “Quadrilha”, “violência” e “morte” tendem para uma representação das crianças como marginais, sua ocorrência articulada a “Entregues” salienta sua condição de vítimas.

A partir da sexta estrofe, o cordelista passa a fazer referência a atividades exercidas pelos ‘meninos de rua’, sempre de forma generalizada, sem lançar mão de eventos concretos. No restante do texto predomina o significado de ‘meninos de rua’ como marginais, mas ainda há conflito com o significado como vítimas.

A lexicalização alternativa presente na estrofe /14/, “pobres crianças”, e aquela atualizada à estrofe /22/, “abandonados”, integram a construção do significado de ‘meninos de rua’ como vítimas. Mas as lexicalizações “marginais mirins” (estrofe /06/), “trombadinhas” e “pivetes” (/09/), “marginais mirins” (/11/), “desses menores” (/21/), “os filhos da malandragem” (/29/), somadas às referências que Azulão faz a atividades criminosas e violentas atribuídas às crianças (estrofes /06-09/, /11/, /15-20/), resultam na construção de um significado predominantemente associado ao crime e à marginalidade para a expressão ‘meninos de rua’.

Na estrofe /13/, Azulão afirma que as crianças formam grupos “que se tornam irritantes caravanas”, acrescentando que “Deixam rastros de sujeiras/Entre lamas e poeiras/Piolhos e muquiranas”. Essa representação negativa das crianças corrobora a noção de que os excluídos na atualidade são percebidos pelos incluídos como ‘socialmente incômodos’ (BUARQUE, 2003a; ver a subseção 2.3.2).

Com relação ao emprego da expressão ‘menores’ como referência a crianças excluídas, tal como se encontra na estrofe /21/ (“A sorte desses menores”), Buarque (2001, p. 220) registra que “na apartação, a palavra *criança* perde sua conotação etária e passa a significar os filhos dos incluídos, enquanto os filhos dos excluídos são quase

sempre chamados de menores, com uma conotação legal que nada tem de etária, significando *aquele que ainda não pode ser julgado por seus crimes*". Nesse sentido, é notável que no Folheto 1, em que predomina o significado de 'meninos de rua' como marginais, haja apenas duas referências às crianças com o uso da palavra 'crianças', e que essas duas ocorrências estejam situadas às estrofes /02/ e /05/, em que o significado de 'meninos de rua' tende a vítimas, como o exemplo (52), acima, ilustra.

O cenário no Folheto 2 é bem diferente. Nesse folheto, o significado construído para 'meninos de rua' é o de vítima, sem outro significado concorrente. E nesse folheto as crianças são referidas como 'crianças' em onze estrofes, sem nenhuma referência a elas como 'menores' (ver abaixo).

Há quatro ocorrências da expressão 'menino(s) de rua' no texto, às estrofes /08/, /11/, /26/ e /27/. Nas estrofes /08/ e /11/ a referência é plural, "meninos de rua", e nas estrofes /26/ e /27/ a referência é feita a um menino apenas, aquele com quem a autora estabelece diálogo e que representa todos, em uma generalização (ver a subseção 5.2.2). Quanto aos padrões de co-ocorrência, observem-se os versos transcritos no exemplo (54) abaixo.

- (54) Meninos de rua sem sorte/Sem casa vivendo num beco (F2/08)
 Meninos de rua, coitados! (F2/11)
 Menino de rua eu quisera/Poder mudar tua vida/Dar-te colégio e lar (F2/26)
 Menino de rua descalco/Em trapos, com fome, a chorar (F2/27)

Nas estrofes /08/ e /11/, a expressão 'meninos de rua' ocorre ao lado de expressões que denotam falta de sorte ("sem sorte" e "coitados"), colaborando na representação da pobreza por meio de um discurso fatalista. A estrofe /09/, em que a lexicalização alternativa é "pobres coitados", colabora na construção desse sentido. Nas estrofes /26/ e /27/, a expressão 'menino de rua' co-ocorre com expressões que aludem às necessidades básicas de que carecem as crianças. A construção do significado aqui

tende a representar as crianças em situação de rua como vítimas, ainda que sejam vítimas não de uma injustiça, mas de uma fatalidade, de falta de sorte.

Uma lexicalização alternativa recorrente no folheto é o uso simplesmente da palavra ‘menino(s)’. Essa lexicalização ocorre às estrofes /03/, /04/, /15/, /17/, /29/, /30/ e /32/. Vejamos o que indicam os padrões de co-ocorrência:

- (55) Vamos falar de meninos/(...) que vivem nas ruas/Mendigando o pão do dia (F2/03)
 Do menino que falo agora/É menino cá do sertão/.../Que merece compaixão (F2/04)
Tirar das ruas os meninos/.../A tristeza que impera/Vai sumir para o além (F2/15)
 Menino de olhos tristes/De roupa suja, rasgada/.../Tua vida será mudada (F2/17)
Tão magros. tão tristes meninos/Jogados na vida sem lar (F2/29)
 Menino ainda criança/.../.../Ao teu triste sacrifício (F2/30)
 Menino, não desanimes/.../Deus certamente é contigo (F2/32)
Um dia o sol nascerá/Para todos os meninos. Amém. (F2/32)

O padrão de co-ocorrência nas estrofes /03/, /17/ e /29/ repete a alusão às necessidades básicas não-satisfeitas das crianças em situação de rua. Nas estrofes /04/, /15/ e /30/, acrescenta-se uma referência à infelicidade das crianças. Nas estrofes /15/ e /32/, há uma conotação de mudança necessária, mas, tal como a análise interdiscursiva demonstrou, essa mudança é essencialmente baseada na fé e na caridade. Além disso, a mudança quase sempre é representada como não partindo das crianças, mas de um agente externo, como em “tua sorte será mudada”. Assim, ao significado de ‘meninos de rua’ como vítimas, aqui se acrescentam os significados ‘tristes’ e ‘passivos’. Quanto à passividade das crianças, note-se que no folheto são escassas as representações de atividades atribuídas a elas, são muito mais recorrentes as representações estativas.

Como registrei no início da discussão do significado da expressão ‘meninos de rua’ no Folheto 2, outra lexicalização alternativa freqüente no texto é ‘criança(s)’,

atualizada às estrofes /03/, /06-08/, /11/, /14/, /16/, /21-23/, /28/ e /30/. Os padrões de co-ocorrência se repetem: as palavras paralelas a ‘criança(s)’ fazem alusão a necessidades básicas de que crianças em situação de rua são carentes, ao sofrimento da vida nas ruas, à mudança por meio da caridade, entendida como dever cristão. A estrofe /21/ acrescenta uma referência ao lúdico da infância, à beleza da criança: “Criança é coisa tão bela/É como a rosa em botão”. Com isso, a autora acresce ao significado de ‘meninos de rua’ sua condição de crianças, o que traz consigo um valor de inocência.

Como a análise do significado da expressão ‘meninos de rua’ nos Folhetos 1 e 2 demonstra, em cada um dos textos se constrói uma representação muito distinta para crianças em situação de rua. Se são coincidentes na representação do abandono, diferem sobretudo em que Azulão enfatiza a marginalidade das crianças e Esmeralda ressalta sua representação como vítimas, seu sofrimento, sua carência e sua condição infantil, donde decorre sua inocência.

5.3.2.2 Nos folhetos de evento

Quanto à construção do significado de ‘meninos de rua’ no Folheto 3, *Meninos de rua e a Chacina da Candelária*, é notável que as crianças em situação de rua só sejam referidas em seis estrofes do poema. Dessas seis representações, três referem-se a crianças em situação de rua de modo geral, e três às vítimas da Chacina. Embora a expressão ‘meninos de rua’ seja topicalizada no título do folheto, no texto a expressão não ocorre sequer uma vez. As lexicalizações alternativas são “crianças de rua” (estrofe /12/), “meninos” (/15/ e /29/) e “crianças” (/17/, /25/ e /26/). Examinarei primeiro as instâncias de referência específica às vítimas da Chacina da Candelária para, em seguida, analisar as referências generalizadas.

As crianças assassinadas no massacre da Candelária são referidas às estrofes /15/, /17/ e /29/. Observem-se os versos destacados abaixo:

- (56) só meninos/nem de longe responsáveis/pelo seu próprio destino (F3/15)
as crianças morreram/juntinhas, num só lugar/(...) sem/defesa alguma esboçar (F3/17)
 Quanto ao episódio triste/ocorrido com os meninos/na frente da Candelária (F3/29)

Na estrofe /15/, Gonçalo enfatiza que as crianças não eram “responsáveis pelo seu próprio destino”, o que pode sugerir duas interpretações: por um lado, a representação pode ser simplesmente uma referência à condição infantil das vítimas da Chacina; por outro lado, pode estender-se ao sentido de que as crianças em situação de rua não são responsáveis por sua condição e, portanto, são vitimadas também à condição de rua. O cordelista não fornece elementos que esclareçam a representação. Na estrofe /17/, entretanto, fica mais clara a construção do significado de ‘meninos de rua’ - especificamente as crianças mortas no massacre - como vítimas: “sem defesa alguma esboçar”. Aqui a ênfase na covardia com que foi cometida a Chacina ressalta sua representação como vítimas indefesas, mas isso pouco quer dizer com relação à construção do significado de ‘meninos de rua’ no folheto, visto que não há como negar a condição de vítimas das crianças assassinadas. Assim, as referências específicas às crianças da Candelária pouco acrescentam ao estudo do significado da expressão analisada no folheto. Passemos às referências não-específicas.

As representações generalizadas de crianças em situação de rua figuram às estrofes /12/, /25/ e /26/. No exemplo (57), a seguir, destaco a décima segunda estrofe do folheto:

- (57) São as crianças de rua
 ou os bandidos frustrados,
 os delinqüentes comuns
ao vício subjugados
 que rasgam as noites sem teto
 e despertam assassinados. (F3/12)

Nessa estrofe, a lexicalização alternativa a ‘meninos de rua’ como “crianças de rua” aparece paralela a “bandidos” e “delinqüentes”, o que pode sugerir uma

construção de significado tendendo à representação das crianças como marginais. Entretanto, em todo o desenvolvimento do folheto, não há referências ao cometimento de delitos ou crimes pelas crianças, nem nenhum indício que aponte a representação de marginalidade entre elas.

As estrofes /25/ e /26/, por sua vez, aludem à miserabilidade em que vivem as crianças e ao abandono. Transcrevo abaixo ambas as estrofes.

(58)	No dia seguinte a cena tantas vezes repetidas: <u>centenas e mais centenas</u> <u>de crianças estendidas</u> <u>debaixo dos viadutos,</u> <u>ao longo das avenidas.</u> (F3/25)	Onde estão as grandes somas em campanha arrecadadas? <u>As crianças continuam</u> <u>nas ruas, desabrigadas,</u> <u>suias, magras, repelentes,</u> <u>pelas calçadas jogadas.</u> (F3/26)
------	--	--

A estrofe /25/ enfatiza a quantidade de crianças em situação de rua no Rio de Janeiro (“centenas e mais centenas”) e sua condição de abandono (“debaixo dos viadutos/ao longo das avenidas”); a estrofe /26/ corrobora para a ênfase no abandono por meio de uma descrição das crianças e de sua situação. Nesta estrofe, cumpre notar que a utilização do verbo ‘continuar’ (“As crianças continuam/nas ruas, desabrigadas”) capta a condição das crianças como um estado passível de mudança, no sentido de que as crianças são representadas como estando nas ruas, o que é diferente de uma representação das crianças como sendo de rua.

O Folheto 3 traz poucas representações das crianças em situação de rua e as representações presentes não são muito esclarecedoras no que tange à construção do significado de ‘meninos de rua’ no texto. Parece-me que a ênfase maior é dada ao abandono, ou seja, as crianças são representadas, sobretudo, como sendo abandonadas, o que implica de certa forma serem vistas como vítimas do abandono.

Note-se, entretanto, que a representação das crianças como sendo “repelentes” (estrofe /26/, acima) está de acordo com a constatação de que na conjuntura atual os excluídos são percebidos como socialmente incômodos, “por causa da degradação

urbana provocada pela pobreza” (BUARQUE, 2003a, p. 32; ver a subseção 2.3.2), tal como ocorre no Folheto 1.

Passo, por fim, ao Folheto 4. Na abordagem da construção do significado da expressão ‘meninos de rua’ no folheto, considere apenas as referências de caráter generalizante, ou seja, ignorei as referências específicas ao menino Pitoco. Fiz isso por dois motivos: primeiro, as referências a Pitoco já foram discutidas na análise do significado acional; segundo, são referências à personagem e não a ‘meninos de rua’ de modo geral, e é a generalização que me interessa aqui. Também ignorei as referências aos assistidos pelo Pró-Criança porque esses, tal como representados no folheto, já teriam superado a situação de rua.

Atendidas essas restrições, restaram seis representações de crianças em situação de rua, às estrofes /02/, /04/, /05/, /14/, /15/ e /28/. Tal como o Folheto 3, esse Folheto 4 não se refere às crianças por meio da expressão ‘meninos de rua’ nenhuma vez, embora a expressão esteja presente no título do folheto. A lexicalização ‘crianças’ figura em duas estrofes, e a cognata ‘criançada’ aparece uma vez. A representação mais freqüente, então, se dá por meio da lexicalização ‘menor(es)’, que figura em três das seis estrofes. Observem-se os versos destacados no exemplo (59):

- (59) Crianças abandonadas/Pelos pais, irmãos e tios/E o resto da parentada (F4/02)
 Quando a equipe chegou/Onde estava a criançada (F4/04)
 A equipe acostumada/Com aquela reação/Insistiu com as crianças (F4/05)
 Para cuidar de menores/Que vivem como vocês (F4/14)
 Essa instituição/Tem como finalidade/Resgatar o “Menor de Rua” (F4/15)
 Todos os menores presentes/Atenderam os conselhos (F4/28)

Na estrofe /02/ é saliente a representação das crianças em situação de rua como abandonadas, o que colabora na construção do significado de ‘meninos de rua’ como

vítimas do abandono. O abandono é atribuído apenas às famílias, o que dissimula outras questões (ver a subseção 5.3.1).

Os outros versos que trazem lexicalizações alternativas a ‘meninos de rua’, a exemplo do que ocorre no Folheto 3, pouco acrescentam à construção do significado da expressão. As representações por meio das palavras ‘crianças’ e ‘criança da’ não são acompanhadas de referência à condição infantil, ao contrário do que acontece no Folheto 2; e as representações por meio da palavra ‘menores’ ou da expressão “Menor de Rua” não se acompanham de um sentido de marginalidade, ao contrário do que ocorre no Folheto 1. Por isso as lexicalizações alternativas a ‘meninos de rua’ no folheto não levam a conclusões relevantes em termos da construção do significado da expressão.

Os dois folhetos de evento, justamente por enfatizarem eventos particulares, deixam de enfatizar o significado de ‘meninos de rua’, ao contrário do que acontece nos folhetos de conjuntura. O que é notável nos dois folhetos é a ausência absoluta da expressão ‘meninos de rua’ nos textos, embora ambos a tragam nos títulos.

5.3.3 Conclusões sobre a representação

Nesta subseção, que encerra a análise do significado representacional nos quatro folhetos que compõem o *corpus*, apresento algumas conclusões preliminares a respeito da representação nos textos. A exemplo das seções anteriores, inicio pelos folhetos de conjuntura.

5.3.3.1 Nos folhetos de conjuntura

A análise do significado representacional nos folhetos de conjuntura aponta para uma notável diferença entre eles. Enquanto a análise interdiscursiva do Folheto 1 mostra que Mestre Azulão capta a separação entre o político e o social, bem como a supremacia do econômico sobre o social; a análise do Folheto 2 evidencia, mais uma vez, sua filiação a uma lógica de aparências, em que as relações causais e estruturais do

problema não são percebidas. Não se reconhecem causas estruturais para a pobreza, que é reificada por naturalização, nos termos de Thompson (1995), uma vez que não é percebida como consequência de processo histórico. Embora seja uma criação social, a pobreza é tratada como se fosse natural, independente da ação política humana.

Se Azulão enfatiza que a única maneira de reverter a situação de precariedade é a retomada do Estado de suas funções redistributivas, questionando a lógica neoliberal de demissão do Estado, Esmeralda legitima a retirada do Estado por meio de um discurso assistencialista. As ações individuais, em termos de caridade, são enfatizadas em detrimento da responsabilidade do Estado, como evidencia a estrofe transcrita abaixo:

(60) Menino de rua eu quisera
Poder mudar tua vida,
Dar-te colégio e lar,
Amor, paz e comida.
 O essencial, sem riquezas,
 Essa é a boa medida. (F2/14)

Esse discurso assistencialista, recorrente no folheto, alia-se ao discurso fatalista na legitimação da retirada do Estado. A mobilização pela mudança não é motivada por uma indignação política com relação ao problema, mas pela consciência cristã, de acordo com o discurso religioso. Observe-se o verso final do poema:

(61) Um dia o sol nascerá/Para todos os meninos. Amém. (F2/32)

O “Amém” final - ‘que assim seja, se Deus quiser’ - mostra que a superação da precariedade, naturalizada no discurso fatalista, depende de Deus, e não de ação política. A pobreza não é representada como processo, consequência de decisões políticas humanas, mas como fenômeno a-histórico e atemporal, ou seja, há uma reificação da precariedade por eternalização, construção simbólica pela qual uma situação é representada como permanente, ocultando seu caráter sócio-histórico (THOMPSON, 1995).

A análise da construção do significado da expressão ‘meninos de rua’ no Folheto 1 aponta para o conflito entre a representação das crianças como vítimas de uma “cruel sociedade” e a representação da marginalidade entre crianças em situação de rua. Prevalece na amostra o significado de ‘meninos de rua’ como marginais, conforme a análise apresentada evidencia. O Folheto 2, por outro lado, privilegia a construção do significado da expressão ‘meninos de rua’ como vítimas do abandono, ressaltando sua carência de necessidades básicas e sua condição infantil, donde se infere sua inocência.

É procedente supor que a distinção entre a construção do significado da expressão em um e outro folheto relacione-se ao lugar de onde cada autor faz a enunciação. Veja-se a quarta estrofe do folheto de Esmeralda Batista:

(62) Do menino que falo agora
É menino cá do sertão
 Da terra do povo pobre
 Que merece compaixão
Que ainda é inocente
 E espera por mutirão. (F2/04)

Nessa estrofe Esmeralda esclarece que em seu folheto trata da questão da infância em situação de rua em um contexto específico: o do Sertão. E acrescenta que o “menino” de quem fala “ainda é inocente”. O que não está dito, mas pode ser inferido, é que existe aí uma oposição entre o ‘menino de rua do Sertão’ e o ‘menino de rua da cidade grande’, e se o primeiro “ainda é inocente”, talvez o segundo já não o seja. Isso fica mais claro quando se leva em conta a explicação da autora, na entrevista concedida por carta:

Quando me referi ao menino de rua no cordel, estava falando dos meninos de nossa cidade. Aqui nesse pedaço de chão brasileiro graças a Deus, no nosso Juazeiro não há muitos delitos vindo da infância, do menino de rua. (...) já nos grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro, as capitais em geral, os problemas crescem e os delitos pioram, com assaltos seguidos de morte etc.

O contexto de enunciação de Mestre Azulão é outro. Ele fala do Rio de Janeiro, onde se estima haver cerca de cinco mil crianças envolvidas com o crime organizado (BBC-Brasil). Isso talvez explique sua ênfase na marginalidade, no que se refere à construção do significado da expressão ‘meninos de rua’ no texto. Ele enfatiza o contexto da cidade grande na criação social da marginalidade entre crianças: “É este o triste cenário/Que a grande cidade cria” (estrofe /20/). Contudo, note-se que essa representação das crianças baseada, sobretudo, em sua criminalidade opera uma fragmentação por expurgo do outro, nos termos de Thompson (1995), o que atua na legitimação da apartação.

5.3.3.2 Nos folhetos de evento

Os Folhetos 3 e 4 articulam, ambos, um discurso religioso e um discurso assistencialista, mas a função da articulação no folheto de Gonçalo é a negação e a crítica, ao passo em que Vicente assume alta afinidade com os dois discursos. No que tange ao discurso assistencialista, no Folheto 4 o Terceiro Setor figura como provedor de necessidades básicas dos(as) excluídos(as), uma vez que o Movimento Pró-Criança é representado como suprindo carências que seriam um dever do Estado.

No que se refere à internalização do discurso neoliberal, então, a análise interdiscursiva dos folhetos de evento aponta uma representação bem distinta desse discurso nos dois folhetos. Enquanto no Folheto 3 há uma contestação à lógica da demissão do Estado, visto que Gonçalo questiona a retirada do Estado de suas funções sociais; o Folheto 4 acaba por legitimar a lógica neoliberal de esvaziamento das funções estatais, uma vez que o texto de Vicente legitima a transferência de funções sociais do Estado para a sociedade, representada pelo Terceiro Setor.

É notável que entre os quatro folhetos do *corpus* apenas um represente um discurso da rua, referente a uma representação do ponto de vista do(a) excluído(a). No Folheto 4 esse discurso não só é representado como também é assumido com alta

afinidade. Nesse sentido, é possível afirmar que enquanto nos outros três folhetos os autores operam um distanciamento com relação a uma perspectiva marginalizada, o folheto de Vicente procura uma aproximação com a representação do mundo na perspectiva da exclusão. Isso está relacionado ao fato de que apenas o Folheto 4 dá voz às crianças, como demonstrei na análise intertextual.

A análise da construção do significado da expressão 'meninos de rua' nos folhetos de evento chamou atenção para a absoluta inexistência da referida expressão em ambos os folhetos. Mesmo a análise das lexicalizações alternativas a 'meninos de rua' e dos padrões de colocação nos textos não foi muito esclarecedora. Ainda que seja possível concluir que em ambos os folhetos a representação das crianças em situação de rua tenda para o abandono - e, então, para a representação das crianças como sendo vítimas do abandono -, é notável que os dois folhetos de evento deixem de enfatizar com clareza o significado de 'meninos de rua'.

5.4 Significado Identificacional

Volto-me, enfim, à análise do significado identificacional nos quatro folhetos de cordel do *corpus* da pesquisa. Da perspectiva identificacional, avalio nos folhetos tanto o modo como seus autores identificam-se nos textos quanto o modo como identificam outros atores sociais representados. Para tanto, tomo como categorias de análise da identificação nos textos a modalidade e a avaliação (ver a subseção 1.2.4).

5.4.1 Modalidade

A questão da modalidade, conforme Fairclough (2003a), diz respeito a quanto as pessoas se comprometem quando fazem afirmações, perguntas, demandas ou ofertas. Afirmações e perguntas referem-se à troca de conhecimento, enquanto demandas e ofertas referem-se à troca de atividade, e todas essas funções discursivas relacionam-se

à categoria ampla da modalidade. Em trocas de conhecimento, a modalidade é *epistêmica*, diz respeito ao comprometimento com a ‘verdade’; em trocas de atividade, a modalidade é *deôntica*, refere-se ao comprometimento com a obrigatoriedade/ necessidade.

Afirmações, perguntas, demandas e ofertas podem ser construídas com modalidade categórica ou podem receber diferentes graus de modalização. Isso significa que o comprometimento com a verdade/ falsidade de uma afirmação ou pergunta e o comprometimento com a obrigatoriedade/ necessidade de uma demanda ou oferta podem ser categóricos ou podem ser reforçados/ mitigados por uma modalização de alta/ baixa afinidade.

Além disso, a modalidade pode ser objetiva ou subjetiva. Na modalidade objetiva, a base subjetiva do julgamento está implícita, não ficando claro qual o ponto de vista privilegiado na representação; na modalidade subjetiva, a base subjetiva para o grau de afinidade com a proposição é explicitada, esclarecendo que a afinidade expressa é do próprio falante (para uma discussão sobre a modalidade, ver a subseção 1.2.4).

Nesta subseção os quatro folhetos de cordel são analisados da perspectiva do comprometimento de seus autores com as afirmações, perguntas, demandas e ofertas presentes nos textos. Início a análise da modalidade nos textos pelos folhetos de conjuntura para, em seguida, analisar os de evento.

5.4.1.1 Nos folhetos de conjuntura

No Folheto 1, de Mestre Azulão, são raras as trocas de atividade explícitas. As trocas de conhecimento são mais frequentes, sobretudo as afirmações. As afirmações são categóricas, não havendo instâncias de outros tipos de modalidade. Isso indica uma alta afinidade do autor com as proposições, que são tacitamente tomadas como verdadeiras.

Há apenas uma pergunta no texto. É uma pergunta retórica, à segunda estrofe do folheto. Azulão apresenta, nessa estrofe, a questão que responderá no desenvolvimento do folheto: “Quem são os meninos de rua/Que vagam pela cidade?”.

Embora só haja uma troca de atividade explícita no folheto, uma demanda dirigida às “autoridades”, com modalização categórica e alta afinidade pela identificação do autor por meio do pronome de primeira pessoa do singular (“Eu digo às autoridades/Tomem sérias providências”), há algumas afirmações com valor de demanda. São trocas de conhecimento aparentes, mas que são, também, trocas de atividade. Esses casos referem-se à proposta de implantação de colônias agrícolas. Observem-se os versos em destaque no exemplo (63), a seguir:

- (63) É fazer colônia agrícola/.../É pegar esses meninos/E dar-lhes todos os ensinamentos (F1/23)
E construir nas colônias/Escolas e oficinas (F1/24)

Embora sejam realizadas em forma de afirmações, é clara a função de demanda que assumem essas proposições. Azulão explicita o que, em sua opinião, o “governo brasileiro” deveria fazer para resolver o problema da infância em situação de rua. A atualização das demandas como afirmações é uma estratégia retórica que aproxima a proposta da realidade, uma vez que faz o projeto parecer exequível e simples: “Se puser em prática esses planos/Antes mesmo de dois anos/Pode tudo resolver”.

É nas instâncias em que a troca de atividade aparece travestida de troca de conhecimento que as operações de modalização são mais aparentes no texto, como ilustram os versos abaixo:

- (64) O governo brasileiro/.../Se puser em prática esses planos/.../Pode tudo resolver (F1/22)
Lá não pode haver tortura /Com castigo nem prisão (F1/27)
Terá que ter bom ensino/Carinho e educação (F1/27)
Mudança e transformação/A política há de fazer (F1/32)

Na estrofe /22/, a modalização indica possibilidade (“Pode tudo resolver”) e na estrofe /27/, impossibilidade (“Lá não pode haver tortura”). Mas é nos dois últimos versos destacados acima que a utilização da afirmação com valor de demanda fica evidente: embora a realização da demanda seja uma afirmação, a modalidade é deôntica, uma vez que evidencia obrigatoriedade e necessidade: “Terá que ter” e “há de fazer”.

Considerando a falta de clareza entre afirmação e demanda no folheto de Azulão, é possível afirmar que o texto constitui uma ‘mensagem promocional’. Fairclough (2003a), apoiando-se em Wernick, explica que mensagens promocionais são aquelas que simultaneamente representam, advogam e antecipam aquilo a que se referem.⁷¹ Nesse sentido, Azulão representa uma solução para o problema, advoga em favor de sua proposta e antecipa os resultados esperados com a implantação dessa solução. É assim que, no folheto, além da ambigüidade entre demanda e afirmação, falta clareza na distinção entre afirmações de fato e previsões do futuro, como os versos abaixo ilustram.

- (65) Ali dentro eles aprendem/Os modos do bom viver (F1/25)
Assim o governo acaba/Com essa terrível imagem (F1/29)

Note-se que o cordelista, em sua previsão do funcionamento das colônias agrícolas (estrofe /25/) e de seus resultados (estrofe /29/), utiliza verbos no presente do indicativo, o que tem efeito na atualização dessas previsões como afirmações de fato. Assim como as demandas atualizadas como afirmações, as previsões do futuro atualizadas como afirmações de fato têm o efeito de retratar estados futuros e

⁷¹ Fairclough (2003a, p. 112) cita a obra de Wernick intitulada *Promotional culture*, publicada em Londres, pela Editora Sage, em 1991.

imaginados como se existissem no momento presente, aproximando a proposta do autor da realidade.

A análise da modalidade no Folheto 1 aponta uma alta densidade de modalidades categóricas, o que evidencia um alto grau de comprometimento do autor com suas proposições. Entretanto, as modalidades são predominantemente objetivas, ou seja, na maior parte das vezes o cordelista não explicita a base subjetiva de seu comprometimento. O efeito disso é uma universalização de sua perspectiva, que é tomada tacitamente como verdadeira, uma vez que o cordelista não marca sua perspectiva acerca do problema como sendo uma perspectiva particular. Nesse sentido, o estilo de Azulão no texto tende à impessoalidade.

No Folheto 2 também predominam as afirmações categóricas, contudo a densidade de elementos modalizadores é maior nesse folheto que no Folheto 1. Observem-se a seguir alguns exemplos de afirmações modalizadas:

- (66) Continuar assim não dá/Não é só por ser cristão (F2/14)
Não posso me conformar/Com a diferença na vida (F2/20)
 Criança é tudo criança/Não devemos abandonar (F2/22)

A análise da modalidade epistêmica no folheto aponta maior densidade de modalizadores entre afirmações negativas, como é o caso dos versos destacados acima. Nesses casos, a função da modalização é ressaltar a impossibilidade de manutenção do problema: “Continuar assim não dá”. O propósito é conquistar a adesão do leitor para o projeto de resolução do problema em termos de caridade, de acordo com os discursos assistencialista e religioso articulados no texto. Para tanto, a autora faz uso do ‘nós’ inclusivo - como no terceiro verso em destaque: “Não devemos” -, falando em nome de uma coletividade.

Em diversas instâncias de afirmação, Esmeralda articula outros elementos de fortalecimento das proposições, que também podem ser analisados como modalizadores

epistêmicos. Nesses casos, a autora assume forte comprometimento com a veracidade de suas afirmações, como os trechos em destaque no exemplo (67) sugerem:

- (67) Sua mesa é farta por certo (F2/02)
 Meninos de rua, coitados!/Muitos sem pais, pode crer (F2/11)
 Ele [Deus] fez o mundo lindo/Para nós, podemos crer (F2/18)
 A fartura é para todos/Não para alguns, é pra valer (F2/18)
 Não andar pedindo esmolas/Isto é real para se ver (F2/25)
 Deus certamente é contigo/E a mãe de Jesus também (F2/32)

As expressões em destaque nos versos acima listados marcam a afinidade da autora com as afirmações, funcionam como garantias de verdade das proposições. Note-se que na estrofe /18/, situada no interior do diálogo que Esmeralda estabelece com um menino (ver 5.2.1), o ‘nós’ inclusivo também inclui o menino, ao contrário do uso do ‘nós’ inclusivo destacado no exemplo (66), que inclui o leitor e exclui o menino. Cada uma dessas ocorrências do ‘nós’ inclusivo cumpre função diferente no texto: quando a autora inclui o leitor, o resultado é que fala em nome dele, em uma estratégia de envolvimento; quando inclui o menino nessa estrofe /18/, o resultado é um rompimento da dicotomia ‘nós/eles’ em que ‘nós’ representa os incluídos e ‘eles’ representa os excluídos. Esse rompimento se dá por meio da adesão ao discurso religioso cristão: “Ele fez o mundo lindo para nós”, para todos nós visto que somos irmãos (volto à discussão sobre essa dicotomia no folheto na próxima subseção).

Ainda com relação à troca de conhecimento, há no texto três perguntas, às estrofes /12/, /21/ e /28/. A primeira refere-se às famílias de crianças em situação de rua. Esmeralda se questiona: “Sem dinheiro e sem comida/O que iriam ensinar?”. A pergunta é retórica e tem valor semelhante à afirmação ‘sem dinheiro e sem comida nada poderiam ensinar’. A segunda pergunta é dirigida ao menino - “Por que todos não te vamos/Segurar na tua mão?” -, mas sua função no texto aproxima-se de uma

demanda dirigida ao leitor. Na terceira pergunta, enfim, a autora dirige-se a Deus: “Meu Deus, meu Deus que horror!/No mundo há tantas crianças/Por que será que nem todas/Terão bonitas lembranças?”. A pergunta é, evidentemente, retórica, e a autora se encarrega de respondê-la ainda nessa mesma estrofe: “Uma vida sem bonança”.

Assim como ocorre no folheto de Azulão, esse Folheto 2 também atualiza demandas como afirmações. Observem-se os versos abaixo:

- (68) Precisamos mudar isso/Tirá-los da rua é a medida/Correta para nós cristãos (F2/09)
 Cada um tem que pensar/Em fazer uma boa ação (F2/14)
 Algo tem que ser feito/.../Temos que dar um jeito (F2/22)

Nessas demandas atualizadas como afirmações, a modalidade é deôntica, uma vez que se refere ao comprometimento com a obrigatoriedade/ necessidade. Em todos os três casos destacados acima há elementos modalizadores que denotam a necessidade de medidas. Registre-se que essas medidas filiam-se ao discurso religioso, notadamente na estrofe /09/, em que a medida sugerida é considerada “correta para nós cristãos”. Mais uma vez, Esmeralda faz uso do ‘nós’ inclusivo, esperando a adesão do leitor.

Há também, nesse Folheto 2, instâncias de demandas propriamente ditas. Vejamos os trechos destacados no exemplo (69) a seguir:

- (69) Juntemos nossas forças/Nós, autoridades e juiz (F2/10)
Vem pra luta, não desista/Tua sorte será mudada (F2/17)
Lutemos, pois tua vida/Um dia vai melhorar (F2/29)
Ofertemos no altar/Nosso será esse ofício (F2/30)
 Menino, não desanimes/Vá em frente e lute bem (F2/32)

Note-se que nesses casos explícitos de demanda os verbos são atualizados no imperativo. O exemplo referente à estrofe /10/ é dirigido ao leitor, por meio do uso do ‘nós’ inclusivo. É também a única referência no texto ao poder público (ver em 5.2.3).

Os outros casos são demandas dirigidas ao menino. Embora nesses casos seja recorrente o uso da palavra ‘luta’ e cognatas, não se trata de uma luta efetiva por mudança social, como procurei demonstrar na análise do significado acional. Além disso, o menino em questão quase nunca é representado como agente da mudança, como se pode notar nas instâncias “Tua sorte será mudada” e “Um dia vai melhorar” (ver em 5.3.2).

Não há no folheto ofertas explícitas. Entretanto, há duas estrofes que poderiam ser interpretadas como atualizando ofertas em afirmações. Transcrevo-as no exemplo abaixo.

(70)	Ser uma fada ou rainha <u>Acabar com teu sofrer</u> <u>Te dar sonhos de criança</u> Pra esquecer teu padecer Não andar pedindo esmolas Isto é real pra se ver. (F2/25)	Menino de rua <u>eu quisera</u> <u>Poder mudar tua vida.</u> <u>Dar-te colégio e lar,</u> <u>Amor, paz e comida.</u> O essencial, sem riquezas, Essa é a boa medida. (F2/26)
------	---	---

A estrofe /25/ completa o sentido da /24/, em que se lê “Ah! Quem me dera eu pudesse/Ser uma fada ou rainha”. As duas estrofes transcritas acima poderiam ser interpretadas como ofertas não-concretizadas - ofertas que a autora afirma que gostaria de poder fazer. Entretanto, as ofertas não são passíveis de serem concretizadas, o que se infere da modalização de impossibilidade marcada por “Quem me dera eu pudesse” e “eu quisera”.

Ao contrário de Azulão, Esmeralda marca explicitamente sua subjetividade no folheto. Assim, a base subjetiva para o grau de afinidade com as proposições é explicitada, esclarecendo que a afinidade expressa é da própria autora. Tal se pode notar no uso recorrente de primeira pessoa, atualizado tanto pela flexão verbal quanto pelo uso de pronomes. Desse modo, embora Esmeralda fale em nome da coletividade por meio do ‘nós’ inclusivo, a universalização de uma perspectiva particular é mais saliente no folheto de Azulão. Esmeralda reclama adesão a sua perspectiva do problema, mas deixa clara sua subjetividade.

5.4.1.2 Nos folhetos de evento

No Folheto 3, *Meninos de rua e a Chacina da Candelária*, o estilo adotado pelo autor é fortemente marcado por ironia, o que já pôde ser constatado na análise dos significados acional e representacional. Assim como nos folhetos de conjuntura, no folheto de Gonçalo predominam as afirmações categóricas; mas ao contrário dos dois folhetos analisados acima, nesse folheto não há trocas de atividade, apenas trocas de conhecimento.

São poucas as instâncias que atualizam verbos modais. As ocorrências desse tipo de verbo estão destacadas abaixo:

(71) pessoalmente ele pode/se quiser fazer o bem (F3/19)

Dos três citados acima/todos podem muito bem/salvar todas as crianças (F3/22)

Ambas as ocorrências do verbo modal ‘poder’ denotam possibilidade no sentido de ‘ter condições para’. Na estrofe /19/, “ele” refere-se a Dom Eugênio Sales, o arcebispo do Rio de Janeiro; e na estrofe /22/, “os três citados acima” são Renato Aragão, Xuxa e Chico Anísio. Nos dois casos a referência é marcada por ironia. Na referência ao arcebispo, a expressão “se quiser”, colocada logo após “ele pode”, deixa subentendido um posicionamento de que ‘ele pode, mas não faz’. Na referência aos artistas, a possibilidade é reforçada por “muito bem”. Como a análise em 5.3.1 demonstrou, a identificação desses atores é feita com base na crítica de Gonçalo ao assistencialismo que visa à autopromoção.

Além das poucas instâncias em que a modalidade é marcada por verbos modais, há outros elementos modalizadores que denotam alta e baixa afinidade do autor com afirmações. Vejamos os trechos em que há reforço da afinidade:

(72) As chacinas (...)/.../provocaram, realmente,/um choque emocional (F3/14)

(...) só meninos/nem de longe responsáveis/pelos seus próprios destinos (F3/15)

Nesses exemplos, o advérbio “realmente” e a expressão adverbial “nem de longe” reforçam as proposições, intensificando seu valor de verdade. Os casos em que, ao contrário, há baixa afinidade do autor com as proposições estão destacados no exemplo abaixo:

(73) o fato mais deprimente/é tido como normal (F3/01)

A proteção duvidosa/que lhes dava a professora (F3/16)

É ruim Sales dizer/-Venham a mim as crianças (F3/20)

Na estrofe /01/, a modalidade de baixa afinidade é marcada pela expressão “tido como”, por meio da qual Gonçalves se distancia da impressão de normalidade que, segundo ele, causariam ‘fatos deprimentes’ em nosso país. Na estrofe /16/, quando usa o adjetivo “duvidosa” para caracterizar a “proteção” da professora, Gonçalves ressalta sua descrença nessa proteção. Na estrofe /20/, por fim, utilizando a gíria “é ruim”, Gonçalves denota improbabilidade de o arcebispo efetivar o ato de fala, uma vez que essa gíria tem valor de ‘é improvável’.

Há duas perguntas atualizadas no texto. À estrofe /21/ Gonçalves pergunta, referindo-se a Renato Aragão, Xuxa e Chico Anísio, “por que repentinamente/querem transformar-se em santos?”; e à estrofe /26/, em referência à campanha *Criança Esperança*, questiona “Onde estão as grandes somas em campanha arrecadadas?”, completando que “as crianças continuam/nas ruas desabrigadas”. Ambas as perguntas são retóricas e estão inseridas em trechos do folheto em que Gonçalves critica a eficácia da Campanha, com alto grau de ironia (ver 5.2.3 e 5.3.1).

Por fim, cumpre registrar que Gonçalves, assim como Esmeralda, faz uso do ‘nós’ inclusivo em seu folheto. Isso ocorre, sobretudo, na estrofe /28/, já ao final do poema. Transcrevo a seguir a referida estrofe.

- (74) Todos nós nos encontramos
desprovidos de esperança
como a criança que perde
do seu pai a segurança
em relação ao governo
nós somos essa criança. (F3/28)

Por meio da utilização do ‘nós’ inclusivo, reforçado pela colocação lado a lado com “todos”, Gonçalo faz do leitor um co-enunciador de seu texto, buscando adesão a sua perspectiva com relação ao problema. Essa inclusão do leitor, somada à alta densidade de modalidade objetiva, em que a subjetividade subjacente à afinidade com as proposições não é explicitada, o cordelista opera uma universalização de sua perspectiva particular do problema, uma vez que não demarca seu ponto de vista como sendo uma perspectiva particular.

Finalmente, volto-me à análise da modalidade no Folheto 4. Nesse folheto, as afirmações são todas categóricas, tanto as positivas quanto as negativas. No que tange às afirmações negativas, com exceção da primeira (estrofe /03/), que está na voz do narrador, todas as outras estão na voz de Pitoco e se referem à atividade assistencialista, categoricamente negada pela personagem até o momento em que toma conhecimento do Movimento Pró-Criança, ao qual adere. Nesse sentido, as negações categóricas servem ao objetivo de ilustrar a passagem da rejeição à aceitação da assistência oferecida pelo Pró-Criança, o que já foi discutido anteriormente.

As perguntas atualizadas no folheto são quatro, às estrofes /10/, /12/ e /16/. Todas elas são atualizadas na voz de Pitoco e, a exemplo das afirmações, são todas categóricas, não havendo uso de elementos modalizadores. Assim como ocorre nas afirmações negativas, as perguntas também cumprem função de reforçar a desconfiança dos meninos com relação à atuação de organizações não-governamentais.

Quanto à troca de atividade, no folheto há demandas propriamente ditas e ofertas atualizadas como troca de conhecimento. As ocorrências de demanda são

quatro, duas atualizadas na voz de Pitoco, e duas na voz do autor-narrador. Na voz de Pitoco há uma ordem categoricamente expressa e dirigida à equipe de resgate do Pró-Criança, à estrofe /06/ - “Tire a mão de minha gente!” - e um convite dirigido ao grupo de crianças, à estrofe /27/, quando Pitoco já anunciava sua adesão ao Movimento - “Quem quiser seguir comigo/É só levantar a mão”. As demandas atualizadas na voz do autor referem-se às instâncias de aconselhamento que ele dirige a “todos os assistidos do Movimento Pró-Criança”, às estrofes /32/ e /33/, ambas transcritas abaixo no exemplo (75).

(75) A todos os assistidos
Do Movimento Pró-Criança
Mando esse conselho agora,
Guardem-no sempre na lembrança:
Acreditem em Deus e lutem
E nunca percam a esperança.(F4/32)

Estudem, trabalhem e busquem
Viver com dignidade,
Pobreza não é defeito
Digo com sinceridade
É melhor ser um pobre bom
Do que um rico em maldade (F4/33)

Assim como as demandas atualizadas na voz da personagem, essas demandas na voz do autor são categóricas. Contudo, no caso da estrofe /32/, há elementos que fortalecem a afinidade do autor com as trocas de atividade. Esses elementos são os advérbios “sempre” e “nunca”, que enfatizam a necessidade de os interlocutores considerarem o aconselhamento.

As ofertas atualizadas no folheto são duas. Em ambos os casos, as ofertas não são explícitas, figuram como trocas de conhecimento - afirmações - que são, também, trocas de atividade. Ocorrem na voz da equipe de resgate do Pró-Criança, em relação à finalidade do Movimento e às atividades por ele oferecidas. A primeira instância está transcrita abaixo:

(76) - De gente como vocês/Querendo ser a esperança/Somos a equipe do Resgate (F4/11)

Esse trecho segue à pergunta de Pitoco, “Respondam, quem são vocês?”. Embora a instância concretize uma afirmação - em resposta à pergunta -, implicitamente há uma oferta: a oferta de uma alternativa ao modo de vida das crianças nas ruas. Essa

alternativa é ‘oferecida’ em termos de “esperança”. Note-se que há um elemento modalizador de baixa afinidade: “querendo ser”. Afirmar que a Equipe ‘quer ser’ implica afirmar que não é necessariamente, pois para se tornar efetivamente “a esperança” o Movimento depende da adesão das crianças à assistência oferecida. A baixa afinidade do falante - a líder da equipe - nesse caso denota a necessidade de colaboração do interlocutor - o grupo, “gente como vocês” - para a efetivação plena da oferta.

A segunda oferta realizada como afirmação refere-se às atividades oferecidas pelo Movimento Pró-Criança a seus assistidos e, assim como a primeira, aparece na voz da líder da equipe. Observem-se as estrofes transcritas a seguir no exemplo (77):

- | | |
|---|--|
| <p>(77) <u>O Pró-Criança oferece</u>
<u>Cursos dos mais variados:</u>
Música, computação,
Fotografia, bailados,
Artes plásticas, serigrafia,
Pintura e sapateado. (F4/24)</p> | <p><u>Temos</u> o reforço escolar,
Curso de marcenaria,
Eletrônica e capoeira,
Alimentação sadia,
Xaxado, maracatu,
Muito frevo e alegria. (F4/25)</p> |
|---|--|

A oferta é atualizada como afirmação, entretanto, malgrado sua realização como troca de informação - marcadamente no primeiro verso da estrofe /24/, “O Pró-Criança oferece” - sua função de oferta na interação é clara, sobretudo pelo resultado que desencadeia: na estrofe /26/ Pitoco muda de atitude com relação à Organização, movido pela oferta dessas atividades (“Ao ouvir o que foi dito/Pitoco gritou: ‘Minha gente/Parece que o Pró-Criança/É uma ONG diferente”). Note-se que o primeiro verso da estrofe /25/ reforça a análise dessa passagem como sendo uma oferta: “Temos” diversas atividades ofertadas, que podem ser escolhidas pelos assistidos. Desse modo, não só as estrofes /24/ e /25/ têm um funcionamento de oferta, como a estrofe /26/ caracteriza a aceitação da oferta feita, ainda que realizada como troca de conhecimento.

Quanto à afinidade do poeta com as proposições, há alguns elementos modalizadores que denotam alta afinidade. Um deles já foi discutido quando da análise

da intertextualidade no folheto. Trata-se da passagem, à estrofe /09/, em que Vicente afirma que “Pitoco falava as verdades verdadeiras”, assumindo alta afinidade com a voz do menino e com o discurso a que classifiquei como discurso das ruas (ver as subseções 5.2.2 e 5.3.1). Há, ainda, outros trechos em que se nota um fortalecimento do valor de verdade das proposições, o que pode ser ilustrado pelos versos em destaque no exemplo abaixo:

(78) Aqui termino essa história/Que juro ser verdadeira (F4/31)

Digo com sinceridade/É melhor ser um pobre bom (F4/33)

Em ambas as estrofes, o autor mostra sua preocupação com a verdade contida no que diz. Na estrofe /31/ fortalece o valor de verdade de toda a história narrada, e na estrofe /33/ assegura sua sinceridade no aconselhamento que dirige aos assistidos do Movimento. A análise da modalidade no Folheto 4, assim, aponta para a predominância de modalidades categóricas e para uma alta afinidade do autor com as proposições e com a história que narra.

5.4.2 Avaliação

A análise da avaliação inclui as *afirmações avaliativas*, as *afirmações com verbos de processo mental afetivo* e as *presunções valorativas*. As afirmações avaliativas são julgamentos acerca do que é considerado desejável ou indesejável, relevante ou irrelevante, e pode se realizar por meio de processos relacionais, em que a avaliação é afirmada explicitamente, ou inserida em frases; as afirmações com verbos de processo mental são ‘afetivas’ porque geralmente são marcadas subjetivamente, em estruturas como ‘eu *detesto* isso’, ‘eu *gosto* disso’, ‘eu *adoro* isso’; as presunções valorativas referem-se aos casos em que a avaliação é engatilhada por marcadores de avaliação menos explícitos, em que os valores estão mais profundamente inseridos nos textos (ver

a subseção 1.2.4). As análises, a exemplo das seções anteriores, seguem a divisão entre folhetos de conjuntura e de evento.

5.4.2.1 Nos folhetos de conjuntura

Em afirmações avaliativas, o elemento avaliativo freqüentemente se realiza como um atributo, atualizado com adjetivo em função predicativa ou inserido na frase. Mas afirmações avaliativas também podem ser realizadas por outros processos em que o elemento avaliativo é um verbo, um advérbio avaliativo ou simplesmente uma exclamação (FAIRCLOUGH, 2003a).⁷² Nas estrofes de /02/ a /05/ do Folheto 1, em que o autor responde à pergunta retórica “Quem são os meninos de rua/Que vagam pela cidade?”, são abundantes as estruturas construídas sobre afirmações avaliativas com atributo em função predicativa. Essa construção avaliativa é a mais ‘transparente’, uma vez que se constrói em estruturas relacionais em que a avaliação é explicitamente afirmada. É o tipo de estrutura predominante quando Mestre Azulão constrói para as crianças identidade de vítimas, de acordo com a representação do discurso do abandono. Desse modo, são afirmações avaliativas com atributo em função predicativa as orações relacionais “[Meninos de rua] São as crianças jogadas/Sobre a infelicidade” (estrofe /2/), “[Meninos de rua] São frutos indesejáveis” (/4/), “[Meninos de rua] São crianças miseráveis/Herdeiras do precipício” (/5/). Também há instâncias de afirmações avaliativas em sintagmas nominais contribuindo para essa construção identificacional, como na estrutura “as pobres crianças/Receberam como herança/As ruas e nada mais”, à estrofe /14/.

⁷² Por exemplo, “Ele é um covarde” é uma afirmação avaliativa com atributo realizado com predicativo “covarde”, em uma estrutura relacional; “O covarde já foi embora” é uma afirmação avaliativa com atributo realizado em sintagma nominal “o covarde”; “Ele fugiu em disparada quando percebeu o perigo” é uma afirmação avaliativa em que os elementos avaliativos são o verbo “fugiu” e o adjunto adverbial “em disparada”, que podem levar à interpretação de que ‘ele é covarde’ em um dado contexto; “Como foge!” é uma exclamação que, em um contexto particular, também pode levar à mesma interpretação (os exemplos são baseados em Fairclough, 2003a, p. 172).

Embora também haja na estrofe /04/ uma oração relacional referente à construção da identidade de marginais para as crianças (“[Meninos de rua] São futuros delinqüentes”), é notável que o cordelista, quando constrói essa identidade, opte preferivelmente por estruturas menos transparentes, como as afirmações avaliativas inseridas em frases ou com verbos e as presunções valorativas. Observem-se os destaques abaixo:

(79) Estes marginais mirins/Da escola da malícia (F1/06)

É doloroso assistir/Estes marginais mirins (F1/11)

Nos dois versos destacados acima, Azulão não afirma explicitamente que as crianças sejam “marginais mirins”, mas essa afirmação está inserida no sintagma “Estes marginais mirins”. Nesse sentido, “Estes marginais mirins” encerra a avaliação das crianças como sendo marginais, de acordo com a internalização do discurso da marginalidade. Concretizando a avaliação no sintagma ao invés de afirmá-la explicitamente, o cordelista insere o valor mais profundamente no texto, o que colabora na universalização dessa identificação. Assim, a marginalidade das crianças não é realizada como uma avaliação pessoal, particular, mas como um fato com estatuto de verdade. Note-se, ainda no exemplo (79), que na estrofe /11/ Azulão acrescenta uma conotação afetiva à identificação da marginalidade: “É doloroso assistir”. Embora não utilize um verbo de processo mental afetivo, o adjetivo “doloroso” cumpre papel semelhante, uma vez que “É doloroso assistir” pode ser considerado equivalente a ‘dói assistir’ ou ‘não é bom assistir’. Entretanto, a subjetividade não é marcada (é doloroso para quem? Para o cordelista? Para todos?), o que também tem efeito de universalização do sentimento de desconforto com a ‘marginalidade mirim’.

O desconforto social causado pela exclusão é enfatizado em outra passagem do texto, à estrofe /13/, em que se lê “Formam grupos que se tornam/Irritantes caravanas” e “Deixam rastros de sujeiras”. Aqui a adesão à percepção dos(as)

excluídos(as) como socialmente incômodos - e a identificação das crianças como socialmente incômodas - não é afirmada, mas a avaliação está inserida no sintagma (ver discussão em 2.3.1). Nessa estrofe, a identificação como parte de uma cadeia de negações, como postula Silva (2000), fica clara pela antítese que se estabelece entre as “irritantes caravanas” formadas pelas crianças e os “restaurantes bacanas” nos quais deixam “rastros de sujeiras”. Azulão internaliza a lógica da apartação.

Outras instâncias que colaboram para a identificação das crianças como marginais constroem-se em estruturas ainda mais profundamente inseridas no texto. Trata-se dos valores presumidos. A maior parte dessas presunções avaliativas tem verbos por elemento de avaliação. Observem-se os versos transcritos abaixo no exemplo (80):

- (80) Roubando e dando trabalho/Aos agentes da polícia (F1/06)
 Onde atacam suas vítimas/Que passam sem ter maldade (F1/08)
 Eles roubam de surpresa/Mulher grávida e indefesa/E pessoas de idade (F1/08)
Se armam com facas velhas/Cacos de vidro, giletes/Usando em seus arrastões (F1/09)

As estruturas destacadas acima se referem a delitos atribuídos às crianças. De acordo com Fairclough (2003a), as avaliações estão sujeitas a escalas de intensidade, e algumas lexicalizações destacadas no folheto exprimem avaliações de alta intensidade, como “atacam” - em uma seleção lexical, por exemplo, entre os termos ‘furtar/ roubar/ atacar’, este último é o que encerra valoração de mais alta intensidade. A ênfase na fragilidade das vítimas (“mulher grávida e indefesa/E pessoas de idade”) também é um elemento avaliativo que fortalece a identificação das crianças como marginais, assim como o adjunto adverbial “de surpresa” completando o sentido de “roubam”. Aqui a diferença aparece novamente como um elemento da identificação, na oposição entre os que “roubam de surpresa” e os que são identificados por sua fragilidade.

A estrofe /20/ é também um bom exemplo de como os valores presumidos no texto trabalham na identificação das crianças em situação de rua como marginais. Nessa

estrofe, em que se lê “Assalto, roubo, arrastão/Crime, estupro e covardia”, o cordelista prefere as nominalizações aos verbos. Embora as nominalizações tenham o efeito reconhecido de ocultar os atores sociais, nesse caso elas não funcionam assim porque a referência às crianças é evidenciada por todo o texto. Os nomes são agrupados em uma gradação que intensifica a avaliação das crianças como marginais. No verso seguinte à gradação, o cordelista esclarece que aquele é o “currículo diário” que “a grande cidade cria”. Aqui sim há um apagamento de atores sociais: “a grande cidade cria”. Responsabilizando a “grande cidade” pela produção social da exclusão, da apartação e da violência, o autor apaga uma série de processos de exclusão que poderiam ter sido enfatizados.

Por fim, ainda com relação à estrofe /20/, há uma avaliação de valor afetivo: “É este o triste cenário”. O adjetivo “triste”, inserido no sintagma nominal “triste cenário”, encerra uma percepção subjetiva do problema - o que não é a regra nesse texto em que predominam tanto a modalidade objetiva quanto a avaliação destituída de subjetividade.

No Folheto 2 o cenário é o oposto: predominam a modalidade e a avaliação subjetivas. Assim como Esmeralda deixa transparecer sua subjetividade na escolha das operações de modalização, ela também o faz nas avaliações. Predominam as afirmações avaliativas com adjetivo em função de atributo e as afirmações avaliativas inseridas em frases. Há numerosas instâncias em que a avaliação é afetiva, e em poucos casos o valor é presumido. Isso significa que na maioria das vezes a autora opta por estruturas de avaliação mais explícitas.

No texto, a avaliação não só é transparente, como também é recorrente. Há diversos trechos que podem ser interpretados como avaliações. As avaliações recaem, sobretudo, sobre as crianças em situação de rua, mas também sobre a infância de modo geral, o povo nordestino, a precariedade social e a solução proposta: a caridade.

O povo nordestino é avaliado em uma única passagem, à estrofe /04/, por meio de uma afirmação avaliativa inserida na frase - “Da terra do povo pobre”. A referência à pobreza do “Sertão” sem exploração das causas dessa pobreza, ou seja, sem referência à desigualdade regional marcante no Brasil - e que tem papel relevante na situação de rua de pessoas que migram das regiões mais pobres para o Centro-Sul - opera uma naturalização dessa desigualdade, visto que não é problematizada, mas tratada como um dado natural.

A precariedade social é avaliada em termos de desigualdade e carência, sobretudo em relação à condição de vida de crianças em situação de rua. Observem-se os versos listados abaixo no exemplo (81):

- (81) Como a vida é desigual (F2/06)
Isto é um viver infeliz (F2/10)
Isto é mais que sofrer (F2/11)
De tal vida amargurada (F2/13)
Só miséria desalmada (F2/13)
De uma vida acoitada (F2/17)
Por tua vida mesquinha (F2/24)
Uma vida sem bonança (F2/28)
Ao teu triste sacrifício (F2/30)

Nos três primeiros versos em destaque, a avaliação da condição de precariedade social é realizada por meio de afirmação avaliativa com atributo em função predicativa; nos demais casos a avaliação se estrutura por meio de afirmação avaliativa inserida na frase. As instâncias encerram avaliações que recorrem a estruturas avaliativas relativamente transparentes. Os elementos avaliativos da condição das crianças remetem, sobretudo, ao sofrimento (“infeliz”, “sofrer”, “amargurada”, “desalmada”, “acoitada”, “mesquinha”, “sacrifício”), mas apenas duas instâncias podem ser relacionadas à injustiça (“desigual”, “sem bonança”).

A solução sugerida por Esmeralda no folheto, em termos de caridade de acordo com o discurso religioso cristão, também sofre avaliação, em duas estrofes (/09/ e /14/). Vejamos abaixo os casos:

- (82) Tirá-los da rua é a medida/Correta para nós cristãos/Este é o remédio e a saída (F2/09)
Cada um tem que pensar/Em fazer uma boa ação (F2/14)

Na estrofe /09/ há duas estruturas avaliativas da “medida” proposta. A primeira realiza-se como afirmação avaliativa em sintagma nominal - “a medida correta”. O sentido da avaliação é completado pela referência explícita ao discurso religioso cristão, “para nós cristãos”, de que se depreende que a justeza dessa medida depende da filiação religiosa do indivíduo ao Cristianismo. Além disso, a referência ao Cristianismo nesse caso também funciona como um elemento decisivo na argumentação, coagindo o leitor cristão a aderir à proposta como sendo “a” medida correta. A segunda estrutura avaliativa nessa estrofe /09/ é concretizada como afirmação avaliativa com atributo em função predicativa - “Este é o remédio e a saída”. Nessa estrutura há um valor presumido, graças à pressuposição engatilhada pelo uso de artigos definidos, de que a prática da caridade seria a única solução para o problema. Registre-se, mais uma vez, o apagamento da responsabilidade institucional do Estado. Na estrofe /14/ a escolha lexical para a avaliação em sintagma nominal também remete ao discurso religioso: “boa ação”.

A avaliação de crianças em situação de rua segue três eixos. São avaliadas quanto a sua inocência, quanto a sua condição física (sua aparência, seu estado) e quanto a sua situação de abandono. A avaliação da inocência se dá na oposição entre o “menino cá do sertão” e o menino da cidade, por uma estrutura avaliativa menos explícita, o valor presumido. Na estrofe /04/, em que se lê “É menino cá do sertão/.../Que ainda é inocente”, a presunção valorativa, engatilhada pelas estruturas adverbiais “cá do sertão” e “ainda”, opõe o menino excluído do interior ao menino excluído da cidade, em

uma operação de identificação pela diferença conforme discuti em 5.3.3. A inocência é um valor atribuído apenas ao menino “cá do sertão”.

A condição física das crianças, tanto em sua aparência quanto na carência de alimentação, é avaliada em quatro estrofes cujos versos destaco a seguir:

- (83) Vendo uma criança com fome/Suja, trapilha, a chorar (F2/06)
 Menino de olhos tristes/De roupa suia, rasgada/De barriga bem lá dentro (F2/17)
 Menino de rua descalco/Em trapos, com fome, a chorar (F2/27)
Tão magros, tão tristes meninos (F2/29)

Nos versos destacados, a autora avalia a condição física das crianças, com ênfase em algumas das necessidades básicas de que são carentes: vestuário, higiene e alimentação. As estruturas avaliativas variam entre estruturas adjetivas (estrofes /06/, /27/, /29/) e adverbiais (estrofes /06/, /17/, /27/), mas a avaliação é sempre concretizada em afirmação avaliativa inserida na frase.

As crianças são avaliadas, ainda, em termos de sua situação de abandono. Vejamos as instâncias destacadas no exemplo (84):

- (84) Dois terços de pobres coitados (F2/09)
Jogados à sorte na vida (F2/09)
 Deixá-los abandonados (F2/10)
 Meninos de rua, coitados (F2/11)
Jogados na vida sem lar (F2/29)

Nesses excertos, é notável a recorrência das expressões “coitados” e “jogados” que, de acordo com o discurso fatalista acerca da precariedade, apagam situações de conflito e exploração determinantes da situação de rua, tanto entre crianças quanto entre adultos. Essa leitura é corroborada pelos padrões de co-ocorrência: na estrofe /09/, em que as duas expressões figuram, “coitados” é antecedida por “pobres”,

resultando na expressão já cristalizada “pobres coitados” que tem efeito na avaliação da situação dessas crianças como falta de sorte, e “jogados” co-ocorre com “à sorte”, o que tem efeito semelhante. Assim, as crianças são avaliadas como sendo ‘desafortunadas’.

Na seção anterior, sugeri que a adesão ao discurso religioso cristão acarreta no folheto uma tentativa de rompimento da dicotomia ‘nós/eles’ em que ‘nós’ representa os incluídos e ‘eles’ representa os excluídos, e que tal se dá graças à noção de irmandade que o Cristianismo tem tentado estabelecer entre os seres humanos. A análise da avaliação no folheto pode ajudar a tornar isso mais claro.

Na estrofe /20/, em uma estrutura de avaliação afetiva, Esmeralda afirma: “Não posso me conformar/Com a diferença na vida/Uma criança com sorte/Outra com alma em ferida”. Nessa estrofe, a autora enfatiza a diferença, ou seja, a estrutura social própria da apartação. Na estrofe seguinte, entretanto, fazendo uma avaliação positiva da infância de modo geral (“Criança é coisa tão bela/É como a rosa em botão”), Esmeralda começa a romper a divisão, igualando pela condição infantil os indivíduos que a exclusão social separa. Depois, na estrofe /22/, a autora radicaliza a subversão da diferença, quando afirma “Criança é tudo criança”.

Embora procure romper a diferença social, enfatizando a característica comum entre crianças incluídas e excluídas - a própria infância -, na estrofe /27/, já ao final do folheto, a apartação volta a ser registrada: “Tu menino, igual a todos/Mas menino sem um lar”. É notável que logo após esse trecho em que o desejo de subversão da diferença social pela ênfase na semelhança (“Tu menino, igual a todos”) rende-se à dureza da realidade da sociedade de apartação (“Mas menino sem um lar”), Esmeralda lance seu apelo direto a Deus, buscando em sua fé uma explicação para a apartação social daqueles que deveriam, pela lógica própria da fé, ser irmãos: “Meu Deus, meu Deus que horror!/No mundo há tantas crianças/Por que será que nem todas/Terão bonitas lembranças?”.

A análise da avaliação no Folheto 2 aponta, assim como a análise da modalidade, a explicitação da subjetividade. Ao contrário do Folheto 1, em que o estilo impessoal predomina, nesse folheto de Esmeralda Batista o estilo é emotivo - ou expressivo - uma vez que há predominância da expressão clara da subjetividade emocionada da autora. A avaliação da precariedade social coaduna-se com o discurso fatalista, a avaliação da “medida” proposta tende para os discursos assistencialista e religioso, a avaliação das crianças deixa transparecer a adesão da autora aos discursos fatalista e religioso cristão, de acordo com a dialética entre os tipos de significado (FAIRCLOUGH, 2003a).

5.4.2.2 Nos folhetos de evento

O Folheto 3, *Meninos de rua e a Chacina da Candelária*, é, nas palavras do autor, “um folheto altamente crítico”. Como tal, atualiza diversas estruturas avaliativas. A avaliação recai sobre a situação sócio-política do Brasil, o governo do estado do Rio de Janeiro, os organismos de segurança pública, os políticos, as crianças em situação de rua, o arcebispo Dom Eugênio Sales, os artistas da Rede Globo Renato Aragão, Xuxa e Chico Anísio ⁷³ e, sobretudo, os grupos de extermínio. As estruturas de avaliação variam entre as afirmações avaliativas com atributo em função predicativa, as afirmações avaliativas inseridas na frase e as presunções valorativas.

A situação sócio-política do País é avaliada em três estrofes. Na primeira estrofe do folheto, Gonçalo avalia o Brasil como “entorpecido/pelo odor infernal/que exala do plenário/do Congresso Nacional”. Essa afirmação avaliativa em sintagma nominal, embora avalie explicitamente ‘o Brasil’, recai na verdade sobre os deputados e senadores pela referência ao “Congresso Nacional”. Esses atores sociais voltam a ser avaliados, dessa vez mais explicitamente em estrutura de afirmação avaliativa com atributo em função predicativa, à estrofe /03/. Nessa estrofe, em que se lê “deputado é

⁷³ Já discuti as referências a Dom Eugênio Sales e a Renato Aragão, Xuxa e Chico Anísio. Nesta seção, procurarei me concentrar em outras avaliações que me parecem mais relevantes.

traficante/senador é marginal”, o cordelista ultrapassa a denúncia de corrupção para afirmar também um suposto envolvimento de parlamentares no crime organizado. O governador do estado do Rio de Janeiro à época da Chacina também é avaliado em termos de um envolvimento com o crime organizado, de acordo com o já mencionado estabelecimento de relação causal entre a permissividade do governo e o ‘sucesso’ do crime organizado na cidade (ver a subseção 5.2.3). O Brasil volta a ser avaliado na estrofe /05/, em que Gonçalo afirma:

(85) Hoje vivemos momento
nunca visto no passado:
o errado virou certo,
o certo virou errado
e o Brasil num mar de lama
infelizmente jogado. (F3/05)

Na estrutura relacional “o errado virou certo/o certo virou errado”, Gonçalo parece denunciar uma inversão de valores nessa sociedade reconhecida por valorizar a ‘esperteza’. Entretanto, ressalte-se que tal não é dito, mas pode ser presumido. A avaliação do País recorre nos dois últimos versos da estrofe, em uma estrutura que pode ser interpretada como tendendo à subjetividade devido ao uso do advérbio “infelizmente”. Por fim, a situação sócio-política do Brasil sofre outra avaliação à estrofe /18/, por meio de uma estrutura de avaliação inserida na frase: “nessa sujeira/social tão clamorosa”.

A denúncia da corrupção policial se dá em uma estrutura de avaliação explícita. Na estrofe /03/, em uma oração relacional com afirmação avaliativa com atributo em função predicativa, Gonçalo registra que “policial é bandido/bandido é policial”. Considerando que no folheto o cordelista assume uma relação direta entre as corporações policiais e a formação de grupos de extermínio, as instâncias em que ele avalia os grupos de extermínio também podem ser entendidas como referência aos

policiais. Esses ‘esquadrões da morte’ são avaliados, em afirmação avaliativa com sintagma nominal, como “turmas sanguinárias” (estrofe /10/).

Outras instâncias de avaliação direta da Chacina podem ser estendidas aos assassinos. Na estrofe /10/, os crimes são avaliados como “execuções sumárias”, denotando a covardia com que são perpetrados. Na estrofe /11/, o autor apresenta uma lexicalização alternativa para ‘chacina’, com atribuição de valor de extrema violência: “carnificina”. Ainda na estrofe /11/ Gonçalo registra que as chacinas são praticadas “com sadismo cruel”.

Na décima terceira estrofe, outras duas lexicalizações identificam o evento: “assassinatos em massa” e “desgraça”. A partir da estrofe /14/, as lexicalizações de referência direta ao episódio da Candelária são: “massacre” (estrofe /17/), “massacre infantil” (/27/), “episódio triste” (/29/), “uma carnificina” (/30/), “crueldade chocante” (/30/), “brutalidade torpe, bestial, repugnante” (/30/). Como se vê, as diversas lexicalizações com referência à chacina não são apenas questão de coesão lexical; mas são, sobretudo, questão de atribuição de valor. A Chacina é descrita, na estrofe final do poema:

(86) Foi uma carnificina
de crueldade chocante,
de brutalidade torpe,
bestial, repugnante
e outros adjetivos
acima de horripilante. (F3/30)

Os valores atribuídos à chacina podem ser estendidos, por pressuposição, aos assassinos: são avaliados como *cruéis, brutais, torpes, bestiais, repugnantes*.

A avaliação da Chacina colabora na identificação das crianças assassinadas como vítimas indefesas, conforme a análise em 5.3.2 sugeriu. Entretanto, não há muitas instâncias de avaliação de crianças em situação de rua de modo geral. As avaliações aparecem às estrofes /25/ e /26/, transcritas abaixo:

- | | |
|--|---|
| <p>(87) No dia seguinte a cena tantas vezes repetidas: <u>centenas e mais centenas de crianças estendidas debaixo dos viadutos, ao longo das avenidas.</u> (F3/25)</p> | <p>Onde estão as grandes somas em campanha arrecadadas? <u>As crianças continuam nas ruas, desabrigadas, sujas, magras, repelentes, pelas calcadas jogadas.</u> (F3/26)</p> |
|--|---|

Na estrofe /25/, Gonçalo mais avalia a extensão do problema (“centenas e mais centenas”) que as crianças propriamente. As crianças são avaliadas, entretanto, na frase nominal “de crianças estendidas/debaixo dos viadutos/ao longo das avenidas”. Essa avaliação pressupõe a identificação das crianças como sendo vítimas do abandono. Na estrofe /26/ essa avaliação se repete. Nessa estrofe, entretanto, como procurei demonstrar em 5.3.2, soma-se a identificação das crianças como socialmente incômodas (“repelentes”).

A análise da avaliação no Folheto 3 mostra que nesse texto não há uma identificação clara das crianças em situação de rua. O cordelista se concentra muito mais na avaliação da situação sócio-política do Brasil, da corrupção policial e da violência contra as crianças. Nesse sentido, pode-se afirmar que a avaliação mais intensa no texto recai sobre os grupos de extermínio. Esses grupos são avaliados tanto diretamente quanto por meio de presunções valorativas na avaliação da Chacina da Candelária. As instâncias avaliativas dos grupos de extermínio e da Chacina também se estendem aos policiais devido à relação que se estabelece no texto entre as corporações policiais e o crime organizado (ver a subseção 5.2.3).

No Folheto 4, por fim, dois grupos têm a avaliação privilegiada: a equipe de resgate do Pró-Criança e as crianças em situação de rua, personagens da narrativa. Há também muitas estruturas em que o Movimento Pró-Criança é avaliado, na voz da equipe, na de Pitoco e na do próprio autor. Outros elementos avaliados no texto são a condição de vida nas ruas, outras organizações não-governamentais, a pobreza e o retorno dos assistidos do Pró-Criança para suas famílias.

A avaliação da equipe de resgate do Pró-Criança e das crianças personagens da narrativa se dá, sobretudo, pela descrição de sua fala, conforme a análise da intertextualidade demonstrou. Nesse sentido, a fala da equipe é descrita por meio de adjetivos, em função adverbial, que denotam sua docilidade - “de forma meiga e educada” (estrofe /04/), “com a calma costumeira” (/09/), “com voz meiga e mansa” (/11/) -, ao passo em que a voz das crianças, representadas por Pitoco, é descrita por sua agressividade e desconfiança - “uma voz zangada” (/06/), “que gritou para a equipe” (/06/), “demonstrando altivez” (/10/), “perguntou desconfiado” (/10/), “disse por entre os dentes” (/16/). Na descrição da fala, é a diferença que identifica os dois grupos.

Além dessa avaliação referente à descrição da fala, há outras instâncias em que ambos os grupos são avaliados. No exemplo (88), a seguir, listo as avaliações referentes ao Movimento Pró-Criança.

- (88) Que a equipe do Pró-Criança/Que luta em favor da vida (F4/03)
 Somos a Equipe do Resgate/Do querido Pró-Criança (F4/11)
O Pró-Criança é diferente/Na nossa casa só fica/Quem com ela está contente (F4/21)
 Parece que o Pró-Criança/é uma ONG diferente (F4/26)
 Essa é uma instituição/Que vai nos deixar contente (F4/26)
 Lá eles foram recebidos/Com alegria e amor (F4/29)
 Que fazem do Pró-Criança/Uma ONG de primeira (F4/31)

Os versos das estrofes /03/, /29/ e /31/ são atualizados na voz do cordelista, denotando alta afinidade com a avaliação positiva do Movimento. Na estrofe /03/, a oração relativa “Que luta em favor da vida” avalia a atividade e a finalidade do Pró-Criança; na estrofe /29/, o cordelista avalia o modo como as personagens teriam sido recebidas: “com alegria e amor”; na estrofe /31/, o Movimento é avaliado como sendo uma “ONG de primeira”, em oposição à avaliação de outras ONG’s no texto. A oposição

entre o Pró-Criança e outras ONG's fica clara na avaliação de que o Pró-Criança “é diferente”, tanto na voz da equipe (estrofe /21/) quanto na de Pitoco (/26/).

As avaliações de crianças em situação de rua seguem dois eixos. Por um lado, as avaliações relacionadas ao abandono, como na afirmação avaliativa inserida na frase “onde vivem crianças abandonadas”, são assumidas com afinidade pelo autor; por outro lado, as avaliações negativas das crianças são mitigadas por estruturas de baixa afinidade, como a análise da modalidade no texto demonstrou (ver também a análise interdiscursiva, em 5.3.1).

A condição de vida das crianças nas ruas é avaliada em três estrofes. Observem-se os destaques no exemplo abaixo:

(89) Naquele triste ambiente (F4/06)

Sem pai, sem mãe, sem amor/Sem pão, sem roupa e dormida (F4/08)

Transformá-lo em cidadão/Com honra e dignidade (F4/15)

Na estrofe /06/, a “praça onde vivem crianças abandonadas” é avaliada na frase como um “triste ambiente”, enfatizando a condição infeliz impingida às crianças excluídas na sociedade de apertação. Na estrofe /08/, a avaliação, na voz de Pitoco, ressalta a carência, a condição de abandono. A estrofe /15/, por sua vez, atualiza uma avaliação menos transparente: assumindo que uma função do Movimento é transformar as crianças em cidadãs “com honra e dignidade”, assume-se também que sua condição é desonrosa e indigna. Nesse caso, o valor é presumido.

A volta dos assistidos pelo Pró-Criança é avaliada como sendo “um retorno triunfal” graças ao intermédio do serviço social do Movimento, que contata as famílias “de uma forma especial” (estrofe /23/). Essa avaliação, que opera um apagamento de conflitos, já foi discutida da perspectiva do significado acional (ver a subseção 5.2.3).

Uma última consideração a respeito da avaliação no folheto refere-se à pobreza. Na penúltima estrofe do folheto, a pobreza é avaliada de maneira que lhe confere uma

valorização positiva (“Pobreza não é defeito/.../É melhor ser um pobre bom/Do que um rico em maldade”). Há, nessa avaliação, uma dissimulação da pobreza por eufemização, visto que a identificação desperta-lhe um valor positivo (THOMPSON, 1995). Na diferença entre pobreza e riqueza, a identificação positiva recai sobre a pobreza, de acordo com o discurso cristão.

5.4.3 Conclusões sobre a identificação

Nessa seção, tiro algumas conclusões preliminares acerca do significado identificacional nos folhetos, com base nas categorias de modalidade e avaliação e na discussão levantada sobre identidade e diferença, em 1.3.2. Início pelas considerações acerca dos folhetos de conjuntura e, em seguida, abordo os de evento.

5.4.3.1 Nos folhetos de conjuntura

Nos Folhetos 1 e 2 o estudo da modalidade aponta predominância de modalizações categóricas. Diferem, entretanto, quanto à explicitação da base subjetiva da afinidade expressa. Enquanto no Folheto 1 a modalidade é sobretudo objetiva, acarretando uma universalização da perspectiva do autor acerca do problema, no Folheto 2 a autora se identifica pela modalidade predominantemente subjetiva.

Embora Esmeralda fale em nome da coletividade - por meio do uso do ‘nós’ inclusivo que identifica o leitor com sua própria perspectiva, sobretudo com o discurso religioso cristão: “nós cristãos” -, a alta afinidade da autora com suas proposições esclarece a representação particular. Nesse sentido, a universalização é mais saliente no Folheto 1, ainda que Azulão não fale em nome da coletividade.

O Folheto 1 pode ser identificado como uma mensagem promocional em que o que está ‘à venda’ é a proposta de implantação de colônias agrícolas. Isso porque, tal como em mensagens promocionais propriamente ditas, demandas são travestidas de

afirmações, o que tem efeito na aproximação da proposta do autor com a realidade. Azulão representa uma solução, advoga em seu favor e antecipa seus resultados.

Na análise da avaliação, a identificação mais saliente nos dois folhetos é a das crianças em situação de rua. No Folheto 1, sua identificação como vítimas do abandono se dá por meio de avaliações mais explícitas; mas a identificação das crianças como marginais é construída em estruturas avaliativas menos transparentes, por meio das quais os valores são mais profundamente inseridos no texto. Isso colabora na universalização dessa perspectiva, que é atualizada como uma verdade factual.

No Folheto 2, as avaliações são sobretudo subjetivas e, na maioria das vezes, explícitas. A autora se identifica, pois, nos valores que representa. Nesse folheto as crianças são identificadas como vítimas desafortunadas, de acordo com o discurso fatalista que representa a precariedade como falta de sorte.

Sendo identificadas como passivas, esperando ser salvas (por exemplo, em “Esperando um pouco de amor”, à estrofe /03/, “E espera por mutirão”, à estrofe /04/ e “Tua sorte será mudada”, à estrofe /17/), as crianças são representadas como agentes primários, impossibilitados de operar escolhas. Sua capacidade de se transformarem em agentes incorporados, capazes de agir coletivamente e atuar na mudança social, não é considerada. No Folheto 2, embora a ação coletiva das crianças seja enfatizada (“Formam grupos”, estrofe /13/), tal não se refere a sua capacidade de participar na mudança social, mas à ação marginal. No Folheto 2, então, as crianças são também identificadas como agentes primários, com o agravante de serem representadas como passíveis de serem transferidas para o campo independentemente de sua vontade, o que legitima a apartação (para uma discussão sobre agentes primários e agentes incorporados, ver a subseção 1.2.4).

Nos termos de Castells (1999), para quem toda identidade é construída e o que importa é verificar como e com que finalidade isso ocorre, tanto em um quanto em outro folheto a identidade construída para crianças em situação de rua é legitimadora.

No Folheto 1 porque a marginalidade das crianças justificaria sua exclusão e até sua apartação do conjunto da sociedade, como a proposta de implantação de colônias agrícolas sugere. No Folheto 2 porque a identificação das crianças como desafortunadas, e da exclusão em termos de falta de sorte, naturaliza a diferença social.

No que se refere aos cinco cenários de negociação da diferença identificados em Fairclough (2003a; ver a subseção 1.3.2), pode-se afirmar que no Folheto 1 há uma orientação para o consenso, a normalização e a aceitação das diferenças de poder, o que se depreende da identificação das crianças com a marginalidade e do expurgo do outro que daí decorre. O cenário que predomina no Folheto 2 é outro: a diferença é ‘posta entre parênteses’, com um foco na solidariedade, notadamente na visão da caridade como sendo “o remédio e a saída”, e na semelhança, sobretudo no que as crianças excluídas têm em comum com as demais: a infância (“Criança é tudo criança”).

5.4.3.2 Nos folhetos de evento

A análise da modalidade nos Folhetos 3 e 4 demonstra a predominância de afirmações categóricas em ambos os textos. Gonçalo identifica-se por um estilo irônico, destilando críticas ácidas em diversas direções. Nesse Folheto 3, a modalidade objetiva é saliente, o que, somado ao uso do ‘nós’ inclusivo, tem efeito na universalização da perspectiva do autor. O cordelista faz do leitor um co-enunciador de seu texto, buscando adesão a sua perspectiva crítica com relação à demissão do Estado, notadamente na estrofe /28/.

Vicente Pereira, por sua vez, identifica-se sobretudo por um estilo que se pretende sincero, dada sua preocupação em afirmar explicitamente o valor de verdade daquilo que enuncia. Vicente se identifica com alta afinidade com os discursos assistencialista, religioso e da rua, articulados na amostra. A identificação do autor por meio de sua afinidade com os discursos articulados ilustra a dialética pela qual discursos são inculcados em identidades.

Da perspectiva da avaliação, o Folheto 3 enfatiza a situação sócio-política do país, dada sua filiação a uma lógica explanatória. Gonçalo denuncia, nesse sentido, a inversão de valores que, segundo Buarque (1999, 2001), não apenas foi determinante da criação social da apartação, como também o é no que se refere à banalização da injustiça social e à ausência de esforço político real na superação da apartação.

Predominam, nesse folheto, as estruturas avaliativas referentes aos grupos de extermínio, seja pela avaliação direta ou pelo valor presumido em instâncias de avaliação da Chacina. Nessas avaliações, Gonçalo opta por itens lexicais de forte teor avaliativo no que concerne à violência do massacre. Embora a avaliação da Chacina colabore na identificação das crianças assassinadas como vítimas, não há muitas instâncias de avaliação de crianças em situação de rua de modo geral. Sendo assim, a análise da avaliação no Folheto 3 mostra que nesse texto não há uma identificação clara das crianças em situação de rua, uma vez que o cordelista se concentra muito mais na avaliação da situação sócio-política do Brasil.

No Folheto 4, ao contrário, as crianças em situação de rua são, ao lado do Movimento Pró-Criança, foco da maior parte das estruturas avaliativas. A avaliação das crianças tende para sua identificação com o abandono e com a miséria de sua condição como vítimas da apartação. A avaliação do Movimento Pró-Criança é positiva e assumida com alta afinidade pelo autor. Tal se dá tanto pela avaliação direta do Movimento quanto pela avaliação de seus membros. Ao contrário do Folheto 3, esse folheto não avalia diretamente o contexto sócio-político do evento narrado.

Em uma análise da construção da identidade nos termos de Castells (1999), é possível afirmar que, no folheto de Vicente, a construção de identidade para as crianças em situação de rua personagens da narrativa é móvel. No início do folheto, a construção da identidade das crianças aproxima-se de uma identidade de resistência, marcadamente na fala de Pitoco, à estrofe /07/, em que ele recusa a assistência afirmando: “E não aceito intromissão/De vocês que chamam a gente/De cheira-cola e

ladrão”. Esses versos ilustram uma identidade de resistência porque, estando em situação desprivilegiada na estrutura de dominação, as crianças resistem à identificação que lhes é atribuída. Em seguida, com a mudança de postura do grupo face ao conhecimento do Movimento Pró-Criança e à aceitação da assistência, Vicente passa a identificar as crianças com uma identidade de projeto. Tal fica evidente no desfecho da narrativa, segundo a qual Pitoco, devido a “sua inteligência, perseverança e amor/No Faço Arte Com Quem Sabe/Breve será professor” (estrofe /30/).

O folheto de Vicente, então, identifica as crianças como agentes incorporados, capazes de agir para a transformação de sua condição - como agentes primários - de excluídos sociais, ainda que para tanto sejam dependentes de agentes externos identificados com o Terceiro Setor.

Essa análise está de acordo com a descrição dos momentos que compõem o trabalho de resgate do Pró-Criança, segundo me explicou Vicente Pereira na entrevista que me concedeu por correio eletrônico. Explicou-me que, após o mapeamento da área de concentração das crianças e a abordagem inicial (os dois primeiros momentos da metodologia seguida pela Organização), no terceiro momento “o educador social (...) ajuda a criança a pensar um novo projeto de vida, (...) objetivando reverter a situação em que a criança se encontra”, e, no quarto momento, “a criança é encaminhada para a instituição com o objetivo de consolidar seu projeto de vida”. Sendo assim, é possível afirmar que parte do trabalho do Movimento é a participação na construção de uma identidade de projeto para seus(suas) assistidos(as).

No que se refere aos cenários de orientação para a diferença, o Folheto 3 tende para uma acentuação da diferença, no sentido de que as críticas de Gonçalo a diversos segmentos da sociedade tematizam o conflito e a polêmica. Há uma luta sobre as normas e as estruturas de poder, notadamente na denúncia de corrupção política e policial e de passividade do poder público face à violência contra excluídos(as), além da

crítica à retirada do Estado de sua função regulatória, aqui identificada pelo conceito de demissão do Estado, de Bourdieu (1997c).

O Folheto 4, por outro lado, identifica o Movimento Pró-Criança como um esforço da sociedade, representada pelo Terceiro Setor, para resolver ou superar a diferença social, por meio da construção de uma identidade de projeto para as crianças, enfatizando a possibilidade de superação da diferença. A identificação do Terceiro Setor como agente da mudança social, conforme discuti na análise dos significados acional e representacional, acaba por legitimar a transferência de parte da responsabilidade do Estado para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E REFLEXÃO SOBRE AS ANÁLISES

Além de minhas considerações finais a respeito de todo o trabalho, dedico-me, aqui, à reflexão das análises apresentadas, visto que toda pesquisa social crítica deve ser reflexiva também a respeito de sua própria prática. Nesse sentido, uma parte de qualquer análise em ADC é a reflexão da posição de que é feita. Como Chouliaraki & Fairclough (1999) pontuam, em toda análise o(a) analista parte de uma posição particular no campo teórico, de um interesse particular no conhecimento, de uma perspectiva particular orientada para o problema analisado, de um ponto de vista particular acerca das relações de poder implicadas no problema.

O engajamento pessoal do(a) pesquisador(a) com o problema pesquisado não implica uma parcialidade negativa, contanto que especifique sua perspectiva de análise e não simule uma suposta 'imparcialidade científica'. A neutralidade não é um mito na ADC. Ao contrário de outros(as) pesquisadores(as), que se esforçam no sentido de uma neutralidade intangível, para os(as) analistas de discurso esse não é um problema. Admitimos que a suposição de neutralidade em ciência não é senão um posicionamento ideológico e, assim sendo, não nos pretendemos neutros - sabemos que não podemos sê-lo e, mais que isso, não queremos sê-lo.

Devo registrar, então, que todo este trabalho é posicionado. O posicionamento começa pela determinação da teoria e do método, passando pelos recortes feitos nesse arcabouço teórico e metodológico provido pela ciência. Continua na escolha do objeto de pesquisa e na seleção do *corpus*. É marcante na opção pelo problema estudado na

literatura de cordel - o discurso acerca da infância em situação de rua - e na abordagem desse problema. É decisivo na escolha do referencial bibliográfico para o subsídio da discussão da conjuntura em que se insere o problema - Pierre Bourdieu, Cristovam Buarque, Eric Hobsbawn, Laura Soares, Marcel Bursztyn e Christophe Dejours entre outros. As análises aqui apresentadas, e a pesquisa de modo geral, são o resultado de posicionamentos, de escolhas particulares.

Essa é uma parte imprescindível de toda ciência crítica. Se admitimos que a realidade não pode ser reduzida a nosso conhecimento sobre ela, devemos assumir também que nenhum trabalho analítico é capaz de exaurir tudo o que há para ser dito sobre um dado problema (FAIRCLOUGH, 2003a). Sem dúvida, há muito mais para ser dito sobre a Análise de Discurso Crítica, o novo capitalismo, suas causas e suas conseqüências, a literatura de cordel nesse contexto, os folhetos analisados e, sobretudo, a infância em situação de rua, do que pude dizer aqui.

Assim como o conhecimento social é inevitavelmente parcial, a análise textual é inevitavelmente seletiva no sentido de que escolhemos responder determinadas questões sobre eventos sociais e textos neles envolvidos e com isso abrimos mão de outras questões possíveis. Como Fairclough (2003a) registra, não existe análise objetiva de textos, uma vez que não é possível descrever o que se representa em um texto sem que a subjetividade do(a) analista participe da análise - ora, a escolha das questões a serem respondidas denuncia necessariamente as motivações particulares da análise, visto que delas derivam.

Minhas motivações para a realização desta pesquisa, como pontuei logo na apresentação do trabalho, são o encantamento pela literatura de cordel e a indignação contra a diferença social, agravada pela lógica cruel do capitalismo global e pela aceitação de uma sociedade apartada. Se o interesse pelo cordel levou-me a perceber que na produção contemporânea dessa literatura os temas românticos e fantasiosos dão lugar à abordagem freqüente de questões sociais e políticas da atualidade, a indignação

genuína contra a injustiça levou-me ao interesse na investigação de como o cordel atualiza essa mesma injustiça, de como o cordel se posiciona face ao neoliberalismo a à apartação, de como internaliza e/ou questiona as representações que sustentam a dominação.

No objetivo de compreender essas questões, defini um caminho a trilhar, defini determinadas categorias analíticas que acreditei poderem levar-me a conclusões relevantes a respeito do tema. É evidente que muitas outras questões interessantes acerca dos textos analisados não foram sequer tocadas, e muitas relações relevantes para a compreensão do engajamento da literatura de cordel no contexto do novo capitalismo provavelmente não tenham sido nem mesmo percebidas. Naturalmente a análise das categorias que escolhi tampouco esgotou as possibilidades de análise de tais recursos lingüísticos nos textos, e certamente há muito mais a ser dito.

Feitas todas essas advertências quanto ao posicionamento e a incompletude do trabalho em análise de discurso, apresento minhas considerações finais propriamente ditas. A discussão no Capítulo 1 a respeito da Análise de Discurso Crítica mostrou como o compromisso emancipatório da disciplina tem sido fortalecido por seu diálogo com a Ciência Social Crítica. Creio que a ADC se aproxima da realização de seu potencial para a mudança social por meio do discurso, contudo, para a efetivação de sua participação na desnaturalização de relações exploratórias baseadas no acesso diferenciado de atores sociais a recursos, é preciso ainda um esforço no sentido da divulgação das pesquisas em ADC fora do âmbito acadêmico em que são geradas. Sem isso, continuaremos fechados em nosso próprio círculo, o que limita sobremaneira nossa chance de participação efetiva em processos de mudança.

O Capítulo 2, dedicado à abordagem da precariedade com base em conceitos providos pela Ciência Social Crítica, enfatiza a importância do discurso na manutenção da hegemonia neoliberal. É por meio de um discurso fatalista e economicista que essa hegemonia consegue se fazer passar por um desenvolvimento natural e isento de

interesses particulares. Entretanto, a dialética entre estrutura e agência nos mostra que também por meio do discurso é possível desvelar ideologias que estão por trás dessa representação parcial de nosso momento histórico. Nesse sentido, o Capítulo 2 cumpre a dupla tarefa de mostrar que a precariedade social radicalizada pelo neoliberalismo globalizado é uma produção social inaceitável e de enfatizar que, sendo uma produção social, é passível de transformação social. Se, como Bourdieu esclarece, o que a sociedade fez pode também desfazer, nada está determinado. A transformação de relações de dominação e exploração é possível, mas para tanto é preciso, primeiro, desnaturalizar o *status* de fenômeno que o neoliberalismo criou para si, é preciso desmascará-lo como processo. Creio que o caminho para a mudança inclui necessariamente a retomada do Estado e uma revolução de suas prioridades, como defende o professor Cristovam Buarque, que nos mostra, inclusive, medidas políticas para isso.

No Capítulo 3, a discussão acerca das transformações operadas nas práticas discursiva e social do cordel, de seu período tradicional para seu período contemporâneo de produção, ilustra a dialética entre discurso e sociedade. Isso porque as transformações do gênero estão intimamente relacionadas a mudanças articulatórias entre os momentos da prática do cordel e entre as redes de prática das quais participa. Nesse sentido, procurei mostrar, com base nas entrevistas que realizei com diversos atores sociais envolvidos na prática do cordel, que as transformações na composição genérica e temática do cordel são uma adequação ao momento histórico em que se insere e à rede de práticas de que participa. A relação do cordel com os meios de comunicação de massa também foi alterada nesse processo, o que tem implicação na internalização e no questionamento de discursos hegemônicos em folhetos. Isso está de acordo com a externalização da reflexividade na modernidade tardia.

A articulação entre a Etnografia e a Análise de Discurso Crítica, as metodologias utilizadas no trabalho e discutidas no Capítulo 4, mostrou-se eficiente. Por um lado, as

entrevistas etnográficas realizadas contribuíram para a compreensão das práticas discursiva e social do cordel; por outro lado, as entrevistas específicas com Mestre Azulão, Esmeralda Batista, Gonçalo Ferreira da Silva e Vicente Pereira, a respeito dos folhetos analisados, sugerem que esse é um método interessante para o embasamento das análises. Assim, a etnografia foi uma metodologia útil não apenas para a ampliação de *corpus*, mas também para o acercamento da prática discursiva e social estudada.

As análises exibidas no Capítulo 5, por fim, hão de ter cumprido o objetivo de verificar a articulação de discursos que legitimam e sustentam a hegemonia neoliberal na literatura de cordel contemporânea. Essa articulação no cordel se dá ora de maneira disciplinadora - como é o caso do discurso religioso em Esmeralda Batista, do discurso assistencialista em Vicente Pereira, do discurso da marginalidade em Mestre Azulão - ora de maneira contestatória - como a articulação do discurso neoliberal em Gonçalo Ferreira da Silva e em Mestre Azulão. O discurso religioso, de acordo com as análises apresentadas, sustenta o fatalismo acerca da precariedade social, operando um apagamento de responsabilidades institucionais com relação ao problema da precariedade social e de seu agravamento no contexto do novo capitalismo. O discurso assistencialista tem sido usado para legitimar a demissão do Estado de suas funções sociais, uma vez que transfere para a sociedade uma série de obrigações fundamentais do poder público. O discurso da marginalidade, que representa negativamente as vítimas da apartação, responsabilizando-as, de certa forma, por sua situação desprivilegiada na distribuição de recursos, legitima a apartação desses segmentos excluídos da produção moderna.

A análise da articulação desses discursos na literatura de cordel serve para evidenciar como a circulação massiva dessas representações do mundo social em variados tipos de texto e ambientes institucionais é parte importante da hegemonia. Isso porque os textos analisados evidentemente não objetivam a legitimação do neoliberalismo e da apartação, mas, pela internalização desses discursos, muitas vezes

acabam por fazê-lo. Tal também é ilustrativo da externalização da reflexividade em nosso momento histórico: os autores e a autora internalizam esses discursos de ampla circulação e assumem-nos como parte do conhecimento que utilizam para sua reflexão a respeito do tema. Nesse sentido, a pesquisa que realizei mostra a importância do discurso na manutenção de estruturas hegemônicas de dominação. Entretanto, também há nos textos analisados momentos em que discursos hegemônicos são contestados, têm sua legitimidade questionada, sobretudo no folheto de Gonçalo. Isso mostra como o discurso também constitui um foco de luta pela superação de situações de dominação e pela desarticulação de hegemônias. O discurso, então, é palco de luta hegemônica, de acordo com a dialética entre a estrutura e a ação, entre a força hegemônica pela manutenção de estruturas dominantes e a ação contra-hegemônica por sua desarticulação e rearticulação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. *Histórias de cordéis e folhetos*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ÂNGELO, A. *A presença de cordelistas e cantadores repentistas em São Paulo*. São Paulo: IBRASA, 1996.
- ARAÚJO, R. Chacina da Candelária: dez anos. Disponível na Internet. www.adital.org.br. 25 nov. 2003.
- ARAÚJO, C.H. Migrações e vida nas ruas. In: BURSZTYN, M. (org.) *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. pp. 88-120.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1979].
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002 [1929].
- BATISTA, S.N. *Antologia da literatura de cordel*. Natal: Gráfica Manimbu, 1977.
- BATISTA, E. *Meninos de rua*. Juazeiro do Norte, s/ed., 2001.
- BATISTA, A. www.juizlalau.fhc.acm.corrupção.ladrão.justiça. São Paulo, s/ed., 2001.
- BAUER, M.W. & AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: M.W. BAUER & G. GASKELL (eds.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. pp. 39-63.
- BAUER, M.W. ET AL. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: M.W. BAUER & G. GASKELL (eds.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. pp. 17-36.

BBC-BRASIL. RJ tem 5 mil menores no crime organizado, diz relatório. Disponível na Internet. www.bbc.co.uk. 17 nov. 2004.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; ULRICH, G.; LASH S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 1997. pp. 11-71.

BOURDIEU, P. (coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997a.

_____. A ordem das coisas. In: BOURDIEU, P. (coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997b. pp. 81-102.

_____. A demissão do Estado. In: BOURDIEU, P. (coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997c. pp. 215-224.

_____. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. & CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, P. (coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. pp. 481-486.

BUARQUE, C. A diáspora da modernidade. Prefácio a BURSZTYN, M & ARAÚJO, C.H. *Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Codeplan, 1997. pp. 9-12.

_____. *A segunda abolição: um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Admirável mundo atual: dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

_____. *O que é apartação: o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003a.

_____. Olhar a (da) rua. Apresentação a BURSZTYN (org.) *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003b. pp. 7-10.

_____. Lavar as mãos. Disponível na Internet. www.cristovam.com.br . 21 out. 2004.

BURMAN, Erica. Interviewing. In: BANISTER, P. *ET AL. Qualitative methods in psychology*. Buckingham: Open University Press, 1996. pp. 49-71.

- BURSZTYN, M. (org.) *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003a.
- _____. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, M. (org.) *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003b. pp. 27-55.
- _____. Vira-mundos e “rola-bostas”. In: BURSZTYN, M. (org.) *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003c. pp. 230-258.
- _____. & ARAÚJO, C.H. *Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Codeplan, 1997.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CEVASCO, M.E. Prefácio a JAMESON, F. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2001. pp. 7-16.
- CHAMPAGNE, P. A visão mediática. In: BOURDIEU, P. (coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. pp. 63-80.
- CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity. Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- CURRAN, M. *História do Brasil em cordel*. São Paulo: Edusp, 1998.
- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.
- DIEGUES JR., M. Literatura de cordel. Apresentação a BATISTA, S.N. *Antologia da literatura de cordel*. Natal: Gráfica Manimbu, 1977. pp. I-XXVI.
- SCOREL, S. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, M. (org.) *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. pp. 139-171.

FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. Nova Iorque: Longman, 1989.

_____. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E.R. (org.). *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sócio-política e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997. pp. 77-104.

_____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001a.

_____. A Análise Crítica do Discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: MAGALHÃES, C. (org.). *Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001b. pp. 31-82.

_____. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003a.

_____. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: WODAK, R. & MEYER, M. (comp.) *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003b. pp. 179-204.

FRENTE DA LUTA POPULAR. *Jornal Papo Reto*. Edição de agosto de 2003.

GALVÃO, A.M.O. *Cordel: leitores e ouvintes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

_____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 103-133.

HALLIDAY, M.A.K. The functional basis of language. In: BERNSTEIN, B. (ed.) *Class, codes and control*. London: Routledge & Kegan Paul, 1973. pp. 343-366.

_____. *An introduction to functional grammar*. Londres: British Library Cataloguing in Publication Data, 1988.

- _____. Context of situation. In: HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, R. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Londres: Oxford University Press, 1991. pp. 3-28.
- HOBBSAWN, E. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JAMESON, F. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LASH, S. A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: GIDDENS, A.; ULRICH, G.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 1997. pp. 135-206.
- MAGALHÃES, I. Prefácio a FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. pp. 11-14.
- MARCUSCHI, L.A. Discurso, cognição e gramática nos processos de textualização. In: SILVA, D.E.G. (org.) *Nas instâncias do discurso: uma permeabilidade entre fronteiras*. Brasília: Editora da UnB, 2004 (no prelo).
- MATÊU, F. [pseudônimo de Hamurábi Batista] *O esquema mundial para acabar com o Brasil e a América Latina*. Juazeiro do Norte: s/ed., 1993.
- MATTAR, M. E. Dez anos da chacina da Candelária. Disponível na Internet. www.midiaindependente.org. 25 nov. de 2003.
- MOLLO, M. L. R. *O liberalismo: o que é? de onde veio? para onde vai?* Universidade de Brasília; Departamento de Economia, 1996.
- NASCIMENTO, E.P. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. (org.) *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- NEVES, M.H.M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NOBRE, F.S. *Um cearense chamado Gonçalo*. Rio de Janeiro: Editora Milart, 2002.
- PATATIVA DO ASSARÉ. Emigração e as conseqüências. In: *Patativa do Assaré, uma voz do Nordeste*. São Paulo: Hedra, 2000.

- PEREIRA, V. *A discussão de um menino de rua com o Resgate Pró-Criança*. Recife: Coqueiro, 2001.
- PIMENTEL, L. *Sem essa de guerra*. Recife: Coqueiro, 2002.
- PINHEIRO, H. & LÚCIO, A.C. *Cordel na sala de aula*. São Paulo: Duas Cidades, 2001.
- RAJAGOPALAN, K. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- RESENDE, V. M. Abordagem sócio-discursiva do cordel contemporâneo: um estudo de caso. In: *II Seminário de Estudos da Linguagem - Identidades*. Três Lagoas, 2003.
- _____. L'injustice sociale et la littérature populaire brésilienne: une analyse critique du livret de cordel Enfants de rue et le Massacre de la Candelária. In: *International conference on critical discourse analysis*. Valência, 2004.
- _____. & RAMALHO, V. C. S. Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (dis)curso*. v. 5, n. 2. Tubarão, Santa Catarina, 2004 (no prelo).
- SADER, E. Apresentação a SOARES, L. T. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003. pp. 9-11.
- SALLES, A. *George Bush quer guerra, é inimigo da paz*. Recife: Coqueiro, 2003.
- SANTOS, J.J. [Mestre Azulão] *Meninos de rua*. Rio de Janeiro: s/ed., 1993.
- SCHIFFRIN, D. *Approaches to discourse*. Londres: Blackwell, 1994.
- SILVA, G.F. *Brizolão para Brizocão*. Rio de Janeiro: ABLC, 1988.
- _____. *Meninos de rua e a chacina da Candelária*. Rio de Janeiro: ABLC, 1993.
- _____. *Un ethnologue suisse agressé au Brésil*. Rio de Janeiro: ABLC, 2000.
- _____. *Enfants des rues et le massacre de la candelaria*. Rio de Janeiro: ABLC, 2003.

_____. *Tobias Barreto de Menezes von Sergipe in die welt*. Rio de Janeiro: ABLC, s/d.

_____. *Mahatma Gandhi*. Rio de Janeiro: ABLC, s/d.

SILVA, T. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, D. E. G. *A repetição em narrativas de adolescentes: do oral ao escrito*. Brasília: Editora UnB; Editora Plano, 2001.

SNOW, D. & ANDERSON, L. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SORJ, B. *A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

SOARES, L.T. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUTO MAIOR, M. *Painel folclórico do Nordeste*. Recife: Editora da UFPE/ Fundação Joaquim Nabuco, 1981.

TAYLOR, M. Ethnography. In: BANISTER, P. ET AL. *Qualitative methods in psychology*. Buckingham: Open University Press, 1996. pp. 34-48.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TOSTA, T.L.D. Memória das ruas, memórias da exclusão. In: BURSZTYN, M. (org.) *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

VIANA, K. & ROUXINOL DO RINARÉ. *A grande peleja virtual de Klévisson Viana e Rouxinol do Rinaré*. Fortaleza: Tupynanquim, 2003.

WACQUANT, L. Da América como utopia às avessas. In: BOURDIEU, P. (coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ZÉ DA MADALENA. *Carta de Satanás ao amigo George Bush*. Recife: Coqueiro, 2003.

ANEXO 1

FOLHETOS DE CORDEL

FOLHETO 1

Meninos de Rua



Autor: José João dos Santos
Mestre AZULÃO em março/93

Meninos de rua

Mestre Azulão (José João dos Santos) - Rio de Janeiro, 1993.

/1/

Jesus Cristo disse um dia
Entre os filhos dos judeus
Vinde a mim as criancinhas
Porque nos futuros seus
Estão nossas esperanças
E mesmo entre as crianças
Está o reino de Deus.

/2/

Quem são meninos de rua
Que vagam pela cidade?
São as crianças jogadas
Sobre a infelicidade
Que se tornarão legítimas
E infelicitadas vítimas
Da cruel sociedade

/3/

São futuros delinquentes
Desprotegidos da sorte
Sem lares, sem pais que zelem
Sem ninguém que lhes conforte
Entregues à horrorosa
Quadrilha pecaminosa
Da violência e da morte

/4/

São frutos indesejáveis
Que os seus pais enjeitaram
E as mães prostituídas
Nos hospitais lhes deixaram
Ou pobres maternidades
Depois as autoridades
Também lhes abandonaram

/5/

São crianças miseráveis
Herdeiras do precipício
Geradas entre moléstias
Dos seus pais, que no início
Contraíram nas matérias
AIDS, doenças venéreas
Com todo tipo de vício.

/6/

Estes marginais mirins
Da escola da malícia
Não sabem se têm pais vivos
Pois deles não têm notícia
Dormem sem ter agasalho
Roubando e dando trabalho
Aos agentes da polícia

/7/

Nas portas das lanchonetes
Pedem comida e dinheiro
Se negam, ficam xingando
Assim passam o dia inteiro
De noite mudam de rumo
Usando maconha e fumo
E cola de sapateiro

/8/

Ocupam becos e praças
E canteiros da cidade
Onde atacam suas vítimas
Que passam sem ter maldade
Eles roubam de surpresa
Mulher grávida e indefesa
E pessoas de idade.

/9/

São chamados trombadinhas
Como também de pivetes
Se armam com facas velhas
Cacos de vidro, giletes,
Usando em seus arrastões
Pedaços de vergalhões
Garrafas e canivetes.

/10/

E crescem perambulando
Sem escolas e sem ofícios
Alguns deles são usados
Em macabros sacrifícios
Fazem da rua uma relva
Na grande cidade selva
De palácios e edifícios

/11/

É doloroso assistir
Estes marginais mirins,
Que eles não são culpados
De se tornarem ruins,
Nestas cenas degradantes
Das portas dos restaurantes
Mercados e botequins

/12/

Vestidos de trapos velhos
Sujos e de pés no chão
Pedem restos de comida
Trazendo latas na mão
Onde às vezes fazem filas
Para encherem as mochilas
Com restos de arroz e pão.

/13/

Formam grupos que se tornam
Irritantes caravanas
E quando entram de súbito
Em restaurantes bacanas
Deixam rastros de sujeiras
Entre lamas e poeiras
Piolhos e muquiranas

/14/

Aqueles que têm pais vivos
Não têm apoio dos pais
Porque são frutos das transas
De quengas com marginais
Por isso as pobres crianças
Receberam como herança
As ruas e nada mais

/15/

Outros sofrem as conseqüências
Dos seus pais desempregados
Vão pedir roupa e comida
Depois ficam viciados
Trazendo até para os pais
Roupas que não querem mais
E objetos roubados

/16/

Os pais recebem com gosto
E a marcha continua
Nem querem saber se os filhos
Roubaram coisas na rua
Ninguém reclama nem briga
Querem é encher a barriga
E cobrir a pele nua

/17/

Muitos deles são usados
Para fazerem sinais
Quando há blites nos morros
Driblando os policiais
E nesse maldito jogo
Usam até armas de fogo
Dadas pelos marginais

/18/

Todo aquele que faz isto
Na morte se precipita
Os que ajudam no tráfico
Da chamada erva maldita
Se lesar um traficante
Terá morte fulminante
Que sente a dor mas nem grita

/19/

Assim todos serão vítimas
Do cruel raciocínio
Desses agentes do tóxico
Que os têm em seu domínio
Os que dão passos errados
Serão logo executados
Por grupos de extermínio

/20/

Assim prossegue a miséria
Aumentando a cada dia
Assalto, roubo, arrastão,
Crime, estupro e covardia
Com um currículo diário
É este o triste cenário
Que a grande cidade cria

/21/

A sorte desses menores
Parte dessas conseqüências
O abandono dos pais
A falta de assistências
A essas calamidades
Eu digo às autoridades
Tomem sérias providências

/22/

O governo brasileiro
Tem tudo para fazer
Em prol dos abandonados
Depende só de querer
Se puser em prática esses planos
Até antes de dois anos
Pode tudo resolver

/23/

O Brasil tem muito espaço
De terra pra se plantar
É fazer colônia agrícola
Com máquinas pra cultivar
É pegar esses meninos
E dar-lhes todos ensinamentos
No campo pra trabalhar.

/24/

E construir nas colônias
Escolas e oficinas
Com todas aprendizagens
Pra meninos e meninas
Para dar-lhes formação
De completa educação
Trabalhos e disciplinas

/25/

Ali dentro eles aprendem
Os modos do bom viver
Com mestres para ensinar-lhes
Tudo que queiram aprender
Na arte e agricultura
Onde t fatura
Para comer e beber

/26/

Lá eles vão ter contatos
Com tudo da natureza
Cachoeiras, chuva e plantas
Contemplar toda beleza
Ter sangue forte na veia
Saúde e barriga cheia
Que é a maior riqueza

/27/

Lá não pode haver tortura
Com castigo nem prisão
Terá que ter bom ensino
Carinho e educação
Onde há ordem e respeito
Não gera mágoa no peito
Nem ódio no coração

/28/

Assim não será preciso
De Funabens nem juizes
Será o fim das misérias
Dos sofrimentos, das crises
Os que viviam sofrendo
Depois cantarão dizendo
Aqui nós somos felizes

/29/

Assim o governo acaba
Com esta terrível imagem
Tirando das nossas ruas
Os filhos da malandragem
Que usam arma e sacola
Para dar-lhes uma escola
De arte e aprendizagem

/30/

Os governos estão voltados
Para dívidas e inflação
Cargos, partidos políticos
Plebiscito e eleição
Ninguém se confraterniza
Com o povão que precisa
Emprego, morada e pão

/31/

O sofrimento do povo
É coisa muito mais séria
Do que a politicagem
Que entorpece a matéria
Acumulando riqueza
E esquecendo a pobreza
Que se afoga na miséria

/32/

Mudança e transformação
A política há de fazer
Zelar pelos que padecem
Único meio de socorrer
Levando a sério o efeito
Assim dará mais direito
O pobre sobreviver.

FOLHETO 2

MENINOS DE RUA

Autora: Esmeralda Batista



Xilogravura da Autora

Meninos de rua

Esmeralda Batista - Juazeiro do Norte, 2001.

/1/

O mundo dá muitas voltas
E volta e meia nos dá
Uns podem ser muito ricos
Outros de lá para cá
Não têm nada para comer
E vivem ao Deus dará.

/2/

Assim é em toda terra
No sertão ou na cidade
Você conhece o amor
Desventura ou falsidade
Sua mesa é farta por certo
Outros sem pão e felicidade.

/3/

Vamos falar de meninos
Crianças que vivem na rua
Mendigando o pão do dia
A caridade que é sua
Esperando um pouco de amor
Olhando pro céu e pra lua.

/4/

Do menino que falo agora
É menino cá do sertão
Da terra do povo pobre
Que merece compaixão
Que ainda é inocente
E espera por mutirão.

/5/

A inocência se perde
Tão fácil se há miséria
A beleza de cada alma
Cai com a fome que impera
Você só brilha e é valente
Se juntar o espírito à matéria.

/6/

Quando ando pelas ruas
Às vezes fico a pensar
Como a vida é desigual!
E me deparo a olhar
Vendo uma criança com fome
Suja, trapilha, a chorar.

/7/

Chora também a minha alma
Meu pensamento que voa
Vai direto ao criador
Com pesar um grito entoa
Clemência pra aquela criança
Aos pés do meu Deus ressoa.

/8/

Criança no meio da rua
Criança sem lar e sem berço
Menino de rua sem sorte
Sem casa vivendo num beco
Desses meninos há muitos
Muito mais que dois terços.

/9/

Dois terços de pobres coitados
Jogados à sorte na vida
Precisamos mudar isto
Tirá-los da rua é a medida
Correta para nós cristãos
Este é o remédio e a saída.

/10/

Deixá-los abandonados
Nas ruas do nosso país
Sem escolas e sem lares
Isto é um viver infeliz
Juntemos as nossas forças
Nós, autoridades e juiz.

/11/

Meninos de rua, coitados!
Muitos sem pais, pode crer
Se estão vivos, não contam
Se morreram é padecer
Para as crianças que ficam
Isto é mais que sofrer.

/12/

Alguns até têm os pais
Mas não sabem educar,
Pois, não tiveram também
A sorte de marajá
Sem dinheiro e sem comida
O que iriam ensinar?

/13/

Já foram crianças também
De tal vida amargurada,
Vivendo num mundo louco
De drogas, brigas e nada
De conforto para o corpo,
Só miséria desalmada.

/14/

Continuar assim não dá
Não é só por ser cristão
Cada um tem que pensar
Em fazer uma boa ação
Ajudando a quem não tem
Dar pra crianças sua mão.

/15/

Sabemos que muita coisa
Já foi feita pro seu bem.
Tirar das ruas os meninos
E as meninas também,
A tristeza que impera
Vai sumir para o além.

/16/

Quando a criança não tem
Motivos para sonhar
Se queda de alma e corpo
No mundo que vai buscar
O que pensa que é correto,
Vai no perigo se afogar.

/17/

Menino de olhos tristes
De roupa suja, rasgada
De barriga bem lá dentro
De uma vida açotada
Vem pra luta, não desista,
Tua sorte será mudada.

/18/

Deus não quer teu infortúnio
Nem também teu padecer.
Ele fez o mundo lindo
Para nós, podemos crer
A fatura é para todos
Não para alguns, é pra valer!

/19/

Ele espera que nós todos
Nos juntemos em mutirão
Sem deixar ficar na lama
Nem sequer pior ladrão
Quanto mais uma criança
Filho de Deus, e de Adão.

/20/

Não posso me conformar
Com a diferença na vida
Uma criança com sorte
Outra com alma em ferida,
Jogada no meio do tempo
Sem rumo, sem vinda, nem ida.

/21/

Criança é coisa tão bela
É como a rosa em botão,
Devagar vai se abrindo
Com beleza e perfeição,
Por que todos não te vamos
Segurar na tua mão?

/22/

Criança é tudo criança
Não devemos abandonar,
Algo tem que ser feito
Vamos o seu grito escutar
Temos que dar um jeito
E correr pra te salvar.

/23/

Criança de rua quisera
Que tu tivesses teu lar,
Que tua vida em primavera
Com sinos a badalar
Te levasse só alegrias
Em vez do teu soluçar.

/24/

Eu também estou chorando
Por te ver assim sozinha
Chorando no meu cordel
Por tua vida mesquinha
Ah! Quem me dera eu pudesse
Ser uma fada ou rainha.

/25/

Ser uma fada ou rainha
Acabar com teu sofrer
Te dar sonhos de criança
Pra esquecer teu padecer
Não andar pedindo esmolas
Isto é real pra se ver.

/26/

Menino de rua eu quisera
Poder mudar tua vida,
Dar-te colégio e lar,
Amor, paz e comida.
O essencial, sem riquezas,
Essa é a boa medida.

/27/

Menino de rua descalço
Em trapos, com fome, a chorar
Se não chora o teu corpo
Ouço tua alma gritar
Tu menino, igual a todos
Mas menino sem um lar.

/28/

Meu Deus, meu Deus, que horror!
No mundo há tantas crianças
Por que será que nem todas
Terão bonitas lembranças?
Da infância que tiveram
Uma vida sem bonança.

/29/

Tão magros, tão tristes meninos
Jogados na vida sem lar,
Nasceram em berço de espinhos
Com mesa sem caviar,
Lutemos, pois tua vida
Um dia vai melhorar.

/30/

Menino ainda criança,
A luta será bem difícil,
Mas juntando nossas preces
Ao teu triste sacrifício
Ofertemos no altar.
Nosso será esse ofício.

/31/

Para Deus eu te consagro,
Da minha alma sai um grito,
Uma prece para o alto
Do meu peito pro infinito,
Tua vida mudará
O teu sofrer é proscrito.

/32/

Menino, não desanimes
Vá em frente e lute bem
Deus certamente é contigo
E a Mãe de Jesus também
Um dia o sol nascerá
Para todos os meninos. Amém.

FOLHETO 3



Meninos de rua e a Chacina da Candelária

Gonçalo Ferreira da Silva - Rio de Janeiro, 1993.

/1/

No Brasil entorpecido
pelo odor infernal
que exala do plenário
do Congresso Nacional
o fato mais deprimente
é tido como normal.

/2/

Ao permitir um governo
paralelo no Estado
o nosso governador
ficou desmoralizado
perdendo de dez a zero
para o crime organizado.

/3/

Isso provocou um clima
de confusão social,
policia é bandido,
bandido é policial,
deputado é traficante,
senador é marginal.

/4/

A típica lei do mais forte
já foi reinstituída.
É a vida por um fio;
sem segurança mantida;
por um pouco mais ou nada
perde o cidadão a vida.

/5/

Hoje vivemos momento
nunca visto no passado:
o errado virou certo,
o certo virou errado
e o Brasil num mar de lama
infelizmente jogado.

/6/

Se alguém apresenta queixa
que um ladrão o roubou,
responde a autoridade:
- Já sei, você vacilou,
não aprendeu ser malandro,
deu mole, o bicho pegou.

/7/

Vejam se isto é linguagem
que use uma autoridade
com a precípua missão
de manter a integridade,
a segurança e a ordem
da nossa sociedade.

/8/

Aqui no Rio, Brizola
é o mais fiel retrato
de quem sabe que assalto,
seqüestro e assassinato
são resultados das aulas
de seu primeiro mandato.

/9/

São grupos de extermínio
formados nas regiões
por soldados dissidentes
de muitas corporações
mantidos pelo comércio
para assassinar ladrões.

/10/

Com o aparecimento
dessas turmas sanguinárias
as chacinas se tornaram
praticamente diárias
e sete ou oito por dia
as execuções sumárias.

/11/

É com sadismo cruel
praticada uma chacina
sem tempo para pedir
comiseração divina,
sem defesa, sem clemência
é feita a carnificina.

/12/

São as crianças de rua
ou os bandidos frustrados,
os delinqüentes comuns
ao vício subjugados
que rasgam as noites sem teto
e despertam assassinados.

/13/

Há motivos para esses
assassinatos em massa.
A imprensa se limita
em dizer o que se passa
porém não fala da causa
que provocou a desgraça.

/14/

As chacinas que tiveram
repercussão mundial
iguais a da Candelária
e de Vigário Geral
provocaram, realmente,
um choque emocional.

/15/

Da Candelária a chacina
por envolver só meninos
nem de longe responsáveis
pelos seus próprios destinos
fez a população ter
mais repúdio aos assassinos.

/16/

A proteção duvidosa
que lhes dava a professora
que se auto-intitulava
não só de educadora
mas também, e sobretudo
de guardiã protetora,

/17/

Suficiente não foi
para o massacre evitar,
pois as crianças morreram
juntinhas, num só lugar
sem a proteção e sem
defesa alguma esboçar.

/18/

Quando falamos acima
em proteção duvidosa
é porque nessa sujeira
social tão clamorosa
é difícil haver pessoa
boa, humana e caridosa.

/19/

Por exemplo Eugênio Sales
que tanta riqueza tem
não precisava pedir
ajuda alguma a ninguém
pessoalmente ele pode
se quiser fazer o bem.

/20/

Como diz a juventude:
É ruim Sales dizer:
- Venham a mim as crianças,
quero a todas socorrer.
Não sabe fazer o bem
só sabe ensinar fazer.

/21/

Renato Aragão e Xuxa
Chico Anísio e outros tantos
nas campanhas da UNESCO
chegam até a verter prantos,
por que, repentinamente,
querem transformar-se em santos?

/22/

Dos três citados acima
todos podem muito bem
salvar todas as crianças
pobres que no Brasil tem
com os seus próprios recursos
sem pedir nada a ninguém.

/23/

Antes do fim da campanha
dizem com satisfação
o parcial resultado
da primeira apuração
mostrando números na
tela da televisão:

/24/

- Noventa milhões de dólares
já foram arrecadados
mas ainda há nove estados
que não foram computados,
os números finais serão
a qualquer momento dados.

/25/

No dia seguinte a cena
tantas vezes repetidas:
centenas e mais centenas
de crianças estendidas
debaixo dos viadutos,
ao longo das avenidas.

/26/

Onde estão as grandes somas
em campanha arrecadadas?
As crianças continuam
nas ruas, desabrigadas,
sujas, magras, repelentes,
pelas calçadas jogadas.

/27/

Na santa igreja católica
da Candelária, na qual
houve o massacre infantil
ou em Vigário Geral
Deus foi neutro e o governo
não deu de vida sinal.

/28/

Todos nós nos encontramos
desprovidos de esperança
como a criança que perde
do seu pai a segurança
em relação ao governo
nós somos essa criança.

/29/

Quanto ao episódio triste
ocorrido com os meninos
na frente da Candelária
nós não temos dons divinos
que possam dar ou tirar
razão aos seus assassinos.

/30/

Foi uma carnificina
de crueldade chocante,
de brutalidade torpe,
bestial, repugnante
e outros adjetivos
acima de horripilante.

FOLHETO 4

A DISCUSSÃO DE UM MENINO DE RUA COM O TESCATE DA PRÉ-CRIANÇA



AUTOR: VICENTE PEREIRA

A discussão de um menino de rua com o Resgate Pró-Criança

Vicente Pereira - Recife, 2001.

/1/

Ó meu Cristo Redentor
Me dê muita inspiração
Para eu contar em detalhes
Uma grande discussão
Que houve aqui em Recife
Na praça da Estação

/2/

Nessa praça onde vivem
Crianças abandonadas
Pelos pais, irmãos e tios
E o resto da parentada
Passam o dia esmolando
E dormem pelas calçadas.

/3/

Foi nesse cenário descrito
De forma bem resumida
Que a equipe do Pró-Criança
Que luta em favor da vida
Foi ao seu trabalho
Mas não foi bem acolhida.

/4/

Quando essa equipe chegou
Onde estava a criançada
Deu boa noite pra todos
De forma meiga e educada
O silêncio foi a resposta
Que ecoou na madrugada

/5/

A equipe acostumada
Com aquela reação
Insistiu com as crianças
E pegou uma pela mão
Mas esta indignada
Soltou-se com um safanão

/6/

Nisso ouviu-se uma voz zangada
De um quase adolescente
Conhecido por "Pitoco"
Naquele triste ambiente
Que gritou para a equipe
- Tire a mão da minha gente!

/7/

Aqui nesta praça pública
E em todo o quarteirão
Eu sou o "Rei do Pedaco"
E não aceito intromissão
De vocês que chamam a gente
De cheira-cola e ladrão.

/8/

Vocês que têm casas boas,
Emprego, casa e comida,
Não sabem o que é viver
Pela sorte esquecida,
Sem pai, sem mãe, sem amor,
Sem pão, sem roupa e dormida.

/9/

Enquanto o "Pitoco" falava
As verdades verdadeiras
A equipe do Pró-Criança
Com a calma costumeira
Aguardava a oportunidade
Pra tomar a dianteira

/10/

Nesse momento "Pitoco"
Demonstrando altivez
Olhando para a equipe
Do Pró-Criança outra vez
Perguntou desconfiado:
- Respondam, quem são vocês?

/11/

Aí a líder da equipe
Disse com voz meiga e mansa:
- De gente como vocês
Querendo ser a esperança
Somos a Equipe do Resgate
Do querido Pró-Criança.

/12/

Mas que Pró-Criança é esse
Que nós nunca ouviu falar?
Quer levar nós pra FEBEM
A fim de nos educar?
Se for isso estamos fora
Preferimos aqui ficar

/13/

Quando o nosso "Pitoco"
Terminou sua falação
Uma moça do Resgate
Começou a explicação
Falando do Pró-Criança
Desde a sua fundação.

/14/

Disse que o movimento Pró-Criança
Nasceu em noventa e três
Criado por Dom José,
Mas não foi dito em qual mês,
Para cuidar de menores
Que vivem como vocês.

/15/

Essa instituição
Tem como finalidade:
Resgatar o "Menor de Rua"
Que vive em nossa cidade,
Transformá-lo em cidadão
Com honra e dignidade.

/16/

Aí o nosso "Pitoco"
Disse por entre os dentes
- Tu pensa que nós é besta?
Tá querendo greiá com a gente?
Pra viver preso a vocês
Como se fosse delinqüente!

/17/

Já fui levado uma vez
Por uma tal de ONG
Que prometeu mundos e fundos
Que não vi acontecer
Tirou minha liberdade
Só faltou em mim bater.

/18/

Por isso dela fugi
E não quero mais saber
De aceitar o convite
De qualquer ONG
Pra perder minha liberdade
Prefiro antes morrer.

/19/

Ouviu-se uma salva de palmas
Depois que "Pitoco" falou,
Em seguida veio o silêncio
Que o Resgate aproveitou
Pra falar do Pró-Criança
E quantos ele já salvou.

/20/

A essa altura na pracinha,
Apesar da madrugada,
Existia uma multidão
Que escutava calada
A discussão que ali
Estava sendo travada.

/21/

Disse a líder do Resgate:
O Pró-Criança é diferente
Lá só fica quem quer
Da criança ao adolescente
Na nossa casa só fica
Quem com ela está contente.

/22/

Lá os nossos assistidos
Só ficam durante o dia
À noite vão para casa
Dormem em sua moradia
Recebem vale transporte
Pra retornar no outro dia.

/23/

Pra que isso aconteça
Nosso Serviço Social
Contata com as famílias
De uma forma especial
E o assistido volta pra casa
Num retorno triunfal

/24/

O Pró-Criança oferece
Cursos dos mais variados:
Música, computação,
Fotografia, bailados,
Artes plásticas, serigrafia,
Pintura e sapateado.

/25/

Temos o reforço escolar,
Curso de marcenaria,
Eletrônica e capoeira,
Alimentação sadia,
Xaxado, maracatu,
Muito frevo e alegria.

/26/

Ao ouvir o que foi dito
"Pitoco" gritou: "Minha gente
parece que o Pró-Criança
é uma ONG diferente.
Essa é uma instituição
Que vai nos deixar contente."

/27/

Portanto meus companheiros
Vamos fazer uma votação
Para saber se aceitamos
Ir para lá ou não
Quem quiser seguir comigo
É só levantar a mão.

/28/

Todos os menores presentes
Atenderam os conselhos
Que foram dados por "Pitoco"
Que embora sendo um fedelho
Levou os que estavam ali
Para o MPC dos Coelhoos.

/29/

Lá eles foram recebidos
Com alegria e amor
Cada um escolheu um curso
De acordo com o seu pendor.
Comem, estudam, brincam e riem.
E também louvam o Senhor.

/30/

E o nosso herói "Pitoco"
Com quem tudo começou
Dada a sua inteligência,
Perseverança e amor,
No "Faço Arte com Quem Sabe"
Breve será professor.

/31/

Aqui termino essa história
Que juro ser verdadeira
Dedico ela a Vivi
E as suas companheiras
Que fazem do Pró-Criança
Uma ONG de primeira.

/32/

A todos os assistidos
Do Movimento Pró-Criança
Mando esse conselho agora,
Guardem-no sempre na lembrança:
Acreditem em Deus e lutem
E nunca percam a esperança.

/33/

Estudem, trabalhem e busquem
Viver com dignidade,
Pobreza não é defeito
Digo com sinceridade
É melhor ser um pobre bom
Do que um rico em maldade

/34/

De todos já me despeço
Sempre da mesma maneira
Deixando um forte abraço,
Esperando que alguém o queira,
Deste sertanejo velho
De Afogados da Ingazeira.

ANEXO 2

REGISTRO FOTOGRAFICO DE ENTREVISTAS



Manoel Monteiro
Campina Grande (PB)
Maio de 2002



Abraão Batista
XXII Feira do Livro de Brasília (DF)
Agosto de 2003



José Lourenço (Esquerda)
Lira Nordestina - Juazeiro do Norte (CE)
Maio de 2002



José Lourenço
XXII Feira do Livro de Brasília (DF)
Agosto de 2003



Gonçalo Ferreira da Silva
ABLC - Rio de Janeiro (RJ)
Julho de 2003



Ana Ferraz
Editora Coqueiro - Recife (PE)
Janeiro de 2004



José Costa Leite
Condado (PE) - Janeiro de 2004



Rouxinol do Rinaré
Fortaleza (CE)
Janeiro de 2004



J. Borges
Bezerros (PE) - Janeiro de 2004



J. Miguel
Tipográfica da família Borges - Bezerros (PE)
Janeiro de 2004



Klévisson Viana
Fortaleza (CE)
Janeiro de 2004